ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 80 Brasília - DF, terça-feira, 28 de abril de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Cidadania 8
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 11
Ministério da Defesa 14
Ministério do Desenvolvimento Regional 17
Ministério da Economia 19
Ministério da Educação 37
Ministério da Infraestrutura 38
Ministério da Justiça e Segurança Pública 39
Ministério de Minas e Energia 43
Ministério da Saúde 57
Ministério Público da União 61
Tribunal de Contas da União 62
Poder Judiciário 99
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 101
..... Esta edição completa do DOU é composta de 107 páginas .....

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.327, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 9.920, de 18 de julho de 2019, que institui o Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Acessão da República Federativa do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.920, de 18 de julho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

.....

III - Ministério da Economia;

IV - Secretaria-Geral da Presidência da República; e

V - Secretaria de Governo da Presidência da República". (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Walter Souza Braga Netto

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 228, de 27 de abril de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 37.035.

Nº 229, de 27 de abril de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.336.

Nº 230, de 27 de abril de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 57.

Nº 231, de 27 de abril de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.367.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 20, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Altera os arts. 2º, 17, 21, 23 24, 25 e 26 do Anexo da Portaria n° 20, de 28 de fevereiro de 2018, e aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 9º do anexo I do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º, 17, 21, 23, 24, 25 e 26 do Anexo da Portaria ITI nº 20, de 28 de fevereiro de 2018, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

III - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas - DINFRA:

.....

3.2. Serviço de Operação da Entidade de Auditoria do Tempo - SETEM

....." (NR)

"Art. 17 .....

.....

VII-A - exercer a função de órgão correlato do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, conforme Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011;

....." (NR)

"Art. 21 .....

I - planejar, coordenar e executar os processos referentes à gestão dos recursos de tecnologia da informação da AC Raiz da ICP-Brasil;

....." (NR)

"Art. 23 À Coordenação da Operação da AC Raiz compete:

.....

VII - divulgar a Declaração de Práticas de Certificação - DPC e a Política de Segurança da AC Raiz da ICP-Brasil; e

VIII - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGOPE do ITI.

Art. 23-A Ao Serviço de Operação da Entidade de Auditoria do Tempo compete:

I - operar a Entidade de Auditoria do Tempo - EAT - da ICP-Brasil;

II - controlar a emissão e revogação dos certificados digitais dos equipamentos da EAT;

III - controlar o cadastramento de sistemas de carimbo do tempo;

IV - executar as atividades da EAT referentes ao ciclo de vida dos sistemas de carimbo do tempo;

V - executar normas relativas à Rede de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil;

VI - acompanhar o sincronismo dos relógios atômicos e sistemas de auditoria e sincronismo da EAT; e

VII - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGOPE do ITI." (NR)

"Art. 24. .....

.....

IX-A - administrar as atividades relacionadas à gestão dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação para as ações que envolvam auditoria, fiscalização ou normalização no âmbito da ICP-Brasil;

IX-B - exercer a função de órgão correlato do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, conforme Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011; e

....." (NR)

"Art. 25. .....

.....

III-A - planejar, coordenar, executar e controlar os processos referentes à gestão dos recursos de tecnologia da informação e comunicação para as atividades que envolvam auditoria ou fiscalização no âmbito da ICP-Brasil; e

....." (NR)

"Art. 26. .....

.....

V-A - planejar, coordenar, executar e controlar os processos referentes à gestão dos recursos de tecnologia da informação e comunicação para as atividades que envolvam normalização ou pesquisa no âmbito da ICP-Brasil; e

....." (NR)

Art. 2º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, consolidado na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AMARO BUZ



ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI

CAPÍTULO I
DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, autarquia federal criada pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, com sede e foro no Distrito Federal, com Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto n° 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, alterada pelo Decreto n° 9.183, de 30 de outubro de 2017, e vinculada à Casa Civil da Presidência da República, na forma do Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, com a finalidade de ser a Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, tem as seguintes competências:

I - executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;

II - propor a revisão e a atualização das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;

III - gerenciar os certificados da Autoridade Certificadora Raiz - AC RAIZ e das Autoridades Certificadoras - AC de nível imediatamente inferior e lateral;

IV - prover a segurança física e lógica e a infraestrutura tecnológica da AC Raiz e da Entidade de Auditoria do Tempo - EAT;

V - gerenciar as listas de certificados emitidos, revogados e vencidos das AC - Autoridades Certificadoras;

VI - executar as atividades de fiscalização e de auditoria das AC - Autoridades Certificadoras, Autoridades de Registro - AR, das Autoridades de Carimbo do Tempo - ACT e dos Prestadores de Serviços credenciados e autorizados na ICP-Brasil;

VII - aplicar sanções e penalidades, na forma da legislação;

VIII - credenciar as entidades previstas perante a ICP-Brasil;

IX - promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;

X - celebrar e acompanhar a execução de convênios e acordos internacionais de cooperação, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP-Brasil;

XI - estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da Autarquia;

XII - estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, voltados à ampliação da cidadania digital, por meio de tecnologias que garantam a privacidade, a autenticidade e a integridade de informações eletrônicas;

XIII - prestar o apoio técnico e administrativo à Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil;

XIV - fomentar o uso de certificado digital e tecnologias associadas para toda a administração pública federal.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O ITI tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente:

a) Gabinete - GABIN;

1. Assessoria de Comunicação - ASCOM;

b) Assessoria Especial - ASESP;

c) Coordenação de Auditoria Interna - COAUD;

d) Procuradoria Federal Especializada - PFESP.

II - órgão seccional;

a) Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA:

1. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - COEFI;

2. Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios - COLIC;

3. Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional - COPOM;

4. Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações - COTIC;

5. Divisão de Recursos Logísticos - DILOG;

6. Serviço de Contabilidade - SECON;

7. Serviço de Gestão de Pessoas - SEGEP.

III - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas - DINFRA:

1. Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação - CGISI:

1.1. Coordenação de Segurança da Informação - COSIN;

1.2. Coordenação de Infraestrutura Tecnológica - COTEC.

2. Coordenação-Geral de Operações - CGOPE;

2.1. Coordenação de Operação da AC Raiz - COACR;

2.2. Serviço de Operação da Entidade de Auditoria do Tempo - SETEM.

b) Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização - DAFN:

1. Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização - CGAFI;

2. Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa - CGNPE.

CAPÍTULO III
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º O ITI é dirigido por um Diretor-Presidente e por dois Diretores.

§ 1º O Diretor-Presidente e os Diretores são indicados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e nomeados pelo Presidente da República.

§ 2º A nomeação do Procurador-Chefe será precedida de indicação do Advogado-Geral da União, conforme o disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

Art. 4º O Diretor-Presidente será substituído, em seus impedimentos e afastamentos legais, na forma da legislação específica e vigente.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS E DAS UNIDADES

Seção I
Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Diretor-Presidente do ITI em sua representação política e social;

II - coordenar o planejamento e a elaboração da pauta de despachos e audiências do Diretor-Presidente;

III - prestar apoio técnico e administrativo à Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil e ao Secretário-Executivo do Comitê Gestor da ICP-Brasil;

IV - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Art. 6º À Assessoria Especial compete:

I - coordenar a elaboração de relatórios para organismos internacionais e multilaterais e acompanhar negociações do Instituto nos órgãos internacionais;

II - gerenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, encaminhados pela Casa Civil da Presidência da República;

III - acompanhar o andamento de projetos de interesse do ITI em tramitação no Congresso Nacional

IV - acompanhar as atividades relacionadas à elaboração, consolidação, revisão, avaliação e controle de planos, programas e ações orçamentárias, tais como a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Planejamento Estratégico, e assegurar a compatibilidade com as estratégias de Governo, os objetivos e as demandas dos usuários;

V - manter articulação com outros órgãos e entidades com os quais o ITI possua vínculos programáticos, para integração de programas e ações;

VI - promover estudos que visem o desenvolvimento de soluções para o aperfeiçoamento da gestão estratégica;

VII - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Art. 7º À Assessoria de Comunicação compete:

I - assessorar o Diretor-Presidente na formulação e na execução da política de comunicação;

II - prospectar notícias, na preparação de releases para entrevistas e viagens, na elaboração de discursos, na identificação e na indicação de pautas e, ainda, nas estratégias de relacionamento com os profissionais da mídia nacional e internacional;

III - propor e coordenar a execução de projetos de comunicação social, de publicidade e propaganda, de marketing e de relações-públicas a serem desenvolvidos em prol dos interesses do ITI, inclusive quanto à construção da imagem da instituição perante a opinião pública nacional e internacional condizente com os objetivos estratégicos;

IV - atender demandas da imprensa;

V - prestar apoio na realização de eventos do Diretor-Presidente com representações e autoridades nacionais e internacionais;

VI - atualizar o sítio eletrônico e as redes sociais das quais o Instituto participa;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

VII - dar suporte aos processos de comunicação interna;

VIII - registrar, classificar e controlar as demandas encaminhadas à Ouvidoria, utilizando sistema eletrônico para o fornecimento da resposta;

IX - processar os pedidos de acesso à informação de que trata a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

X - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe de Gabinete do ITI.

Art. 8º À Coordenação de Auditoria Interna compete:

I - controlar e acompanhar a implementação de recomendações realizadas pelos órgãos de Controle Interno e Externo;

II - manter contínuo intercâmbio com os Órgãos de Controle;

III - monitorar a execução da Política de Gestão de Riscos e Governança Digital, implementadas no ITI;

IV - analisar e fiscalizar os atos e fatos administrativos em seus aspectos econômicos, financeiros, orçamentários, patrimoniais e legais;

V - analisar a eficiência e eficácia dos controles internos, buscando o seu constante aprimoramento;

VI - prestar apoio aos auditores independentes quando da realização das auditorias de conformidade na Autoridade Certificadora Raiz - AC RAIZ;

VII - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Art. 9º À Procuradoria Federal junto ao ITI, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente o ITI, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

II - orientar a execução da representação judicial, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria;

III - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, aplicando, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do ITI, para inscrição em dívida ativa e cobrança;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos poderes públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal;

VI - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros;

VII - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Seção II
Do Órgão Seccional

Art. 10. À Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas a:

a) gestão de pessoas;

b) gestão de materiais e logística;

c) gestão orçamentária e financeira;

d) gestão do planejamento estratégico e mapeamento de processos.

II - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à elaboração, consolidação, revisão, avaliação e controle de planos, programas e ações orçamentárias do Plano Plurianual, do Planejamento Estratégico, dos Indicadores de Desempenho e das ações orçamentárias;

III - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de gestão dos sistemas federais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de gestão de pessoas, de gestão de documentos e de arquivos, de gestão do patrimônio e de organização e inovação institucional;

IV - promover a elaboração e consolidação do Plano Plurianual, da Proposta Orçamentária Anual e a respectiva Programação Financeira, do Planejamento Estratégico e dos demais planos e programas relativos ao desempenho do ITI;

V - coordenar as ações que garantam o suporte administrativo às diversas áreas da Autarquia;

VI - coordenar as ações orientadas à promoção de qualidade de vida no trabalho, de capacitação dos servidores e assistência à saúde;

VII - implementar políticas e ações de desenvolvimento organizacional, melhoria da gestão e aperfeiçoamento dos processos de trabalho, incentivando a avaliação periódica do desempenho institucional;

VIII - desenvolver e aplicar técnicas e instrumentos de aprimoramento do processo de planejamento orçamentário, operacional e estratégico, visando à efetividade das contratações e da aplicação dos recursos disponíveis;

IX - assistir o Diretor - Presidente na sua área de atuação;

X - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Art. 11. À Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações compete:

I - planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades relacionadas aos recursos de TIC, gestão de riscos de TIC e segurança da informação;

II - pesquisar, desenvolver e incorporar tecnologias que possibilitem a implementação de soluções de TIC e a disseminação de informações necessárias às ações do ITI;

III - propor normas, políticas, processos e procedimentos para o uso dos recursos de TIC;

IV - promover a elaboração e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC e demais instrumentos correlatos;

V - exercer a função de órgão seccional do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo Federal;

VI - realizar outras atividades determinadas pelo CGPOA do ITI.

Art. 12. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e proceder à execução orçamentária e financeira;

II - subsidiar a elaboração da proposta de programação orçamentária;

III - subsidiar a elaboração de tomada de contas anual;

IV - coordenar e acompanhar as atividades de análise documental para emissão de empenho e pagamento de despesas;

V - efetivar o registro das informações relativas à Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP;

VI - acompanhar e atualizar as operações vinculadas ao cartão corporativo;

VII - cadastrar e habilitar usuários para acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, e efetuar a conformidade de operadores dos dois sistemas;

VIII - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGPOA do ITI.

Art. 13. À Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios compete:

I - executar as atividades relativas à realização de processo de aquisição e contratação de:

a) bens;

b) obras e serviços;

c) processos de inexigibilidade e dispensa de licitação.

II - celebrar e gerir os atos relativos a execução de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

III - prestar apoio técnico às áreas demandantes na elaboração de planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência;

IV - prestar apoio operacional ao pregoeiro e às Comissões de Licitações;

V - operacionalizar os sistemas públicos federais de divulgação, registro, controle, cadastramento de fornecedores e acompanhamento de convênios e contratos;

VI - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGPOA do ITI.

Art. 14. À Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional compete:

I - executar e controlar as atividades relacionadas à elaboração, consolidação, revisão, avaliação e controle de planos, programas e ações orçamentárias do Plano Plurianual, do Planejamento Estratégico, dos Indicadores de Desempenho e das ações orçamentárias;

II - elaborar e consolidar o Plano Plurianual, a Proposta Orçamentária Anual e a respectiva Programação Financeira, do Planejamento Estratégico e os demais planos e programas relativos ao desempenho do ITI;

III - implementar as soluções para o aperfeiçoamento da gestão estratégica, relativas a:

a) estratégia e desempenho organizacional;

b) processos de trabalho;

c) estrutura organizacional;

d) gestão da estrutura organizacional;

IV - apoiar as unidades na execução do desenvolvimento organizacional e da estratégia institucional;

V - monitorar e avaliar a execução da estratégia e do desempenho organizacional;

VI - elaborar, organizar e consolidar o Relatório Anual de Gestão e as demais prestações de contas, em articulação com as demais áreas;

VII - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGPOA do ITI.

Art. 15. À Divisão de Recursos Logísticos compete:

I - executar e controlar as atividades relacionadas a:

a) patrimônio;

b) almoxarifado;

c) concessão de diárias e passagens;

d) serviços de transporte de pessoas e materiais;

e) vigilância;

f) limpeza;

g) protocolo e arquivos;

h) administração predial;

i) demais serviços administrativos de apoio logístico;

II - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGPOA do ITI.

Art. 16. Ao Serviço de Contabilidade compete:

I - gerir e executar as atividades relativas a:

a) orientação e supervisão dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

b) elaboração da Prestação de Contas Anual, em articulação com as demais áreas;

c) elaboração de Tomadas de Contas Extraordinárias e Especiais;

II - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGPOA do ITI.

Art. 17. Ao Serviço de Gestão de Pessoas compete:

I - gerenciar e executar as atividades relativas a:

a) controle funcional;

b) jornada de trabalho dos servidores;

c) recrutamento e seleção;

d) capacitação e desenvolvimento;

e) provimento, mobilidade e desligamento;

f) promoção da valorização, saúde e qualidade de vida no trabalho;

II - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGPOA do ITI.

Seção III
Dos órgãos Específicos

Art. 18. À Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas compete:

I - administrar as atividades relativas à Autoridade Certificadora Raiz - AC RAIZ e da Entidade de Auditoria do Tempo - EAT da ICP-Brasil;

II - administrar e operar os ambientes físicos e tecnológicos da AC Raiz no que tange às dimensões de segurança física, segurança da informação e funcionamento das respectivas infraestruturas tecnológicas, em conformidade com as normas da ICP-Brasil;

III - orientar e fornecer subsídios para a elaboração de propostas, revisão e atualização das normas técnicas e operacionais da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;

IV - administrar o ciclo de vida dos certificados digitais das ACs de nível imediatamente subsequente ao da AC Raiz da ICP-Brasil;

V - prestar apoio técnico-especializado em certificação digital e tecnologias correlatas referentes à identificação e à segurança eletrônica a projetos de órgãos da administração pública federal;

VI - aprovar os relatórios de análise do gerenciamento de riscos e os planos de ação referentes às operações da AC Raiz da ICP-Brasil;

VII - exercer a função de órgão correlato do Sistema de Administrar dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, conforme Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011;

VIII - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação compete:

I - gerenciar a infraestrutura tecnológica e a segurança da informação da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;

II - propor e implementar estratégias e diretrizes de segurança da informação e infraestrutura tecnológica, de acordo com as diretrizes institucionais;

III - propor e executar as políticas de gerenciamento de riscos e continuidade do negócio da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;

IV - propor normas relativas à segurança da informação da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;

V - sugerir o gestor responsável pela segurança física das instalações da AC Raiz, em conformidade com os normativos da ICP-Brasil;

VI - submeter à aprovação superior os resultados da análise do gerenciamento de riscos e os planos de ação referentes à AC Raiz da ICP-Brasil;

VII - realizar avaliações periódicas de desempenho das pessoas que executam atividades no âmbito da CGISI em consonância com as Políticas da ICP-Brasil;

VIII - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor da DINFRA do ITI.

Art. 20. À Coordenação de Segurança da Informação compete:

I - coordenar, executar e acompanhar o gerenciamento de riscos e a gestão de continuidade da AC Raiz da ICP-Brasil;

II - planejar, coordenar e acompanhar a gestão de segurança dos ambientes da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;

III - acompanhar as atividades da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil quanto à implantação das políticas de controle de acesso físico e lógico;

IV - prestar assessoria técnica na elaboração de políticas, normas e pareceres na área de segurança da informação;

V - manter e garantir a integridade, o sigilo e a segurança da informação tratada pela AC Raiz da ICP-Brasil;

VI - apurar e avaliar os danos decorrentes de quebras de segurança da informação;

VII - realizar estudos de novas tecnologias quanto a possíveis impactos na segurança da informação para a AC Raiz da ICP-Brasil;

VIII - avaliar relatórios do sistema de controle de acesso físico e lógico dos ambientes da AC Raiz da ICP-Brasil;

IX - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGISI do ITI.

Art. 21. À Coordenação de Infraestrutura Tecnológica compete:

I - planejar, coordenar e executar os processos referentes à gestão dos recursos de tecnologia da informação da AC Raiz da ICP-Brasil;

II - manter a disponibilidade da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;

III - coordenar e acompanhar as atividades da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil quanto à:

a) implantação e manutenção de sistemas de informação e criptográficos;

b) definição de padrões e arquitetura tecnológicas para o desenvolvimento de sistemas de informação e criptográficos;

c) integração dos sistemas de informação e garantia da disponibilidade de acesso;

IV - dimensionar e administrar, no âmbito da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil:

a) os recursos de hardware e software básico;

b) a rede de comunicação de dados;

c) as conexões das redes de comunicação com as redes externas;

V - prestar assessoria técnica na elaboração de políticas, normas, pareceres e na especificação técnica de rede de comunicação, software básico e equipamentos computacionais para a AC Raiz da ICP-Brasil;

VI - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGISI do ITI.

Art. 22. À Coordenação-Geral de Operações compete:

I - planejar e coordenar os recursos e processos referentes à operação na AC Raiz e da EAT;

II - coordenar os processos de gestão de pessoas envolvidas nas atividades da AC Raiz e da EAT, de acordo com os normativos da ICP-Brasil;

III - planejar e coordenar os recursos e processos referentes à homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil;

IV - promover a cultura de segurança da informação de forma alinhada com a CGISI;

V - aprovar a concessão de acesso a ativos da AC Raiz da ICP-Brasil;

VI - propor a revisão e a atualização das normas relativas à operação da AC Raiz da ICP-Brasil, da EAT da ICP-Brasil e da homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil;

VII - coordenar a implementação de sistemas de gerenciamento do ciclo de vida de certificados e equipamentos criptográficos da AC Raiz da ICP-Brasil;

VIII - realizar avaliações periódicas de desempenho de pessoas que executam atividades da área em consonância com as Políticas da ICP-Brasil;

IX - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor da DINFRA do ITI.

Art. 23. À Coordenação da Operação da AC Raiz compete:

I - gerenciar o desenvolvimento do ciclo de vida dos sistemas criptográficos da AC Raiz da ICP-Brasil;

II - executar os processos e controle de gestão de pessoas envolvidas nas atividades da AC Raiz e da EAT, de acordo com os normativos da ICP-Brasil;

III - gerenciar o ciclo de vida dos certificados digitais e os conteúdos do repositório da AC Raiz da ICP-Brasil;

IV - coordenar a emissão, a publicação e a revogação dos certificados das ACs de nível imediatamente subsequente ao da AC Raiz da ICP-Brasil;

V - gerenciar riscos relativos à operação da AC Raiz da ICP-Brasil;

VI - elaborar e acompanhar pesquisas de novas tecnologias de certificação digital da ICP-Brasil;

VII - divulgar a Declaração de Práticas de Certificação - DPC e a Política de Segurança da AC Raiz da ICP-Brasil; e

VIII - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGOPE do ITI.

Art. 24. Ao Serviço de Operação da Entidade de Auditoria do Tempo compete:

I - operar a EAT da ICP-Brasil;

II - controlar a emissão e revogação dos certificados digitais dos equipamentos da EAT;

III - controlar o cadastramento de sistemas de carimbo do tempo;

IV - executar as atividades da EAT referentes ao ciclo de vida dos sistemas de carimbo do tempo;

V - executar normas relativas à Rede de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil;

VI - acompanhar o sincronismo dos relógios atômicos e sistemas de auditoria e sincronismo da EAT; e

VII - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador-Geral da CGOPE do ITI.

Art. 25. À Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, avaliar e controlar as atividades relacionadas com auditoria, fiscalização e normalização no âmbito da ICP-Brasil;

II - credenciar entidades, públicas ou privadas, na ICP-Brasil e empresas de auditoria ou auditores independentes para a prestação de serviços à ICP-Brasil;

III - propor a celebração de convênios, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres de cooperação técnica, no âmbito de sua atuação;

IV - fornecer subsídios para a elaboração de propostas, revisão e atualização de normas técnicas e operacionais de competência do Comitê Gestor da ICP-Brasil e do ITI;

V - propor e/ou aplicar sanções e penalidades às entidades integrantes da ICP-Brasil, na forma da legislação;

VI - propor a assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e fiscalizar o seu cumprimento;

VII - apoiar ações de divulgação e orientação dos assuntos relacionados à auditoria, à fiscalização, à normalização e à pesquisa, inclusive, em fóruns especializados nacionais e internacionais;

VIII - planejar, coordenar e estabelecer o conteúdo técnico, legal e operacional necessários à capacitação dos agentes de registro;

IX - gerenciar os riscos sobre a confiabilidade da ICP-Brasil decorrentes das atividades de credenciamento de sua competência;

X - administrar as atividades relacionadas à gestão dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação para as ações que envolvam auditoria, fiscalizações ou normalização no âmbito da ICP-Brasil;

XI - exercer a função de órgão correlato do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, conforme Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011;

XII - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Art. 26. À Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, desenvolver procedimentos e avaliar a execução das atividades de auditoria, fiscalização, credenciamento e descredenciamento das entidades pertencentes à estrutura da ICP-Brasil;

II - promover o credenciamento de auditores independentes, empresas de auditoria e auditorias governamentais, para prestarem serviços à ICP-Brasil;

III - receber, analisar, propor e fiscalizar as declarações de práticas dos Prestadores de Serviço de Certificação - PSCert;

IV - planejar, coordenar, executar e controlar os processos referentes à gestão dos recursos de tecnologia da informação e comunicação para as atividades que envolvam auditoria ou fiscalização no âmbito da ICP-Brasil;

V - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor da DAFN do ITI.

Art. 27 À Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar o processo normativo do ITI;

II - planejar, coordenar e supervisionar os processos de pesquisa e prospecção tecnológica das normas nacionais e internacionais que fundamentam a ICP-Brasil;

III - apoiar e controlar a operacionalização dos acordos de cooperação com organismos e entidades nacionais e internacionais;

IV - planejar, coordenar e supervisionar a definição de identificador de objeto (OID);

V - gerenciar a edição e publicação dos atos normativos;

VI - planejar, coordenar, executar e controlar os processos referentes à gestão dos recursos de tecnologia da informação e comunicação para as atividades que envolvam normalização ou pesquisa no âmbito da ICP-Brasil;

VII - realizar outras atividades determinadas pelo Diretor da DAFN do ITI.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 28. Ao Diretor-Presidente no uso de suas atribuições compete:

I - representar o ITI oficialmente perante os órgãos nacionais e organismos internacionais, em juízo ou extrajudicialmente, conforme a legislação vigente;

II - requisitar servidores, civis ou militares, e empregados de órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta e indireta, nos termos da legislação em vigor;

III - nomear e exonerar servidores, prover os cargos efetivos e, conforme delegação ministerial, os cargos em comissão e as funções gratificadas e exercer o poder disciplinar nos termos da legislação em vigor;

IV - encaminhar à Casa Civil da Presidência da República a prestação de contas, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;

V - assinar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, e ordenar despesas;

VI - proferir decisões em recurso interposto contra decisão dos demais Diretores;

VII - avocar, para decisão ou revisão, assuntos inerentes aos órgãos integrantes da estrutura regimental sem prejuízo da continuidade do exercício das atribuições nela previstas;

VIII - delegar atribuições aos diretores, individual ou coletivamente;

IX - coordenar e acompanhar a implementação de diretrizes fixadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;

X - coordenar os trabalhos da Comissão Técnica Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil - COTEC;

XI - realizar outras atividades, no âmbito de suas atribuições, observadas as diretrizes fixadas pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Art. 29. Aos Diretores, Chefe de Gabinete, Coordenador de Auditoria Interna, Coordenadores-Gerais e demais dirigentes incumbe planejar, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas áreas, consoante as diretrizes máximas da Instituição, e exercer outras competências que lhes forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. O Diretor-Presidente poderá constituir Grupos de Trabalho e Comissões, de natureza permanente ou temporária, cujas competências e forma de funcionamento serão definidas em atos próprios.

Art. 31. As unidades deverão funcionar em regime de mútua e estreita cooperação, respeitados os vínculos hierárquicos e funcionais de sua estrutura e as correspondentes competências, conforme definido no presente Regimento e em normas complementares.

Art. 32. As atividades institucionais estratégicas consolidadas no sistema nacional de certificação digital, onde encontra-se abrangida a AC Raiz da ICP-Brasil, que importarem em diligências internas e externas, monitoramento de sistemas estruturais, perícias, averiguações, produção de laudos técnicos, fiscalização, detecção de fraudes, auditorias e outras de assemelhada natureza voltadas à segurança e funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas, cujo objetivo implemente esforços para minimizar riscos ao funcionamento, deverão ser realizadas por agentes públicos civis ou militares, efetivos ou não.

Art. 33. As dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidas pelo Diretor-Presidente do ITI.

DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHOS

INDEFIRO o credenciamento da AR BASPER GESTÃO CONTÁBIL LTDA. Processo n° 00100.000248/2020-02

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIRJ. Processo n° 00100.000520/2020-4.

ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA
Diretora

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 23, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Institui Grupo de Trabalho Interministerial para Eficiência do Patrimônio Imobiliário Público da União.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, E O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Grupo para Eficiência do Patrimônio Público, encarregado de estudar e propor ações para modernização e melhoria da eficiência do uso e da destinação do patrimônio imobiliário da União.

Parágrafo único. O Grupo para Eficiência do Patrimônio Público buscará, a partir de ações piloto nos imóveis de propriedade da União situados no Distrito Federal, elaborar padrões replicáveis e soluções normativas, que possam otimizar e racionalizar a destinação, ocupação e incorporação do ativo imobiliário da União.

Art. 2º O Grupo para Eficiência do Patrimônio Público é composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordenará;

II - Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República;

III - Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia;

IV - Advocacia-Geral da União; e

V - Controladoria-Geral da União.

§ 1º Cada membro do Grupo terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros e seus suplentes serão designados pelos titulares dos órgãos.

§ 3º O Coordenador do Grupo poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para participarem das reuniões do Grupo.

Art. 3º As reuniões ordinárias do Grupo serão quinzenais, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias por seu coordenador, por meio de mensagem eletrônica.

§ 1º As reuniões serão realizadas com a presença de no mínimo três membros e as deliberações serão tomadas pela maioria simples dos presentes.

§ 2º Além do voto ordinário, o Coordenador terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros do Grupo que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 4º O Grupo poderá organizar subgrupos compostos por representantes dos órgãos de que trata o art. 2º, para estudo de temas específicos.

§ 1º Os subgrupos de que trata o **caput**:

I - terão caráter temporário e apresentarão suas conclusões e propostas ao Grupo para Eficiência do Patrimônio Público; e

II - não poderão ter mais de quatro membros, sendo vedado o funcionamento de mais de dois simultaneamente.

§ 2º Aplicam-se aos subgrupos as disposições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 5º Os órgãos participantes do Grupo colocarão à disposição dos trabalhos do grupo as bases de dados que possuam informações necessárias ao alcance dos objetivos descritos no art. 1º e, sempre que possível, buscarão deixá-las interoperáveis.

Art. 6º O Grupo deverá elaborar relatório final com a descrição das atividades realizadas, os resultados alcançados e as propostas formuladas.

Art. 7º O Grupo terá a duração de cento e oitenta dias, contados da primeira reunião ordinária, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante deliberação de seus membros.

Parágrafo único. O Grupo estará automaticamente extinto com a apresentação do relatório final de que trata o art. 6º, caso isso ocorra antes do término do prazo do **caput**.

Art. 8º A participação no Grupo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º A Secretaria-Executiva do Grupo será exercida pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Advogado-Geral da União

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 54, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no DOU de 13 de Abril de 2018, no uso da competência que lhe confere a Portaria SE/MAPA nº 3.121 de 23/09/2019, publicada no DOU de 24/09/2019, resolve:

Art. 1º Atualizar a Habilitação do Médico Veterinário Miguel Marcos Oliveira de Melo, CRMV-CE 1968, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para ruminantes, em eventos com aglomerações de animais nos municípios de Acopiara, Alto Santo, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Beberibe, Brejo Santo, Canindé, Caridade, Cascavel, Caucaia, Crateús, Eusébio, Horizonte, Jaguaribe, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Ibicuitinga, Icó, Iguatu, Independência, Ipu, Itapipoca, Itapiúna, Jaguaretama, Jaguaribara, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Pacajus, Paracuru, Parambu, Pentecoste, Pindoretama, Quixeramobim, Quixelô, Russas, Santa Quitéria, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, São João do Jaguaribe, Sobral, Solonópole, Tabuleiro do Norte, Tamboril Tauá, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO MILTON HOLANDA NETO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 5, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria N. º 561, de 11 de abril de 2018 e, considerando o que consta no Decreto - Lei N.º 818, de 05 de setembro de 1969 e na Instrução Normativa nº 22, de 20 de Junho de 2013, resolve:

Art. 1º Cancelar a habilitação para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis da Médica Veterinária BEATRIZ SILVA SANTOS, inscrita no CRMV-MT sob nº 4138, presente na Portaria nº 138, de 28/06/2012.

Art. 2º Cancelar a habilitação para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis do Médico Veterinário FABIANO ODRIGO DALBOSCO, inscrito no CRMV-MT sob nº 5670, presente na Portaria nº 1921, de 29/04/2019, publicada no Diário Oficial da União - seção 1 de 21/05/2019.

Art. 3º Cancelar a habilitação para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis do Médico Veterinário FABRÍCIO ZENILDO PACHECO, inscrito no CRMV-MT sob nº 4516, presente na Portaria nº 169, de 03/11/2014.

Art. 4º Cancelar a habilitação para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis da Médica Veterinária JÉSSICA GIURIATTI, inscrita no CRMV-MT sob nº 5367, presente na Portaria nº 3282, de 20/09/2018, publicada no Diário Oficial da União - seção 1 de 28/09/2018.

Art. 5º Cancelar a habilitação para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis do Médico Veterinário JHONATHA KEVYN LISBOA CASSIN, inscrito no CRMV-MT sob nº 5371, presente na Portaria nº 1862, de 10/08/2017, publicada no Diário Oficial da União - seção 1 de 31/08/2017.

Art. 6º Cancelar a habilitação para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis da Médica Veterinária MÁRCIA MARIA FERNANDES, inscrita no CRMV-MT sob nº 2441, presente na Portaria nº 240, de 14/11/2012.

Art. 7º Cancelar a habilitação para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis da Médica Veterinária MARIANA FERREIRA PINHEIRO, inscrita no CRMV-MT sob nº 5383, presente na Portaria nº 1862, de 10/08/2017, publicada no Diário Oficial da União - seção 1 de 31/08/2017.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 53 datado de 09/03/2020, publicado no Diário Oficial da União em 12 de março de 2020, Seção 1, página 3: onde se lê: ANGRA DOS REIS, AREAL, ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN, MANGARATIBA, MIGEUL PEREIRA, PATU DO ALFERES, PETRÓPOLIS, RIO DE JANEIRO E TERESÓPOLIS, leia-se: ANGRA DOS REIS, AREAL, ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN, MIGUEL PEREIRA, PATY DO ALFERES, PETRÓPOLIS, RIO DE JANEIRO E TERESÓPOLIS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 3, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL, da DDA/SFA-SP, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21052.011977/2019-35, resolve:

Art. 1° Credenciar, sob o número BR-SP758, Elopack Indústria e Comércio De Embalagens Ltda, CNPJ 16.774.577/0001-90, localizada na Rod. Est. SP 304,km 250, Zona Rural, em Torrinha/SP, para na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte tratamento: Tratamento Térmico.

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, conforme §4° do Art. 1°- Anexo I - da Instrução Normativa SDA n°66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS FERNANDO ALVES ZAGO

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 105, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7, incisos I e ll, do Decreto n° 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 21 de fevereiro de 2020 e, ainda, com fulcro no parágrafo único do artigo 27 da Lei 13.869/19, no artigo 3º, caput, da Instrução Normativa Nº 8, de 19 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 23 de março de 2020, e nos artigos 11, 12 e 13 da Lei nº 9.784/99, resolve:

Art. 1º Delegar à Corregedora-Geral Adjunta, à Coordenação-Geral de Responsabilização de Agentes Públicos e à Coordenação-Geral de Responsabilização de Pessoa Jurídica, nas figuras de seus titulares e substitutos, todos lotados nesta Corregedoria-Geral, a competência para praticar os atos de INSTAURAÇÃO, PRORROGAÇÃO, RECONDUÇÃO e SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS de INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES SUMÁRIAS (IPS), a que se refere o art. 4º e seguintes da Instrução Normativa Nº 8, de 19 de março de 2020.

Art. 2º Os julgamentos das Investigações Preliminares Sumárias ficarão reservados ao titular da Unidade Correcional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO DO AMPARO MACABU JÚNIOR

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa SAP/MAPA nº 7, de 3 de abril de 2020, que estabelece as cotas de captura, a criação da Autorização de Pesca Complementar Especial, o limite de embarcações a serem permissionadas, e as medidas de monitoramento associadas para a temporada de pesca de tainha (Mugil liza) do ano de 2020 no Sudeste e Sul do Brasil.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, com base na Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12, de 22 de agosto de 2012, na Instrução Normativa Interministerial SEAP/MMA/MD n° 2, de 4 de setembro de 2006, na Portaria SG-PR/MMA nº 24, de 8 de maio de 2018, no Edital de Credenciamento MAPA nº 5, de 13 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2019, Edição 242, Seção 3, Página 2, e o que consta do Processo nº 21000.019473/2019-79, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa SAP/MAPA nº 7, de 3 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º-A Caso haja vagas remanescentes após a publicação da lista de embarcações credenciadas no Edital de Credenciamento MAPA nº 5, de 13 de dezembro de 2019, os interessados poderão enviar requerimento solicitando seu ingresso na vaga remanescente, com a seguinte documentação:

I - requerimento para concorrer às vagas remanescentes, subscrito pelo proprietário, armador ou representante legal da embarcação.

II - cópia da Identidade e do CPF do proprietário da embarcação ou de seu representante legal.

III - comprovante de residência do proprietário da embarcação ou de seu representante legal ou declaração de residência.

IV - cópia do Título de Inscrição de Embarcação - TIE válido.

V - registro de Autorização de Embarcação Pesqueira - RAEP válido e com autorização específica para a modalidade de emalhe anilhado costeiro de superfície ou emalhe costeiro de fundo desde o ano de 2013.

VI - comprovante do Cadastro Técnico Federal - CTF, válido.

§1º O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail: safra.tainha@agricultura.gov.br, dentro do prazo previsto nesta norma, com toda documentação necessária para a comprovação do cumprimento dos requisitos exigidos, sob pena de indeferimento.

§2º O Registro de Autorização de Embarcação Pesqueira - RAEP válido que trata o inciso V, deverá ser da modalidade de permissionamento 2.2 ou 2.4, nos moldes da Instrução Normativa MPA/MMA N° 10, de 10 de junho de 2011, conforme previsto no Art. 3º desta Instrução Normativa.

§3º Somente serão deferidos os requerimentos das embarcações de emalhe anilhado do estado de Santa Catarina, com AB inferior ou igual à 20, por força do Art. 3º caput e §4º desta Instrução Normativa.

§4º Toda documentação exigida nos incisos deste artigo deverá ser referente a uma única embarcação, sendo autorizado apenas uma embarcação por proprietário para a pesca da Tainha (Mugil liza), na safra de 2020.

§5º O interessado é responsável pelas informações constantes na documentação apresentada, sendo que deverá ser apresentada toda documentação exigida nos incisos deste artigo, conforme informações constantes no TIE da embarcação.

§6º Caso as informações da documentação apresentada pelo interessado estejam divergentes das informações constantes no TIE da embarcação, o requerimento será indeferido.

§7º Não serão analisados requerimentos de embarcações que não sejam do estado de Santa Catarina.

Art. 3º-B As embarcações de emalhe de superfície e de emalhe de fundo maiores que 15 (quinze) AB deverão atender ao critério do Art. 7º desta Instrução Normativa.

§1º A embarcação não poderá ter falhas no envio de sinal do PREPS, referente ao período de pesca, de 1º de junho a 31 de julho de 2019, conforme os critérios constantes na INI MMA/MPA/Marinha nº 02, de 4 de setembro de 2006.

§2º Caso a embarcação tiver falhas especificadas no parágrafo anterior, deverá providenciar as devidas justificativas junto à empresa de rastreamento homologada, e apresentá-las juntamente com a documentação exigida no Art. 3º-A, no momento do requerimento.

Art. 3º-C Toda documentação exigida nos artigos 3º-A e 3º-B deverá ser acostada no momento do requerimento e dentro do prazo definido, sob pena de indeferimento.

Art. 3º-D Caso o número de embarcações deferidas seja superior ao número de vagas remanescentes disponibilizadas para a modalidade, será realizado sorteio, na forma estabelecida no item 10 e seguintes do Edital de Credenciamento MAPA nº 5, de 13 de dezembro de 2019."

Art. 2º O envio da solicitação de ingresso nas vagas remanescentes após publicação da lista de embarcações credenciadas no Edital de Credenciamento MAPA nº 5, de 13 de dezembro de 2019, com a documentação devida, deverá ser feito em até 5 (cinco) dias corridos a contar da publicação desta norma.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JUNIOR

PORTARIA Nº 97, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Cancela, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Arrasto Fundo Duplo (Camarão Rosa, Camarão Santana,Camarão Barba Ruça e outros) litoral Sul/Sudeste, código: 3.03.001 para a embarcação pesqueira "AKIRA VIII" e concede, em substituição, a Permissão Prévia de Pesca na modalidade de permissionamento Arrasto Fundo Duplo (Camarão Rosa, Camarão Santana,Camarão Barba Ruça e outros) litoral Sul/Sudeste, código: 3.03.001, para a embarcação "MANUELLA P".

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições, que lhe confere o art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, esta resultante da conversão da Medida Provisória nº 870, de 2019, o art. 29 do anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, o art. 24 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004 e na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA n.º 10, de 10 de junho de 2011, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21050.007808/2019-11, resolve:

Art. 1º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Arrasto Fundo Duplo (Camarão Rosa, Camarão Santana,Camarão Barba Ruça e outros) litoral Sul/Sudeste, código: 3.03.001, para a embarcação pesqueira "AKIRA VIII", de propriedade Sr. Nelson Akira Takamura, inscrita no SisRGP sob o nº SC-0025472-1 e na autoridade marítima sob o TIE nº 386-000224-4.

Art. 2º Conceder, em substituição, a Permissão Prévia de Pesca na modalidade de permissionamento Arrasto Fundo Duplo (Camarão Rosa, Camarão Santana,Camarão Barba Ruça e outros) litoral Sul/Sudeste, código: 3.03.001, para a embarcação "MANUELLA P", de propriedade do Sr. Sandro Abelardo Pinheiro, inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 443-006726-1.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE SEIF JUNIOR

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR-05/N° 77/2002, DE 05 de Dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União na data de 19 de dezembro de 2002, na seção 1, página 209, que criou o Projeto de Assentamento denominado Lagoa dos Patos, código SIPRA nº BA 0309000 localizado no município de Jaguaquara, retificado pela Portaria PORTARIA/INCRA/SR-05/N°77, publicada no Diário Oficial da União na data de 30 de maio de 2003, na seção 1, página 96 que retifica seu nome para PA Wilson Furtado, na PORTARIA INCRA/SR-05/N° 77/2002, DE 05 de Dezembro de 2002 no item I onde se lê: "com área de 1.783,9421 (um mil, setecentos e oitenta e três hectares, noventa e quatro ares e vinte e um centiares).", leia-se: " com área de 1.780,8022 (um mil, setecentos e oitenta hectares, oitenta ares e vinte e dois centiares)."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/Nº 112, de 05/12/2002, publicada no Diário Oficial da União na data de 11 de dezembro de 2002, na seção 1, página 165, que criou o Projeto de Assentamento denominado TABAJARA, código SIPRA nº MT0626000, localizado no município de Canabrava do Norte-MT, retificado pela Portaria INCRA/SR-13/Nº 112, de 11 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União na data de 24 de agosto de 2005, na seção I, página 163 onde se lê: "com área de 4.224,8487 (quatro mil, duzentos e vinte e quatro hectares, oitenta e quatro ares e oitenta e sete centiares) e capacidade para 62 (sessenta e duas) unidades agrícolas familiares.", leia-se: " com área de 4.330,0498 (quatro mil e trezentos e trinta hectares, quatro ares e noventa e oito centiares) e capacidade de 61 (sessenta e uma) unidades agrícolas familiares"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/SR-(27) Nº 102, de 22 de setembro de 1999, publicada no DOU em 01/10/199, que criou o projeto de assentamento CASARÃO, localizado no município de Nova Ipixuna no Estado do Pará, Código SIPRA MB0248000, onde se lê"...com área de 2.989,7490 ha (Dois mil, novecentos e oitenta e nove hectares, setenta e quatro ares, noventa centiares)... leia-se: "...com área de 3.042,3374 (três mil, quarenta e duas hectares, trinta e três ares, setenta e quatro centiares)..."

Na PORTARIA/INCRA/SR-27/Nº 025, de 07 de março de 2003, publicada no DOU em 21/03/2003, que criou o projeto de assentamento JOÃO LANARI DO VAL, localizado no município de Cumaru do Norte no Estado do Pará, Código SIPRA MB0378000, onde se lê"...com área de 4.220,3681 ha (quatro mil, duzentos e vinte hectares, trinta e seis ares e oitenta e um centiares)... leia-se: "...com área de 4.804,3416 ha (quatro mil oitocentos e quatro hectares, trinta e quatro ares e dezesseis centiares)..."



Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS
DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE CULTURA
COORDENAÇÃO-GERAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

PORTARIA N° 74, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Portaria nº 942, de 17 de maio de 2019, e o art. 53 da Instrução Normativa MC nº 02/2019, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo II.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas RECONSIDERADAS da reprovação por parte da análise técnica, necessitando da análise financeira, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal e do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo III.

Art. 4º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AYRTON GALICIANI MARTINELLO

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
1010301	Nos tempos do iê iê iê	Luiz Gonzaga Valente Ribeiro	Espetáculo teatral musical com apresentações da banda Sixtiers, retratando a influência do rock in roll na juventude brasileira dos anos 60.	234.529,35
120742	Circulação Aqueles Dois - Circuito Eletrobrás	Companhia de Teatro Luna Lunera	Circulação do espetáculo em oito Estados brasileiros, 24 apresentações (3 por cidade/Estado) e realização de oficinas.	498.000,00
129209	Feriado Musicado	Luis Cavaglieri Neto	12 apresentações de shows de música instrumental, realizados durante o ano de 2013 e 2014 na Cidade de Campos do Jordão - SP.	220.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
095446	Arte do Bem	Articular Consult. Adm. e Produção de Eventos LTDA. - ME	Realizar três eventos de música erudita em Jaguariúna/SP.	730.000,00
128895	Festival do Teatro Brasileiro - Cena Paranaense, etapas SP e RS	Alecrim - Produções Artísticas LTDA - ME	8 produções teatrais do PR para circulação nas capitais de SP e RS e outros 2 municípios de cada estado, totalizando 48 apresentações.	950.000,00
164170	Festival Aloha Spirit de Cinema	Associação Magna De Desportes	Exibição de cerca de 10 títulos, entre produções nacionais e internacionais, ligadas às mais diversas modalidades do esporte aquático.	550.000,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
114056	Livro Sítio Histórico de Sobral - Monumento Nacional	Lumiar Comunicação e Consultoria LTDA	Publicação e lançamento de livro retratando, através de textos e imagens (fotografias, desenhos e cartografias), os bens materiais e imateriais do município de Sobral.	261.281,17

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 304, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
202027 - eMuseu Nacional do Esporte
Gama Desenvolvimento e Treinamento Ltda
CNPJ/CPF: 17.872.494/0001-05
Processo: 01400001994202093
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 999.307,54
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "eMuseu Nacional do Esporte" prevê a realização de uma exposição interativa com a finalidade de resgatar e preservar a memória do patrimônio do esporte brasileiro. A exposição será composta pelas seguintes áreas: Trazendo na Mala, Parede de Depoimentos, Acervo Digital, Acervo Físico e Brasil Colaborativo) e será produzida através da criação de uma plataforma virtual colaborativa a qual irá registrar, digitalizar e transformar as informações recebidas em acervos pessoais e histórias de colaboração dos atletas.

PORTARIA Nº 305, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
191503 - Parte Cultural OktoberFest de Maratá
TAILOR BATISTA TROJAN - EPP
CNPJ/CPF: 94.014.792/0001-05
Cidade: Muçum - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 30/06/2020

191673 - Quer TC? Uma comédia virtual.
LEMI RIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 09.201.207/0001-07
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193922 - Borda
ASSOCIACAO DOS ARTISTAS E PRODUTORES DO CENTRO DE SAO PAULO
CNPJ/CPF: 32.877.709/0001-66
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 20/10/2020
194098 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES GENTE AMIGA 2020
ASSOCIACAO BENEFICIENTE EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL GENTE AMIGA
CNPJ/CPF: 07.004.037/0001-37
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

193670 - PROJETO PEQUENAS DAMAS 2020
ASSOCIACAO DAS DAMAS DE CARIDADE DE ARAPONGAS
CNPJ/CPF: 78.014.529/0001-51
Cidade: Arapongas - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
193545 - Exposição das 15 Estações da Via Sacra
ROGERIO DUARTE SARMENTO
CNPJ/CPF: 349.020.234-15
Cidade: Maceió - AL;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 18/05/2020
194132 - Plano Anual de Atividades 2020
FUNDAÇÃO CULTURAL BADESC
CNPJ/CPF: 09.176.236/0001-58
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

194270 - Retrospectiva Yutaka Toyota - Itinerância Curitiba
ATELIER DE ARTE YUTAKA TOYOTA DE PRODUTOS ARTESANAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.429.452/0001-32
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
192781 - Atletas de Corpo e Alma
Arte Ensaio Editora Ltda
CNPJ/CPF: 05.083.179/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 30/10/2020
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
193035 - Plano anual de atividade do Museu do Café 2020
INSTITUTO DE PRESERVA O E DIFUS O DA HISTORIA DO CAFE E DA IMIGRA O
CNPJ/CPF: 02.634.914/0001-30
Cidade: Santos - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020
194239 - PLANO ANUAL DO CENTRO CULTURAL SÃO PAULO ? CCSP 2020
Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo
CNPJ/CPF: 02.593.372/0001-02
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
193732 - Turnê AmarElo
LABORATORIO FANTASMA PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.823.922/0001-88
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

PORTARIA Nº 306, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
186207 - Circuito Estadual dos Velhos Palhaços
Oficina de Ideias de Meriti Ensino de Esportes, Arte, Cultura e Produções de Eventos Ltda - ME
CNPJ/CPF: 06.262.727/0001-23
Cidade: São João de Meriti - RJ;
Valor Reduzido: R$ 205.566,94
Valor total atual: R$ 215.717,00

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 33, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 184, de 15 de abril de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Homologar os projetos audiovisuais, relacionados nos anexos desta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

ANEXO I (Artigo 18, §1º)

201960 - Frieda e Egon Wolff (título provisório)
VER PRA CRER - PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.782.092/0001-58
Processo: 01400.001927/2020-79
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.872,00
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a finalização e lançamento do documentário "Frieda e Egon Wolff", média metragem de 68 minutos com finalização Full HD. O filme aborda a vida do casal fugido da Alemanha que, depois de aposentados, dedicaram-se à pesquisa da história dos judeus no Brasil por quase 3 décadas, publicando mais de 40 livros.

202035 - Filme-Documentário em média-metragem: Os sete vícios
Iúri Moreira Lopes
CNPJ/CPF: 017.627.771-42
Processo: 01400.002002/2020-45
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 196.658,00
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Produção de um documentário, média-metragem, com a duração de 25 minutos, com formato de finalização Digital com resolução do vídeo de 1080p; sobre a relação cotidiana contemporânea com a doutrina cristã dos 7 Pecados Capitais. O filme terá exibição em circuitos de Festivais, que podem ser circuitos alternativos, e instituições de ensino. Haverá 10 palestras e 5 sessões do filme.

202036 - Um minuto para dizer que te amo
PABLO HENRIQUE SILVA 07558954606
CNPJ/CPF: 18.368.776/0001-24
Processo: 01400.002003/2020-90
Cidade: Araguaína - TO;
Valor Aprovado: R$ 199.946,88
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: "Um minuto para dizer que te amo" é um curta-metragem de ficção com duração de 15 minutos, rodado em formato 4k (captação e finalização) na cidade de Araguaína - Tocantins. A temática do filme é a saudade e a relação entre um filho e um pai no final de sua vida.

202037 - Sinais da Razão
GUINADA PRODUCOES DE EVENTOS SOCIAIS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.707.644/0001-63
Processo: 01400.002004/2020-34
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 50.458,65
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Finalização de pós-produção do filme de média-metragem "Sinais da Razão". O filme foi rodado durante o mês de fevereiro de 2020, o orçamento de produção apenas para filmagens foi levantado por meio de plataforma de financiamento coletivo. O filme aborda o amadurecimento das pessoas de meia-idade (40-65 anos), como elas lidam com conflitos interiores e buscam enxergar em suas conquistas o sentido para vida, espelhando seus problemas como estresse, menopausa e depressões às necessidades de confirmação externa por contas das demandas que a vida exige. Junto à finalização de pós-produção do filme, o projeto prevê exibições gratuitas e bate-papo com o público sobre os temas em questão. Gênero da Obra: Ficção; Duração 69 minutos; Formato de finalização: 2.35:1 (21x9) e Resolução do Vídeo: 2K.

202038 - O Rabino na Catedral
Dgt Filmes Ltda EPP
CNPJ/CPF: 03.021.799/0001-90
Processo: 01400.002005/2020-89
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.974,72
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Produção de filme documentário em média-metragem, com cerca de 25 minutos, sobre o Rabino Henry Sobel a partir de depoimentos de pessoas que conviveram com ele, gravado em suporte digital 4K. Distribuição gratuita de 160 DVDs e realização de sessões com debate em dez escolas da rede pública.

202039 - 6º Cine Sítio
Francisco Ramon Batista Neves
CNPJ/CPF: 090.586.384-48
Processo: 01400.002006/2020-23
Cidade: Nazarezinho - PB;
Valor Aprovado: R$ 35.592,50
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Cine Sítio, é uma mostra de cinema itinerante não competitiva que acontece há seis anos no município de Nazarezinho, Sertão da Paraíba, distante 463 km da capital João Pessoa. O evento teve início em 2014, no sítio Águas Belas, já tendo passado por seis Sítios ao longo de sua trajetória. Nessa edição, se estenderá a três sítios do município: Caiçara, Boa Vista e Retiro. A programação é composta por uma seleção de filmes de curta metragem, realizados em diferentes lugares do país, sempre a convite da coordenação do evento. A mostra acontece no terreiro, ao ar livre, projetando para uma plateia ávida por conhecer outras realidades, assim como se reconhecer na tela gigante que projeta sonhos. O evento amplia sua audiência através de parcerias formadas com escolas públicas e privadas da rede de ensino da cidade de Nazarezinho, levando alunos do ensino fundamental e médio a participar de sessões exclusivas, de caráter lúdico e educativo, com conteúdo específico para cada faixa etária.

202040 - 9º Festival Internacional Pequeno Cineasta
Werger Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 00.343.379/0001-32
Processo: 01400.002007/2020-78
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 399.999,60
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização da 9ª edição do Festival Internacional Pequeno Cineasta (FIPC), que exibe filmes de curtas metragens produzidos por crianças e jovens, entre 8 e 17 anos, do Brasil e do mundo. As inscrições dos filmes para o FIPC são abertas no primeiro semestre de cada ano do evento e a 9ª edição tem previsão para acontecer em outubro de 2020 no Rio de Janeiro, cidade elegida para sede do Festival, onde ocorrerá a Cerimônia de Abertura e a de Premiação.

202046 - CLIP: ENTÃO EU CHORO
Mayda Vieira Dias
CNPJ/CPF: 172.640.238-00
Processo: 01400.002013/2020-25
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 199.980,55
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Gravação do Clip da música autoral da proponente, ENTÃO EU CHORO, com seu parceiro de dupla Marcelo. O vídeo terá 5 minutos de duração e será no formato Full HD. O projeto prevê ainda 04 palestras como contrapartida social.

202048 - O Melhor Violão do Mundo - parte 1
Paulo Roberto de Oliveira Cavalcanti
CNPJ/CPF: 220.618.708-64
Processo: 01400002015202014
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.452,00
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Produção de um de média-metragem documental, de aproximadamente 30 minutos, em 1080 HD, com o temática Violão Brasileiro. Realização de formação audiovisual e divulgação para crianças da escola pública o documentário exaltando os músicos brasileiros.

202049 - Festival Cultural de Picotes - FECUP
Diogo Araujo dos Santos
CNPJ/CPF: 056.968.974-01
Processo: 01400.002016/2020-69
Cidade: São Mamede - PB;
Valor Aprovado: R$ 20.085,00
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização do 4º Festival de Cultura de Picotes, através da exibição de filmes e vídeos, oficinas e outras atividades culturais, utilizando o cinema como instrumento de educação, cidadania e lazer, além de debater sobre a importância da produção paraibana de cinema no interior.

202050 - FORMAÇÃO EM DOCUMENTÁRIO E CINEMA ETNOGRÁFICO
EMILSON F. DE SOUZA - ME
CNPJ/CPF: 07.251.833/0001-74
Processo: 01400.002017/2020-11
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 550.741,40
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realizar curso de formação em cinema não ficcional, com ênfase no documentário etnográfico, com carga horária de 200 h, para professores(as) da rede pública de ensino de São Luís -MA.

202051 - GRAMADO TERRA DA GENTE
WALPER RUAS PRODUÇOES LTDA
CNPJ/CPF: 05.456.798/0001-02
Processo: 01400.002018/2020-58
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 599.967,50
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: GRAMADO TERRA DA GENTE é um documentário histórico-afetivo da construção de Gramado, cidade turística localizada na Serra Gaúcha, com duração em torno de 45 minutos - desta forma, a cidade onde se realizada um dos mais importantes Festivais de Cinema do Brasil vai ter seu próprio filme. Através de cenas teatralizadas, depoimentos, imagens de arquivo e imagens altamente pictóricas das belezas naturais da região, a história de Gramado será contada pelos próprios habitantes e atores locais. Gente que ajudou a construir, com suas próprias mãos, este delicado objeto do desejo de milhões de brasileiros e estrangeiros. O documentário será finalizado no formato Full HD e disponibilizado em DVDs e/ou pen cards.

202052 - FESTIVAL CINEMATECA PAULO AMORIM 2020
Associação de Amigos da Cinemateca Paulo Amorim
CNPJ/CPF: 91.343.103/0001-00
Processo: 01400.002019/2020-01
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 992.827,27
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Projeto Festival Cinemateca Paulo Amorim 2020 apresenta especialmente o custeio das mostras temáticas de difusão de conteúdo cinematográfico nacional e latino americano. Prevê também sessões de acessibilidade, sessões especiais para público infanto-juvenil, estudantes e professores, e três atividades paralelas de formação: Oficina de realização audiovisual para crianças de comunidades carentes, Curso de História e Linguagem do Cinema e o Programa escola de Cinéfilos, bem como melhorias e aquisição d equipamentos por economicidade das Salas Norberto Lubisco e Paulo Amorim, complexo integrante da Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre.

202053 - 10ª Mostra Acauã do Audiovisual Paraibano
José França de Oliveira
CNPJ/CPF: 965.528.594-49
Processo: 01400.002020/2020-27
Cidade: Aparecida - PB;
Valor Aprovado: R$ 40.024,20
Prazo de Captação: 28/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização da 10ª Mostra Acauã do Audiovisual, evento composto de exibição de filmes produzidos na Paraíba, ao ar livre, durante 3 dias, seguido de 40 hora/aulas de oficinas de formação em audiovisual para alunos e professores da rede pública de ensino.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

GABINETE

PORTARIA CONJUNTA N° 1, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Aprova recomendações gerais aos gestores, supervisores e visitadores dos estados, municípios e Distrito Federal quanto à execução do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.674, de 02 de janeiro de 2019, e

Considerando o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

Considerando a Portaria nº 956, de 22 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Criança Feliz no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social;

Considerando a Portaria nº 2.496, de 17 de setembro de 2018, que dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências.

Considerando a Portaria/MS nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria/MC nº 337, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social; e

Considerando a Portaria/SNAS n° 54, de 1º de abril de 2020, que aprova recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS, e

Considerando a Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz, resolvem:

Art. 1º Aprovar, conforme Anexo a esta Portaria, recomendações gerais aos gestores, supervisores e visitadores dos estados, municípios e Distrito Federal quanto à execução do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, com o objetivo de garantir a continuidade da oferta, observando as medidas de segurança e saúde dos profissionais e usuários durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), considerando a Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020.

Parágrafo único. Os estados, municípios e o Distrito Federal devem compatibilizar a aplicabilidade destas recomendações com as normativas e as condições de saúde pública local.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ELY HARASAWA
Secretária Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS
Secretária Nacional de Assistência Social

ANEXO

1. ASSUNTO

1.1 Recomendações gerais aos gestores, supervisores e visitadores dos estados, municípios e Distrito Federal quanto à execução do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, com o objetivo de garantir a continuidade da oferta, observando as medidas de segurança e saúde dos profissionais e usuários durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), pelo período estabelecido na Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020.

1.2 Destaca-se que as equipes do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS são imprescindíveis para que a política de Assistência Social chegue a quem dela necessitar, devendo receber todo o suporte necessário à realização das atividades prestadas a partir dos equipamentos socioassistenciais.

1.3 O apoio prestado pelos visitadores às famílias, visando a garantia dos direitos, o fortalecimento de vínculos e a promoção do desenvolvimento infantil, torna-se ainda mais importante nesse período.

2. DAS CAPACITAÇÕES

2.1 Recomenda-se que os estados, municípios e o Distrito Federal não realizem capacitações de forma presencial como medida de prevenção da disseminação do vírus, visando evitar aglomerações.

2.2 Assim, para efeitos de cumprimento do art. 12 da Portaria nº 956, de 22 de março de 2018, considerar-se-á como capacitação, antes de iniciadas as visitas, a realização do curso básico do Programa Criança Feliz, que está disponível no Portal de Capacitação do Ministério da Cidadania - http://www.mds.gov.br/ead/, para:

I - supervisores e visitadores em novos municípios aderidos; e

II - novos supervisores e visitadores em municípios que já têm adesão.

2.3 Após o período definido na Portaria nº 366/2020, os estados, municípios e o Distrito Federal deverão ofertar capacitações presenciais do Guia de Visita Domiciliar - GVD e de Cuidados de Desenvolvimento da Criança - CDC aos profissionais abrangidos no inciso I do § 1º, conforme definido na norma do Programa. Destaca-se que o curso básico não substitui as 80 horas de formação presencial exigidas pelo Programa

2.4 É importante que as atividades de formação dos profissionais sejam reforçadas nesse período, incluindo a participação em cursos online disponíveis no Portal de Capacitação de Ministério da Cidadania, bem como a socialização das informações oficiais do Ministério da Saúde quanto à prevenção da COVID-19 a fim de auxiliar as famílias acompanhadas na adoção das devidas medidas.

2.5 Os estados e Distrito Federal, que tem adesão ao Programa, deverão ofertar o devido apoio técnico aos municípios de maneira remota, no sentido de disseminar as orientações dispostas nesta Portaria, bem como as demais atribuições constantes da Portaria nº 431, de 6 de março de 2019.

3. DA REALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

3.1 Conforme o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a Assistência Social e o atendimento à população em estado de vulnerabilidade constam da relação dos serviços públicos e atividades essenciais.

3.2 Assim, deve-se preservar a oferta regular e essencial do Programa Criança Feliz às famílias acompanhadas, observando-se os seguintes pontos:

I - Na realização das visitas domiciliares, adotar as medidas que garantam a segurança e saúde dos profissionais e famílias atendidas (uso de EPI, distanciamento de pelo menos um metro e meio entre as pessoas, utilização de espaços mais arejados para o atendimento à família, entre outras medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias locais).

II - Os municípios e o Distrito Federal devem garantir aos visitadores e supervisores as condições administrativas de saúde e higiene adequadas para a realização das visitas e atendimento remoto, fornecendo EPI (Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e informações adequadas, de acordo com as orientações de saúde local.

3.3 Contudo, diante das orientações de saúde local, o estágio de evolução da pandemia e as devidas estratégias adotadas para seu controle, em que se considere e avalie ser inevitável a suspensão das visitas domiciliares, recomenda-se que sejam adotadas estratégias de acompanhamento remoto (via telefone, whatsapp, vídeo ou outros meios de comunicação) que atendam as famílias acompanhadas.

3.4 No acompanhamento remoto deve-se observar os seguintes pontos:

I - Prever e combinar com usuários e/ou familiares dias e horários para contato, mantendo uma rotina, e disponibilizar meios para que as famílias possam entrar em contato com as equipes, se necessário;

II - Realizar o planejamento e o devido preenchimento do formulário Plano da Visita Domiciliar para cada atividade a ser proposta, bem como a informação acerca da modalidade de atendimento (remoto ou presencial) e o arquivamento das informações pelo município, seja de forma física ou, preferencialmente, no formulário digital, a ser disponibilizado pelo Ministério da Cidadania;

III - Preparar as orientações para as atividades propostas de forma clara e objetiva, evitando atividades que demandem materiais elaborados, dando prioridade a objetos disponíveis nos domicílios, além de observar rigorosamente os três momentos da visita (retomada da atividade anterior, desenvolvimento da nova atividade e encerramento) e a metodologia do programa;

IV - Considerar que, no contexto de isolamento social, e a suspensão das atividades escolares, a realidade das famílias atendidas pelo Programa pode contemplar a existência de mais crianças na mesma residência, todas demandando mais atenção que o comum. É recomendável, nessas situações, a articulação com os serviços ofertados no CRAS (PAIF e SCFV), a fim de oferecer um atendimento integral às demandas das famílias.- Orientar as famílias acerca das medidas de prevenção ao contágio pelo coronavírus, utilizando as informações oficiais do Ministério da Saúde (disponíveis em www.saude.gov.br) e das autoridades de saúde locais;

V - Observar o tempo do acompanhamento remoto que deverá ser o necessário para que todas as atividades planejadas sejam cumpridas e que não restem dúvidas quanto à execução da atividade pela família;

VI - Registrar no Prontuário Eletrônico do SUAS o acompanhamento remoto com a data da realização, observando a periodicidade e os prazos de registro estabelecidos na Portaria nº 2.496/2018, a partir da competência março/2020;

VII - Poderão ser utilizados aplicativos de mensagens como o Whatsapp, redes sociais como Instagram e Facebook, bem como a realização de chamadas telefônicas ou de vídeo, por exemplo, tanto para o acompanhamento remoto, como para a realização de busca ativa de novas famílias, inclusive para os municípios que ainda não iniciaram a realização de visitas domiciliares;

VIII - Considerar possibilidades de somar esforços junto ao CRAS, de modo articulado à Estratégia de Saúde da Família, para orientações, monitoramento e suporte remoto a pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade no contexto da pandemia, como por exemplo, grupos de risco, idosos e suas famílias e idosos morando sozinhos. Nesses casos, deve-se assegurar articulação sistemática com os CRAS, de modo a atender demandas identificadas no suporte remoto e realizar encaminhamentos para garantir a proteção dos usuários e o apoio ao isolamento social;

IX - Os municípios, estados e Distrito Federal poderão adotar demais estratégias de acompanhamento conforme a sua organização e dinâmica local; e

X - Nessa situação, os visitadores e supervisores devem evitar tirar fotos e realizar postagens de imagens e vídeos de crianças (de acordo com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente) nas redes sociais, ou socializar em aplicativos de mensagens e, em hipótese alguma, sem a devida autorização do responsável.

3.5 Considerando a possibilidade de as equipes sofrerem reduções temporárias devido a possíveis situações de afastamento de alguns profissionais, por pertencerem a grupos de risco e/ou eventualmente serem infectados, necessitando se submeterem ao isolamento social e outras dinâmicas específicas de cada território, os municípios e Distrito Federal poderão adotar demais estratégias de acompanhamento, incluindo a articulação com as equipes dos serviços do SUAS, nos termos Portaria SNAS/MC nº 54/2020.

3.6 Assim, excepcionalmente nesse período, deve-se avaliar as possibilidades de cessão para o Programa de profissionais de outras áreas com atividades temporariamente suspensas, bem como dos visitadores e supervisores para outras atividades da assistência social, desde que não sejam prejudicados os atendimentos das famílias acompanhadas pelo Programa Criança Feliz.

3.7 É essencial que os profissionais remanejados tenham perfil e conhecimentos necessários para atuação nas atividades nesse momento. Esses profissionais poderão atuar em suportes remotos, ou, quando necessário, no atendimento presencial, com as devidas orientações sobre medidas de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

3.8 Nos casos de remanejamento de trabalhadores, a gestão Municipal, ou Distrital deve disponibilizar orientações e informações necessárias ao bom desempenho das novas atividades. Sempre que possível, recomenda-se que, nos casos de remanejamento, o novo trabalhador passe um período inicial apoiado por um trabalhador já experiente na atividade, de modo a possibilitar a capacitação em serviço.

3.9 Os profissionais que forem remanejados para o Programa devem ser inseridos na equipe de referência do município no Prontuário Eletrônico do SUAS antes de iniciar as vistas ou o atendimento remoto. Da mesma forma, os profissionais do Programa que forem remanejados para outras áreas da assistência, devem ser retirados da equipe de referência do Programa, sendo vedada a inserção de vistas de um visitador em nome de outro.

3.10 Indica-se, também, a leitura dos normativos do Ministério da Cidadania editados para as equipes do Sistema Único de Assistência Social, entre eles a Portaria/MC nº 337, de 24 de março de 2020 e a Portaria/SNAS n° 54, de 1º de abril de 2020, que trazem orientações para o atendimento no contexto da pandemia aplicáveis às equipes do PCF.

3.11 Destaca-se que, após o período definido na Portaria nº 366/2020 ou quando da liberação das autoridades sanitárias locais, os municípios e o Distrito Federal deverão ofertar as visitas domiciliares de acordo com o preconizado pelo Programa.

4. DO FINANCIAMENTO FEDERAL

4.1 De acordo com a Portaria nº 366/2020, o financiamento federal das ações do PCF observará a Portaria nº 2.496/2018 e os seguintes critérios:

4.1.1 Fica alterado para 6 (seis) meses o período da Execução Fase I para os Municípios que realizaram a adesão em 2019 e 2020, passando a execução Fase II a valer conforme a seguir:

a) Municípios com adesão publicada por meio da Portaria nº 18, de 05 de novembro de 2019: início da Execução Fase II será em setembro/2020;

b) Municípios com adesão publicada por meio da Portaria nº 02, de 06 de janeiro de 2020, e suas alterações: início da Execução Fase II será em novembro/2020;

c) Municípios com adesão publicada por meio da Portaria nº 06, de 24 de março de 2020: início da Execução Fase II será em janeiro/2021;

4.1.2 Ficam suspensos os incisos II e III, do parágrafo segundo, do art. 13, da Portaria nº 2496/2018:

"§ 2º Os repasses serão bloqueados nas seguintes situações:

II -não ter beneficiários acompanhados no mês da Etapa de Execução - Fase I; e

III - não ter, no mínimo, 30% de beneficiários acompanhados no mês, a partir da Etapa de Execução - Fase II."

4.2 Ressalta-se que, durante o período da Execução Fase I e II, o município deverá manter as informações referentes ao cadastro de equipes e famílias a serem acompanhadas devidamente atualizado no Prontuário Eletrônico do SUAS para que o repasse seja efetuado.

4.3 O repasse aos municípios será baseado nas informações constantes no Prontuário Eletrônico do SUAS quanto à equipe (Parcela Fixa) e indivíduos atendidos pela visita domiciliar ou por acompanhamento remoto (Parcela Variável), observando as regras e periodicidade estabelecidas na Portaria nº 2.496/2018 e os critérios excepcionais para o período estabelecidos acima.

5. DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FINANCIAMENTO FEDERAL

5.1 A utilização dos recursos do financiamento federal do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS deverá observar a Instrução Operacional nº 01, de 05 de maio de 2017, e da Portaria nº 2.601, de 06 de novembro de 2018, de acordo com o objetivo e finalidade do Programa, principalmente visando manter o custeio dos gastos com pessoal e outras despesas relacionadas.

5.2 Considerando que o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como máscaras, luvas, álcool gel e similares são bens de consumo imprescindíveis para o trabalho nesse período, estes poderão ser adquiridos com os recursos do financiamento federal para as equipes do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 998 - SEI, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, IV, da Constituição da República de 1988, a Lei Federal n.º 13.341/2016, art. 6º, III, o Decreto n.º 5.371/2005, art. 38, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.031582/2019-13, invocando as razões da Nota Técnica nº 1802/2020/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 185/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à Empresa Comunicação PRM Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, visando à retransmissão dos sinais da Fundação de Fátima, mediante utilização dos canais 45 (quarenta e cinco) e 21 (vinte e um), respectivamente, analógico e digital, no município de Ubatuba, estado de São Paulo, outorgada inicialmente à A.B.G. Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 7104, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. -, de 29 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 1.124 - SEI, DE 19 DE MARÇO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, IV, da Constituição da República de 1988, a Lei Federal n.º 13.341/2016, art. 6º, III, o Decreto n.º 5.371/2005, art. 38, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.031536/2019-14, invocando as razões da Nota Técnica nº 1773/2020/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 187/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à Empresa Comunicação PRM Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, visando à retransmissão dos sinais da Fundação de Fátima, mediante utilização do canal 44 (quarenta e quatro), em tecnologia digital, no município de Praia Grande, estado de São Paulo, outorgada inicialmente à A.B.G. Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 7113, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. -, de 29 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 1.579 - SEI, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, IV, da Constituição da República de 1988, a Lei Federal n.º 13.341/2016, art. 6º, III, o Decreto n.º 5.371/2005, art. 38, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.031476/2019-21, invocando as razões da Nota Técnica nº 1506/2020/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 186/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à Empresa Comunicação PRM Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, visando à retransmissão dos sinais da Fundação de Fátima, mediante utilização do canal 44 (quarenta e quatro), em tecnologia digital, no município de Mongaguá, estado de São Paulo, outorgada inicialmente à A.B.G. Comunicação Ltda, nos termos da Portaria nº 7105, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U.-, de 29 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 1.581 - SEI, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, IV, da Constituição da República de 1988, a Lei Federal n.º 13.341/2016, art. 6º, III, o Decreto n.º 5.371/2005, art. 38, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.031569/2019-56, invocando as razões da Nota Técnica nº 1758/2020/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 189/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à Empresa Comunicação PRM Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, visando à retransmissão dos sinais da Fundação de Fátima, mediante utilização do canal 45 (quarenta e cinco), em tecnologia digital, no município de Peruíbe, estado de São Paulo, outorgada inicialmente à A.B.G. Comunicação Ltda, nos termos da Portaria nº 7115, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U.-, de 29 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 27/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.005497/2014-72 (398)
CNPJ: 55.983.670/0001-67 - MATRIZ
Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO
Nome da Instituição: UNAERP
Endereço da Instituição: Avenida Costábile Romano, nº 2201 - Ribeirânia, CEP. 14.096-900, Ribeirão Preto/SP
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0336.2020

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 27/2020/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

EXTRATO DE PARECER Nº 29/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.005789/2014-13 (405)
CNPJ: 67.641.696/0001-06 - MATRIZ
Razão Social: ALS Laboratórios LS Ltda.
Nome da Instituição: ALS
Endereço da Instituição: Rua Fábia, nº 59 - Casa -Vila Romana - CEP: 05.051-030 - São Paulo/SP
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0368.2020

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 29/2020/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

EXTRATO DE PARECER Nº 30/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.015509/2020-20 (667)
CNPJ: 83.052.191/0001-62 - MATRIZ
Razão Social: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
Nome da Instituição: EPAGRI
Endereço da Instituição: Rodovia Admar Gonzaga, nº 1347, Itacorubi, CEP 88.034-901, Florianópolis/SC.
Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0607.2020

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 30/2020/CONCEA/MCTIC. A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

EXTRATO DE PARECER Nº 31/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.004391/2015-32 (461)
CNPJ: 21.829.549/0001-63 - MATRIZ
Razão Social: CENTRO EDUCACIONAL ANCLIVEPA LTDA.
Nome da Instituição: CENTRO EDUCACIONAL ANCLIVEPA
Endereço da Instituição: Rua Platina, nº 570, Vila Azevedo, CEP 03.308-010, São Paulo/SP
Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0608.2020

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 31/2020/CONCEA/MCTIC. A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

EXTRATO DE PARECER Nº 32/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.001064/2015-29 (420)
CNPJ: 00.348.003/0018-69 - FILIAL
Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
Nome da Instituição: CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO - CPAMT
Endereço da Instituição: Rodovia MT 222 km 2,5, s/nº Zona Rual, CEP. 78.550-970, Sinop/MT
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0377.2020

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 32/2020/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA SEI Nº 1455, DE 16 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 73, inciso XVII do Anexo XI da Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, considerando o Processo Administrativo nº 01250.051424/2019-71, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Cultural de Radiodifusão de Putinga, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua 26 de Dezembro, nº 125 - Centro para a Linha Carlos Barbosa, nº 111, Local Destinado as Antenas da Localidade de Putinga/RS - Zona Rural, na localidade de Putinga/RS. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 442 / 2009 publicada no Diário Oficial da União em 31 de julho de 2009, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 556 / 2010, publicado no Diário Oficial da União em 22 de julho de 2010, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.004273/2008.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 28°59'44"S e longitude 52°08'53"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

PORTARIA SEI Nº 1.551, DE 16 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 73, inciso XVII do Anexo XI da Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, considerando o Processo Administrativo nº 01250.052973/2019-63, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Comunitária de Comunicação de Tunápolis, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Albino Frantz, nº 100 - Centro para a Estrada da Fronteira, Morro das Antenas, s/nº - Colina, na localidade de Tunápolis/SC. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 1041/2009 publicada no Diário Oficial da União em 07 de janeiro de 2009, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 750 / 2010, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2010, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.007160/2004.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 26°58'07"S e longitude 53°38'59"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

PORTARIA SEI Nº 1.598, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 73, inciso XVII do Anexo XI da Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, considerando o Processo Administrativo nº 01250.057325/2019-01, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Rádio Comunitária FM - Cidade, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Avenida Getulio Vargas, s/nº - Santa Helena para a Rua Anastacio Dias dos Santos, nº 872 - Santa Helena, na localidade de Formosa do Rio Preto/BA. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 79 / 2000 publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2000, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 404 / 2001, publicado no Diário Oficial da União em 15 de outubro de 2001, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53640.001409/1998.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 11°02'25"S e longitude 45°11'35"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 20 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.069211/2015	Rádio Itapema Fm De Santa Maria Ltda	FM	Santa Maria	RS	Multa	11.968,82	Art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 1651 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.015310/2015	Fundação Nossa Senhora Do Rosário	OT	Bragança	PA	Multa	2.992,20	Art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 1656 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.002506/2015	Centro De Assist. Social De Palestina Jose Nogueira De Melo	RADCOM	Palestina	AL	Multa	799,63	Art. 40, II do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1667 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

PORTARIA N 1.742, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.000361/2017	Rádio Ondas Fm Ltda	FM	Dolcinópolis	SP	Multa	6.946,19	Art. 2º e art. 5º, Parágrafo único, ambos da Portaria nº 26/96.	Portaria DECEF n° 1742 de 23/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS

DESPACHO Nº 548 - SEI, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 4°, inciso III, da Portaria n.° 5153/2019/SEI-MCTIC, de 27 de setembro de 2019, e considerando o que consta no processo n.° 01250.019353/2019-12, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO MATER ET MAGISTRA DE LONDRINA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Londrina-PR, utilizando o canal n.° 292 (duzentos e noventa e dois), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.° 8651/2020/SEI-MCTIC.

LUCIANA MARIA MONTEIRO DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 20 DE ABRIL DE 2020

Nº 157 - Processo nº 53500.010243/2015-76
Recorrente/Interessado: OI MÓVEL S.A. CNPJ nº 05.423.963/0001-11
Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 68/2020/MM (SEI nº 5394494), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de descaracterizar as infrações ao art. 16 do RGQ-SMP, relacionadas ao indicador SMP4 (Taxa de Completamento); e,

b) reformar, de ofício, o Despacho Decisório nº 54/2018/SEI/COQL/SCO (SEI nº 2589316), de modo a alterar o valor da multa aplicada de R$ 22.406.820,98 (vinte e dois milhões, quatrocentos e seis mil, oitocentos e vinte reais e noventa e oito centavos) para R$ 15.335.279,57 (quinze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), tendo em vista a reclassificação da gradação das infrações, com base nos critérios objetivos apresentados na referida análise e a inclusão de agravantes referentes à existência de antecedentes infracionais.

Nº 173 - Processo nº 53500.017986/2015-77
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A., GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62 e nº 03.420.926/0001-24

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 3/2020/CB (SEI nº 5193606), integrante deste acórdão, conhecer dos Recursos Administrativos para, no mérito, negar-lhes provimento.

Nº 174 - Processo nº 53500.024143/2007-17
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47
Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 27/2020/CB (SEI nº 5365196), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo e do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se o lançamento tributário efetuado contra a empresa CLARO S.A. por se considerar devida a contribuição ao Fust referente aos exercícios de 2002 e 2003, conforme apurado pela Anatel; e,

b) conferir sigilo ao processo, nos termos do art. 198 do Código Tributário Nacional, aprovado pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Nº 175 - Processo nº 53500.002820/2014-75
Recorrente/Interessado: OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CNPJ nº 73.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 21/2020/CB (SEI nº 5342240), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) descaracterizar a infração ao art. 12, VI, da Resolução nº 424/2005 (falha no processamento de chamadas sucessivas na Região I), tendo em vista a apuração e sancionamento efetivada nos autos do Pado nº 53500.002819/2014, instaurado em face da TELEMAR NORTE LESTE S.A., concessionária da Região I;

c) rever, de ofício, o valor da sanção de multa de R$ 31.693.111,90 (trinta e um milhões, seiscentos e noventa e três mil, cento e onze reais e noventa centavos) para R$ 17.098.172,36 (dezessete milhões, noventa e oito mil, cento e setenta e dois reais e trinta e seis centavos); e,

d) suspender os efeitos da determinação de ressarcimento constante do item 2 do Despacho Decisório nº 218/2018/SEI/CODI/SCO (SEI 2673215), em obediência à decisão judicial proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Recuperação judicial do Grupo Oi (Processo Judicial nº 0203711-65.2016.8.19.0001).

Nº 176 - Processo nº 53500.033945/2019-51
Recorrente/Interessado: ZUM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI. CNPJ nº 10.548.603/0001-86

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 30/2020/CB (SEI nº 5393873), integrante deste acórdão, aplicar à ZUM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI a sanção de caducidade, extinguindo, portanto, a autorização de uso da radiofrequência outorgada nos termos do Ato nº 2.505 (SEI nº 0675424) e do Termo de Autorização nº 108/2016 (SEI nº 0657333), por não ter entrado em operação no prazo estipulado pela Anatel.

Nº 177 - Processo nº 53554.000381/2015-11
Recorrente/Interessado: JOSÉ DOMINGOS DE SOUSA. CPF nº 417.689.815-15

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 83/2020/CB (SEI nº 5430395), integrante deste acórdão:

a) não conhecer do Recurso Administrativo; e,

b) revisar, de ofício, a decisão de instância anterior, nos seguintes termos:

b.1) converter a pena de multa aplicada pelo uso de equipamento não homologado que utilize o espectro radioelétrico em advertência, nos termos do art. 12, c/c o art. 24, do RASA; e,

b.2) aplicar pena de multa em relação à infração de uso não autorizado de radiofrequência no valor de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

Nº 178 - Processo nº 53554.000229/2012-96
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0003-30

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 71/2020/CB (SEI nº 5399062), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) reformar, de ofício, a sanção de multa para R$ 1.202.596,93 (um milhão, duzentos e dois mil, quinhentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos);

c) reformar, de ofício, a determinação de ressarcimento para dela fazer constar a infração nº 22 (art. 111, § 2º, do RSTFC), totalizando assim R$ 92.398,67 (noventa e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos); e,

d) em obediência à decisão judicial proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Recuperação judicial do Grupo Oi (Processo Judicial nº 0203711-65.2016.8.19.0001), determinar a suspensão da determinação de ressarcimento, assim como a aplicação de multa pela infração ao art. 98, parágrafo único, do RSTFC, enquanto o r. decisum estiver em vigor.

Nº 179 - Processo nº 53500.037564/2019-41
Recorrente/Interessado: LIGUE TELECOMUNICACOES LTDA. CNPJ nº 10.442.435/0001-40

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 78/2020/MM (SEI nº 5424931), integrante deste acórdão, aplicar à LIGUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 10.442.435/0001-40, a sanção de caducidade, extinguindo, portanto, a autorização de uso da radiofrequência outorgada nos termos Atos nº 2.453/2016 (SEI nº 0675339) e nº 2.454/2016 (SEI nº 0675340), ambos de 21 de julho de 2016, e dos Termos de Autorização nº 115/2016 (SEI nº 0663295) e nº 116/2016 (SEI nº 0663343), ambos de 26 de julho de 2016, tendo em vista o descumprimento do prazo previsto para entrada em operação dos sistemas de telecomunicações estabelecido no no item 4.5 do Anexo II - B (Faixa de radiofrequências de 2.500 MHz - Lote C), do Edital de Licitação nº 2/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL.

Nº 180 - Processo nº 53500.021511/2007-75
Recorrente/Interessado: TELCOM TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA. CNPJ nº 94.475.555/0001-33

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 80/2020/MM (SEI nº 5429001), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso de Ofício interposto em razão do Despacho nº 5349/2012/ADPFA2/SAD, de 27 de julho de 2012.

Nº 181 - Processo nº 53500.207111/2015-65
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.462.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 44/2020/MM (SEI nº 5314680), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para reduzir a sanção de multa de R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) para R$ 796.250,00 (setecentos e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

Nº 182 - Processo nº 53500.010374/2018-04
Recorrente/Interessado: OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CNPJ nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 72/2020/MM (SEI nº 5400717), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) não conhecer da manifestação apresentada em 13 de abril de 2020 (SEI nº 5443365), nos termos da Súmula nº 21/2017; e,

c) reformar, de ofício, o Despacho Decisório nº 143/2018/SEI/COQL/SCO (SEI nº 3175644), de modo a alterar o valor da multa aplicada para R$ 2.517.694,86 (dois milhões, quinhentos e dezessete mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos), tendo em vista a necessidade de adequação da sanção aos valores máximos de multa estipulados na determinação descumprida.

Nº 183 - Processo nº 53500.034330/2019-42
Recorrente/Interessado: NET FÁCIL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA. - ME. CNPJ nº 15.741.136/0001-20

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 69/2020/MM (SEI nº 5395955), integrante deste acórdão, aplicar à NET FÁCIL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA. - ME a sanção de caducidade, extinguindo, portanto, a autorização de uso da radiofrequência outorgada nos termos do Ato nº 2.498 (SEI nº 0675416) e do Termo de Autorização nº 50/2016 (SEI nº 0645323), por não ter entrado em operação no prazo estipulado pela Anatel.

Nº 185 - Processo nº 53581.000671/2010-23
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0323-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 11/2020/MM (SEI nº 5138522), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 186 - Processo nº 53500.001714/2019-89
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 64/2020/MM (SEI nº 5391192), integrante deste acórdão:

a) indeferir o pedido de dispensa de anuência prévia para aumentos de capital formulado por CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, em decorrência de tratar-se de expressa exigência regulamentar; e,

b) determinar o arquivamento dos presentes autos, nos termos do art. 43 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, em razão da insuficiência dos documentos necessários à análise do aumento de capital social alternativamente pleiteado e diante do reconhecimento pela própria Requerente de que se trata de pedido em abstrato.

Nº 187 - Processo nº 53500.032504/2019-32
Recorrente/Interessado: TKNET TELECOM LTDA. CNPJ nº 04.551.447/0001-00

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 62/2020/MM (SEI nº 5380762), integrante deste acórdão, aplicar à TKNET TELECOM LTDA. - EPP a sanção de caducidade, extinguindo, portanto, a autorização de uso da radiofrequência outorgada nos termos do Ato nº 2.499 (SEI nº 0675417) e do Termo de Autorização nº 98/2016 (SEI nº 0653571), por não ter entrado em operação no prazo estipulado pela Anatel.

Nº 188 - Processo nº 53539.000202/2015-34
Recorrente/Interessado: ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA INCLUSÃO DIGITAL - ANID. CNPJ nº 09.194.914/0001-05

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 36/2020/MM (SEI nº 5257759), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento, para conhecer de Recurso anterior (SEI nº 3560780) para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 189 - Processo nº 53532.000477/2015-38
Recorrente/Interessado: DETELPE - DEPARTAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO. CNPJ nº 11.219.607/0001-83

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 65/2020/MM (SEI nº 5392611), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, para agravar a sanção de R$ 13.537,50 (treze mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) para R$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais).

Nº 190 - Processo nº 53504.006392/2018-43
Recorrente/Interessado: TURBOSP INTERNET PROVIDER LTDA. - ME. CNPJ nº 05.857.777/0001-90

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 70/2020/MM (SEI nº 5398723), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 20 DE ABRIL DE 2020

Nº 170 - Processo nº 53500.049635/2018-78
Recorrente/Interessado: EMISSORA CENTRO-OESTE LTDA. CNPJ nº 89.996.839/0001-35

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 41/2020/CB (SEI nº 5420402), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo em face do Despacho Decisório nº 498/2019/FIGF/SFI, de 6 de setembro de 2019, da Superintendência de Fiscalização da Anatel, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tão somente para retificar o erro material quanto ao dispositivo normativo infringido, apontando-se como tal o item 5.4.1 da Resolução nº 116, de 25 de março de 1999 (ROMOT), combinado com o art. 58, II, da Resolução nº 671/2016 (RUE), mantendo a sanção de advertência.

Nº 171 - Processo nº 53500.035191/2019-74
Recorrente/Interessado: TEUTONET TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ nº 15.152.560/0001-39

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 38/2020/CB (SEI nº 5416591), integrante deste acórdão, acolher a proposta da área técnica para aplicar à TEUTONET TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 15.152.560/0001-39, a sanção de caducidade, extinguindo-se, pois, a autorização de uso da radiofrequência outorgada por meio do Ato nº 8.430, de 9 de maio de 2017 (SEI nº 1425269) e do Termo de Autorização nº 77, de 29 de maio de 2017 (SEI nº 1425066), pelo não atendimento do prazo previsto no tem 4.5 do Anexo II B - Anexo ao Edital de Licitação nº 2/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, c/c o art. 45 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências - RUE, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016.

Nº 172 - Processo nº 53524.000520/2018-15
Recorrente/Interessado: MECANORTE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. CNPJ nº 21.667.142/0001-87

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 35/2020/CB (SEI nº 5411288), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 27 DE ABRIL DE 2020

Nº 194 - Processo nº 53569.002529/2005-11
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0009-26

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 94/2020/MM (SEI nº 5481490), integrante deste acórdão:

a) conhecer das petições extemporâneas; e,

b) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento, para arquivar o processo sem aplicação de sanção.

Nº 195 - Processo nº 53500.056388/2017-85
Recorrente/Interessado: SERCOMTEL S.A.TELECOMUNICAÇÕES, CLARO S.A., ALGAR TELECOM S/A, SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TELEFONIA E DE SERVIÇOS MÓVEL CELULAR E PESSOAL - SINDITELEBRASIL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 113/2020/VA (SEI nº 5481959), integrante deste acórdão, indeferir os pedidos de prorrogação SEI nº 5460593, nº 5463286, nº 5463947 e nº 5478685, mantendo-se a data de encerramento da Consulta Pública nº 19, de 11 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 12 de março de 2020, no dia 27 de abril de 2020, às 23h59.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.306, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 53500.022891/2016-56. Anula o Ato nº 3.982, de 30 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de outubro de 2016, por meio do qual se outorgou autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), por prazo indeterminado e sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, à empresa R.B. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME, CNPJ nº 11.044.991/0001-20.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.298, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Outorga, ao abaixo identificado, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Processo nº 53516.000445/2020-06: ODY PARK - PARQUE AQUATICO LTDA, CNPJ nº 06.828.881/0001-10.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 2.145, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 53508.011169/2019-69. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), a seguir relacionada(s), à(ao) TRANSOCEAN BRASIL LTDA, CNPJ/CPF: 40.278.681/0001-79, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, até 30/01/2035, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 7 DE ABRIL DE 2020

Nº 1.876 Processo nº 53500.010588/2020-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serrinha/BA.

Nº 1.877 Processo nº 53500.010589/2020-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tianguá/CE.

Nº 1.878 Processo nº 53500.010827/2020-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Vitória da Conquista/BA.

Nº 1.881 Processo nº 53500.015324/2020-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SCALA FM STEREO DE CURITIBA LTDA, CNPJ 76.264.738/0001-28, executante do S erviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Curitiba/PR.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 9 DE ABRIL DE 2020

Nº 1.996 Processo nº 53500.004615/2019-59. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) ao COMANDO DO EXERCITO, CNPJ 00.394.452/0467-82, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 1.997 Processo nº 53500.004063/2020-12. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) ao CONDOMINIO APA LTDA, CNPJ 09.432.689/0001-06, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 10 DE ABRIL DE 2020

Nº 2.003 Processo nº 53500.010221/2020-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Imbituba/SC.

Nº 2.004 Processo nº 53500.014099/2020-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE CULTURA E RADIODIFUSAO DE VESPASIANO, CNPJ 03.799.736/0001-60, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vespasiano/MG.

Nº 2.005 Processo nº 53500.014952/2020-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CAXIAS LTDA, CNPJ 63.432.751/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Caxias/MA.

Nº 2.006 Processo nº 53500.015411/2020-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ALO FM - SOCIEDADE LTDA, CNPJ 11.474.686/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Diamantina/MG.

Nº 2.008 Processo nº 53500.015932/2020-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO RENASCENCA LTDA, CNPJ 55.982.516/0001-70, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Ribeirão Preto/SP.

Nº 2.009 Processo nº 53500.015972/2020-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICÍPIO DE SAO CARLOS, CNPJ 45.358.249/0001-01, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Carlos/SP.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.059, DE 13 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 53500.051340/2019-42. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à O. SANTANA DA CRUZ, CNPJ/MF nº 08.681.739/0001-18, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 15 DE ABRIL DE 2020

Nº 2.136 Processo nº 53504.009230/2016-03. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à AMS TECNOLOGIA & RADIOCOMUNICACAO LTDA ME, CNPJ 07.513.232/0001-92, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Especializado.

Nº 2.138 Processo nº 53578.000359/2018-46. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à R SCOTTI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 04.491.080/0001-86, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 16 DE ABRIL DE 2020

Nº 2.149 Processo nº 53536.000432/2019-57. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ/MF nº 33.000.118/0007-64, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Nº 2.150 Processo nº 53545.001205/2019-30. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ASCES NET TELECOMUNICACAO LTDA-ME - ME, CNPJ/MF nº 14.607.227/0001-04, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 2.152 Processo nº 53504.009530/2019-27. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ALPHARADIUS COMUNICACAO LTDA, CNPJ 06.235.606/0001-92, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 2.156 Processo nº 53504.000473/2016-78. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à LOUVETEL COMUNICACAO COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ 09.058.304/0001-84, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 22 DE ABRIL DE 2020

360ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.003356/2008	025.077.698-74	ALEXANDRE DE ALMEIDA PRADO POHL	22/04/2025
920.004464/2010	671.082.614-72	SANDRO CAMPOS AMICO	22/04/2025
920.005209/2012	046.677.126-60	BRAULIO SOARES ARCHANJO	22/04/2025
920.006003/2014	890.834.400-44	MARLI CAMASSOLA	22/04/2025
920.006125/2014	401.246.906-10	ELMO SALOMAO ALVES	22/04/2025

MANOEL DA SILVA

DESPACHO DE 22 DE ABRIL DE 2020

361ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.007340/2020	847.359.106-20	HENARA LILLIAN COSTA MURRAY	22/04/2025
920.007341/2020	169.858.424-53	ROMILTON DOS SANTOS AMARAL	22/04/2025
920.007342/2020	077.642.806-31	LUIZ FELIPE SILVA OLIVEIRA	22/04/2025
920.007343/2020	399.034.861-20	PAULO ROBERTO AFFONSO MARINS	22/04/2025

MANOEL DA SILVA

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 41/GM-MD, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o "Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes -MD 33-M-08 (3ª Edição/2020)".

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e observado o disposto nos incisos III, VI e IX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e considerando o que consta do Processo nº 60080.000411/2016-50, resolve:

Art. 1º Aprovar o "Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes - MD33-M-08 (3ª Edição/2020)", na forma do anexo a esta portaria normativa.

Parágrafo único. O anexo de que trata o caput deste artigo estará disponível na Assessoria de Doutrina e Legislação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor no dia 4 de maio de 2020.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Normativa Nº 861/MD, de 4 de abril de 2013.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA

PORTARIA Nº 1714/SEPROD/SG-MD, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE PRODUTOS DE DEFESA DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 38, inciso IV, do Anexo I do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, bem como o art. 4º, inciso XI, e o art. 5º, inciso III, do Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018, e considerando o que consta no Processo nº 60070.000018/2019-28, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, a Lista de Produtos de Defesa (Liprode) sujeitos ao tratamento administrativo no comércio exterior pelo Ministério da Defesa.

Art. 2º Deverá ser apresentada proposta de atualização da Liprode no prazo máximo de cento e oitenta dias a contar da data de publicação desta Portaria, a ser editada pelo Secretário de Produtos de Defesa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROSAS DEGAUT PONTES

ANEXO

PRODUTOS SUJEITOS A TRATAMENTO ADMINISTRATIVO NO COMÉRCIO EXTERIOR PELO MINISTÉRIO DA DEFESA

Lista de Produtos de Defesa (LIPRODE)

CATEGORIAS DE PRODUTOS DE DEFESA Para efeito de Exportação e Importação		PRODUTO DE DEFESA	TIPO CONTROLE EXPORTAÇÃO	NÍVEL	TIPO CONTROLE IMPORTAÇÃO	NCM
I	Armas de Fogo (inferior a .50 ou 12 GA ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios	Pistolas	Anuência	1	Anuência	9302.0000
		Fuzil e Carabinas	Anuência	2	Anuência	9301.90.90
		Metralhadora e Submetralhadora	Anuência	2	Anuência	9301.90.90
		Espingardas	Conhecimento	1	Conhecimento	9301.90.90
		Partes e Acessórios (Exceto Cano Ferrolho e Armação) para Fuzil, Metralhadora, Submetralhadora, Carabina/Espingarda	Conhecimento	1	Conhecimento	9305.91.00
		Cano, Ferrolho e Armação para Fuzil, Metralhadora, Submetralhadora, Carabina/Espingarda.	Anuência	1	Conhecimento	9305.91.00
II	Armamento Pesado (igual ou superior a .50 ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios.	Canhões, Obuseiros, Canhão sem Recuo, Canhão Anti-carro, Canhão Antiaéreo, Morteiros	Anuência	2	Anuência	9301.10.00
		Autopropulsado	Anuência	2	Anuência	9301.10.00
		Sistema Portátil Antiaéreo (Ex. IGLA)	Anuência	2	Anuência	9301.20.00
		Lança-chamas	Anuência	2	Anuência	
		Lança-granadas	Anuência	2	Anuência	
		Lança-rojão (Ex: AT-4)	Anuência	2	Anuência	
		Outros Lançadores de Porte ou Portáteis Letais	Anuência	2	Anuência	
		Outros Armamentos Pesados, exceto Revólveres, Pistolas e Armas Brancas	Anuência	2	Anuência	9301.90.00
		Partes e Acessórios para Armamento Pesado (Canhões, Obuseiros, Canhão sem Recuo, Canhão Anti-carro, Canhão Antiaéreo, Morteiros, Lançadores, Autopropulsado)	Anuência	1	Anuência	9305.91.00
III	Munição e suas partes e acessórios	Munições para Fuzis, Metralhadoras e Carabinas	Anuência	2	Anuência	9306.30.00
		Munições para Espingarda	Conhecimento	1	Conhecimento	9301.90.90
		Munições para Armamento Pesado, igual ou superior a .50 ou 12,7 mm e igual ou inferior a 75mm	Anuência	2	Anuência	9306.30.00
		Munições para Armamento Pesado superior a 75 mm	Anuência	2	Anuência	9306.90.90
CATEGORIAS DE PRODUTOS DE DEFESA Para efeito de Exportação e Importação		PRODUTO DE DEFESA	TIPO CONTROLE EXPORTAÇÃO	NÍVEL	TIPO CONTROLE IMPORTAÇÃO	NCM
IV	Veículos Lançadores, Mísseis, Mísseis Balísticos, Foguetes, Torpedos, Bombas, Minas e suas partes e acessórios.	Motores para Mísseis, Foguetes e Torpedos.	Anuência	2	Anuência	8412.10.00
		Lança-mísseis, Lança foguetes, Lança-torpedos e Lançadores semelhantes	Anuência	2	Anuência	9301.20.00
		Foguetes ou Misseis de qualquer tipo, calibre ou emprego, para uso das forças militares, com carga inferior a 500 kg e alcance inferior a 300 km, seus componentes e ogivas	Anuência	2	Anuência	9306.90.00
		Bombas, Granadas, Torpedos, Minas de Emprego Militar, com poder de letalidade e suas partes e acessórios.	Anuência	2	Anuência	9306.90.00
		Partes, Acessórios e Componente de Foguetes para emprego militar.	Anuência	2	Anuência	9306.90.90
V	Explosivos, Propelentes	Cordéis Detonantes	Anuência	1	Anuência	3603.00.20
		Explosivos Plásticos Moldáveis	Anuência	1	Anuência	3602.00.00
		Nitroceluloses	Anuência	1	Anuência	3208.90.39
		Pólvora de Base Simples, dupla, Tripla e Pólvora Negra Militar	Conhecimento	1	Anuência	3601.00.00
		Trinitrotoluenos (TNT)	Anuência	1	Anuência	2904.20.41
		Composições (B, A3, A4, A5, RDX, HMX) para Granadas e Bombas	Anuência	1	Anuência	2921.59.90
		Espoletas Beldetons	Conhecimento	1	Conhecimento	3603.00.50
		Estopim Hidráulico e Detonadores não Elétricos	Conhecimento	1	Conhecimento	3603.00.00
		Nitropenta	Anuência	1	Anuência	2920.90.33
		Traçadores, Petardos e Boosters	Conhecimento	1	Conhecimento	3604.90.90
		Nitreto de Boro	Conhecimento	1	Conhecimento	2850.00.10
		Silicieto de Cálcio	Conhecimento	1	Conhecimento	2850.00.20
		Iniciadores	Conhecimento	1	Conhecimento	2850.00.90
CATEGORIAS DE PRODUTOS DE DEFESA Para efeito de Exportação e Importação		PRODUTO DE DEFESA	TIPO CONTROLE EXPORTAÇÃO	NÍVEL	TIPO CONTROLE IMPORTAÇÃO	NCM
VI	Navios de Guerra, Embarcações de Combate e Equipamentos Especiais Navais	Navios de Guerra (ATT)- Embarcações ou Submarinos Armados e equipados para uso militar com deslocamento padrão de 500 toneladas ou mais, e aqueles com deslocamento padrão de menos de 500 toneladas, equipados para lançamento de mísseis com alcance mínimo de 25 quilômetros ou torpedos com alcance similar.	Anuência	2	Anuência	8906.10.00
		Outros Navios de Guerra	Anuência	2	Anuência	8906.10.00
VII	Veículos Militares Terrestres, Carros de Combate e Veículos Militares Anfíbios	Carro de Combate (Tanques de Guerra) Blindado sobre lagarta ou sobre rodas com grande mobilidade através campo e elevada autoproteção, pesando no mínimo 16,5 toneladas de peso líquido, dotada de uma peça principal de tiro direto de alta velocidade inicial de pelo menos 75 mm de calibre.	Anuência	2	Anuência	8710.00.00
		Carro de Combate (Tanques de Guerra) Sobre Lagartas, meia lagarta ou sobre rodas, com proteção blindada e capacidade de andar através campo, dotado de armamento orgânico para tiro direto de calibre superior a .50"" (12,7 mm) e inferior a 75 mm.	Anuência	2	Anuência	8710.00.00
		Carro de Combate Sobre Lagartas, meia lagarta ou sobre rodas, com proteção blindada e capacidade de andar através campo, podendo ainda: ser projetado ou equipado para transportar um pelotão ou quatro ou mais soldados de infantaria, ou dotado de armamento integrado ou orgânico de um calibre mínimo de .50"" (12,5 mm) ou lançador de míssil. Inclui-se neste grupo os veículos com capacidade anfíbia e veículos blindados de combate leves multiuso	Anuência	2	Anuência	8710.00.00
		Carro de Combate Blindado Sobre Lagartas, meia lagarta ou sobre rodas especiais (Ex: Lança-pontes, comando e controle, ambulância, socorro, guincho, oficina, apoio engenharia, base para morteiro)	Anuência	2	Anuência	8710.00.00
		Veículos Militares 1. 1/2 Ton, ½ Ton ou 3/4 Ton, para emprego operacional com ou sem blindagem.	Conhecimento	1	Conhecimento	8703.33.10
						8703.33.11
						8704.21.90

						8704.22.90
		Partes e acessórios de Carros de Combate	Conhecimento	1	Conhecimento	8710.00.00
		Outros (Carros de Combate não incluídos nos grupos anteriores)	Conhecimento	1	Conhecimento	

CATEGORIAS DE PRODUTOS DE DEFESA Para efeito de Exportação e Importação		PRODUTO DE DEFESA	TIPO CONTROLE EXPORTAÇÃO	NÍVEL	TIPO CONTROLE IMPORTAÇÃO	NCM
VIII	Veículos Aéreos e Espaciais	Balões e Dirigíveis, Planadores, Asas voadoras, e outros veículos aéreos não concebidos para propulsão a motor, todos para uso militar.	Conhecimento	1	Conhecimento	8801.00.00
		Helicópteros de Ataque - Aeronaves de asas rotativas projetadas, equipadas ou modificadas para engajar alvos, empregando armas guiadas ou não guiadas anti-blindagem, ar-superfície, ar-anti-submarino ou ar-ar e equipada com sistema de tiro e pontaria integrados para o sistema de armas, incluindo versões destas aeronaves para missões de reconhecimento ou missões de guerra eletrônica.	Anuência	2	Anuência	8802.11.00
			Anuência	2	Anuência	8802.12.10
			Anuência	2	Anuência	8802.12.90
		Outros Helicópteros Militares	Anuência	2	Anuência	8802.11.00
			Anuência	2	Anuência	8802.11.00
			Anuência	2	Anuência	8802.11.00
		Avião de Combate - Aeronave de asa fixa ou de geometria variável, equipada ou modificada para engajar alvos pelo emprego de mísseis guiados, foguetes não guiados, bombas, armas de fogo, canhões ou outras armas de destruição, incluindo versões dessas aeronaves que executam guerra eletrônica, supressão de defesa aérea ou missões de reconhecimento. O termo "avião de combate" não inclui aeronaves de treinamento primário, a menos que sejam projetadas, equipadas ou modificadas conforme descrito acima.	Anuência	2	Anuência	8802.20.10
			Anuência	2	Anuência	8802.20.21
			Anuência	2	Anuência	8802.20.22
			Anuência	2	Anuência	8802.20.90
			Anuência	2	Anuência	8802.30.10
			Anuência	2	Anuência	8802.30.21
			Anuência	2	Anuência	8802.30.29
			Anuência	2	Anuência	8802.30.31
			Anuência	2	Anuência	8802.30.39
			Anuência	2	Anuência	8802.30.90
			Anuência	2	Anuência	8802.40.10
			Anuência	2	Anuência	8802.40.90

CATEGORIAS DE PRODUTOS DE DEFESA Para efeito de Exportação e Importação		PRODUTO DE DEFESA	TIPO CONTROLE EXPORTAÇÃO	NÍVEL	TIPO CONTROLE IMPORTAÇÃO	NCM
VIII	Veículos Aéreos e Espaciais	Aviões Militares, exceto de combate	Anuência	2	Anuência	8802.20.21
			Anuência	2	Anuência	8802.20.22
			Anuência	2	Anuência	8802.20.90
			Anuência	2	Anuência	8802.30.10
			Anuência	2	Anuência	8802.30.21
			Anuência	2	Anuência	8802.30.29
			Anuência	2	Anuência	8802.30.31
			Anuência	2	Anuência	8802.30.39
			Anuência	2	Anuência	8802.30.90
			Anuência	2	Anuência	8802.40.10
			Anuência	2	Anuência	8802.40.90
		Veículos Espaciais de uso militar	Anuência	2	Anuência	8802.60.00
		Hélices e Rotores e suas partes e acessórios para Veículos Aéreos Militares (Balões, Dirigíveis, Planadores, Asas Voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão a motor, Helicópteros, Aviões, Veículos Aeroespaciais, Veículos de Lançamento e Veículos Suborbitais).	Conhecimento	1	Conhecimento	8803.10.00
		Trens de Aterrisagem e suas partes e acessórios para Veículos Aéreos Militares (Balões, Dirigíveis, Planadores, Asas Voadoras e Outros Veículos Aéreos, não concebidos para propulsão a motor, Helicópteros, Aviões, Veículos Aeroespaciais, Veículos de Lançamento e Veículos Suborbitais).	Conhecimento	1	Conhecimento	8803.20.00
		Outras partes e acessórios de Aviões ou Helicópteros Militares	Conhecimento	1	Conhecimento	8803.30.00
		Outras partes e acessórios de Veículos Aéreos Militares	Conhecimento	1	Conhecimento	8803.90.00
		Outros Paraquedas Militares (incluindo os Páraquedas Dirigíveis e os Parapentes) e os Páraquedas Giratórios; suas partes e acessórios.	Conhecimento	1	Conhecimento	8804.00.00
		Aparelhos e Dispositivos para Lançamento de Veículos Aéreos Militares e suas partes e acessórios; Aparelhos e Dispositivos para Aterrissagem de Veículos Aéreos em Porta-aviões; Aparelhos e Dispositivos Semelhantes e suas partes e acessórios.	Anuência	2	Anuência	8805.10.00

CATEGORIAS DE PRODUTOS DE DEFESA Para efeito de Exportação e Importação		PRODUTO DE DEFESA	TIPO CONTROLE EXPORTAÇÃO	NÍVEL	TIPO CONTROLE IMPORTAÇÃO	NCM
IX	Equipamentos Militares de Treinamento, Simuladores.	Simuladores de Combate Aéreo Militar e suas partes e acessórios	Anuência	1	Anuência	8805.21.00
		Outros Aparelhos para Treinamento de Voo Militar e suas partes e acessórios	Conhecimento	1	Conhecimento	8805.29.00
X	Equipamentos Militares Eletrônicos e Espaciais	Aparelho de Rádio Detecção e Radio Sondagem (Radar) de uso militar	Anuência	1	Anuência	8526.1000
		Combinados para Condução Óssea - Osteofone para uso militar	Anuência	1	Anuência	8518.30.00
		Transceptores de Equipamentos para Comunicação por Rádio, para uso militar	Anuência	1	Anuência	8517.62.99
XI	Sistemas de Controle de Tiro, Vigilância e Alerta	Equipamento Projetado para controle de Tiro de Foguetes, Misseis ou Torpedos	Anuência	2	Anuência	8526.10.00
		Equipamento para Controle de Tiro de Artilharia	Anuência	2	Anuência	8526.10.00
XII	Armas não Letais ou Menos Letais	Armas Elétricas Incapacitantes	Anuência	1	Anuência	8543.7099
		Lançadores de Munições Menos letais iguais ou superiores a 40mm	Anuência	2	Anuência	9301.2000
XIII	Instrumentos Ópticos	Lunetas com Visão Termal/Infravermelhas passivas, acopláveis a armas de fogo	Anuência	2	Anuência	8525.8029
XIV	Blindagens Balísticas	Capacetes Balísticos	Anuência	1	Anuência	6506.10.00
		Coletes Balísticos	Anuência	1	Anuência	6307.9090
		Escudos Balísticos	Anuência	1	Anuência	3926.90.90

		Placas Balísticas	Anuência	1	Anuência	6307.90.90
		Trajes Antibombas	Anuência	1	Anuência	6307.9090

Observações:

- As Categorias dos Produtos de Defesa desta lista tem como base o controle Americano (United States Munitions List - USML) e o controle Europeu (Liste des Matériels de Guerre et Matériels Assimilés e des Produits Liés à La Défense Première Portie).

- A classificação de Nível "1" corresponde aos produtos que dispensam a fase de procedimentos preliminares; requerem análise pelo Ministério da Defesa.

- A classificação de Nível "2" corresponde aos produtos que requerem a fase de procedimentos preliminares; analisados pelo Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa.

- O tipo de controle "Conhecimento" na Exportação ou Importação significa "Anuência Automática".

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.205, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
CE	Icapuí	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	014	07/04/2020	59051.008613/2020-94
CE	Quixadá	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	14	06/04/2020	59051.008632/2020-11
CE	Sobral	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	2.371	16/03/2020	59051.008607/2020-37

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.210, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Figueira - PR, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Figueira - PR, no valor de R$ 130.319,68 (cento e trinta mil, trezentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.002642/2019-99.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2019NE000268, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.214, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Santa Inês	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	025	12/03/2020	59051.008606/2020-92
MG	Itacambira	Estiagem - 1.4.1.1.0	02	21/02/2020	59051.008555/2020-07
MG	Itaobim	Estiagem - 1.4.1.1.0	066	10/02/2020	59051.008560/2020-10
MG	Poço Fundo	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	21	20/02/2020	59051.008603/2020-59
MT	Paranatinga	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	1708	29/02/2020	59051.008105/2020-14
PA	Tucuruí	Inundações - 1.2.1.0.0	013	20/03/2020	59051.008478/2020-87
RS	Alpestre	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.880	08/04/2020	59051.008617/2020-72
RS	André da Rocha	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.264	17/04/2020	59051.008611/2020-03
RS	Aratiba	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.472	01/04/2020	59051.008596/2020-95
RS	Barra do Guarita	Estiagem - 1.4.1.1.0	20	13/04/2020	59051.008593/2020-51
RS	Bom Jesus	Estiagem - 1.4.1.1.0	7206	18/03/2020	59051.008559/2020-87
RS	Chiapetta	Estiagem - 1.4.1.1.0	017	30/03/2020	59051.008513/2020-68
RS	Ciríaco	Estiagem - 1.4.1.1.0	1486	08/04/2020	59051.008597/2020-30
RS	Colinas	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.346	30/03/2020	59051.008592/2020-15
RS	Gaurama	Estiagem - 1.4.1.1.0	4.028	18/03/2020	59051.008622/2020-85
RS	Giruá	Estiagem - 1.4.1.1.0	1588	07/04/2020	59051.008616/2020-28
RS	Humaitá	Estiagem - 1.4.1.1.0	023	16/04/2020	59051.008624/2020-74
RS	Palmitinho	Estiagem - 1.4.1.1.0	09	10/03/2020	59051.008558/2020-32
RS	Pinhal	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.901	07/04/2020	59051.008556/2020-43
RS	Pinheirinho do Vale	Estiagem - 1.4.1.1.0	030	31/03/2020	59051.008600/2020-15
RS	Santiago	Estiagem - 1.4.1.1.0	040	08/04/2020	59051.008608/2020-81
RS	Sertão	Estiagem - 1.4.1.1.0	028	20/04/2020	59051.008621/2020-31
RS	Tapera	Estiagem - 1.4.1.1.0	032	13/04/2020	59051.008572/2020-36
RS	Três Palmeiras	Estiagem - 1.4.1.1.0	027	03/04/2020	59051.008598/2020-84
RS	Trindade do Sul	Estiagem - 1.4.1.1.0	016	30/03/2020	59051.008591/2020-62

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.216, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Icapuí - CE, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Icapuí - CE, no valor de R$ 15.761.309,98 (quinze milhões, setecentos e sessenta e um mil trezentos e nove reais e noventa e oito centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59502.000471/2018-47.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2018NE000564, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em três parcelas nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 209, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL; Câmara Técnica de Planejamento e Articulação - CTPA; Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC; Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial - CTIGAT; Câmara Técnica de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia - CTECT; e Câmara Técnica de Segurança de Barragens - CTSB; e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 12.334, de 20 setembro de 2010, e pelo Decreto n°10.000, de 3 de setembro de 2019, e

Considerando a manifestação expressa dos segmentos integrantes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos interessados em participar das suas Câmaras Técnicas, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e a análise e aprovação pelo Plenário do CNRH, em 11 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º: Estabelecer, para o mandato de 11 de dezembro de 2019 até 11 de dezembro de 2023, composição para as Câmaras Técnicas de Assuntos Legais - CTAL, de Planejamento e Articulação - CTPA, de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC, de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial - CTIGAT, de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia - CTECT e de Segurança de Barragens - CTSB, nos termos a seguir:

I - Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL:

a) Governo Federal:

1.Ministério do Desenvolvimento Regional;

2. Ministério da Justiça e Segurança Pública;

3. Ministério da Infraestrutura;

4. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

5. Ministério de Minas e Energia.

b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:

1. Distrito Federal e Espírito Santo;

2. Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;

3. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; e

4. Ceará, Piauí e Maranhão.

c) Usuários de Recursos Hídricos:

1. Irrigantes;

2. Indústrias;

3. Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
4. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; e
5. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.
d) Organizações Civis de Recursos Hídricos:
1. Comitês de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União;
2. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; e
3. Organizações Não Governamentais.
II - Câmara Técnica de Planejamento e Articulação - CTPA:
a) Governo Federal:
1. Ministério do Desenvolvimento Regional;
2. Ministério do Desenvolvimento Regional;
3. Ministério da Infraestrutura;
4. Ministério da Saúde;
5. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
6. Ministério da Economia; e
7. Ministério de Minas e Energia.
b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:
1. Distrito Federal e Espírito Santo; e
2. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.
c) Usuários de Recursos Hídricos:
1. Irrigantes;
2. Indústrias;
3. Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
4. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; e
5. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.
d) Organizações Civis de Recursos Hídricos:
1. Comitês de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União;
2. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; e
3. Organizações Não Governamentais.
III - Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC:
a) Governo Federal:
1. Ministério do Desenvolvimento Regional;
2. Ministério da Economia; e
3. Ministério de Minas e Energia.
b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:
1. Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
2. Distrito Federal e Espírito Santo;
3. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo;
4. Ceará, Piauí e Maranhão;
5. Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; e
6. Bahia, Sergipe e Alagoas.
c) Usuários de Recursos Hídricos:
1. Irrigantes;
2. Indústrias;
3. Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
4. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; e
5. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.
d) Organizações Civis de Recursos Hídricos:
1. Comitês de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União;
2. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; e
3. Organizações Não Governamentais.
IV - Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial - CTIGAT:
a) Governo Federal:
1. Ministério do Desenvolvimento Regional;
2. Ministério da Justiça e Segurança Pública;
3. Ministério da Infraestrutura;
4. Ministério do Turismo; e
5. Ministério de Minas e Energia.
b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:
1. Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
2. Distrito Federal e Espírito Santo;
3. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo;
4. Amapá, Tocantins e Rondônia; e
5. Bahia, Sergipe e Alagoas.
c) Usuários de Recursos Hídricos:
1. Setor dos Irrigantes;
2. Indústrias;
3. Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
4. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; e
5. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.
d) Organizações Civis de Recursos Hídricos:
1. Comitês de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União; e
2. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa.
V - Câmara Técnica de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia - CTECT:
a) Governo Federal:
1. Ministério do Desenvolvimento Regional;
2. Ministério da Justiça e Segurança Pública;
3. Ministério da Educação;
4. Ministério da Cidadania;
5. Ministério da Saúde; e
6. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:
1. Distrito Federal e Espírito Santo;
2. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; e
3. Ceará, Piauí e Maranhão.
c) Usuários de Recursos Hídricos:
1. Irrigantes;
2. Indústrias;
3. Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
4. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; e
5. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.
d) Organizações Civis de Recursos Hídricos:
1. Comitês de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União;
2. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; e
3. Organizações Não Governamentais.
VI - Câmara Técnica de Segurança de Barragens - CTSB:
a) Governo Federal:
1. Ministério do Desenvolvimento Regional;
2. Ministério do Desenvolvimento Regional;
3. Ministério de Minas e Energia; e
4.Ministério de Minas e Energia.
b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:
1. Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
2. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo;
3. Ceará, Piauí e Maranhão;
4. Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; e
5. Bahia, Sergipe e Alagoas.
c) Usuários de Recursos Hídricos:
1.Irrigantes;
2. Indústrias;
3. Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
4. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; e
5. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.
d) Organizações Civis de Recursos Hídricos:
1. Comitês de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União;
2. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; e
3. Organizações Não Governamentais.

Art. 2º: Estabelecer suplência ordinal na composição das Câmaras Técnicas de Assuntos Legais - CTAL, de Planejamento e Articulação - CTPA, de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC, de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial - CTIGAT, de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia - CTECT e de Segurança de Barragens - CTSB, em caso de vacância, como segue:

I - Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL:
1. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos da Bahia, Sergipe e Alagoas; e
2. Ministério de Minas e Energia.
II - Câmara Técnica Planejamento e Articulação - CTPA:
1. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos: Ceará, Piauí e Maranhão;
2. Ministério da Justiça; e
3. Ministério de Minas e Energia.
III - Câmara Técnica Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC:
1. Ministério de Desenvolvimento Regional;
2. Ministério da Infraestrutura;
3. Ministério de Minas e Energia; e
4. Ministério da Justiça.
IV - Câmara Técnica Integração com a Gestão Ambiental e Territorial- CTIGAT;
1. Organizações não Governamentais;
2. Ministério da Saúde;
3. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos: Ceará, Piauí e Maranhão;
4. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e
5. Ministério de Desenvolvimento Regional.
V - Câmara Técnica Educação, Informação, Ciência e Tecnologia - CTECT:
1. Ministério de Minas Energia.
VI - Câmara Técnica Segurança de Barragens - CTSB:
1. Ministério de Infraestrutura;
2. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
3. Ministério da Justiça; e
4. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos Distrito Federal/Espírito Santo.

Art. 3º A indicação dos representantes dos segmentos com mais de um Conselheiro Titular, para as Câmaras Técnicas, deverá ser articulada entre os mesmos.

Art. 4º O membro suplente que assumir a titularidade na Câmara Técnica completará o período do mandato do membro substituído.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário-Executivo do CNRH

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 74, de 1º/10/2018, torna público que, no período de 20 a 26/04/2020, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos:

ACQUA ENERGETICA S/A, rio Correntes, Município de Sonora/MS, aproveitamento hidrelétrico.

ADRIANO ALEXANDRE DA SILVA, UHE Paulo Afonso IV/UHE Apolônio Sales, Município de Glória/BA, aquicultura.

ÁGUAS CUIABA S.A. - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, rio Cuiabá, município de Cuiabá/MT, esgotamento sanitário.

CELIA MARIA PASETTI DE SOUZA DE MATHIS, rio Moji-Guaçu, município de Santa Rita do Passa Quatro/SP, irrigação.

CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA, rio Sapucaí, Município de Pouso Alegre/MG, indústria, alteração.

CLAUDINEI DE SOUSA, UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga/Segredo, Município de Reserva do Iguaçu/PR, aquicultura.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação, preventiva.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA, rio São Francisco, Município de Xique-Xique/BA, irrigação, preventiva.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS, rio Tocantins, município de Miracema do Tocantins/TO, esgotamento sanitário, alteração.

EUGENIO CARLOS PITTOL, rio Mucuri, Município de Mucuri/BA, irrigação

ITALO CESAR CAMPOS GALVAO, rio Vaza-Barris, município de Jeremoabo/BA, irrigação.

LATICINIOS SANTA INES LTDA, rio Santo Antonio, Município de Planalto/PR, indústria, alteração.

LINDON JOHNSON BATISTA DE OLIVEIRA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

LUIZ ANTONIO LIMA, rio Pardo, município de Macarani/BA, irrigação.

PATRICIO GONCALVES DA SILVA, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

SAMMUEL CEZAR FERREIRA DAMACENO, rio das Almas, Município de Uruaçu/GO, irrigação.

SILVIO NOCE NETO, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

TRANQUEDO RODRIGUES DE OLIVEIRA, rio São Francisco, Município de Piaçabuçu/AL, aquicultura.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 20 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 76, de 25 de setembro de 2019, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 783ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de abril de 2020, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.003757/2017, resolveu:

Dispor sobre o recálculo do Preço Unitário de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos relativo à Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba, com fundamento no art. 2º da Resolução ANA nº 101, de 2 de dezembro de 2019, e dá outras providências.

Fica revogado o art. 2º da Resolução ANA nº 101, de 2 de dezembro de 2019.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de condicionantes e vigências de outorgas de uso de recursos hídricos, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS –ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso XVII, do Anexo I da Resolução n° 76, de 25 de setembro de 2019, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 783ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de abril de 2020, considerando o disposto no art. 4, da Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do Processo n° 02501.001358/2020, e:

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional, pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março de 2020, a pandemia de COVID-19;

Considerando a edição da Portaria ANA n. 99, de 12 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo coronavírus, no âmbito da Agência Nacional de Águas - ANA e suspende os afastamentos de servidores para missões em outras cidades brasileiras;

Considerando a Mensagem Presidencial nº 93, de 18 de março de 2020, que solicitou ao Congresso Nacional reconhecimento de esta do de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, que motivou a edição do Decreto Legislativo nº 6, de 2020;

Considerando a edição do Decreto n. 10.315, de 6 de abril de 2020, que prorroga, de ofício, a vigência de convênios, contratos de repasse e outros instrumentos para 31 de dezembro de 2020, cujas vigências seriam encerradas no período entre a data de publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e o dia 30 de dezembro de 2020;, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogados, para 31 de dezembro de 2020, os prazos das condicionantes e das vigências das Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica, das Outorgas Preventivas e das Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos, que venceriam no período entre os dias 20 de março e 30 de dezembro de 2020.

§ 1º A prorrogação de prazo prevista no caput não obsta a análise dos pedidos de renovação, alteração ou transferência de outorga que tenham sido protocolados antes ou durante o período de que trata o caput.

§ 2º Os pedidos de renovação de outorgas referidas no caput devem ser realizados até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

Ministério da Economia

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de entrega das obrigações das EFPC relativas ao envio de documentos e informações previstos nas Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar, em função da decretação de estado de calamidade pública.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - Segundo Substituto, nos termos da Portaria SE/ME n° 990, de 23 de julho de 2019, e tendo em vista o art. 17, inciso VII, do Decreto n° 7.123, de 3 de março de 2010, c/c os arts. 14, inciso IX e 17, inciso VI, ambos do Regimento Interno e com fundamento no art. 50 da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001, e no art. 13 da Lei n° 12.154, de 23 de dezembro de 2009, torna público que o Conselho, em sua 13ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 09 e 24 de abril de 2020, resolveu:

Art. 1º Fica a Superintendência Nacional de Previdência Complementar autorizada a prorrogar o prazo de entrega das obrigações das EFPC relativas ao envio de documentos e informações previstos nas Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar, durante o período de decretação de estado de calamidade pública.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

PAULO FONTOURA VALLE

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL DE JUIZ DE FORA

ATO Nº 1, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9, inc. II da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo 18213.720042/2020-82 o seguinte contribuinte do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003:

NOME	CNPJ/CPF	Nº CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
ENZIO DE SOUZA	197.303.736-04	700300123988	Exclusão por irregularidade

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data da publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, ao Procurador-Chefe (Seccional) da Fazenda Nacional em Juiz de Fora, via Regularize pelo site www.regularize.pgfn.gov.br, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004.

RENATA DE MESQUITA CECON

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

PORTARIA Nº 10.736, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição de que trata o inciso II do art. 21 da Portaria nº 40, de 30 de janeiro de 2020, do Ministro de Estado da Economia, tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº8.745, de 9 de dezembro de 1993, com redação dada pela Medida Provisória nº 922, de 28 de fevereiro de 2020, no Decreto nº 10.210, de 23 de janeiro de 2020, e na Instrução Normativa nº 1, de 27 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar o Ministério da Economia (ME) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a realizarem chamamento público para contratação temporária de pessoal, observados o detalhamento e os quantitativos máximos constantes do Anexo desta Portaria.

§ 1º A autorização de que trata o caput possibilita aos órgãos e entidades a que se refere, observados os limites máximos discriminados no Anexo, a contratação de:

I - aposentados pelo regime próprio de previdência social da União de que trata o art. 40 da Constituição, na forma do disposto no art. 3º A da Lei nº 8.745, de 1993, com redação dada pela Medida Provisória nº 922, de 28 de fevereiro de 2020; e

II - militares inativos para o desempenho de atividades de natureza civil de que trata o art. 18 da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, regulamentado pelo Decreto nº 10.210, de 2020.

Art. 2º A contratação poderá ocorrer a partir da publicação desta Portaria e a seleção dos profissionais será realizada conforme os requisitos do chamamento público a ser elaborado e publicado pelo órgão e entidade autorizados na forma do art. 1º.

Parágrafo único. Os contratos serão firmados com a estrita observância do disposto na Lei nº8.745, de 1993, com redação dada pela Medida Provisória nº 922, de 28 de fevereiro de 2020, no Decreto nº 10.210, de 2020, e nos planos de trabalho de cada conjunto de contratações, principalmente quanto às atividades a serem desempenhadas, aos prazos máximos de vigência, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº8.745, de 1993, com redação dada pela Medida Provisória nº 922, de 28 de fevereiro de 2020, e aos critérios para definição da remuneração.

Art. 3º As despesas com as contratações correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Grupo de Natureza de Despesa - GND "1 - Pessoal e Encargos Sociais", condicionadas à declaração do respectivo Ordenador de Despesa quanto à adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º O prazo para publicação do chamamento público será de até seis meses, contado a partir da publicação desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SPENCER UEBEL

ANEXO

Órgão ou Entidade	Unidade	Subunidade	Atividade	Fundamento Legal	Vagas
ME	Secretaria de Previdência (SPREV)	Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS)	Atividades de Apoio	Lei nº 8.745, de 1993 - art. 2º, VI, alíneas i, j e p	10
			Análises		40
		Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS)	Atividades de Apoio	Lei nº 8.745, de 1993 - art. 2º, VI, alíneas i e p	235
		Subsecretaria da Perícia Médica Federal (SPMF)	Atividade Geral	Lei nº 8.745, de 1993 - art. 2º, VI, alíneas i e p	255
			Perícia Médica		*
	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)	Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (DECIPEX)	Análise técnica de processos e solicitações	Lei nº 8.745, de 1993 - art. 2º, VI, alínea i	180
			Análise de processos de compensação financeira previdenciária		100
			Orientação e supervisão do tratamento do acervo funcional e digitalização		10
INSS	-	-	Atendimento e serviços administrativos	Lei nº 8.745, de 1993 - art. 2º, VI, alínea i e p	7.400
			Concessão e revisão de benefícios/Demandas judiciais		**
Total					8.230

* observado o limite máximo de gasto de R$ 45.537.600,00 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil e seiscentos reais) para o exercício de 2020; R$ 91.075.200,00 (noventa e um milhões, setenta e cinco mil e duzentos reais) para o exercício de 2021 e R$ 45.537.600,00 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil e seiscentos reais) para o exercício de 2022.

** observado o limite máximo de gasto de R$ 19.951.200,00 (dezenove milhões, novecentos e cinquenta e um mil e duzentos reais) para o exercício de 2020; R$ 31.996.800,00 (trinta e um milhões, novecentos e noventa e seis mil e oitocentos reais) para o exercício de 2021 e R$ 10.665.600,00 (dez milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e seiscentos reais) para o exercício de 2022.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 10.595, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA - SPU/BA- MAURÍCIO CÉSAR MARQUES DE CARVALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2010, na Seção 2, página 75, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04941.001056/2015-05, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz a empresa Mauricéa Alimentos do Nordeste Ltda, CNPJ 12.819.074/0001-33, com sede na rodovia PE 90, km 02, Estrada de Limeira grande, S/N, Zona rural, Campina, PE, representada no ato pelo seu sócio Marcondes Antônio Tavares de Farias, Brasileiro, casado, CPF 224.068.324-49, da área urbana localizada à Rua Gilberto Bezerra, lotes 04, 05 e 06, da quadra 11, Bairro Morada Nobre I, Barreiras/Ba, medindo 1.141,80 (um mil cento e quarenta e um e oitenta metros quadrados), registrada no Cartório de registro de Imóveis de Barreiras, sob n° de matrícula n° 1.334, do livro n° 2 de registro geral, em 27 de outubro de 2014.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à instalação da Sede da Polícia Federal em Barreiras.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO CÉSAR MARQUES DE CARVALHO

PORTARIA Nº 10.620, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA - SPU/BA- MAURÍCIO CÉSAR MARQUES DE CARVALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2010, na Seção 2, página 75, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04941.004306/2018-01, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o Município de Irecê, representado senhor Prefeito, nos termos da Lei n° 1064, de 23 de Outubro de 2017, da área urbana localizada na Rua Lourival Nunes Dourado, s/n, Quadra C, Loteamento Nova Conquista, Centro, Irecê/BA, medindo 4.495,05 (quatro mil quatrocentos e noventa e cinco e cinco metros quadrados), registrado sob n° de matrícula n° 17.464, do livro n° 2 - GP, às fls. 077, em 03 de fevereiro de 2015.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à instalação da Sede da Subseção Judiciária de Irecê- Tribunal Regional Federal da 1° Região.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO CÉSAR MARQUES DE CARVALHO

PORTARIA Nº 10.628, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA - SPU/BA- MAURÍCIO CÉSAR MARQUES DE CARVALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2010, na Seção 2, página 75, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04941.201369/2015-53, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o Município de Euclides da Cunha, representado pela Sra. Maria de Fátima Nunes Soares, brasileira, portadora do RG n° 01153822-83, CPF, sob o n° 651.058.855-20, nos termos da Lei n° 41, de 24 de novembro de 2014, da área urbana, localizada à Rua do Centro Administrativo Municipal, Loteamento Parque Maria Senhora dos Herdeiros de Elias de Souza Lima, bairro Jeremias, Euclides da Cunha/BA, medindo 1.882,37 m² (um mil oitocentos e oitenta e dois e trinta e sete decímetros quadrados), e registrada no 1° ofício de registro de imóveis e Hipotecas da comarca de Euclides da Cunha, sob n° 1.9159, do livro n° 2AX, às fls 38, em 07 de maio de 2015.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à instalação da Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Euclides da Cunha/BA.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO CÉSAR MARQUES DE CARVALHO

PORTARIA Nº 10.635, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA - SPU/BA- MAURÍCIO CÉSAR MARQUES DE CARVALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2010, na Seção 2, página 75, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04941.000262/2017-51, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o Município de Campo Formoso, representado pelo senhor Prefeito Francisco Sales do Nascimento, brasileiro, portador do RG n° 968.446-80/ SSP-BA, CPF n° 117.587.755-72, nos termos da Lei n° 018/2008, de 19 de junho de 2008, da área urbana localizada no Loteamento Lavapés, Bairro Raulindo Saturnino, Campo Formoso/BA, medindo 3.050,00 m² (Três mil e cinquenta metros quadrados), registrada no Cartório do Registro de Imóveis, Hipotecas e Títulos e Documentos da Comarca de Campo Formoso, Bahia, sob nº 2/6.441, fls 041, livro 2-AU, de 29 de setembro de 2008.

Art. 2.º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à construção e funcionamento do Fórum da Subseção Judiciaria da Justiça Federal em Campo Formoso/BA.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CÉSAR MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO Nº 27, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Publica Laudo de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que a Secretaria Executiva do CONFAZ recebeu do órgão técnico credenciado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS- COTEPE/ICMS o seguinte laudo de análise funcional da empresa desenvolvedora de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificada:

I - Não constatado "não conformidade":

a) Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Totvs Large Enterprise Tecnologia S.A Av. Braz Leme, 1000, Bloco B, Andar 2, Casa Verde São Paulo/SP CEP: 02.511-000	82.373.077/0001-71	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: INA0052020 Nome: TOTVS Varejo Food Service PDV Versão: 02.27.00 Código MD5: 18A88AF903A2CC2D8A1273A389229C4C Data do término da análise: 20/03/2020

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DESPACHO Nº 28, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Torna publica a aprovação e a emissão de Termo de Verificação Funcional pela SEFAZ/SP.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2, f, f.4 do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, divulgado pelo Ato COTEPE/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012, e alterações,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP - registrada no processo SEI nº 12004.100316/2020-00, torna público que foi aprovado e emitido pelos representantes do Fisco no referido Estado o seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT Nº 0003/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Elgin - Termo de Verificação Funcional nº 0003/2020.

1. Dados do Termo
1.1. Identificação do equipamento SAT
1.1.1. Marca: ELGIN
1.1.2. Modelo: Smart
1.1.3. Versão do software básico: 03.00.14
1.2. Número do Termo: 003/2020
1.3. Data de emissão: 23/04/2020
1.4. Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT
1.5. Legislação aplicável:
1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.27.05)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.16.03)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT083-020
1.6.2. Órgão técnico responsável pela Verificação Funcional
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: ELGIN
2.2. Razão social: ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA
2.3. CNPJ: 14.200.166/0001-66
2.4. Inscrição estadual / UF: 000.062.002.252 (AM)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "3_22042020_dllsat.dll".
3.1.1. Sistema operacional: Windows 10
3.1.2. Hash code/algoritmo (MD5): 0B6BAB9115F5BD29A1F94056CE48E5A1
André Carballo Diaz (RG:25.617.929-3/SP) - AFR - SEFAZ/SP; e
Rodrigo Umbelino Alves Rolim (RG nº 5979608/SSP-PE) - AFR - SEFAZ/SP

BRUNO PESSANHA NEGRIS

ATO COTEPE ICMS Nº 32, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Altera o Ato COTEPE/ICMS 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira-B do Convênio ICMS 75/91, de 5 de dezembro de 1991,

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas, no dia 24 de abril de 2020, registrada no processo SEI nº 12004.100942/2019-54, torna público:

Art. 1º Fica excluído do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 67/19, de 3 de dezembro de 2019, o item 19 no campo referente ao Estado do Amazonas.

AMAZONAS	
19.	A.R.T. TÁXI AÉREO LTDA - EPP - CNPJ: 10.441.464/0002-78 - IE: 53798279

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 10.763, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 44, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e

Considerando a expectativa de atraso na efetiva arrecadação da fonte 72 - Outras Contribuições Econômicas, em decorrência da publicação da Medida Provisória nº 952, de 15 de abril de 2020, que "Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicação", e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, da mesma fonte, para viabilizar despesas com auxílio-moradia a agentes públicos e fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação, na Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC; e

Considerando a interrupção na arrecadação da fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, em virtude da edição do Decreto nº 10.284, de 20 de março de 2020, do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19", e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, da própria fonte, para viabilizar despesas com a operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB, no âmbito do Fundo Aeronáutico, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne à Presidência da República e ao Ministério da Defesa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO I

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							126.285
		Atividades							
24 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							126.285
24 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							126.285
			F	3	2	90	0	372	126.285
	4001	Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal							39.873.715
		Atividades							
24 722	4001 20B5	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação							39.873.715
24 722	4001 20B5 0001	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação - Nacional							39.873.715
			F	3	2	90	0	372	20.690.339
			F	4	2	90	0	372	19.183.376
TOTAL - FISCAL									40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	6012	Defesa Nacional							450.000.000
		Atividades							
05 151	6012 20XV	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB							450.000.000
05 151	6012 20XV 0001	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB - Nacional							450.000.000
			F	3	1	90	0	650	310.000.000
			F	4	1	90	0	650	140.000.000
TOTAL - FISCAL									450.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							126.285
		Atividades							
24 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							126.285
24 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							126.285
			F	3	2	90	0	172	126.285
	4001	Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal							39.873.715
		Atividades							
24 722	4001 20B5	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação							39.873.715
24 722	4001 20B5 0001	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação - Nacional							39.873.715
			F	3	2	90	0	172	20.690.339
			F	4	2	90	0	172	19.183.376
TOTAL - FISCAL									40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	6012	Defesa Nacional							450.000.000
		Atividades							
05 151	6012 20XV	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB							450.000.000
05 151	6012 20XV 0001	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB - Nacional							450.000.000
			F	3	1	90	0	250	310.000.000
			F	4	1	90	0	250	140.000.000
TOTAL - FISCAL									450.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000.000

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA Nº 10.023, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Aprova a proposta orçamentária anual de 2020 do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, no uso da atribuição que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso II, da Portaria nº 263, de 3 de maio de 2019, do Ministro de Estado da Economia, e tendo em vista o disposto no art. 57, inciso I, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, no art. 2º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, bem como no art. 64-A do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e considerando, ainda, os termos da Portaria nº 2.007-SEI, de 4 de dezembro de 2018 em combinação com os autos do Processo SEI nº 19951.100449/2019-74, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2020, em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V e VI desta Portaria, a proposta de orçamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Art. 2º Determinar ao Dirigente Máximo da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e a Lei de Acesso à Informação (LAI), seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da proposta orçamentária ora aprovada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

ANEXO I

RECEITA
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Código	Especificação	Valor
1000.00.00	Receitas Correntes	4.883.742.620,00
1200.00.00	Receitas de Contribuições	3.390.000.000,00
1212.00.00	Constribuições Sociais	3.390.000.000,00
1210.43.00	Contribuição para o SEBRAE	3.390.000.000,00
1300.00.00	Receitas Patrimonial	179.484.100,00
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	179.484.100,00
1321.00.00	Juros de Título de Renda	179.484.100,00
1600.00.00	Receitas de Serviços	254.839.257,00
1600.20.00	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	254.839.257,00
1700.00.00	Transferências Correntes	47.742.140,00
1730.00.00	Transferências de Convênios	47.742.140,00
	Transferências de Convênio de Instituições Privadas	47.742.140,00
1900.00.00	Receitas Diversas	1.011.677.123,00
1990.00.00	Outras Receitas	26.481.132,00
	Saldos Exercícios Anteriores - Recursos Próprios	985.195.991,00
1990.00.00	Receitas de Capital	49.081.667,00
2000.00.00	Operações de Crédito	49.081.667,00
2110.00.00	Operações de Crédito Interna	49.081.667,00

ANEXO II

DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
2.1. Programa de Gestão e Ações Administrativas - PAA
Função: (04) - Administração
Subfunção: (122) - Administração Geral
Programa: (2810) - Programa de Gestão e Ações Administrativas

OBJETIVO GERAL					
Propriciar infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades e viabilizar a eficiência, eficácia e efetividade aos sistemas de gerenciamento interno do Sebrae.					
AÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	VALOR (R$ 1,00)
2811	Ações administrativas e de gestão do Sebrae	-	-	Pessoal	280.459.199,00
				Custeio e Serviços	183.202.140,00
				Tributos e Operações Financeiras	-
				Total	463.661.339,00

2.2. Investimentos
Função: (04) - Administração
Subfunção: (122) - Administração Geral
Programa: (2820) - Programa de Gestão e Ações Administrativas

OBJETIVO GERAL					
Propiciar infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades e viabilizar a eficiência, eficácia e efetividade aos sistemas de gerenciamento interno do Sebrae.					
AÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	VALOR (R$ 1,00)
2821	Investimentos	-	-	Máquinas e Equipamentos	28.328.605,00
				Direito de Uso de Software	3.919.536,00
				Total	32.248.141,00

2.3. Programa de Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequena Empresa
Função: (23) - Comércio e Serviços
Subfunção: (691) - Promoção Comercial
Programa: (2047) - Programa de Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples

OBJETIVO GERAL					
Promover o acesso das MPEs a mercados, especialmente os de compras públicas e exportação, e no acesso à inovação, à tecnologia, à capacitação e ao crédito					
AÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	VALOR (R$ 1,00)
2047	Ações de Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequena Empresa	-	-	Pessoal	1.072.829.307,00
				Custeio e Serviços	3.005.669.518,00
				Tributos e Operações Financeiras	186.430.137,00
				Inversões Financeiras	120.314.240,00
				Total	4.385.243.202,00

2.4. Reservas e Provisões
Função: (99) - Comércio e Serviços
Subfunção: (999) - Reserva de Contingência e Provisões
Programa: (2840) - Reserva de Contingência e Provisões

OBJETIVO GERAL					
Garantir reserva de recursos que permita ao SEBRAE planejar ações de longo prazo, bem como a viabilidade financeira da entidade, tendo em vista as incerteza decorrentes de processos jurídicos e do cenário econômico mundial					
AÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	VALOR (R$ 1,00)

2841	Reserva de recursos	-	-	Reserva de Contingência	238.101.742,00
				Provisão da Taxa de Administração	-
				Reserva para Contingências Jurídicas	-
				Total	238.101.742,00

Metas do PPA para o nível de contribuição para os pequenos negócios		
Indicador	Metas 2020	Unidade de Medida
Faturamento*	77,00%	%
Custos*	77,00%	%
Produtividade*	77,00%	%
Inovação e Modernização*	66,00%	%

Metas do PPA para o nível de eficácia		
Indicador	Metas 2020	Unidade de Medida
Cursos*	8,6	0 - 10
Consultorias*	8,2	0 - 10
Recomendação do Sebrae (NPS)	81,6	- 100 a + 100
Cobertura doAtendimento (ME+EPP)*	16,20%	%
Atendimento aos MEI Nascentes*	11,40%	%
Geração de empregos formais*	17,78%	%
Índice de imagem junto aos Pequenos Negócios	8,4	0 - 10
Índice de imagem junto à sociedade	8,6	0 - 10
Índice de Satistação do Cliente	9	0 - 10
Número de Pequenos Negócios atendidos - total; MEI; ME; EPP	2.320.905	Número
Número de pequeno snegócios atendidos com soluções de inovação	271.392	Número
Número de pequenos negócios atendidos por meio de serviços digitais	649.791	Número
Número de pequenos negócios fidelizados	654.619	Número
Municípios com atuação integrada	126	Número
Número de Pessoas Físicas	2.651.186	Número
Índice de aplicabilidade dos produtos e serviços	8,3	0 - 10

Metas do PPA para o nível eficiência operacional		
Indicador	Metas 2020	Unidade de Medida
Recursos aplicados na atividade fim*	79,50%	%
Índice de sustentabilidade na gestão		
Índice de maturidade da infraestrutura		

Metas do PPA para o nível de eficiência operacional - Sebrae Nacional		
Indicador	Metas 2020	Unidade de Medida
Pessoal, Encargos e Benefícios*	14,50%	%
Resultados Alcançados em Programas Nacionais*	77,00%	%
Recursos aplicados na atividade fim*	74,00%	%
Ações indutoras do cumprimento do Acordo de Resultados*	A definir	

ANEXO III

SÍNTESE DE DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

R$1,00			
Função	Subfunção	Programa	Valor
4	122	Programa: (2810) - Programa de Gestão e Ações Administrativas (PAA)	463.661.339,00
4	122	Programa: (2820) - Investimento	32.248.414,00
23	691	Programa: (2047) - Programa de Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples	4.198.813.065,00
99	999	Programa: (2840) - Reservas de Contingência e Provisões	238.101.742,00
TOTAL			4.932.824.560,00

ANEXO IV

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

ID	Grupo de Despesa	Valor
1	Pessoal e Encargos Sociais	1.353.288.506,00
2	Juros e Encargos da Dívida	-
3	Outras Despesas Correntes	3.188.871.658,00
4	Investimentos	32.248.141,00
5	Inversões Financeiras	120.314.240,00
6	Amortização da Dívida	-
7	Reservas e Provisões	238.101.742,00
TOTAL		4.932.824.287,00

ANEXO V

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

RECEITA			DESPESA		
Especificações	Parcial	Valor	Especificações	Parcial	Valor
Receitas Correntes	-	4.883.742.620,00	Despesas Correntes	-	4.542.160.164,00
Déficit Corrente	-	-	Superávit Corrente	-	238.101.742,00
Receitas de Capital	-	49.081.667,00	Despesas de Capital	-	152.562.381,00
TOTAL	-	4.932.824.287,00	TOTAL	-	4.932.824.287,00

ANEXO VI

QUADRO RESUMO DE RECEITA E DE DESPESA
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

RECEITA		DESPESA	
Especificações	Valor	Especificações	Valor
Receitas de Contribuição Social	3.390.000.000,00	Pessoal	1.353.288.506,00
Receitas de Transferência Intergovernamentais		Custeio e Serviços	3.002.441.521,00
Receita de Aplicações Financeiras	179.484.100,00	Tributos e Operações Financeiras	186.430.137,00
Receitas de Serviços	254.839.257,00		
Outras Receitas	26.481.132,00		
Saldo de Exercício Anterior - Recursos Próprios	985.195.991,00		
Saldo de Exercício Anteriores - Transferências Intergovernamentais			

Receitas de Transferências de Convênios	47.742.140,00	Investimentos	152.562.381,00
Receitas de Aplicações Financeiras de convênios		Reservas e Provisões	238.101.742,00
Saldo de Exercício Anterior - Convênios			
Receitas de Capital	49.081.667,00		
TOTAL	4.932.824.287,00	TOTAL	4.932.824.287,00

PORTARIA Nº 10.596, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Aprova a proposta orçamentária anual de 2020 do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, no uso da atribuição que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso II, da Portaria nº 263, de 3 de maio de 2019, do Ministro de Estado da Economia, e tendo em vista o disposto no art. 57, inciso I, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, no art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, bem como no art. 64-A do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e considerando, ainda, o que consta dos autos do Processo SEI nº 19951.100452/2019-98, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2020, em conformidade com os anexos I, II, III e IV desta Portaria, a proposta de orçamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAI.

Art. 2º Determinar ao Dirigente Máximo da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e a Lei de Acesso à Informação (LAI), seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da proposta orçamentária ora aprovada..

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

ANEXO I

RECEITA
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Valores em R$ 1,00

Código		Valor
10000000	Receitas Correntes	5.749.274.669,29
12000000	Receita de Contribuicoes	3.634.257.001,03
12100000	Contribuicoes Sociais	3.634.257.001,03
12103401	Contribuicao para o SENAI	1.740.512.338,39
12103402	Adicional a Contribuicao do SENAI	414.066.984,28
12103601	Contribuicoes Indiretas	1.479.677.678,36
13000000	Receita Patrimonial	161.191.944,54
13100000	Receitas Imobiliarias	28.131.493,38
13190000	Outras Receitas Imobiliarias	28.131.493,38
13200000	Receita de Valores Mobiliarios	133.060.451,16
13210000	Juros de Titulos de Renda	128.912.435,16
13220000	Dividendos	4.148.016,00
15000000	Receita Industrial	2.000,00
15200000	Receita da Industria de Transferencias	2.000,00
15209900	Outras Receitas da Ind. de Trabalhadores	2.000,00
16000000	Receitas de Servicos	1.315.996.472,13
16000100	Servicos Comerciais	5.104.667,29
16000200	Servicos Financeiros	1.001.452,42
16001200	Servicos Tecnologicos	211.798.967,04
16001300	Servicos Administrativos	5.369.175,01
16001600	Servicos Educacionais	867.662.156,64
16002000	Serviços de Consultoria e Assistencia Tecnica	225.060.053,73
19000000	Outras Receitas Correntes	637.827.251,59
19200000	Indenizacoes e Restituicoes	6.416.605,85
19220000	Restituicoes	6.416.605,85
19900000	Receitas Diversas	375.162.761,66
19909900	Outras Receitas	42.105.648,24
19909902	Subvencoes Especiais	2.405.598,80
19909905	Saldo de Exerc. Anteriores Receitas	7.921.686,20
19909999	Outras Receitas Diversas	322.729.828,42
20000000	Receitas de Capital	261.928.496,03
21000000	Operacoes de Credito	123.924.265,70
21100000	Operacoes de Credito Internas	37.888.230,49
21190000	Outras Operacoes de Credito Interno	37.888.230,49
21200000	Operacoes de Credito Externas	86.036.035,21
21290000	Outras Operacoes de Credito Externo	86.036.035,21
22000000	Alienacao de Bens	28.641.301,51
22100000	Alienacao de Bens Moveis	5.904.549,51
22190000	Alienacao Outros Bens Moveis	5.904.549,51
22200000	Alienacao de Bens Imoveis	22.736.752,00
22290000	Alienacao de Outros Bens Imoveis	22.736.752,00
25000000	Outras Receitas de Capital	109.362.928,82
25800000	Saldos Ex. Anterior - Rec. Capital	5.862.336,05
25920000	Outras Receitas de Capital	103.500.592,77
SUBTOTAL		5.754.955.281,24
	Receitas Intra-orçamentárias	323.485.900,08
	Auxílio minímo[1]	128.123.942,04
	Auxílio especial[1]	128.123.942,04
	Receitas Institucionais (CETIQT)[2]	67.238.016,00
TOTAL		6.078.441.181,32
Fonte: Protheus		
[1] Conforme Art. 51, letra "b" e "c" do Regimento do SENAI.		
[2] Conforme Resolução nº 15/2014 do Conselho Nacional do SENAI.		

ANEXO I

DESPESA
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Valores em R$ 1,00

Código		Valor
30000000	Despesas Correntes	5.056.311.217,91
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.828.244.944,54
31900000	Aplicacoes Diretas	2.828.244.944,54
31900700	Contribuicao a Ent. Fechadas de Previdencia	31.943.105,37
31900800	Outros Beneficios Assistenciais	338.971.782,83
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.543.982.262,18
31901300	Obrigacoes Patronais	913.347.794,16
32000000	Juros e Encargos da Divida	64.751.031,13
32900000	Aplicacoes Diretas	64.751.031,13
32902100	Juros sobre a Divida por Contratos	64.751.031,13

33000000	Outras Despesas Correntes	2.163.315.242,24
33500000	Transferencias a Instituicoes	453.380.594,49
33504100	Contribuicoes	151.535.802,76
33504300	Subvencoes Sociais	301.844.791,73
33900000	Aplicacoes Diretas	1.709.934.647,75
33901400	Diarias	27.790.014,78
33903000	Material de Consumo	281.103.567,69
33903200	Material de Distribuicao Gratuita	3.774.316,06
33903300	Passagens e Despesas com Locomocao	98.763.173,96
33903500	Servicos de Consultoria	87.293.252,06
33903900	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	1.211.210.323,20
40000000	Despesas de Capital	698.644.063,33
44000000	Investimentos	570.972.310,37
44500000	Transferencias a Instituicoes	93.825.482,59
44504200	Auxilios	93.825.482,59
44900000	Aplicacoes Diretas	477.146.827,78
44905100	Obras e Instalacoes	209.044.757,95
44905200	Equipamentos e Material Permanente	268.102.069,83
45000000	Inversoes Financeiras	215.316,44
45900000	Aplicacoes Diretas	215.316,44
45906700	Depositos Compulsorios	215.316,44
46000000	Amortizacao da Divida	127.456.436,52
46900000	Aplicacoes Diretas	127.456.436,52
46907100	Principal da Divida Contratual	127.456.436,52
SUBTOTAL		5.754.955.281,24
	Despesas Intra-orçamentárias	323.485.900,08
	Auxílio minímo[1]	128.123.942,04
	Auxílio especial[1]	128.123.942,04
	Despesas Institucionais (CETIQT)[2]	67.238.016,00
TOTAL		6.078.441.181,32
Fonte: Protheus		
[1] Conforme Art. 51, letra "b" e "c" do Regimento do SENAI.		
[2] Conforme Resolução nº 15/2014 do Conselho Nacional do SENAI.		

ANEXO II

PROGRAMAS
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Valores em R$ 1,00

Programa: 0301 - INSTITUCIONAL		
Objetivo: Despesas administrativas para manutenção da Entidade, bem como repasses regulamentares.	Indicador: Orçamento destinado para a área fim (negócio) - 79%	Total
		1.249.264.349,98
Ação	Título	Produto (Unidade) Meta
3110	Gestao Institucional	Percentual 79% 194.097.946,10
3111	Comunicação e Marketing	Percentual 79% 101.999.719,43
3113	Assistencia Financeira a entidade	Percentual 79% 157.641.145,19
3114	Pesquisa, Avaliação e Desenvolvimento	Percentual 79% 76.824.263,67
3115	Apoio Administrativo	Percentual 79% 713.301.856,62
Programa: 0301 - INSTITUCIONAL		
Objetivo: Despesas administrativas para manutenção da Entidade, bem como repasses regulamentares.	Indicador: Indíce de colaboradores capacitados	Total
		5.399.418,97
Ação	Título	Produto (Unidade) Meta
3112	Capacitação de Recursos Humanos	Percentual 2% 5.399.418,97
Programa: 0302 - EDUCACAO		
Programa: 0302 - EDUCACAO		
Objetivo: Requalificar e atualizar as competências dos trabalhadores da indústria	Indicador: Número de concluintes em cursos de aperfeiçoamento e especialização associadas à Indústria 4.0 - (Meta: 44.656). % de empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos do SENAI - (Meta: 65%)	Total
		3.565.682.408,75
Ação	Título	Produto (Unidade) Meta

3116	Requalificar e Atualizar as Competências dos Trabalhadores		535.378.463,17
3117	Formar Profissionais para o Mercado de Trabalho	Percentual	1.081.569.746,43
3118	Gestao da Educacao	Percentual	1.827.488.565,37
3125	Impulsionar a Formacao Superior	Percentual	108.957.035,43
Programa: 0302 - EDUCACAO			
Objetivo		Indicador: Índice de colaboradores capacitados	Total
			12.288.598,35
Ação	Título	Produto (Unidade) Meta	
3112	Capacitação de Recursos Humanos	Percentual 2%	12.288.598,35
Programa: 0303 - TECNOLOGIA E INOVACAO			
Objetivo: Contribuir para a elevação do nível de maturidade e produtividade das empresas.		Indicador: Índice de aumento de produtividade nas empresas atendidas por programas de produtividade industrial - (Meta: 20%) Número de projetos ativos dos Institutos SENAI de Inovação - (Meta: 441)	Total
			783.700.720,15
Ação	Título	Produto (Unidade) Meta	
3120	Prover Soluções e Desenvolvimento para Indústria		400.621.453,44
3121	Gestão da Tecnologia e Inovação	Número	381.205.225,39

Programa: 0303 - TECNOLOGIA E INOVACAO			
Objetivo		Indicador: Índice de colaboradores capacitados	Total
			1.874.041,32
Ação	Título	Produto (Unidade) Meta	
3112	Capacitação de Recursos Humanos	Percentual 2%	1.874.041,32
Programa: 0304 - DESEMPENHO DE SISTEMA			
Objetivo: Assegurar informações de desempenho do SESI, com rastreabilidade, integridade e tempestividade e ampliar a cobertura de atendimento à indústria.		Indicador: Índice de atendimento ao prazo de envio dos dados - (Meta: 95%) Número de empresas atendidas - (Meta: 36.761)	Total
			156.307.802,36
Ação	Título	Produto (Unidade) Meta	
3122	Planejamento e Orçamento	Número 95%	49.334.421,50
Programa: 0304 - DESEMPENHO DE SISTEMA			
Objetivo		Indicador: Nº de Estabelecimentos industriais atendidos	Total
3123	Cobertura de Atendimento a Estabelecimento Industriais	Número 36.761	106.973.380,86
	SUBTOTAL DOS PROGRAMAS		5.754.955.281,24
Despesas Intra-orçamentárias			323.485.900,08
3113	Assistencia Financeira a entidade	Auxílio minímo[1]	128.123.942,04
		Auxílio especial[1]	128.123.942,04
		Despesas Institucionais (CETIQT)[2]	67.238.016,00
	TOTAL DOS PROGRAMAS		6.078.441.181,32
Fonte: Protheus			
[1] Conforme Art. 51, letra "b" e "c" do Regimento do SENAI.			
[2] Conforme Resolução nº 15/2014 do Conselho Nacional do SENAI.			

ANEXO III

DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Valores em R$ 1,00

Programática	Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento de Valor
	11-TRABALHO	5.754.955.281,24		5.754.955.281,24
0301	Apoio Administrativo	713.301.856,62		
			Amortizacao da Divida	39.912.740,16
			Inversoes Financeiras	207.397,25
			Investimentos	105.955.006,18
			Juros e Encargos da Divida	22.653.130,89
			Outras Despesas Correntes	265.896.027,94
			Pessoal e Encargos Sociais	278.677.554,20
	Assistencia Financeira a entidade	157.641.145,19		
			Outras Despesas Correntes	157.641.145,19
	Capacitação de Recursos Humanos	5.399.418,97		
			Outras Despesas Correntes	3.334.404,86
			Pessoal e Encargos Sociais	2.065.014,11
	Comunicação e Marketing	101.999.719,43		
			Investimentos	118.756,35
			Outras Despesas Correntes	72.477.768,38
			Pessoal e Encargos Sociais	29.403.194,70
	Gestao Institucional	4.433.900,06		
			Outras Despesas Correntes	1.079.352,84
			Pessoal e Encargos Sociais	3.354.547,22
	Gestão Institucional	189.664.046,04		
			Amortizacao da Divida	8.632.856,68
			Inversoes Financeiras	7.919,19
			Investimentos	941.984,97
			Juros e Encargos da Divida	1.830.931,71
			Outras Despesas Correntes	62.251.907,94
			Pessoal e Encargos Sociais	115.998.445,55
	Pesquisa, Avaliacao e Desenvolvimento	63.109.851,27		
			Amortizacao da Divida	5.419.602,00
			Investimentos	12.188.916,71
			Outras Despesas Correntes	22.509.269,12
			Pessoal e Encargos Sociais	22.992.063,44
	Pesquisa, Avaliacao e Desenvolvimento	13.714.412,40		
			Investimentos	27.938,80
			Outras Despesas Correntes	9.170.138,36
			Pessoal e Encargos Sociais	4.516.335,24
0302	Capacitação de Recursos Humanos	12.288.598,35		
			Outras Despesas Correntes	10.144.676,30
			Pessoal e Encargos Sociais	2.143.922,05
	Formar Profissionais para o Mercado de Trabalho	1.081.569.746,43		
			Amortizacao da Divida	24.987.134,08
			Investimentos	136.495.183,38
			Juros e Encargos da Divida	12.212.306,06
			Outras Despesas Correntes	182.657.440,34
			Pessoal e Encargos Sociais	725.217.682,57
	Gestao da Educacao	1.827.488.565,37		
			Amortizacao da Divida	37.813.912,56
			Investimentos	234.908.185,63
			Juros e Encargos da Divida	22.979.292,56
			Outras Despesas Correntes	727.833.110,56
			Pessoal e Encargos Sociais	803.954.064,06
	Impulsionar a Formacao Superior	108.957.035,43		
			Investimentos	1.827.743,00
			Outras Despesas Correntes	26.473.923,84
			Pessoal e Encargos Sociais	80.655.368,59
	Requalificar e Atualizar as Competências dos Trabalhadores	535.378.463,17		
			Amortizacao da Divida	349.524,00
			Investimentos	6.298.031,71
			Juros e Encargos da Divida	205.231,00

			Outras Despesas Correntes	180.215.758,24
			Pessoal e Encargos Sociais	348.309.918,22
0303	Capacitação de Recursos Humanos	1.874.041,32		
			Outras Despesas Correntes	1.434.815,00
			Pessoal e Encargos Sociais	439.226,32
	Gestao da Tecnologia e Inovacao	381.205.225,39		
			Amortizacao da Divida	8.412.200,04
			Investimentos	40.525.554,40
			Juros e Encargos da Divida	3.635.609,91
			Outras Despesas Correntes	256.703.240,57
			Pessoal e Encargos Sociais	71.928.620,47
	Prover Soluções e Desenvolvimento para Indústria	400.621.453,44		
			Amortizacao da Divida	1.928.467,00
			Investimentos	22.907.531,81
			Juros e Encargos da Divida	1.234.529,00
			Outras Despesas Correntes	129.538.837,04

			Pessoal e Encargos Sociais	245.012.088,59
0304	Cobertura de Atendimento a Estabelecimento Industriais	106.973.380,86		
			Investimentos	1.745.862,34
			Outras Despesas Correntes	42.880.366,34
			Pessoal e Encargos Sociais	62.347.152,18
	Planejamento e Orçamento	49.334.421,50		
			Investimentos	7.031.615,09
			Outras Despesas Correntes	11.073.059,38
			Pessoal e Encargos Sociais	31.229.747,03
0301	Despesas Intra-orçamentárias	323.485.900,08		323.485.900,08
			Auxílio minímo[1]	128.123.942,04
	Assistencia Financeira a entidade		Auxílio especial[1]	128.123.942,04
			Despesas Institucionais (CETIQT)[2]	67.238.016,00
TOTAL		6.078.441.181,32		6.078.441.181,32
Fonte: Protheus				
[1] Conforme Art. 51, letra "b" e "c" do Regimento do SENAI.				
[2] Conforme Resolução nº 15/2014 do Conselho Nacional do SENAI.				

ANEXO III

QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Valores em R$ 1,00

Sunfunção	Total	Programa	Total
11-TRABALHO	5.754.955.281,24		5.754.955.281,24
121-PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	63.048.833,90		
		0301-Institucional	13.714.412,40
		0304-Desempenho de Sistema	49.334.421,50
122-ADMINISTRAÇÃO GERAL	537.766.572,59		
		0301-Institucional	430.793.191,73
		0304-Desempenho de Sistema	106.973.380,86
123-ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	19.333.574,35		
		0301-Institucional	19.333.574,35
126-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	129.353.236,50		
		0301-Institucional	129.353.236,50
128-FORMAÇÃO DE R.H.	19.562.058,64		
		0301-Institucional	5.399.418,97
		0302-Educação	12.288.598,35
		0303-Tecnologia e Inovação	1.874.041,32
131-COMUNICAÇÃO SOCIAL	101.999.719,43		
		0301-Institucional	101.999.719,43
333-EMPREGABILIDADE	2.528.123.038,03		
		0302-Educacao	2.528.123.038,03
362-ENSINO MEDIO	2.799.971,00		
		0302-Educacao	2.799.971,00
364-ENSINO SUPERIOR	108.957.035,43		
		0302-Educacao	108.957.035,43
366-EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	6.938.451,00		
		0302-Educacao	6.938.451,00
571-DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	48.000,00		
		0303-Tecnologia e Inovacao	48.000,00
573-DIFUSÃO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.219.225.251,61		
		0302-Educacao	835.332.375,28
		0303-Tecnologia e Inovacao	383.892.876,33
661-PROMOCAO INDUSTRIAL	75.676.839,72		
		0301-Institucional	4.433.900,06
		0302-Educacao	71.242.939,66
662-PRODUCAO INDUSTRIAL	256.429.692,24		
		0301-Institucional	63.109.851,27
		0303-Tecnologia e Inovacao	193.319.840,97
665-NORMALIZACAO E QUALIDADE	204.565.961,53		
		0303-Tecnologia e Inovacao	204.565.961,53
845-OUTRAS TRANSFERENCIAS	481.127.045,27		
		0301-Institucional	481.127.045,27
Despesas Intra-orçamentárias	323.485.900,08		323.485.900,08
		Auxílio minímo[1]	128.123.942,04
123-ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		Auxílio especial[1]	128.123.942,04
		Despesas Institucionais (CETIQT)[2]	67.238.016,00
TOTAL	6.078.441.181,32		6.078.441.181,32

Fonte: Protheus			
[1] Conforme Art. 51, letra "b" e "c" do Regimento do SENAI.			
[2] Conforme Resolução nº 15/2014 do Conselho Nacional do SENAI.			

ANEXO III

TOTAL POR GRUPO DE DESPESA
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Valores em R$ 1,00

TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Divida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversoes Financeiras	Amortizacao da Divida
6.078.441.181,32	2.828.244.944,54	64.751.031,13	2.486.801.142,32	570.972.310,37	215.316,44	127.456.436,52

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Valores em R$ 1,00

Receitas			Despesas		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
Receitas Correntes		5.493.026.785,21	Despesas Correntes		5.056.311.217,91
Receita de Contribuicoes	3.378.009.116,95		Pessoal e Encargos Sociais	2.828.244.944,54	
Receita Patrimonial	161.191.944,54		Juros e Encargos da Divida	64.751.031,13	
Receita Industrial	2.000,00		Outras Despesas Correntes	2.163.315.242,24	
Receitas de Servicos	1.315.996.472,13				
Outras Receitas Correntes	637.827.251,59				
			SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		436.715.567,30
TOTAL		5.493.026.785,21	TOTAL		5.056.311.217,91
Receitas de Capital		261.928.496,03	Despesas de Capital		698.644.063,33
Operacoes de Credito	123.924.265,70		Investimentos	570.972.310,37	
Alienacao de Bens	28.641.301,51		Inversoes Financeiras	215.316,44	
Outras Receitas de Capital	109.362.928,82		Amortizacao da Divida	127.456.436,52	
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		436.715.567,30			
TOTAL		698.644.063,33	TOTAL		698.644.063,33
Receitas Correntes		5.493.026.785,21	Despesas Correntes		5.056.311.217,91
Receitas de Capital		261.928.496,03	Despesas de Capital		698.644.063,33
					-
RECEITA SUBTOTAL		5.754.955.281,24	DESPESA SUBTOTAL		5.754.955.281,24
Receitas Intra-orçamentárias	323.485.900,08		Despesas Intra-orçamentárias		323.485.900,08
Auxílio minímo[1]	128.123.942,04		Auxílio minímo[1]		128.123.942,04
Auxílio especial[1]	128.123.942,04		Auxílio especial[1]		128.123.942,04
Receitas Institucionais (CETIQT)[2]	67.238.016,00		Despesas Institucionais (CETIQT)[2]		67.238.016,00
RECEITA TOTAL		6.078.441.181,32	DESPESA TOTAL		6.078.441.181,32
Fonte: Protheus					
[1] Conforme Art. 51, letra "b" e "c" do Regimento do SENAI.					
[2] Conforme Resolução nº 15/2014 do Conselho Nacional do SENAI.					

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.942, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, que dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 32 e no inciso I do art. 36 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e no art. 70 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 30. .....

.....

IV - 20% (vinte por cento), exceto no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e 29 de fevereiro de 2020, no qual vigorará a alíquota de 15% (quinze por cento), nos casos de bancos de qualquer espécie e de agências de fomento." (NR)

"Art. 30-A. As pessoas jurídicas a que se refere o inciso IV do art. 30 tributadas pelo lucro real trimestral a que se refere o caput do art. 31 deverão realizar, relativamente ao primeiro trimestre de 2020, os seguintes procedimentos para determinar o valor devido da CSLL relativa ao período de apuração:

I - calcular a proporção entre o total da receita bruta do mês de março e o total da receita bruta do trimestre;

II - aplicar o percentual calculado na forma prevista no inciso I sobre o resultado ajustado do trimestre;

III - aplicar a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre o valor apurado na forma prevista no inciso II; e

IV - adicionar o valor calculado na forma prevista no inciso III à CSLL apurada por meio da aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o resultado ajustado do trimestre.

§ 1º Alternativamente ao estabelecido no caput, as pessoas jurídicas referidas neste artigo poderão realizar os seguintes procedimentos para determinar o valor devido da CSLL relativa ao período de apuração:

I - calcular o resultado ajustado relativo aos meses de janeiro e fevereiro;

II - calcular a diferença entre o resultado ajustado do trimestre e o resultado ajustado a que se refere o inciso I;

III - aplicar a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre a diferença apurada na forma prevista no inciso II, caso seja positiva; e

IV - adicionar o valor calculado na forma prevista no inciso III à CSLL apurada por meio da aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o resultado ajustado do trimestre.

§ 2º A alternativa prevista no § 1º será aplicável somente se a diferença a que se refere seu inciso II for positiva." (NR)

"Art. 30-B. As pessoas jurídicas a que se refere o inciso IV do art. 30 tributadas com base no lucro real anual a que se refere o § 3º do art. 31 e que apurarem a CSLL devida em cada mês na forma prevista no art. 45 deverão aplicar a alíquota de 20% (vinte por cento) a partir de 1º de março de 2020.

§ 1º No ano-calendário de 2020, as pessoas jurídicas referidas no caput que levantarem balanços ou balancetes a partir de 1º de março para os fins previstos nos incisos III e IV do art. 47 deverão, para calcular a CSLL devida com base no resultado ajustado do período em curso, realizar os seguintes procedimentos para determinar o valor devido da CSLL relativa ao período de apuração:

I - calcular a proporção entre o total da receita bruta do mês de março de 2020 até o último mês abrangido pelo período em curso e o total da receita bruta desse período;

II - aplicar o percentual calculado na forma do inciso I sobre o resultado ajustado do período em curso;

III - aplicar a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre o valor apurado na forma prevista no inciso II; e

IV - adicionar o valor calculado na forma prevista no inciso III à CSLL apurada por meio da aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o resultado ajustado do período em curso.

§ 2º Alternativamente ao estabelecido no § 1º, as pessoas jurídicas referidas no caput poderão realizar os seguintes procedimentos para fins de cálculo do valor devido da CSLL relativa ao período em curso:

I - calcular o resultado ajustado relativo aos meses de janeiro e fevereiro;

II - calcular a diferença entre o resultado ajustado do período em curso e o resultado ajustado a que se refere o inciso I;

III - aplicar a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre a diferença apurada na forma prevista no inciso II, caso seja positiva; e

IV - adicionar o valor calculado na forma prevista no inciso III à CSLL apurada por meio da aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o resultado ajustado do período em curso.

§ 3º A alternativa prevista no § 2º será aplicável somente se a diferença a que se refere seu inciso II for positiva." (NR)

"Art. 30-C. As pessoas jurídicas a que se refere o inciso IV do art. 30 tributadas com base no lucro real anual apurarão o valor da CSLL devida em 31 de dezembro de 2020 de que trata o § 4º do art. 31 na forma prevista no § 1º do art. 30-B, considerado o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Alternativamente ao estabelecido no caput, as pessoas jurídicas referidas neste artigo poderão realizar os procedimentos descritos nos §§ 2º e 3º do art. 30-B para fins de cálculo do valor devido da CSLL relativo ao ano-calendário de 2020." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - o contribuinte que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM/PA, no uso da competência que lhe confere o artigo 33, caput, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, declara:

Art. 1º - Fica o contribuinte, a seguir identificado, excluído do SIMPLES NACIONAL, conforme motivação e fundamentação legal abaixo:

Nome: DIAMOND TOURS TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 01.364.148/0001-78

Embasamento: Processo Administrativo nº 10215.720.144/2020-76

Motivação: A pessoa jurídica, optante do SIMPLES NACIONAL, ultrapassou o limite previsto nos §§ 1º e 3º, art. 2º, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e não comunicou tal fato, conforme dispõe art. 73, II, alínea 'a', item 2, da Resolução CGSN nº 94 de 2011. A falta de comunicação enseja a exclusão de ofício prevista no art. 29, I, da LC 123/2006.

Fundamentação: art. 2o, §§ 1º, 2º e 6o, e art. 29, inciso I, da Lei Complementar 123/2006; art. 2º, alínea "b", e §§ 1º, 2º; art. 73, inciso II, alínea "a", 1; art. 76, inciso I, da Resolução CGSN no 94/2011.

Art. 2º - A exclusão do SIMPLES NACIONAL surtirá os efeitos previstos no art. 73, inciso II, alínea 'a", 1, da Resolução CGSN no 94/2011, ficando a pessoa jurídica excluída do SIMPLES NACIONAL a partir de 01/01/2017.

Art. 3º - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de ciência deste ato, manifestar sua inconformidade, por escrito, à Delegada da Receita Federal do Brasil em Santarém/PA, nos termos do Processo Administrativo Tributário, disciplinado pelo Decreto nº 70.235/1972, com alterações introduzidas pelas Leis nº 8.748/93, 9.532/97 e alterações posteriores, relativamente à exclusão do SIMPLES NACIONAL, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES NACIONAL tornar-se-á definitiva.

MARI OLIVEIRA MOTA KUSSUKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - o contribuinte que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM/PA, no uso da competência que lhe confere o artigo 33, caput, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, declara:

Art. 1º - Fica o contribuinte, a seguir identificado, excluído do SIMPLES NACIONAL, conforme motivação e fundamentação legal abaixo:

Nome: CICLIK EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 03.172.134/0001-88

Embasamento: Processo Administrativo nº 10215.720.145/2020-11

Motivação: A pessoa jurídica, optante do SIMPLES NACIONAL, ultrapassou o limite previsto nos §§ 1º e 2º, art. 2º, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e não comunicou tal fato, conforme dispõe art. 73, II, alínea 'a', item 2, da Resolução CGSN nº 94 de 2011. A falta de comunicação enseja a exclusão de ofício prevista no art. 29, I, da LC 123/2006.

Fundamentação: art. 2o, §§ 1º, 2º e 6o, e art. 29, inciso I, da Lei Complementar 123/2006; art. 2º, alínea "b" e §§ 1º, 3º; art. 73, inciso II, alínea "a", 2; art. 76, inciso I, da Resolução CGSN no 94/2011.

Art. 2º - A exclusão do SIMPLES NACIONAL surtirá os efeitos previstos no art. 73, inciso II, alínea 'a", 2, da Resolução CGSN no 94/2011, ficando a pessoa jurídica excluída do SIMPLES NACIONAL a partir de 01/01/2017.

Art. 3º - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de ciência deste ato, manifestar sua inconformidade, por escrito, à Delegada da Receita Federal do Brasil em Santarém/PA, nos termos do Processo Administrativo Tributário, disciplinado pelo Decreto nº 70.235/1972, com alterações introduzidas pelas Leis nº 8.748/93, 9.532/97 e alterações posteriores, relativamente à exclusão do SIMPLES NACIONAL, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES NACIONAL tornar-se-á definitiva.

MARI OLIVEIRA MOTA KUSSUKI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Cancela, a pedido, a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi) da pessoa jurídica que menciona. O cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS-MA, no uso das atribuições constantes do artigo 270, "caput", dos benefícios fiscais, e no uso da incumbência regimental constante do artigo 340, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, seção 1, página 22 e tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1º, §2º e §6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, como também o exposto na informação fiscal e no despacho exarados no processo nº 10320.720.947/2018-17, DECLARA:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra- Estrutura - REIDI, de nº 15, de 1º de dezembro de 2011 (publicado no DOU de 13/12/2011, seção 1, página 50), emitido, por esta Delegacia, a favor da pessoa jurídica PARNAÍBA I GERAÇÃO DE ENERGIA S/A, CNPJ nº 11.744.699/0001-10, na condição de titular do correspondente projeto, através do processo administrativo nº 10320.722.898/2011-72, haja vista a conclusão do referido projeto.

Art. 2º Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos a(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente co-habilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

ROOSEVELT ARANHA SABOIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Cancela, a pedido, a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi) da pessoa jurídica que menciona. O cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUIS-MA, no uso das atribuições constantes do artigo 270, "caput", dos benefícios fiscais, e no uso da incumbência regimental constante do artigo 340, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, seção 1, página 22 e tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1º, §2º e §6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, como também o exposto na informação fiscal e no despacho exarados no processo nº 10320.720.945/2018-10, declara:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra- Estrutura - REIDI, de nº 13, de 12 de junho de 2012, emitido, por esta Delegacia, a favor da pessoa jurídica PARNAÍBA II GERAÇÃO DE ENERGIA S/A, CNPJ nº 14.578.002/0001-77, na condição de titular do correspondente projeto, através do processo administrativo nº 10320.720832/2012-29, haja vista a conclusão do referido projeto.

Art. 2º Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos a(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente co-habilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

ROOSEVELT ARANHA SABOIA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso das atribuições regimentais específicas expressas pelo artigo 270, § 7º, atividade "de benefícios fiscais", na modalidade de regime especial de tributação, combinado com o inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11.10.2017, seção 1, página 22, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica ENEL GREEN POWER SÃO GONÇALO 17 S/A, CNPJ Nº 31.762.229/0001-97, CEI nº 90.002.64772/77, é titular do projeto de geração de energia elétrica, autorizado pela Portaria MME nº75/2020, de 21 de 02 de 2020 - e que foi aprovado o seu Enquadramento no supracitado Regime Especial de Incentivos, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, através da supracitada Portaria, publicada no DOU de 27/02/2020, seção 1, página 43) em cujo Anexos I a III constam informações do projeto de enquadramento no REIDI e para sua aprovação como prioritário, como também, a localização de suas unidades geradoras de energia elétrica; tem-se, ainda, como nome do projeto "UFV São Gonçalo 17 ", localizado no Município de SÃO GONÇALO DO GURGUEIA, Estado PIAUÍ, com o período de execução estimado de 02/09/2020 a 24/08/2021, conforme consta do Processo Administrativo nº 10384.721.771/2020-82, resolve:

Art. 1º Declarar habilitada no Regime Especial (REIDI) a pessoa jurídica acima qualificada, para utilização da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, c/c o disposto nos arts. 578, 579, e 590 da Instrução Normativa 1.911/2019, no que diga respeito ao supracitado projeto.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilitar a pessoa jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002, e pelo artigo 340, II, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, e considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012; nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10271.001523/2020-99, formalizado em 06/01/2020, declara:

Art. 1º - Habilitada a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica MAURICÉA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 12.819.074/0001-33, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0130/2019, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do processo administrativo nº 10271.001523/2020-99.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Filial da MAURICÉA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 12.819.074/0002-14, localizado na BR 408, Km 55, s/nº, Engenho Diamante, Zona Rural, Nazaré da Mata (PE), nº do CEP 55800-000, em razão de modernização total de os seguintes empreendimentos: 1º - Fabricação de Aves Abatidas e Subprodutos do Abate - atividade essa considerada pela SUDENE como enquadrada em setor prioritário Indústria de Transformação - Alimentos, conforme art. 2º, Inciso VI, alínea "i", do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e 2º - Fabricação de Embutidos - Linguiças - atividade essa considerada pela SUDENE como enquadrada em setor prioritário Indústria de Transformação - Alimentos, conforme art. 2º, Inciso VI, alínea "i", do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, como constam do Anexo I do Laudo Constitutivo nº 0130/2019 (fls. 08 a 11), com início de fruição em 01/01/2019, e término em 31/12/2028, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0130/2019 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 106, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Transfere competências referentes ao Regime Especial de Industrialização de Bens Destinados às Atividades de Exploração, de Desenvolvimento e de Produção de Petróleo, de Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos (Repetro-Industrialização) das Delegacias da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal para a Alfândega da Receita Federal do Brasil em Salvador-BA

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 335 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.901, de 17 de julho de 2019 e conforme o e-dossiê nº 10271.027446/2020-05, resolve:

Art. 1º Transferir das Delegacias da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal para a Alfândega da Receita Federal do Brasil em Salvador-BA, até 31 de outubro de 2020, as competências referentes ao regime especial de industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização) previstas nos arts. 5º, 7º, 10 e 28 da Instrução Normativa RFB nº 1.901, de 17 de julho de 2019, publicada no DOU de 19 de julho de 2019, para praticar os atos relacionados:

I - no art. 5º, para receber e analisar o requerimento de habilitação para operar o regime;

II - no art. 7º, inciso I, para verificar o cumprimento das condições estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.901, de 2019;

III - no art. 7º, inciso II, para determinar a realização de diligências julgadas necessárias para verificar a veracidade ou exatidão das informações prestadas;

IV - no art. 7º, inciso III, para deliberar sobre o pleito e proferir decisão;

V - no art. 7º, inciso IV, para dar ciência da decisão ao interessado;

VI - no §2º do art. 10, para prorrogar, por até 12 (doze) meses, o prazo de que trata o § 1º do mesmo artigo, em casos excepcionais, devidamente justificados; e

VII - no §4º do art. 28, para autorizar a destruição periódica dos resíduos com dispensa da presença da fiscalização, mediante a adoção de providências de controle que julgar cabíveis, como a filmagem e outros meios comprobatórios da destruição, inclusive declaração firmada por empresa especializada no tratamento de resíduos industriais.

Art. 2º Transferir, até 31 de outubro de 2020, as atribuições previstas no caput do art. 6º e no caput e §2º do art. 21, todos da Instrução Normativa RFB nº 1.901, de 2019, dos Delegados da Delegacia da Receita Federal do Brasil na 5a. Região Fiscal para o Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Salvador.

Art. 3º Em todos os atos praticados em função das competências ora transferidas deverão ser mencionados o número e a data desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 13031.131813/2020-87, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica COOPERATIVA AGRO PECUARIA DE BOA ESPERANCA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.780.254/0001-35, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/02/2020 a 31/01/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.001949/2020-41.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 245, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a criação de Comitê Gestor, Gerências Regionais e Equipes Regionais Especializadas para planejamento, coordenação, supervisão, controle e execução de atividades relativas aos Processos de Gestão do Crédito Tributário no âmbito da 7ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e V do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 2º da Portaria SRRF07 nº 110, de 04 de março de 2020, resolve:

Art. 1º O planejamento, a coordenação, a supervisão, o controle e a execução de atividades relativas ao macroprocesso de Gestão do Crédito Tributário e de Cadastro, no âmbito da 7ª Região Fiscal, serão desenvolvidos por Comitê Gestor, Gerências Regionais e Equipes Regionais Especializadas, nos termos desta portaria.

Art. 2º O planejamento e a coordenação das atividades de Gestão do Crédito Tributário e de Cadastro, no âmbito da 7ª Região Fiscal, serão desenvolvidos por Comitê Gestor Regional, que deliberará sobre:

I - o planejamento regional e o gerenciamento de risco;

II - o alinhamento do planejamento com os indicadores institucionais e com as ações das Coordenações vinculadas às respectivas gestões;

III - o alinhamento do planejamento com as atividades das Divisões da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07);

IV - os conflitos de competência, entre as Gerências Regionais, que envolvam processos de trabalho de mais de uma Delegacia Dirigente; e

V - o compartilhamento de atribuições entre as equipes especializadas e as equipes correlatas da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes (Demac/RJO).

§ 1º O Comitê Gestor Regional será composto pelos Superintendentes-Adjuntos, pelos Chefes das Divisões de Arrecadação e Cobrança (Dirac) e de Tributação (Disit) da SRRF07 e pelos Delegados Titulares e Adjuntos das Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) da 7ª Região Fiscal, relacionadas no anexo único desta portaria.

(Portaria SRRF07 nº 245, de 20 de abril de 2020 - fls.02)

§ 2º As deliberações tomadas pelo Comitê Gestor serão submetidas à aprovação do Superintendente da SRRF07.

Art. 3º A coordenação, a supervisão e o controle das atividades de Gestão do Crédito Tributário e de Cadastro, no âmbito da 7ª Região Fiscal, serão desenvolvidos por Gerências Regionais, que terão as seguintes atribuições:

I - acompanhar os indicadores estratégicos e os resultados das equipes, com os respectivos supervisores;

II - promover o alinhamento das ações e dirimir conflitos de competência entre as equipes sob sua gerência;

III - planejar e executar as ações de capacitação e desenvolvimento necessárias, com os supervisores de equipes;

IV - elaborar notas técnicas para análise e divulgação dos resultados; e

V - apreciar recurso hierárquico relativo a decisões proferidas por servidores componentes das equipes regionais vinculadas a sua gestão.

Parágrafo único. As Gerências Regionais serão exercidas, conforme o processo de trabalho, pelos Delegados Titulares e Adjuntos das Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) na 7ª Região Fiscal, relacionadas no anexo único desta portaria, doravante denominados Delegados Dirigentes.

Art. 4º As Equipes Regionais Especializadas, constituídas para exercerem as competências previstas nos arts. 284, 286 e 336, inciso III, do Regimento Interno da RFB, executarão suas atividades observadas as atribuições dos cargos e serão gerenciadas pelos Delegados Dirigentes.

Art. 5º Aos supervisores das Equipes Regionais Especializadas, sem prejuízo de outras medidas destinadas ao bom andamento dos trabalhos, compete:

I - definir procedimentos padronizados de formalização, instrução e análise processual relativos aos processos de trabalho de sua competência;

II - definir a sistemática de distribuição dos processos;

III - acompanhar e controlar continuamente o desenvolvimento dos trabalhos, de forma a assegurar a padronização dos procedimentos, a qualidade do trabalho desenvolvido e o atingimento das metas relativas aos indicadores institucionais;

IV - acompanhar o preenchimento do Formulário de Registro de Atividades (FRA) pelos servidores da equipe;

V - promover iniciativas que visem a otimização ou automatização dos trabalhos da equipe;

VI - propor as ações de capacitação necessárias para as respectivas equipes;

VII - propor a elaboração de atos ao Delegado Dirigente; e

VIII - prestar orientações à equipe.

Art. 6º Os membros das Equipes de que trata esta Portaria desenvolverão os trabalhos em suas respectivas unidades de lotação ou na modalidade de teletrabalho, na forma da legislação, devendo participar de reuniões presenciais ou por videoconferência quando agendadas pelo supervisor da equipe ou pelo respectivo Delegado Dirigente.

§ 1º As reuniões presenciais, quando envolverem membros de unidades distintas, deverão ser solicitadas pelo Delegado Dirigente ao Superintendente para autorização dos

(Portaria SRRF07 nº 245, de 20 de abril de 2020 - fls.03)

deslocamentos e expedição das respectivas convocações.

§ 2º O registro e controle da frequência e a apreciação de questões relacionadas aos direitos e deveres dos servidores que compõem as Equipes Regionais continuarão a ser executados pela unidade de lotação, a quem compete, ainda, o fornecimento das estruturas físicas e tecnológicas necessárias à execução das atividades das equipes.

Art. 7º As atribuições e respectivas composições das Equipes Regionais Especializadas de que trata esta portaria serão definidas em ato específico.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

ANEXO ÚNICO

EQUIPE REGIONAL	DELEGACIA DIRIGENTE
Equipe de Contencioso Administrativo I (ECOA1)	DRF - Vitória
Equipe de Contencioso Administrativo II (ECOA2)	DRF - Nova Iguaçu
Equipe de Contencioso Judicial I (ECOJ1)	DRF - Rio de Janeiro II
Equipe de Contencioso Judicial II (ECOJ2)	DRF - Rio de Janeiro I
Equipe de Contencioso Judicial III (ECOJ3)	DRF - Rio de Janeiro I
Equipe de Revisão do Crédito Tributário I (EQREV1)	DRF - Rio de Janeiro I
Equipe de Revisão do Crédito Tributário II (EQREV2)	DRF - Vitória
Equipe de Revisão do Crédito Tributário III (EQREV3)	DRF - Niterói
Equipe de Parcelamento I (EQPAR1)	DRF - Rio de Janeiro I
Equipe de Parcelamento II (EQPAR2)	DRF - Rio de Janeiro I
Equipe de Parcelamento III (EQPAR3)	DRF - Rio de Janeiro II
Equipe de Cobrança I (ECOB1)	DRF - Rio de Janeiro I
Equipe de Cobrança II (ECOB2)	DRF - Rio de Janeiro II
Equipe de Cobrança III (ECOB3)	DRF - Rio de Janeiro I
Equipe de Cobrança IV (ECOB4)	DRF - Rio de Janeiro II
Equipe de Garantia do Crédito Tributário (EGAR)	DRF - Rio de Janeiro II
Equipe de Execução do Direito Creditório I (EQCRE1)	DRF - Niterói
Equipe de Execução do Direito Creditório II (EQCRE2)	DRF - Vitória
Equipe de Execução do Direito Creditório III (EQCRE3)	DRF - Rio de Janeiro I
Equipe de Auditoria do Direito Creditório I (EQAUD1)	DRF - Rio de Janeiro II
Equipe de Auditoria do Direito Creditório II (EQAUD2)	DRF - Vitória
Equipe de Auditoria do Direito Creditório III (EQAUD3)	DRF - Niterói
Equipe de Auditoria do Direito Creditório IV (EQAUD4)	DRF - Rio de Janeiro I
Equipe de Auditoria do Direito Creditório V (EQAUD5)	DRF - Nova Iguaçu
Equipe de Benefícios Fiscais e Regimes Especiais (EBEN)	DRF - Niterói

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.002, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

APURAÇÃO DO LUCRO REAL. LUCRO PRESUMIDO. PERIODICIDADE.

O IRPJ deve ser determinado com base no Lucro Real, Presumido ou Arbitrado, em períodos de apuração trimestrais, encerrados no último dia de cada trimestre. E, em caso de mudança do regime de apuração do Lucro Presumido, motivada por advento de situação de obrigatoriedade de apuração do Lucro Real, ocorrida no curso de um trimestre, deverá ser apurado o Lucro Real para todo esse período.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 284, de 30 de setembro de 2018.

LUCRO PRESUMIDO. RENDIMENTOS. APLICAÇÕES FINANCEIRAS. INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO.

No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, os rendimentos auferidos em aplicações financeiras serão adicionados ao lucro presumido somente por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação (regime de caixa). Considera-se resgate, no caso de aplicações em fundos de investimento por pessoa jurídica tributada com base no Lucro Presumido, a incidência semestral do imposto sobre a renda nos meses de maio e novembro de cada ano, ou seja, o rendimento que sofreu a retenção deve ser acrescido à base de cálculo do Lucro Presumido apurado pela pessoa jurídica quando ocorrer a incidência semestral do imposto sobre a renda e o imposto retido deduzido na apuração do IRPJ.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 335, de 28 de dezembro de 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º, §§ 1º e 2º; IN RFB nº 1.585, de 2015, art. 47, inciso II e art. 70, parágrafo 9º; e IN RFB nº 1.700, de 2017, artigos 223 e 224; IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 22 e 27.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

APURAÇÃO DA CSLL. LUCRO REAL. LUCRO PRESUMIDO. PERIODICIDADE.

A CSLL devem ser determinada com base no Lucro Real, Presumido ou Arbitrado, em períodos de apuração trimestrais, encerrados no último dia de cada trimestre.

Aplicam-se à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda das pessoas jurídicas, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 284, de 30 de setembro de 2018.

LUCRO PRESUMIDO. LUCRO REAL. ALTERAÇÃO OBRIGATÓRIA. PERÍODO DE APURAÇÃO.

A pessoa jurídica submetida à apuração da CSLL com base no Lucro Presumido, que incorrer em situação de obrigatoriedade de apuração do Lucro Real, advinda no curso de um trimestre, deverá apurar o Lucro Real em relação a todo esse trimestre.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 335, de 28 de dezembro de 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º, §§ 1º e 2º; IN RFB nº 1.585, de 2015, art. 47, inciso II e art. 70, parágrafo 9º; e IN RFB nº 1.700, de 2017, artigos 223 e 224; IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 22 e 27.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Inclui inscrições no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EM VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovada pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no DOU em 11/10/2017, bem como o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759/2009, publicado no DOU em 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, declara:

Art. 1º Incluídas, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO/DOSSIÊ
ANNA RAQUEL PEDRONETTI CAMPOS	363.323.038-67	10831.720113/2020-58
LUCAS FERNANDO DIAS LEÃO	381.757.678-12	10831.720118/2020-81

Art. 2º Os profissionais ora nomeados deverão realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012, e o ADE COANA nº 16/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 3º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA
EQUIPE REGIONAL DE PARCELAMENTOS FAZENDÁRIOS

PORTARIA Nº 4, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SUPERVISOR DA EQUIPE REGIONAL DE PARCELAMENTOS FAZENDÁRIOS, tendo em vista a competência delegada pelas Portaria SRRF08 nº 362, publicada no diário oficial da união de 07/04/2020 e Portaria DRF/SOR nº 11, de 13/04/2020, publicada no diário oficial da união de 15/04/2020, em conjunto com a Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso V da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica - as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
71.649.909/0001-13	SCARIOT ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA	10845.722130/2020-71	01/03/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO PAES DE CAMARGO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Autoriza recinto alfandegado a operar mercadorias em tráfego de cabotagem.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos art. 669 e 670 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e no art. 5º da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e as considerações no Processo Administrativo nº 10907.720534/2018-33, declara:

Art. 1° Autorizado o recinto alfandegado (código 9.80.22.07-5) administrado pela empresa CBL-COMPANHIA BRASILEIRA DE LOGÍSTICA S.A., CNPJ nº 03.649.445/0004-38, a operar mercadorias em tráfego de cabotagem nos termos da Portaria ALF/PGA nº 27, de 12 de junho de 2012.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

GERSON ZANETTI FAUCZ

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CONSULTA PÚBLICA Nº 2, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Assunto: Proposta de alteração da Instrução Normativa RFB nº 1282, de 16 de julho de 2012, que dispõe sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel.

Subsecretaria Responsável: Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais.

Período para a contribuição: de 27/04/2020 a 27/05/2020.

ATENÇÃO:

1. Somente serão consideradas as propostas de alteração da minuta apresentadas por meio do formulário CONSULTA PÚBLICA RFB com todos os campos preenchidos, encaminhado no período acima estabelecido;

2. Este formulário deverá ser anexado à mensagem eletrônica para o endereço < dicom.coana.df@rfb.gov.br > com o assunto [CP-RFB nº 2/2020 - Alteração IN RFB n° 1282/12].

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. A presente proposta de alteração da Instrução Normativa RFB n° 1.282, de 16 de julho de 2012, que dispõe sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel, tem por objetivo promover a facilitação das operações de importação de mercadoria transportada a granel, considerando o baixo risco aduaneiro dessas operações, em conformidade com o disposto no Acordo sobre a Facilitação do Comércio, aprovado no País pelo Decreto Legislativo nº 1, de 4 de março de 2016, e promulgado pelo Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018.

2. Os §§ 1° e 2° do art. 2° da Instrução Normativo RFB n° 1.282, de 2012, estabelecem que a descarga direta para outros veículos ou o armazenamento em recinto não alfandegado de mercadoria transportada a granel estará automaticamente autorizado com a protocolização de Comunicação de Descarga Direta de Granel, feita pelo importador e dirigida ao titular da RFB que jurisdiciona o local de descarga da mercadoria. A Comunicação se dá mediante preenchimento do formulário constante no Anexo Único da referida norma, que deve ser acompanhado de manifestação dos respectivos permissionários ou concessionários, que ateste a incapacidade de recepção da mercadoria, na hipótese de existência, no porto alfandegado de descarga, de recintos alfandegados para armazenagem do correspondente tipo de carga a granel.

3. Assim, para que o importador realize a descarga direta para outros veículos ou o armazenamento em recinto não alfandegado, ele prescinde de autorização da RFB, bastando comunicar tal fato. No entanto, caso exista no porto alfandegado de descarga recinto alfandegado para armazenagem do tipo de carga importada, há necessidade de uma manifestação do permissionário ou concessionário desse recinto de que não possui capacidade de armazenar a carga do importador.

4. É cediço que a capacidade de armazenamento de mercadorias a granel em recintos alfandegados nos portos brasileiros é muito pequena em relação a quantidade de mercadoria descarregada, dada a precariedade da infraestrutura portuária hoje existente no País para o volume de mercadorias transacionadas no comércio exterior.

5. A exigência de manifestação dos recintos alfandegados acerca da impossibilidade de armazenamento acaba, frequentemente, por retardar as operações de descarga de granéis, além de impor restrições à liberdade econômica ao não permitir que o importador opte pelo local em que deseja armazenar sua carga, o que contraria os princípios da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração dos Direitos de Liberdade Econômica.

6. Apesar de as cargas a granel, em geral, apresentarem baixo risco aduaneiro, o § 1º do art. 3º da Instrução Normativa RFB n° 1282, de 2012, ao determinar a obrigatoriedade da retirada de amostras da mercadoria, antes da sua entrega ao importador, para o caso da seleção da declaração de importação para o canal vermelho ou cinza, garante a identificação da mercadoria importada, independentemente da sua manutenção em recinto alfandegado, atividade relativa à verificação de mercadorias selecionadas para conferência, nos termos do art. 29 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que permite a atuação posterior da RFB.

7. A quantificação das cargas a granel, por força do disposto no art. 5° da Instrução Normativa RFB nº 1.282, de 2012, é realizada em conformidade com as normas estabelecidas pela Instrução Normativa RFB n° 1.800, de 21 de março de 2018.

8. Além disso, o novo processo de importação, que está sendo construído no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior (Pucomex), que visa a tornar mais simples e ágil todo tipo de importação, possibilitará o registro da Declaração Única de Importação (Duimp), antes da chegada da mercadoria para qualquer tipo de carga, com a imediata submissão da declaração ao gerenciamento de riscos, sendo que o canal de parametrização determinado será revelado após o registro e, dependendo do momento que este ocorrer, antes da chegada da carga para operadores não certificados como Operador Econômico Autorizado (OEA), os quais não gozam atualmente do benefício do despacho sobre águas.

9. Com a revelação antecipada do canal de parametrização no fluxo do novo processo de importação, será minimizada a necessidade de armazenagem das cargas em recinto alfandegado no caso de mercadorias parametrizadas para canal verde de conferência, o que abrangerá as cargas transportadas a granel que apresentarem baixo risco pela análise do módulo informatizado de gerenciamento de riscos do Pucomex, ou seja, as cargas a granel, em sua maioria, poderão ser descarregadas do veículo transportador e imediatamente direcionadas para o local de armazenagem escolhido pelo importador em área não alfandegada.

10. Por essas razões, a presente proposta de Instrução Normativa altera a Instrução Normativa RFB nº 1.282, de 2012, para permitir que o próprio importador de mercadoria a granel possa optar pela destinação de suas mercadorias, suprimindo-se a necessidade de manifestação dos concessionários ou permissionários de recintos alfandegados para autorização da descarga direta ou armazenamento em recintos não alfandegados.

11. Ainda com o objetivo de melhor adequar o texto normativo ao fluxo operacional da descarga direta, propõe-se a revogação do inciso V do art. 3º da referida norma de modo a dispensar, portanto, a apresentação do documento de quantificação para a entrega automática das mercadorias, mantida a obrigatoriedade somente para o desembaraço aduaneiro.

12. Para garantir que a declaração de importação objeto de descarga direta não seja desembaraçada sem o recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e

Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), será inserido dispositivo no art. 4° para que o Auditor-Fiscal da Receita federal do Brasil responsável pela análise fiscal consulte o dossiê anexado à Declaração de Importação (DI) ou o módulo Pagamento Centralizado do Pucomex, conforme o caso, antes de proceder ao desembaraço da mercadoria.

13. Por fim, ressalta-se que a redação em vigor do art. 9° da Instrução Normativa RFB n° 1.282, de 2012, prevê competência para o titular das unidades da RFB de descarga das mercadorias estabelecer rotinas operacionais que atendam às necessidades e peculiaridades locais, o que ocasiona um tratamento diferenciado do tema nos diferentes portos do país. Por isso, propõe-se a revogação do referido dispositivo, o que resultará maior facilitação da operação de importação de mercadorias transportadas a granel, tratamento uniforme desse tipo de operação de importação por todas unidades da RFB e preservação do direito à livre iniciativa econômica.

MINUTA DO ATO PROPOSTO

INStrução normativa rfb Nº , DE DE DE 2020.

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.282, de 16 de julho de 2012, que dispõe sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 52 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e nos arts. 578 e 579 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.282, de 16 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

§ 1º O importador poderá optar pela descarga direta da mercadoria para outros veículos, ou por seu armazenamento em recinto não alfandegado, mediante comunicação ao titular da unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) que jurisdiciona o local da descarga por meio da apresentação do formulário de Comunicação de Descarga Direta de Granel constante do Anexo Único, observado o prazo de antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contado da data da descarga.

§ 1º-A. O formulário a que se refere o § 1° deverá estar acompanhado da anuência ou manifestação da autoridade competente, no caso de mercadoria sujeita a controle de outro órgão.

§ 2º Fica automaticamente autorizada a descarga direta ou o armazenamento em recinto não alfandegado na data da protocolização da comunicação a que se refere o § 1º, exceto para os importadores que tenham sido notificados quanto a descumprimento de prazos ou formalidades previstos nesta Instrução Normativa em operações anteriores, conforme previsto no art. 8º.

.....

§ 4º Quando o recinto alfandegado para armazenagem for designado no conhecimento de embarque, a mercadoria deverá ser a ele destinada.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o importador poderá optar pela descarga direta para outros veículos, ou pela armazenagem da carga em recinto não alfandegado, ainda que conste de forma diversa no conhecimento de embarque, observado o prazo de antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contado da data da descarga e o disposto nos §§ 1º, 1º-A e 2º." (NR)

"Art. 4º O desembaraço aduaneiro no Siscomex será realizado após a retificação da DI e a disponibilização à RFB, mediante anexação ao dossiê a ela vinculado, do documento de quantificação da mercadoria descarregada, emitido em conformidade com o determinado pela unidade da RFB com jurisdição sobre o local de descarga, e dos documentos relacionados no art. 3º.

§ 1º Os documentos de que trata o caput deverão ser apresentados no prazo de 20 (vinte) dias, contado do término da descarga da mercadoria.

.....

§ 4º Antes de proceder ao desembaraço aduaneiro, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pela análise fiscal deverá verificar o pagamento ou exoneração do ICMS, mediante consulta ao dossiê anexado à DI ou ao módulo Pagamento Centralizado do Portal Único de Comércio Exterior (Pucomex), conforme o caso."(NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Instrução Normativa RFB nº 1.282, de 16 de julho de 2012:

I - os incisos I e II do § 1º do art. 2º;

II - o inciso V do art. 3º; e

III - o inciso III do art. 9º.

Art. 3º Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de julho de 2020.

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

De acordo. Aprovo a Consulta Pública proposta. Encaminho para prosseguimento.

DECIO RUI PIALARISSI

RETIFICAÇÃO

Na CONSULTA PÚBLICA Nº 1/2020 de 12 de março de 2020, publicada no DOU DE 16/03/2020, Edição 51, seção 1, página 35:

Onde se lê : "Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil/Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil/Subsecretaria de Administração Aduaneira"

Leia-se: "Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil/Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil"

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

PORTARIA Nº 11, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Publica o resultado alcançado no 1º (primeiro) trimestre de 2020 por servidores que atuam na modalidade teletrabalho.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, no inciso I do § 1º do art. 21 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, e na Portaria RFB nº 390, de 21 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º O resultado alcançado no 1º (primeiro) trimestre de 2020 pelos servidores da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) lotados nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), que atuam na modalidade de teletrabalho, é o que consta do Anexo Único desta Portaria.

§ 1º O resultado a que se refere o caput foi alcançado na realização das atividades de preparo, análise, decisão e execução de processos de arrecadação, cobrança, cumprimento de obrigações acessórias e garantia do crédito tributário, cuja execução na modalidade teletrabalho foi autorizada pela Portaria RFB nº 390, de 21 de fevereiro de 2019.

§ 2º O resultado mensurado refere-se ao conjunto de servidores lotados nas unidades a que se refere o caput.

§ 3º Fica disponibilizado no Boletim de Serviço da RFB o resultado individual alcançado pelo servidor lotado na DRF ou na SRRFB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HUBNER FLORES

ANEXO ÚNICO

Atividades	Meta	Resultado
Preparo, análise, decisão e execução de processos de arrecadação, cobrança, cumprimento de obrigações acessórias e garantia do crédito tributário.	1,15	1,42

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS

PORTARIA Nº 5, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Dá publicidade ao resultado obtido pelos servidores da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de Teletrabalho na atividade de "Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros" nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), referente ao 1º trimestre de 2020.

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, e no inciso I do § 1º do art. 21 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dá publicidade ao resultado obtido pelos servidores da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de Teletrabalho na atividade "Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros" nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), referente ao 1º trimestre de 2020, conforme Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. Os resultados individualizados por servidor são divulgados no Boletim de Serviço da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLOVIS BELBUTE PERES

ANEXO ÚNICO

Atividade	Meta	Resultado
Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros	1,15	1,35

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa Philip Morris Brasíl Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ 04.041.933/0013-11.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 10980.721899/2020-17, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Philip Morris Brasíl Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ nº 04.041.933/0013-11, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	Philip Morris Products S.A., sediada em Quai Jeanrenaud 3, 2000, Neuchatel, Suíça
2) País de destino dos produtos	Paraguai
2.1) Empresa de destino dos produtos	Distribuidora Gloria S.A., sediada em Avenida Aviadores del Chaco 2665, Assunção, Paraguai
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem Rígida
4) Marca Comercial	Código de Barras
CHESTERFIELD REMIX (PURPLE) KS e PRY	78420441 (Carteira com 20 unidades)
CHESTERFIELD FRESH (GREEN) KS e PRY	78420434 (Carteira com 20 unidades)
CHESTERFIELD ORIGINAL (ORANGE) KS e PRY	78420427 (Carteira com 20 unidades)
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS

Art. 2º A autorização de que trata o Art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa Philip Morris Brasíl Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ 04.041.933/0013-11.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 10980.723004/2020-89, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Philip Morris Brasíl Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ nº 04.041.933/0013-11, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	Massalin Particulares S.R.L., sediada em Antonio Malaver 550, 1º andar, Vicente Lopez, Buenos Aires - Argentina
2) País de destino dos produtos	Argentina
2.1) Empresa de destino dos produtos	Massalin Particulares S.R.L., sediada em Antonio Malaver 550, 1º andar, Vicente Lopez, Buenos Aires - Argentina
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem Maço e Rígida
4) Marca Comercial	Código de Barras
MARLBORO (RED FWD) KS e ARG	77940315 (Carteira com 10 unidades)
MARLBORO (RED FWD) KS e ARG	77918482 (Carteira com 20 unidades)
MARLBORO (RED FWD) KS e ARG	77916433 (Maço com 20 unidades)
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS

Art. 2º A autorização de que trata o Art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 4.007, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Altera a Circular nº 3.996, de 6 de abril de 2020, que dispõe sobre as operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG), de que trata a Resolução nº 4.795, de 2 de abril de 2020.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão extraordinária realizada em 24 de abril de 2020, com base no art. 10, inciso V, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e na Resolução nº 4.795, de 2 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º A Circular nº 3.996, de 6 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

§ 4º Os repassasses interfinanceiros realizados com recursos livres no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo integram o rol de operações com característica de concessão de crédito de que trata o art. 5º, inciso III, da Resolução nº 4.795, de 2020, e podem, respeitadas as regras fixadas naquela Resolução e nesta Circular, fazer parte da cesta de garantias constituída pelos bancos cooperativos na forma do caput." (NR)

"Art. 8º .....

.....

§ 4º Além dos ativos financeiros e dos valores mobiliários previstos nos incisos I, II e III do caput, não serão aceitas as operações sob a forma de adiantamentos sobre contratos de câmbio, nem as operações realizadas com partes relacionadas, nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, excetuadas, neste caso, as hipóteses previstas no art. 8º daquela Resolução.

....." (NR)

"Art. 9º Para fins de elegibilidade da operação como garantia da LTEL-LFG, o emissor ou o devedor dos ativos financeiros ou valores mobiliários de que trata o art. 5º da Resolução nº 4.795, de 2020, devem possuir índice de descumprimento (ID) nas operações de crédito informadas ao SCR inferior ou igual a 0,05% (cinco centésimos por cento), aferido de acordo com a seguinte fórmula:

$$ID = {CB_{48}}/{(CA + CB_{48})}, \text{ em que}$$

CB48 = créditos baixados como prejuízo até 48 meses no SFN; e

CA = carteira ativa no SFN." (NR)

"Art. 11. .....

Parágrafo único. Serão consideradas as informações para a apuração do Limite Financeiro Total, de que trata o caput, disponíveis e processadas nos sistemas do Banco Central do Brasil até:

I - o primeiro dia de cada etapa do cronograma de solicitações de operações de que trata o art. 14, § 2º, para fins de informação à instituição financeira do valor do Limite Financeiro Total;

II - o último dia de cada etapa do cronograma de solicitações de operações, de que trata o art. 14, § 2º, para fins de instrução do rito de autorização para a emissão de Letra Financeira de que trata o art. 13, II; e

III - o dia em que houver ocorrido o processamento do Documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, para fins de instrução do rito de autorização para a emissão de Letra Financeira de que trata o art. 13, II, na hipótese prevista no §5º do art. 8º." (NR)

"Art. 14. .....

.....

§ 2º .....

I - até 50% (cinquenta por cento) do montante do Patrimônio de Referência do conglomerado ou do PLA apurado com base no Balancete Combinado do Sistema Cooperativo, conforme o caso, em operações solicitadas a partir de 27 de abril e até 30 de abril de 2020;

.....

VIII - até 50% (cinquenta por cento) do montante do Patrimônio de Referência do conglomerado, ou do PLA apurado com base no Balancete Combinado do Sistema Cooperativo, conforme o caso, respeitado o limite previsto nos incisos I e II do caput, em operações solicitadas a partir de 17 de dezembro e até 21 de dezembro de 2020.

§ 3º Para os fins desta Circular, os montantes do Patrimônio de Referência do conglomerado, apurado nos termos da Resolução nº 4.192, de 2013, e do PLA, apurado com base no Balancete Combinado do Sistema Cooperativo de que trata a Resolução nº 4.151, de 2012, serão aqueles apontados nas últimas informações disponíveis para o Banco Central do Brasil no momento da apuração do Limite Financeiro Total de que trata o art. 11.

§ 4º As informações disponíveis para o Banco Central do Brasil previstas no § 3º deverão, no máximo, dizer respeito a:

I - 2 (duas) datas-bases anteriores ao mês de solicitação das operações, no caso do montante do Patrimônio de Referência do conglomerado, apurado nos termos da Resolução nº 4.192, de 2013; e

II - 2 (dois) trimestres anteriores ao mês de solicitação das operações, no caso do PLA, apurado com base no Balancete Combinado do Sistema Cooperativo de que trata a Resolução nº 4.151, de 2012.

§ 5º A ausência de informações disponibilizadas ao Banco Central do Brasil dentro dos limites temporais fixados no § 4º impede a concessão, à instituição financeira solicitante, de operações de empréstimo ao amparo da LTEL-LFG.

§ 6º As instituições financeiras aderentes à LTEL-LFG e que pertençam ao mesmo conglomerado prudencial ou ao mesmo sistema cooperativo de crédito devem coordenar entre si as solicitações de operações de empréstimo, de modo a não excederem os limites previstos neste artigo.

§ 7º Com o objetivo de garantir a observância dos limites previstos neste artigo, o Banco Central do Brasil poderá promover a redução proporcional no valor de operações solicitadas por instituições financeiras aderentes à LTEL-LFG e que pertençam ao mesmo conglomerado prudencial ou ao mesmo sistema cooperativo de crédito." (NR)

"Art. 25. As solicitações de operação de empréstimo ao amparo da LTEL-LFG poderão ser realizadas a partir de 27 de abril de 2020." (NR)

Art. 2º. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SERRA FERNANDES
Diretor de Política Monetária

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA
Diretor de Fiscalização

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PORTARIAS DE 24 DE ABRIL DE 2020

Aloca cargo na estrutura da Comissão de Valores Mobiliários

Nº 55 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17 do Decreto Nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

I - realocar um cargo de Assistente Técnico, DAS 102.1, da unidade Gabinete (CGP) para a unidade administrativa principal (CVM).

II - tornar sem efeito a Portaria CVM/PTE/017/2020, publicada no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 2020, seção 2, p. 20.

III - que esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

Nº 56 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17 do Decreto Nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

I - realocar uma Função Gratificada de Assistente III (FG-3), da unidade Superintendência Administrativo Financeira (SAD) para a unidade Auditoria Interna (AUD).

II - tornar sem efeito a Portaria CVM/PTE/150/2019, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2019, seção 1, p. 42.

III - que esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DESPACHO

Presidência, em 27/04/2020

Ref.: Processo nº 35014.071297/2020-75.

Int.: Divisão de Gestão das Centrais de Atendimento; Coordenação de Gestão de Canais; Diretoria de Atendimento; Coordenação-Geral de Licitações e Contratos; e Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração.

Ass.: Solicitação dRe autorização para contratação emergencial de Call Center - Central Palmas.

1. Com base no inciso III do § 1º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 c/c o inciso V do art. 5º da Portaria ME nº 40, de 30 de janeiro de 2020, e em conformidade com os Despachos exarados pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos e Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA, constantes dos Documentos SEI n os 0712816 e 0717794, respectivamente, ratifico o ato de autorização de Dispensa de Licitação nº 04/2020, bem como autorizo que seja efetivada a presente contratação emergencial, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telemarketing, compreendendo atendimento telefônico humano e eletrônico, consulta a banco de dados informatizado, bem como fornecimento e registro de informações ao usuário, incluindo a disponibilização de infraestrutura insumos, compreendendo serviço de atendimento receptivo e ativo, desde que observadas as recomendações constantes do Parecer nº 00022/2020/DLCP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (0687898) e Nota nº 00006/2020/DLCP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (0701497). 2. Vale ressaltar que, nos termos do art. 30 da Portaria ME nº 40, de 2020, a autorização aqui pretendida não envolve "...análises técnica e jurídica do procedimento, que são de responsabilidade dos ordenadores de despesa e das unidades jurídicas dos respectivos órgãos e entidades, de acordo com suas competências legais, nem implicam ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação. 3. Restitua-se à Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração com vistas à adoção das medidas decorrentes.

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
Presidente

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO Nº 67, DE 27 DE ABRIL DE 2020

DGPA/INSS Nº 67, de 27/04/2020. Processo nº 35014.071297/2020-75. INTERESSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. ASSUNTO: Contratação, em caráter EMERGENCIAL, de empresa especializada para a prestação de serviços de telemarketing, compreendendo atendimento telefônico humano e eletrônico, consulta a banco de dados informatizado, bem como fornecimento e registro de informações ao usuário, incluindo a disponibilização de infraestrutura insumos, compreendendo serviço de atendimento receptivo e ativo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, com fundamento no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93. MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 04/2020. DECISÃO: 1. Considerando o contido nos autos, especialmente quanto aos pronunciamentos da Diretoria de Atendimento, da Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação, da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, da Coordenação-Geral de Matéria Administrativa; estando o mesmo instruído de acordo com as normas em vigor; com base nas atribuições conferidas pelo art. 11 do Anexo I do Decreto nº 9.746, de 8/4/2019, e pelo art. 76, inciso XIV, alíneas "b" e "j", do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MDS nº 414, de 28/9/2017, e, ainda, com fundamento na Portaria nº 1.128/PRES/INSS, de 14/5/2019, publicada no DOU nº 92, de 15/5/2019, AUTORIZO a contratação por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93; e a despesa no valor global estimado de R$ 12.776.312,75 (doze milhões, setecentos e setenta e seis mil trezentos e doze reais e setenta e cinco centavos), para 150 (cento e ciquenta) dias de contrato, sendo a despesa mensal equivalente a R$ 2.555.262,55 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco), em favor da TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA, CNPJ nº 73.633.114/0001-95. 2. No prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do termo de contrato, a empresa deverá prestar garantia de 1% (um por cento) do valor global do contrato, o que corresponde a quantia de R$ 127.763,12 (cento e vinte e sete mil setecentos e sessenta e três reais e doze centavos). 3. As presentes autorizações neste ato ficam condicionadas à ratificação pela autoridade superior, na forma do caput do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e à autorização pelo Presidente do INSS da contratação, na forma estabelecida no art. 3º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 10.193, de 27/12/2019 (SEI nº 0510677),c/c com o art. 5º, inciso V, da Portaria ME nº 40, de 30/1/2020 (SEI nº 0510721). 4. Após ratificação do Presidente do INSS, publique-se e empenhe-se. 5. Em seguida, encaminhe-se a Divisão de Administração de Contratos para as providências cabíveis.

HELDER CALADO DE ARAÚJO
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 324, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Estabelece procedimentos e documentos necessários para instruir os requerimentos de processos de licenciamento.

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I do Decreto n° 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e tendo em vista o previsto na Instrução Normativa Previc nº 24, de 13 de abril de 2020, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º As entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, quando do envio de requerimento previsto na Instrução Normativa Previc nº 24, de 13 de abril de 2020, deverão observar o disposto nesta Portaria.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - data-base: 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao da data do protocolo do requerimento ou a data da última demonstração atuarial dos planos envolvidos na operação, o que ocorrer por último, em que serão posicionados os cálculos referenciais que servirão para a instrumentalização do requerimento;

II - data de autorização: correspondente à data de publicação, no Diário Oficial da União - DOU, do ato de aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc referente à operação pretendida ou a data da emissão de protocolo pelo sistema informatizado, no caso de licenciamento automático;

III - data do recálculo: data, posterior à data de autorização, na qual os cálculos que instrumentalizaram o requerimento serão reposicionados; e

IV - data-efetiva: data, posterior à data de autorização, acordada formalmente entre as partes, em que deverá ocorrer a conclusão da operação.

Parágrafo único. As definições em norma específica se sobrepõem às dispostas neste artigo.

CAPÍTULO II

DOS REQUERIMENTOS

Art. 3º Além dos documentos específicos para cada operação, os requerimentos enviados à Previc serão instruídos com:

I - formulário de encaminhamento padrão, conforme normativo específico;

II - expediente explicativo com descrição detalhada do requerimento e com a motivação proposta; e

III - Termo de Responsabilidade, específico para cada operação, assinado por um ou mais membros da diretoria-executiva com poderes de representação da EFPC, nos termos do Estatuto, conforme modelos disponíveis no sítio eletrônico da Previc na internet.

§ 1º Caso a EFPC encaminhe documentos adicionais àqueles específicos de cada operação, deverá descrever tal fato no expediente explicativo, bem como o objetivo pretendido com o documento.

§ 2º Nos requerimentos de licenciamento automático devem ser observados os seguintes procedimentos:

I - no expediente explicativo deve constar no assunto a expressão "LICENCIAMENTO AUTOMÁTICO", seguida da denominação do tipo de operação, em destaque; e

II - além do termo de responsabilidade específico da operação requerida, dever ser encaminhado o Termo de Responsabilidade de Licenciamento Automático.

§ 3º Os documentos digitalizados e juntados aos processos eletrônicos deverão estar em formato Portable Document Format - PDF e com conteúdo pesquisável, em arquivos separados.

Seção I

Dos Estatutos

Art. 4º Os requerimentos de aprovação de Estatuto para constituição de EFPC deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado da proposta de estatuto;

II - relação dos patrocinadores e instituidores; e

III - declaração do representante legal de todos os patrocinadores e instituidores, manifestando ciência e concordância com o inteiro teor da proposta.

Parágrafo único. No caso de existência de instituidores deverá constar também:

I - ato de constituição, devidamente registrado;

II - lei de criação, no caso de entidade de controle de profissão regulamentada;

III - estatuto social com a identificação da base territorial;

IV - declaração do número de associados; e

V - comprovação do tempo mínimo de existência e número mínimo de associados.

Art. 5º Os requerimentos de alteração de Estatuto deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado do estatuto proposto, com as alterações propostas em destaque; e

II - quadro comparativo com texto vigente e texto proposto, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal, se for o caso, e alterações propostas em destaque;

Seção II

Dos Convênios de Adesão

Art. 6º Os requerimentos de aprovação de convênio de adesão deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado da proposta de convênio de adesão a plano de benefícios;

II - ata de reunião do órgão estatutário competente da EFPC aprovando o ingresso do patrocinador ou instituidor;

III - comprovação do tempo mínimo de existência e número mínimo de associados, no caso de instituidor; e

IV - parecer favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle do patrocinador, no caso de patrocinador que seja sociedade de economia mista ou empresa controlada direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Parágrafo único. A Previc poderá solicitar a apresentação de parecer atuarial sobre os riscos envolvidos, quando julgar necessário.

Art. 7º Os requerimentos de aprovação de termo aditivo a convênio de adesão deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado com as alterações propostas em destaque;

II - quadro comparativo com texto vigente e texto proposto com alterações propostas em destaque, contendo somente as disposições modificadas, acompanhadas das respectivas justificativas; e

III - parecer favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle do patrocinador, no caso de adesão de novo patrocinador que seja sociedade de economia mista ou empresa controlada direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Seção III

Dos Regulamentos de Plano de Benefícios

Art. 8º Os requerimentos de aprovação de regulamento deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado do regulamento;

II - nota técnica atuarial;

III - parecer atuarial sobre os riscos envolvidos; e

IV - declaração do representante legal de todos os patrocinadores e instituidores do plano de benefícios, manifestando concordância com o inteiro teor da proposta.

§ 1º No caso de patrocinadores que sejam sociedade de economia mista ou empresas controlada direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, deverá constar também parecer favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle.

§ 2º No caso de existência de instituidores deverá constar também:

I - ato de constituição devidamente registrados;

II - lei de criação, no caso de entidade de controle de profissão regulamentada;

III - estatuto social, com a identificação da base territorial; e

IV - declaração do número de associados.

§ 3º Fica dispensada a apresentação de nota técnica atuarial e de parecer atuarial no requerimento que tratar de plano de benefícios no qual todos os benefícios programados e de riscos estejam permanentemente ajustados ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Art. 9º O requerimento de alteração de regulamento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - texto consolidado do regulamento com as alterações propostas em destaque; e

II - quadro comparativo com texto vigente e texto proposto com alterações propostas em destaque, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa e motivação para cada item alterado;

§ 1º O requerimento de alteração que tratar de saldamento de plano ou de modificações que repercutam no resultado do plano de benefícios, deverá ser instruído também com os seguintes documentos:

I - parecer atuarial sobre os riscos envolvidos e relato detalhado sobre a operação, devendo também versar, quando se tratar de saldamento de plano, acerca da situação patrimonial e atuarial do plano de benefício;

II - nota técnica atuarial atualizada; e

III - manifestação jurídica acerca da observância ao direito adquirido e acumulado de todos os participantes e assistidos.

§ 2º No caso de patrocinadores que sejam sociedade de economia mista ou empresas controlada direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, deverá constar, quando a alteração acarretar aumento de custos, parecer favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle.

Seção IV

Das Operações de Fusão e Incorporação

Art. 10. Os requerimentos de fusão ou incorporação de EFPC deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado do estatuto da EFPC resultante da operação, contendo, no caso de incorporação, as alterações propostas, inerentes ao referido requerimento, em destaque;

II - no caso de incorporação, quadro comparativo entre o texto vigente e o texto proposto do estatuto da EFPC incorporadora, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal e alterações propostas em destaque;

III - texto consolidado dos regulamentos dos planos de benefícios da EFPC resultante da operação, contendo as alterações propostas, inerentes ao referido requerimento, em destaque;

IV - quadro comparativo entre o texto vigente e o texto proposto dos regulamentos dos planos de benefícios da EFPC resultante da operação, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal e alterações propostas em destaque;

V - convênios de adesão firmados com a EFPC resultante da operação em relação aos planos de benefícios;

VI - relatório da operação, validado pelas EFPC envolvidas, versando sobre a situação patrimonial das entidades, antes e depois da operação, na mesma data-base; e

VII - Termo de Fusão ou Incorporação devendo conter, no mínimo:

a) identificação e qualificação das partes e representantes legais;

b) identificação das EFPC envolvidas na operação, bem como os planos de benefícios vinculados a cada uma das EFPC;

c) data-base da operação;

d) rescisão dos convênios de adesão;

e) prazo para finalização da operação, a ser estabelecido a partir da data da autorização da operação pela Previc; e

f) foro para dirimir todo e qualquer questionamento acerca da operação.

§ 1º Os documentos que dão subsídios ao relatório citado no inciso VI deste artigo deverão permanecer na EFPC resultante, à disposição da PREVIC.

§ 2º Quando da finalização da operação, além da documentação de que trata o art. 3º desta Portaria, deverão ser enviados à Previc os Termos de Responsabilidade de Encerramento de EFPC relativos a cada EFPC extinta em decorrência da operação.

Art. 11. Os requerimentos de fusão ou incorporação de planos de benefícios deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado do regulamento do plano de benefícios resultante da operação, com as alterações propostas inerentes ao referido requerimento em destaque;

II - quadro comparativo entre o texto vigente e o texto proposto do regulamento do plano de benefícios resultante da operação, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal, se for o caso, e alterações propostas em destaque;

III - nota técnica atuarial do plano resultante;

IV - convênios de adesão firmados em relação ao plano de benefícios resultante, se for o caso;

V - relatório sobre demandas judiciais e extrajudiciais em que a EFPC figure como parte, relacionadas aos planos de benefícios envolvidos, posicionado na data-base, contendo:

a) a identificação das demandas e sua natureza;

b) a classificação das demandas quanto ao risco para fins de contingenciamento;

c) o valor provisionado relativo a cada ação, quando for o caso; e

d) totalização dos valores provisionados, quando for o caso.

VI - relatório da operação validado pela EFPC, posicionado na data-base, que deverá conter, nesta ordem:

a) a estatística populacional dos planos envolvidos antes e após a operação;

b) os regimes financeiros e métodos de custeio dos benefícios adotados nos planos envolvidos na operação;

c) as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial da operação, para cada um dos planos envolvidos;

d) a demonstração da situação patrimonial dos planos envolvidos, antes da operação;

e) informações sobre a existência de contratos de dívida de patrocinadores e outros compromissos por eles assumidos, e condições para seu cumprimento;

f) tratamento dos resultados dos planos envolvidos em face da operação;

g) o critério de tratamento e unificação do patrimônio de cobertura, das provisões matemáticas, do fundo administrativo, do fundo dos investimentos e dos fundos previdenciais;

h) o critério de tratamento dos exigíveis no plano incorporador, caso existam; e

i) a demonstração da situação patrimonial do plano resultante, comparando com a situação dos planos de origem antes da operação.

VII - Termo de Fusão ou Incorporação contendo, no mínimo:

a) identificação e qualificação das partes e representantes legais;

b) identificação dos planos de benefícios envolvidos na operação, bem como as modalidades e os responsáveis pelo seu custeio;

c) data-base da operação e definição da data de recálculo, após a aprovação;

d) rescisão dos convênios de adesão em relação aos planos incorporados ou fundidos, se for o caso;

e) critérios e procedimentos relativos ao tratamento e a forma de unificação dos exigíveis, patrimônio de cobertura, provisões matemáticas e fundos;

f) prazo para finalização da operação, a ser estabelecido a partir da data da autorização da operação pela Previc; e

g) foro para dirimir todo e qualquer questionamento acerca da operação.

§ 1º No caso de patrocinadores que sejam sociedade de economia mista ou empresas controlada direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, deverá constar também parecer favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle.

§ 2º Os documentos que dão subsídios ao relatório citado no inciso VI deste artigo deverão permanecer na EFPC, à disposição da PREVIC.

§ 3º Quando da finalização da operação, além da documentação de que trata o art. 3º desta Portaria, deverão ser enviados à Previc os seguintes documentos:

I - parecer atuarial demonstrando a situação do plano de benefícios, posicionado na data efetiva da operação; e

II - Termos de Responsabilidade de Encerramento de Plano, relativos aos planos de benefícios extintos em decorrência da operação.

Seção V

Das Operações de Cisão

Art. 12. Os requerimentos de cisão de EFPC deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado dos regulamentos dos planos de benefícios e dos estatutos das EFPC resultantes, com as alterações propostas, inerentes ao referido requerimento, em destaque;

II - quadro comparativo com texto vigente e texto proposto dos regulamentos dos planos de benefícios e dos estatutos das EFPC resultantes, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal, se for o caso, e alterações propostas em destaque;

III - convênios de adesão firmados em relação aos planos de benefícios com as EFPC resultantes;

IV - situação patrimonial consolidada das entidades envolvidas na operação, posicionada na data-base, demonstrando a situação patrimonial antes e após a cisão; e

V - Termo de Cisão contendo, no mínimo:

a) identificação e qualificação das partes e representantes legais;

b) identificação dos planos de benefícios, segregando-os entre a EFPC cindida e a EFPC resultante;

c) rescisão do convênio de adesão dos patrocinadores ou instituidores com a EFPC cindida, em relação aos planos de benefícios que passarão a ser administrados pela EFPC resultante;

d) data-base da cisão;

e) obrigações das partes para a preservação dos direitos dos participantes e assistidos dos planos de benefícios envolvidos na operação, inclusive a responsabilidade sobre os valores provisionados a título de pendências judiciais, impostos, tributos, dentre outros;

f) prazo para finalização da cisão, a ser estabelecido a partir da data da autorização da operação pela Previc; e

g) foro para dirimir todo e qualquer questionamento acerca da operação.

Parágrafo único. Quando da finalização da operação, deverá ser enviada à Previc a documentação de que trata o art. 3º desta Portaria.

Art. 13. Os requerimentos de cisão de planos de benefícios deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado da proposta de regulamento dos planos de benefícios envolvidos, com as alterações propostas inerentes ao referido requerimento em destaque;

II - quadro comparativo entre texto vigente e texto proposto dos regulamentos dos planos de benefícios envolvidos, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal, se for o caso, e alterações propostas em destaque;

III - nota técnica atuarial dos planos de benefícios resultantes;

IV - convênios de adesão firmados em relação aos planos de benefícios resultantes da cisão;

V - relatório sobre demandas judiciais e extrajudiciais em que a EFPC figure como parte, relacionadas ao plano de benefícios a ser cindido, posicionado na data-base, contendo:

a) a identificação das demandas e sua natureza;

b) a classificação das demandas quanto ao risco para fins de contingenciamento;

c) o valor provisionado relativo a cada ação, quando for o caso; e

d) totalização dos valores provisionados, quando for o caso.

VI - relatório da operação, validado pela EFPC, posicionado na data-base, que deverá conter, nesta ordem:

a) a estatística populacional do plano objeto da cisão, da parcela que será cindida e da parcela que remanescerá da operação;

b) os regimes financeiros e métodos de custeio dos benefícios do plano objeto da cisão;

c) as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial da operação;

d) informações sobre a existência de contratos de dívida de patrocinadores e outros compromissos por eles assumidos, e condições para seu cumprimento;

e) a apuração das provisões matemáticas do plano objeto da cisão, da parcela que será cindida e da parcela que remanescerá da operação;

f) o critério e a demonstração da segregação do patrimônio de cobertura entre a parcela que será cindida e a parcela que remanescerá da operação;

g) os critérios e a demonstração da segregação, entre a parcela que será cindida e a parcela que remanescerá da operação, do fundo administrativo, do fundo dos investimentos e dos fundos previdenciais;

h) os critérios e a demonstração da segregação ou tratamento dos exigíveis entre a parcela que será cindida e a parcela que remanescerá da operação; e

i) demonstração da situação patrimonial do plano objeto da cisão, comparando com a situação da parcela que será cindida e da parcela que remanescerá da operação.

VII - Termo de Cisão contendo, no mínimo:

a) identificação e qualificação das partes e representantes legais;

b) identificação dos planos de benefícios envolvidos na operação, bem como as modalidades e os responsáveis pelo seu custeio;

c) rescisão da adesão dos patrocinadores/instituidores com a EFPC, em relação ao plano de benefícios cindido;

d) data-base da cisão e definição da data de recálculo, após a aprovação;

e) quantidade de participantes e assistidos do plano a ser cindido e dos planos resultantes da cisão;

f) critérios e procedimentos relativos ao tratamento e segregação dos exigíveis, patrimônio de cobertura, provisões matemáticas e fundos dos planos de benefícios;

g) prazo para finalização da cisão, a ser estabelecido a partir da data da autorização da operação pela Previc; e

h) foro para dirimir todo e qualquer questionamento acerca da operação.

§ 1º No caso de patrocinadores que sejam sociedade de economia mista ou empresas controlada direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, deverá constar também, quando a alteração acarretar aumento de custos, parecer favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle.

§ 2º Os documentos que dão subsídios ao relatório citado no inciso VI deste artigo deverão permanecer na EFPC, à disposição da PREVIC.

§ 3º Quando da finalização da operação, além da documentação de que trata o art. 3º desta Portaria, deverá ser enviado à Previc parecer atuarial demonstrando a situação dos planos de benefícios, posicionado na data efetiva da operação, com manifestação acerca da viabilidade dos planos de benefícios resultantes.

Seção VI

Das Operações de Migração

Art. 14. Os requerimentos de migração deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado da proposta de regulamento dos planos de benefícios de origem e de destino, com as alterações propostas, inerentes ao referido requerimento, em destaque;

II - quadro comparativo entre texto vigente e texto proposto dos regulamentos dos planos de benefícios de origem e de destino, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal, se for o caso, e alterações propostas em destaque;

III - nota técnica atuarial dos planos de benefícios de origem e de destino;

IV - convênios de adesão firmados em relação aos planos de benefícios de destino, se for o caso;

V - relatório sobre demandas judiciais e extrajudiciais em que a EFPC figure como parte, relacionadas ao plano de benefícios de origem, posicionado na data-base, contendo:

a) a identificação do processo e sua natureza;

b) a classificação do processo quanto ao risco para fins de contingenciamento;

c) o valor provisionado relativo a cada ação, quando for o caso; e

d) totalização dos valores provisionados, quando for o caso.

VI - relatório da operação, validado pela EFPC, que deverá conter, nesta ordem:

a) a estatística populacional do plano de origem e do plano de destino, se for o caso;

b) os regimes financeiros e métodos de custeio do plano de origem;

c) as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do plano de origem;

d) informações sobre a existência de contratos de dívida de patrocinadores e outros compromissos por eles assumidos, e condições para seu cumprimento;

e) a apuração das provisões matemáticas do plano de origem;

f) a demonstração da situação patrimonial do plano de origem;

g) o critério de segregação ou tratamento, em face da operação, do fundo administrativo, do fundo dos investimentos e dos fundos previdenciais do plano de origem;

h) o critério de segregação ou tratamento dos exigíveis do plano de origem, em face da operação;

i) o critério e a demonstração da apuração das reservas de migração dos participantes e assistidos, observada a situação patrimonial do plano de origem, bem como o critério de alocação no plano de destino;

j) a demonstração da situação patrimonial dos planos de origem e de destino, após a operação, considerando um cenário de migração esperado e um cenário de migração total; e

k) a estatística populacional do plano de origem e de destino, considerando o cenário de migração esperado.

VII - Termo de Migração contendo, no mínimo:

a) identificação e qualificação das partes e representantes legais;

b) identificação dos planos de benefícios envolvidos, bem como as modalidades e os responsáveis pelo seu custeio;

c) quantidade de participantes e assistidos dos planos de benefícios envolvidos;

d) data-base da migração e definição da data de recálculo após a aprovação;

e) critério a ser adotado para a atualização das reservas de migração entre a data do recálculo e a data efetiva;

f) critérios e procedimentos relativos ao tratamento e segregação dos exigíveis, patrimônio de cobertura, provisões matemáticas e fundos;

g) prazo para opção dos participantes e assistidos, a ser estabelecido a partir da data de disponibilização do termo de migração e das informações necessárias para a decisão;

h) prazo para finalização da operação, a ser estabelecido a partir do prazo final para opção dos participantes e assistidos; e

i) foro para dirimir todo e qualquer questionamento acerca da operação.

§ 1º No caso de patrocinadores que sejam sociedade de economia mista ou empresas controlada direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, deverá constar também, quando a alteração acarretar aumento de custos, parecer favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle.

§ 2º Os documentos que dão subsídios ao relatório citado no inciso VI deste artigo deverão permanecer na EFPC, à disposição da PREVIC.

§ 3º Quando da finalização da operação, além da documentação de que trata o art. 3º desta Portaria, deverá ser enviado à Previc parecer atuarial contendo a situação patrimonial dos planos de benefícios envolvidos na operação, posicionado na data do recálculo e na data-efetiva da migração, destacando o grupo de participantes e assistidos que optaram pela migração e se manifestando, conclusivamente, acerca da viabilidade dos planos de benefícios.

Seção VII

Das Operações de Transferência

Art. 15. Os requerimentos de transferência de gerenciamento de planos de benefícios deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado da proposta de regulamento do plano de benefícios, com as alterações propostas, inerentes ao referido requerimento, em destaque;

II - quadro comparativo entre texto vigente e texto proposto do regulamento do plano de benefícios, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal, se for o caso, e alterações propostas em destaque;

III - convênios de adesão firmados em relação ao plano de benefícios com a EFPC de destino;

IV - Termo de Transferência contendo, no mínimo:

a) identificação e qualificação das partes e representantes legais;

b) indicação do plano de benefícios (nome e CNPB) a que se refere a transferência de gerenciamento;

c) quantidade de participantes e assistidos do plano de benefícios objeto da transferência;

d) rescisão da adesão dos patrocinadores ou instituidores com a EFPC de origem, em relação ao plano de benefícios objeto da transferência;

e) prazo para que as EFPC requeiram a substituição processual ou, no caso de insucesso, tratamento a ser dado aos valores provisionados a título de exigível contingencial, relacionados com o plano de benefícios, se existentes;

f) obrigações das partes com vistas à operacionalização da transferência, inclusive quanto às despesas com o processo de transferência;

g) prazo para finalização da transferência, a ser estabelecido a partir da data da autorização da operação pela Previc; e

h) foro para dirimir todo e qualquer questionamento.

§ 1º No caso de operação envolvendo plano de benefícios sujeitos à Lei Complementar nº 108, de 2001, deverá constar também manifestação favorável do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador.

§ 2º Quando da finalização da operação, além da documentação de que trata o art. 3º desta Portaria, deverá ser enviado à Previc parecer atuarial contendo a situação patrimonial do plano de benefícios transferido, posicionado na data-efetiva da operação.

§ 3º No caso de transferência de gerenciamento do único plano de benefícios administrado pela EFPC, deverá ser enviado também o Termo de Responsabilidade de Encerramento de EFPC relativo à EFPC extinta em decorrência da operação.

Seção VIII

Das operações de destinação de Reserva Especial com Reversão de Valores

Art. 16. Os requerimentos de destinação de Reserva Especial com Reversão de Valores deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - texto consolidado da proposta de regulamento do plano de benefício, com as alterações propostas, inerentes ao referido requerimento, em destaque, quando for o caso;

II - quadro comparativo entre texto vigente e texto proposto do regulamento do plano de benefício, contendo somente as disposições alteradas, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal, quando for o caso, e alterações propostas em destaque;

III - nota técnica atuarial vigente do plano de benefícios;

IV - manifestação do Conselho Fiscal acerca dos riscos que possam comprometer a realização dos objetivos do plano de benefícios;

V - relatório da operação, validado pela EFPC, que deverá identificar, mensurar e avaliar a perenidade das causas que deram origem ao superávit e conter:

a) relato sobre o tipo de revisão proposta (voluntária ou obrigatória), com detalhamento acerca das medidas, prazos, valores e condições para a utilização da reserva especial;

b) manifestação sobre a satisfação das necessidades de custeio normal do plano de benefícios;

c) apresentação do resultado do plano de benefícios, consoante as avaliações atuariais dos exercícios considerados;

d) apuração do resultado do plano de benefícios nos exercícios de referência do requerimento, decorrente da avaliação atuarial considerando as hipóteses atuariais estabelecidas na legislação vigente, para fins de revisão de plano de benefícios;

e) demonstração do valor do ajuste de precificação negativo a ser deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, quando for o caso;

f) demonstração da apuração da proporção contributiva do período em que se deu a constituição da reserva especial, na forma da legislação vigente; e

g) demonstração da constituição dos fundos previdenciais, para destinação e utilização da reserva especial, atribuíveis aos participantes, assistidos e ao patrocinador.

VI - parecer de auditoria independente específica para avaliação dos recursos garantidores e das reservas matemáticas do plano de benefícios.

§ 1º No caso de operação envolvendo patrocinador sujeito à Lei Complementar nº 108, de 2001, deverá constar também a expressa concordância dos patrocinadores quanto ao inteiro teor da proposta e a manifestação favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle do patrocinador.

§ 2º Os documentos que dão subsídios ao relatório citado no inciso V deste artigo deverão permanecer na EFPC, à disposição da PREVIC.

Seção IX

Das Operações de Retirada de Patrocínio

Art. 17. Os requerimentos de retirada de patrocínio em que existam participantes ou assistidos ou patrimônio vinculados ao patrocinador que se retira, relativamente a determinado plano de benefícios, deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - Relatório da Operação, em formato disponível no sítio eletrônico da Previc na internet; e

II - Termo de retirada de patrocínio assinado pelas partes, devendo conter, no mínimo:

a) Identificação e qualificação da EFPC, dos patrocinadores retirantes e dos patrocinadores anuentes, quando houver solidariedade, e respectivos representantes legais;

b) Plano de Benefícios objeto da retirada;

c) Iniciativa e motivação da retirada;

d) Critérios e procedimentos relativos ao tratamento ou segregação de:

1. patrimônio de cobertura;

2. exigível contingencial; e

3. fundos previdenciais, fundo administrativo e fundo dos investimentos.

e) Quando o patrocinador retirante não for subordinado à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, e caso concorde, indicação de destinação do excedente patrimonial ou equacionamento da insuficiência patrimonial de forma diversa da proporção contributiva, desde que mais favorável aos participantes e assistidos;

f) Obrigações da EFPC e do patrocinador, especialmente relacionadas com demandas judiciais ou extrajudiciais em trâmite até a data do cálculo;

g) Responsabilidade do patrocinador sobre demandas judiciais ou extrajudiciais ocorridas após a data do cálculo;

h) Descrição das medidas judiciais ou administrativas para quitação das obrigações pendentes de destinação;

i) Prazo, após a data da autorização, para disponibilização dos termos de opção aos participantes e assistidos;

j) Opções a serem oferecidas aos participantes e assistidos vinculados aos patrocinadores retirantes e respectivos prazos de cumprimento;

k) Rescisão do convênio de adesão ao plano de benefícios; e

l) Foro para dirimir todo e qualquer questionamento oriundo do termo de retirada de patrocínio.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica à retirada de instituidor, observadas a legislação aplicável e as peculiaridades dos respectivos planos de benefícios.

§ 2º Caso a EFPC concorde com a criação de plano de benefícios instituído por opção, fundamentado em estudo de viabilidade técnica, deverá encaminhar também a documentação prevista no art. 8º.

§ 3º Quando da finalização da operação, além da documentação de que trata o art. 3º desta Portaria, deverão ser enviados:

I - o Relatório de Finalização específico da operação, em formato disponível no sítio eletrônico da Previc na internet; e

II - o Termo de Responsabilidade de Encerramento de Plano, para encerramento do plano de benefícios, no caso de retirada total.

Art. 18. Os requerimentos de retirada de patrocínio vazia deverão ser instruídos com o Termo de Retirada Vazia, conforme modelo padronizado disponibilizado no sítio eletrônico da Previc na internet.

Seção X

Das Operações de Encerramento

Art. 19. Os requerimentos de encerramento de planos de benefícios ou de EFPC deverão ser instruídos com os documentos de que trata o art. 3º desta Portaria.

Seção XI

Da Habilitação de Dirigentes

Art. 20. O requerimento para habilitação de membros da diretoria-executiva de EFPC deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - formulário cadastral, conforme modelo disponibilizado pela Previc;

II - cópia da ata ou de documento equivalente de eleição, indicação ou nomeação;

III - cópia de documento de identidade;

IV - comprovante de situação cadastral no CPF;

V - currículo contendo dados profissionais, conforme modelo disponibilizado pela Previc;

VI - documentação comprobatória da experiência profissional;

VII - cópia do comprovante de certificação emitido por instituição autônoma certificadora reconhecida pela Previc ou o preenchimento de declaração específica de ciência constante no formulário cadastral, quando aplicável; e

VIII - cópia do diploma ou do certificado de conclusão de curso superior ou declaração de que atende ao disposto no § 8º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, nos casos de membros da diretoria-executiva não graduados.

Art. 21. Os requerimentos para habilitação de membros dos conselhos deliberativo e fiscal das EFPC classificadas como Entidade Sistemicamente Importante - ESI deverão ser instruídos com os documentos de que tratam os incisos I ao VII do caput do art. 20 desta Portaria.

Art. 22. Os requerimentos para renovação de atestado de habilitação deverão ser instruídos com formulário específico, conforme modelo disponibilizado pela Previc e cópia da certificação emitida por instituição autônoma certificadora.

Parágrafo único. Para fins da dispensa do envio da certificação durante o período de inexigibilidade de que tratam os §§ 1º e 2º do artigo 5º da Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, deverá ser encaminhada a declaração específica constante no formulário mencionado no inciso VII do art. 20 desta Portaria.

Art. 23. Os requerimentos para atualização das informações cadastrais no Cadastro Nacional de Dirigentes - Cand relativos aos membros da diretoria-executiva de todas as EFPC e dos membros do conselho deliberativo e do conselho-fiscal das EFPC classificadas como ESI deverão ser instruídos com formulário específico, conforme modelo disponibilizado pela Previc, além de cópia da ata ou de documento equivalente de eleição, indicação ou nomeação.

Seção XII

Da Certificação de Modelo de Regulamento e de Convênio de Adesão

Art. 24. Os requerimentos para certificação de modelo de regulamento de plano de benefícios ou de convênio de adesão deverão ser instruídos com o texto consolidado do documento com as cláusulas variáveis em destaque.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Os requerimentos instruídos em desacordo com o disposto nesta Portaria estão sujeitos a arquivamento ou, quando se tratar de erro sanável, serão devolvidos para a EFPC, sendo concedido prazo de cinco dias úteis para correção.

Parágrafo único. Na instrução dos requerimentos previstos nesta Portaria a EFPC deverá primar pela economicidade processual, observando os documentos e o conteúdo indicado para cada tipo de processo e evitando a duplicidade de informações entre os documentos.

Art. 26. O expediente explicativo das respostas às exigências formuladas pela Previc deverá conter manifestação em relação a cada uma delas, identificando quais foram cumpridas e quais foram objeto de ponderação fundamentada.

Art. 27. Os representantes da EFPC, dos patrocinadores ou dos instituidores e seus procuradores que subscreverem documentos deverão estar cadastrados no respectivo sistema informatizado da Previc.

Art. 28. Para requerimentos de operações estruturais relacionadas previstas no inciso VII do art. 2º da Instrução Previc nº 24, de 2020, a EFPC deverá combinar os documentos de cada operação em separado.

Art. 29. A Previc poderá solicitar ou dispensar, de forma motivada, o envio de outros documentos que julgar necessários para instruir os requerimentos previstos nesta Portaria.

Art. 30. A Dilic poderá avaliar a adoção de data-base diferente da prevista no inciso I do art. 2º desta Portaria, bem como o envio de outros documentos não previstos nesta Portaria, para os requerimentos protocolados no prazo de até cento e oitenta dias contados do início de vigência desta Portaria.

Parágrafo único. A data-base de que trata o caput deste artigo não poderá estar defasada em mais de cento e oitenta dias da data de protocolo do requerimento.

Art. 31. Fica revogada a Portaria DILIC nº 866, de 13 de setembro de 2018.

Art. 32. Esta Portaria entra em vigor no dia 4 de maio de 2020.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 279, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o disposto no Anexo II da Resolução CNSP nº 330, de 15 de dezembro de 2015, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.601707/2020-03, resolve:

Art. 1° Aprovar o encerramento da filial localizada na cidade de Varginha - MG, inscrita no CNPJ nº 92.863.505/0050-86, da UNIMED SEGURADORA S.A., com sede na cidade de São Paulo, CNPJ nº 92.863.505/0001-06, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 28 de janeiro de 2020.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 280, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE AUTORIZAÇÕES E LIQUIDAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no art. 3º da Resolução CNSP nº 168, de 2007, combinado com o disposto na alínea "a" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603190/2020-89, resolve:

Art. 1º Aprovar a reeleição de administradores e dos membros do Comitê de Auditoria da JUNTO RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 09.594.758/0001-70, com sede na cidade de Curitiba - PR, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 12 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 281, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603745/2020-92, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 72.145.931/0001-99, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 17 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 282, DE 13 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o disposto no Anexo II da Resolução CNSP nº 330, de 15 de dezembro de 2015, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.600975/2020-08, resolve:

Art. 1° Aprovar a abertura das filiais da SUL AMÉRICA AUTOMÓVEIS MASSIFICADOS S.A., CNPJ nº 32.357.481/0001-83, com sede na cidade de Rio de Janeiro-RJ, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 14 de janeiro de 2020.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DIRETORIA FUNDOS DE GOVERNO

CIRCULAR Nº 902, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Divulga versão atualizada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS.

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II da Lei nº 8.036, de 11/05/1990, artigo 67, inciso II do Decreto nº 99.684, de 08/11/1990, com redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13/06/1995, e em atendimento ao disposto na Portaria MDR nº 761, de 27/03/2020, suas alterações e aditamentos, resolve:

1 Divulgar os Manuais de Fomento do Agente Operador, que consolidam as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo Gestor da Aplicação, nas operações de crédito lastreadas com recursos do FGTS, cujas alterações estão descritas nos respectivos Manuais: 1.1 Manual de Fomento Pessoa Física - versão 1.39. 1.2 Manual de Fomento Pessoa Jurídica - versão 1.27. 1.3 Manual de Fomento Saneamento Para Todos - versão 3.20.

2 Os citados Manuais de Fomento estão disponíveis no sítio da CAIXA na internet, no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br, na área de downloads, item FGTS Manual de Fomento do Agente Operador. 2.1 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

3 Ficam revogados os subitens 1.1, 1.2 e 1.3 da circular CAIXA nº 899, de 31 de março de 2020, publicada no DOU nº 63, de 01/04/2020, seção 1, página 32.

4 Esta circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

LUCÍOLA AOR VASCONCELOS
Diretora-Executiva
Em exercício

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 27 DE ABRIL DE 2020

Processo nº: 23000.006242/2012-54.

Interessada: Associação Assistencial Evangélica de Carambei - AASEC.

Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS.

DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 00101/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 3 de fevereiro de 2020, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria nº 272, de 19 de abril de 2018, item 3 do Anexo, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2018, que indeferiu o pedido de renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social.

ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro de Estado

PORTARIA Nº 422, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Homologa o Parecer CNE/CES nº 1063/2019, que versa a respeito do descredenciamento, a pedido, da Faculdade Estácio de São Mateus - Estácio São Mateus.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 1063/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.038643/2018-69.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Estácio de São Mateus - Estácio São Mateus (cód. 18107), credenciada pela Portaria MEC nº 545, de 21 de junho de 2016, situada na Rua Coronel Constantino Cunha, nº 300, Bairro Aviação, no município de São Mateus, estado do Espírito Santo, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (cód. 1122).

Art. 3º Fica ao encargo da Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (cód. 1122), CNPJ nº 03.536.667/0001-00, situada na Rua Jornalista Humberto Silva, nº 308, Bairro União, no município de Boa Vista, estado de Roraima, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 423, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 844/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.016933/2011-85.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Pitágoras de Nova Lima (cód. 4454), credenciada pela Portaria MEC nº 1281 de 28 de dezembro de 2007, publicada em 31 de dezembro de 2007, situada à Rua Paisagem, nº 220, Bairro Vila da Serra, no município de Nova Lima, no estado de Minas Gerais, mantida pela Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda. (cód. 1204).

Art. 3º Fica ao encargo da Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda. (cód. 1204), CNPJ nº 03.239.470/0001-09, situada à Rua Santa Madalena Sofia, nº 25, 4º andar, sala 5, Bairro Vila Paris, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 424, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018; resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 984/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.012456/2015-11.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Padre Anchieta de Várzea Paulista - Anchieta (cód. 12249), credenciada pela Portaria MEC nº 1.543, de 19 de dezembro de 2008, situada no Sítio São José, s/n, Bairro Jardim Bertioga e Vila Popular, no município de Várzea Paulista, estado de São Paulo, mantida pela Faculdade Padre Anchieta de Várzea Paulista Ltda. (cód. 3437), CNPJ nº 07.283.974/0001-79.

Art. 3º Fica ao encargo do Centro Universitário Padre Anchieta - Unianchieta (cód. 4017) a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 426, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Homologa o Parecer CNE/CES nº 843/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que versa a respeito do descredenciamento, a pedido, da Faculdade de Teologia Umbandista - FTU, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 843/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.032230/2017-90.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade de Teologia Umbandista - FTU (cód. 2846), credenciada pela Portaria MEC nº 3.864, de 18 de dezembro de 2003, situada na Avenida Santa Catarina, nº 400/414, Bairro Vila Alexandria, no município de São Paulo, estado de São Paulo, mantida pela Ordem Iniciática do Cruzeiro Divino (cód. 1855).

Art. 3º Fica ao encargo da Ordem Iniciática do Cruzeiro Divino (cód. 1855), CNPJ nº 52.167.178/0001-25, situada na Rua Chebl Massud, nº 157, Bairro Água Funda, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 425, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 987/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.027031/2019-21.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Estácio de Goiânia - Estácio Goiânia (cód. 18115), credenciada pela Portaria MEC nº 361, de 5 de maio de 2016, publicada em 6 de maio de 2016, situada na Avenida Goiás, nº 2151, Quadra 2.1, Lote Área, Loja 2, Térreo B e 1º Pavimento B, Setor Central, no município de Goiânia, estado de Goiás, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda (cód. 1122), CNPJ nº 03.536.667/0001-00.

Art. 3º Fica ao encargo da Faculdade Estácio de Sá de Goiás - FESGO (cód. 2501), situada na Avenida Goiás, nº 2151, Estação, Setor Central, no município de Goiânia, estado de Goiás, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MEC nº 845, de 28 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 167, de 29 de agosto de 2018, Seção 1, página 10, passa a vigorar conforme segue:

Onde se lê:

"Reconhecimento dos programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, na 1ª Reunião, realizada em 15 de fevereiro de 2018.",

Leia-se:

"Reconhecimento dos programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pelo Conselho Superior na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2018.".

Onde se lê:

"Art. 1º Fica homologado o Parecer CNE/CES nº 408/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que votou favoravelmente ao reconhecimento, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa, dos cursos de Mestrado e Doutorado aprovados na 1ª Reunião do Conselho Técnico e Científico, realizada em 15 de fevereiro de 2018, relacionados no Anexo a esta Portaria.",

Leia-se:

"Art. 1º Fica homologado o Parecer CNE/CES nº 408/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que votou favoravelmente ao reconhecimento, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa, dos cursos de Mestrado e Doutorado aprovados pelo Conselho Superior na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2018, relacionados no Anexo a esta Portaria.".

Onde se lê:

"Art. 2º Ficam devidamente reconhecidos, com prazo de validade determinados pela sistemática avaliativa, os cursos de Mestrado e Doutorado aprovados na 1ª Reunião do Conselho Técnico-Científico, realizada em 15 de fevereiro de 2018, relacionados no Anexo a esta Portaria.",

Leia-se:

"Art. 2º Ficam devidamente reconhecidos, com prazos de validade determinados pela sistemática avaliativa, os cursos de Mestrado e Doutorado aprovados pelo Conselho Superior na sua 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2018, relacionados no Anexo a esta Portaria.".

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 124, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RICARDO BRAGA

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201716471	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE FLEMING DE OSASCO	A. FLEMING EDUCACIONAL	Avenida Sport Club Corinthians Paulista, 1820, Bussocaba - Osasco/SP - CEP: 06132-380
2	201708880	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE GERALDO VELOSO	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIÁS - AESGO	Rua Kaiapó, 2, Novo Horizonte - Ourilândia do Norte/PA - CEP: 68.390-000
3	201703405	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE SANTO ANTÔNIO DE FEIRA DE SANTANA	SEEA - SOCIEDADE DE ESTUDOS EMPRESARIAIS DE ALAGOINHAS LTDA	Avenida Presidente Dutra s/n Capuchinho - Feira de Santana/BA - CEP: 44.076-130
4	201702081	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE RIO VERDE	PITÁGORAS - SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	Rua Henriqueta Assunção, 48, Setor Central - Rio Verde/GO - CEP: 75.901-391
5	201702091	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE RIO VERDE	PITÁGORAS - SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	Rua Henriqueta Assunção, 48, Setor Central - Rio Verde/GO - CEP: 75.901-391
6	201702093	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE RIO VERDE	PITÁGORAS - SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	Rua Henriqueta Assunção, 48, Setor Central - Rio Verde/GO - CEP: 75.901-391

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.513, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo digital nº 23068.020452/2020-81, resolve:

Prorrogar, pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 29/04/2020, a validade do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Visitante Estrangeiro, de que trata o Edital nº 58/2018-DGP, publicado no DOU de 14/12/2018, homologado conforme Edital nº 191/2019-PROGEP, publicado no DOU de 29/10/2019, na parte referente à Área/subárea: Física Atômica e Molecular.

CLEISON FAÉ

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 9, DE 27 DE ABRIL DE 2020

A Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo digital nº 23068.020452/2020-81, resolve:

Anular a Portaria nº 8/2020-DGP, publicada no DOU em 27/04/2020, seção 1, pág. 28, referente à prorrogação da validade do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Visitante Estrangeiro, de que trata o Edital nº 58/2018-DGP, homologado conforme Edital nº 191/2019-DGP.

JOSIANA BINDA

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 84, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a exploração de aeródromo civil público.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso IV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XXIV, da mencionada Lei, no Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, na Resolução nº 330, de 1º de julho de 2014, e na Portaria nº 5.216 do Ministério da Infraestrutura, de 27 de dezembro de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00058.006810/2020-66, deliberado e aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 20 e 22 de abril de 2020, decide:

Art. 1º Autorizar a sociedade empresária DIAS BRANCO ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.886.385/0001-85, com sede em Itaitinga (CE), na Rodovia BR 116, Km 18, s/n, Parque Dom Pedro, CEP 61.880-000, a explorar o aeródromo civil público denominado "Aeródromo Dias Branco", localizado na Rodovia BR 116, km 18, s/n, Jabuti, em Eusébio (CE), CEP 61.760-000, nas coordenadas geográficas 03° 55' 02" S, 38° 29'21" W.

Art. 2º A autorização ora concedida fica condicionada ao cumprimento das exigências constantes do Termo de Autorização previsto na Resolução nº 330, de 1º de julho de 2014.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 85, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a operação de sociedade empresária de serviços aéreos públicos.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.012787/2020-49, deliberado e aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 20 e 22 de abril de 2020, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária SENGER AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 16.825.661/0001-96, com sede social em Ponta Grossa (PR), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, expedidas pela Superintendência de Padrões Operacionais, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 86, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a operação de sociedade empresária para exploração de serviços aéreos públicos.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.014178/2020-24, deliberado e aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 20 e 22 de abril de 2020, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária XINGU AERO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 07.629.863/0001-71, com sede social em Acreúna (GO), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, expedidas pela Superintendência de Padrões Operacionais, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 47, de 11 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2015, Seção 1, página 4.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente
Substituto

RETIFICAÇÃO

No art. 3º da Decisão nº 59, de 1º de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2020, Seção 1, página 68, onde se lê: "...correspondente a R$ 4.511.097,07 (quatro milhões, quinhentos e onze mil, noventa e sete reais e sete centavos), a valores de dezembro de 2019.", leia-se: "...4.559.046,61 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil quarenta e seis reais e sessenta e um centavos), a valores de dezembro de 2019.".

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA CONTINUADA

PORTARIA Nº 1.101, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O GERENTE DE COORDENAÇÃO DA VIGILÂNCIA CONTINUADA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, da Portaria nº 1655/SAR, de 11 de maio de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.023176/2019-92, resolve:

Art. 1º Revogar a Instrução Técnica Transitória de Aeronavegabilidade - ITTA nº 91-010/2016/GCVC/GGAC/SAR, referente à orientação sobre a operação em áreas restritas com o uso da tecnologia ADS-B.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRI SALVATORE BIGATTI

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 1.014, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00058.002022/2020-09, resolve:

Art. 1º Autorizar a mudança de endereço da sede administrativa da SKY ANGELS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA - FILIAL (CNPJ 03.911.037/0002-40), da Avenida Nove de Julho nº 54, Jardim Sumaré, em Ribeirão Preto - SP, para a Rua João Penteado nº 60, Jardim Sumaré, em Ribeirão Preto - SP, CEP: 14025-010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 1.118, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(vi) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260, de 24 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta no processo nº 00065.001198/2020-46, resolve:

Art. 1º Revalidar, por 3 (três) anos, o credenciamento do médico Dr. Leonardo Pereira Cabral , CRM/CE 14238, MC 147, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Doutor Gilberto Studart , n° 55, 3° andar, Sala 318T-2, Cocó, Fortaleza (CE), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pelo referido médico, no âmbito dos termos desta portaria, desde 19 de abril de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.714, DE 24 DE ABRIL 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.003580/2020-32 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada entre 20 e 23 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor do empresário individual EDSON CONCEIÇÃO BRITO, inscrito no CNPJ sob o nº 12.822.340/0001-87, domiciliado na Rua Coronel Pinto, nº 256, São Jorge - Urucará/AM, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Urucará/AM a Faro/PA, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.754-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.726, DE 27 DE ABRIL 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.018739/2019-80 e tendo em vista o deliberado em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada entre 20 e 23 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de transferência de titularidade do Contrato de Adesão nº 110/2016-SEP, de 01/04/2016, atualmente em favor da empresa CIMENTO VENCEMOS DO AMAZONAS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.013.314/0001-29, para a empresa VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 10.656.452/0001-80.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.727, DE 27 DE ABRIL 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012795/2019-19 e tendo em vista o deliberado em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada entre 20 e 23 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Conhecer da consulta formulada pela empresa ARACAJU SERVIÇOS AUXILIARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.380.837/0001-55, para esclarecer que o instituto da cessão de tonelagem de que dispõe o art. 4º, § 6º, da Resolução Normativa nº 01/2015-ANTAQ, observado o art. 10, III, da Lei 9.432, de 1997, permite que a TPB cedida pela EBN fretadora e proprietária da embarcação brasileira, fretada a casco nu, seja computada como própria da EBN afretadora para fins de afretamento de embarcação estrangeira e seu registro no Registro Especial Brasileiro - REB.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.728, DE 27 DE ABRIL 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004697/2020-33 e tendo em vista o deliberado em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada entre 20 e 23 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Informar à Diretoria do Departamento de Gestão de Contratos - DGCO, da Secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, acerca da não reversibilidade dos bens referenciados no Ofício nº 65/2020/DGCO-SN (SEI nº 0990467), ressalvado o direito de preferência a ser exercido pela Autoridade Portuária quando da alienação dos bens.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO - TLO Nº 11/2020-SOG, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSOPRTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 30 da norma aprovada pela Resolução Normativa nº 20-Antaq, de 15 de maio de 2018, e tendo em vista o que consta no processo nº 50000.014484/2000, resolve:

Autorizar a empresa EMBRAPORT - EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS PORTUÁRIOS S/A, inscrita no CNPJ nº 02.805.610/0001-98, com sede na Praça Antônio Telles nº 12, 7º andar, Conjunto 73 (parte A), bairro Centro, no município de Santos/SP, a operar integralmente a instalação portuária de sua titularidade denominada TUP DP WORLD SANTOS, localizada na Estrada Particular da CODESP, s/nº, Ilha Barnabé, no município de Santos/SP, CEP 11095-700, inscrita no CNPJ 02.805.610/0002-79, que por meio deste termo regulariza a construção de 226,75 m do cais Leste e um dolfin de amarração, concluindo o trecho 02 de 447 m previstos no projeto das estruturas de acostagem, integrando-se a área anteriormente autorizada de cais que passa a ter 1.100 m de extensão, dentro da área autorizada de 1.372.225,00 m² em observância às normas e regulamentos da Antaq e do Poder Concedente, especificamente ao Contrato de Adesão (Adaptação) nº 17/2014-ANTAQ, assinado em 9 de setembro de 2014 .

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente.

ALBER VASCONCELOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2020

No dia vinte e quatro do mês de abril do ano de dois mil e vinte, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, mediante requerimento de mais de um terço dos Membros, reuniram-se extraordinariamente por meio de videoconferência. Participaram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; o 1º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfouri; o 2º Vice-Presidente Aldovandro Fragoso Modesto Chaves, e os seguintes membros: Aléssio Aldenucci Junior; Danilo Pereira Junior; Elaine Cristina Bianchi; Juliana Zappalá Porcaro Bisol; Gustavo Emelau Marchiori; Márcio Schiefler Fontes; Mágino Alves Barbosa Filho; Paulo Eduardo de Almeida Sorci; Pedro Eurico de Barros e Silva; Pery Francisco Assis Shikida; Rodrigo Sanchez Rios; Vilobaldo Adelídio; Walter Nunes da Silva Junior; Wilson Salles Damazio. A reunião extraordinária foi inaugurada pelo Vice-Presidente Fernando kfouri para tratativas quanto a posição do conselho diante a renúncia do Ministro da Justiça Sérgio Moro. O Conselheiro Paulo Sorci informou seu pedido de renúncia ao cargo de Conselheiro, para tanto, com vistas a contribuir com os trabalhos em andamento, manifestou posição no sentido de que não seria necessária edição de nova resolução de flexibilidade de arquitetura penal, já que trata-se de estruturas permanentes e a utilizações de conteineres são estruturas provisórias e a utilização ficaria a critério de cada estado. O conselheiro Marcio Schiefler solicitou divulgação da nota editada pelo CNPCP a favor do Ministro pelos próprios membros do conselho. O Conselheiro Mágino Alves informou que a situação é extremamente delicada, e que comunga da opinião de diversos Conselheiros, mas sugere a todos para que participem da reunião da próxima terça-feira. O Conselheiro Gustavo Marchiori manifesta expressamente pedido formal de renúncia ao cargo de Conselheiro na data de hoje. Expressa orgulho e gratidão por fazer parte do Conselho. Afirma não ser prejudicial sua saída. A fim de contribuir com os trabalhos do Conselho na questão das celas provisórias no período de pandemia, afirma corroborar com o entendimento do Conseheiro Paulo Sorci, no sentido de que seria desnecessário edição de nova resolução de flexibilização de arquitetura penal. Conselheiro Walter Nunes lamentou os acontecimentos de hoje, em virtude o pedido de exoneração do Excelentíssimo Ministro Sergio Moro, e manifestou pedido de renúncia da função de Conselheiro do CNPCP. Conselheiro Aldovandro Fragoso lamentou a situação, mas sugeriu a permanência dos demais conselheiros até a próxima reunião com vista a manutenção do quórum para a deliberação dos trabalhos. Conselheiro Vilobaldo Adelídio respeita a posição de cada conselheiro e também sugere que aqueles Conselheiros que solicitaram desligamento das funções junto ao Conselho aguardem até a conclusão da resolução, pois será de grande ajuda aos estados. Conselheiro Pery Shikida informou que participar do CNPCP foi uma ótima experiência. Agradeceu pela participação no Plano Nacional de Política Criminal e Política, principalmente pela confiança de o presidente Cesar Morales tê-lo indicado como relator, e pelas visitas realizadas nas unidades prisionais. Desejou boa sorte aos Conselheiros que ficam e afirma ser inexorável o pedido de renúncia. Informou ter feito o melhor e agradeceu a todos. O Conselheiro Rodrigo Sanchez explanou sua admiração pessoal ao Ministro e aos demais membros do CNPCP. Agradece e informa sentir falta de todos, mas afirma não ter condições de permanecer no conselho, solicitando pedido de desligamento na data de hoje. O Conselheiro Danilo Pereira Junior manifestou tristeza pela situação, mas informou formalizar pedido de desligamento na data de hoje. Solicitou que os pedidos de renúncia feito pelos Conselheiro constassem em ata. Por fim agradeceu a todos. Conselheiro Pedro Eurico informou nota editada pelo CONSEJ ao Ministro e informou que não irá renunciar de suas funções. O Conselheiro Aldovandro Fragoso informa que acompanha os Conselheiros Mágino Alves e Pedro Eurico nos elogios aos conselheiros que firmaram renúncia. O Presidente Cesar ingressou na sala de reunião virtual e informou não ser apropriado a saída dos membros do CNPCP na data de hoje. Informou que já divulgou a nota redigida pelo CNPCP em favor do Ministro Sergio Moro. Afirmou que o País tem que focar nas mortes pelo coronavirus e que o conselho deve contribuir para melhora na atual situação. Conselheiro Walter Nunes informou não ter condições de manter os trabalhos no Conselho. Conselheiro Rodrigo Sanchez, ciente da responsabilidade do conselho, afirmou que outros valores estão envolvidos e corroborou com as palavras do Conselheiro Walter Nunes, de que não está em condições de manter os trabalhos. Conselheiro Gustavo Marchiori afirmou não ser fácil renunciar de suas funções que é tão importante, comunga do entendimento do Presidente, mas mantém a postura de renunciar expressamente ao cargo. Conselheiro Danilo afirma ser insustentável se manter no cargo até a próxima reunião, pediu desculpa a todos e agradeceu a todos pelo período de convívio. Conselheiro Pery Shikida elogiou a condução e maestria do Presidente Cesar, bem como do 1º Vice e 2º Vice-Presidente. Reafirmou não ter condições emocionais, mas acredita que a sequência dos trabalhos será bem conduzida com os Conselheiros que permanecem. Conselheiro Paulo Sorci elogiou também o presidente bem como os demais membros. Conselheiro Wilson Damazio afirmou que a saída do Ministro foi uma saída traumática. Afirmou que a proposta diante da atual situação é de renunciar ao cargo, mas que aguardará a próxima reunião para concluir os trabalhos, após apresentará carta formal de renúncia a sua função no Conselho. Agradece a todos, em especial ao presidente e aos que fizeram parte do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O Presidente Cesar afirmou respeitar a posição dos que manifestaram renúncia e agradeceu a todos pela convivência e colaboração. Afirmou que o pedido de renúncia deverá ser feito formalmente ao Ministro ou quem estiver exercendo as funções nesse período. A Conselheira Jocemara Rodrigues, por intermédio do Conselheiro Pery Shikida, manifestou a intenção do pedido de desligamento do cargo ainda no dia de hoje. Por fim, o Plenário confirmou que a reunião estará confirmada para o dia vinte e oito de abril, em ambiente virtual. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Isabelle Christinne Araujo Costa, Técnica em Secretariado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.226, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/8412 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BELLA BRASILIA SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 70.594.254/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 436/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.227, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/11741 - DPF/LDA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LINE FORT - DEFESA PATRIMONIAL E PESSOAL EIRELI, CNPJ nº 11.579.267/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 602/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.228, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/13865 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COUTO SEGURANCA E VIGILANCIA - EIRELI, CNPJ nº 03.670.760/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 515/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.229, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/14115 - DPF/DVS/MG, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa M.P.C - SOLUÇÕES EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 16.499.516/0002-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 637/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.230, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/14391 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOTEIS EVEREST S.A., CNPJ nº 92.793.215/0004-78 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.231, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/14468 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.019.295/0008-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 674/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.234, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/16991 - DPF/CXS/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0072-79, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
96 (noventa e seis) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.235, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17042 - DPF/PNG/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0066-20, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Espingardas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.236, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17374 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOK SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.101.611/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 692/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.237, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/18512 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FASA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 17.312.819/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 599/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.238, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/19014 - DPF/LDA/PR, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa INDIO SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 35.477.093/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 651/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.239, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/19673 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SELETIVA SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 27.414.315/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 689/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.240, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/20159 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PREVER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.671.138/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 682/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.241, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/20168 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PANZER - CENTRO DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 10.659.272/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 666/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.242, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/20503 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HEDGE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 11.659.891/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 683/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.243, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/20580 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa SION SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 21.126.474/0001-54, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Revólveres calibre 38

126 (cento e vinte e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.244, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21483 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HAS VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 08.537.827/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 676/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.245, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21809 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 26.886.266/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 686/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.246, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/22012 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRADCON SEGURANÇA PATRIMONIAL S/C LTDA, CNPJ nº 01.843.064/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 690/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.247, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/22244 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MASTERCAM VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 26.382.939/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 673/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.248, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/22247 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa AÇOFORTE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 07.447.264/0001-37, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Revólveres calibre 38

500 (quinhentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.249, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/22589 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESSSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 08.818.229/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 679/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.250, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23115 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização, à empresa GOIASFORTE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.283.018/0002-29, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.251, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23178 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa VPA VIGILÂNCIA & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.443.309/0001-60, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente XERIFE VIGILÂNCIA EIRELI EPP, CNPJ nº 09.543.683/0001-06:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.252, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23179 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOTEIS ROYAL PALM PLAZA LTDA, CNPJ nº 46.134.425/0001-94 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.253, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23546 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Conceder autorização à empresa BRASÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 19.923.146/0001-37, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Revólveres calibre 38

880 (oitocentas e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.254, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23684 - DPF/JTI/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., CNPJ nº 48.708.267/0015-60 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.255, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23706 - DPF/GPB/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa REFORÇO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 14.784.869/0001-89, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

400 (quatrocentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.256, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23891 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MARSHALS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 28.134.035/0001-32, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PROTAQUE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 05.883.831/0001-72:

10 (dez) Revólveres calibre 38

8 (oito) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

168 (cento e sessenta e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.257, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23932 - DPF/JTI/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ROSANGELA SEVERINO DE FREITAS - ME, CNPJ nº 02.741.269/0001-54 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.258, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23990 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0015-88, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

235 (duzentas e trinta e cinco) Munições calibre 12

22 (vinte e duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.259, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24002 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa PORTAL NORTE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.311.787/0001-99, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Da empresa cedente SVS SISTEMA DE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 15.615.069/0001-05:

9 (nove) Revólveres calibre 38

75 (setenta e cinco) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.260, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24035 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UMICORE BRASIL LTDA, CNPJ nº 96.206.313/0006-84 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.261, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24058 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COCAL CEREAIS LTDA, CNPJ nº 25.650.383/0001-74 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.262, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24182 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa URUAÇU AÇUCAR E ALCOOL LTDA, CNPJ nº 07.987.748/0001-79 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.263, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24217 - DPF/GVS/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa PHILADELPHIA ESCOLA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 29.227.237/0001-91, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre .380

1000 (uma mil) Munições calibre 12

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

4000 (quatro mil) Espoletas calibre 38

1000 (um mil) Gramas de pólvora

4000 (quatro mil) Projéteis calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

1 (uma) Máquina de recarga calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.264, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24219 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa VIT-SEG SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 27.477.849/0001-07, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente ORPAS ORGANIZAÇÃO PARANAENSE DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.009.550/0001-98:

15 (quinze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38

96 (noventa e seis) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.265, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24334 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0005-92, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12

100 (cem) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.266, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24336 - DPF/PDE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0027-06, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

60 (sessenta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.267, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24350 - DPF/SOD/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa BRAVO SIERRA ROMEU SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 34.673.167/0001-35, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente MONTE CRISTO VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 08.902.826/0001-58:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.105, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Reconhecer e Certificar ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

CELSO BRUNO MARCELINO PINTO - W252641-M, natural de Angola, nascido em 18 de julho de 1974, filho de Manuel Alverne Rodrigues Pinto e de Maria de Lourdes Marcelino Pinto, residente no Estado de São Paulo/SP (Processo nº 08018.025052/2020-63).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.139, DE 27 DE ABRIL DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, EM EXERCÍCIO, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Reconhecer e Certificar aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

BRUNO FRAGATA LUCIO CORDEIRO DOS SANTOS - V542345-J, natural de Portugal, nascido em 08 de dezembro de 1967, filho de José Cordeiro dos Santos e de Herci Fragata Lucio dos Santos, residente no Estado do Tocantins/TO (Processo nº 08000.014386/2020-09).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.140, DE 27 DE ABRIL DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Reconhecer e Certificar ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

SILVIA MARGARIDA BENTO MONTALVO RODRIGUES - F046489-R, natural de Portugal, nascida em 14 de setembro de 1969, filha de Manuel da Conceição Rodrigues e de Maria Bento Guardiano Rodrigues, residente no Estado de Minas Gerais/MG (Processo nº 08354.000540/2020-47).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE RESIDÊNCIA

DESPACHO

Defiro o pedido de autorização de residência, por prazo indeterminado, nos termos do art. 155, do Decreto 9.199/17.
Processo nº 08505.018847/2019-90 - ALI HUSSEIN ALI.

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

DELIBERAÇÃO Nº 821, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, presentes na 134ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de abril de 2020, após apreciação do Processo SEI/MJSP nº 08020.006298/2019-53, o qual aponta a correção das não conformidades assinaladas no Parecer nº 31/2019/CESPORTOS-RJ/CONPORTOS, posteriormente corroborado por meio da Ata de Reunião nº 12/2019 - Cesportos-RJ, de 12 de dezembro do ano de 2019, deliberaram:

a) Homologar o Estudo de Avaliação de Risco (EAR) e o Plano de Segurança Portuária (PSP), de que trata a Resolução nº 52, de 20 de dezembro de 2018, da empresa PORTO SUDESTE DO BRASIL S/A - CNPJ nº 08.310.839/0001-38, localizada na Rua Félix Lopes Coelho, nº 22 - Lotes 5 ao 20 - Quadra 0001 - Itaguaí - RJ, que analisados no âmbito daquela Comissão Estadual foram aprovados;

b) Conceder por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO, sob a numeração 08/2020, de que trata a Resolução Conportos nº 52 de 2018, para a empresa PORTO SUDESTE DO BRASIL S/A - CNPJ nº 08.310.839/0001-38, localizada na Rua Félix Lopes Coelho, nº 22 - Lotes 5 ao 20 - Quadra 0001 - Itaguaí - RJ, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS, bem como o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos; e

c) Determinar que a Secretaria-Executiva da Conportos promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, comunicando a deliberação à Comissão Coordenadora para Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para as providências a seu cargo.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente da Comissão
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

PAULO ROBERTO DA COSTA BARROS
Pelo Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Economia

EDIGAR JUNIO DA SILVA MARTINS
Pelo Ministério da Infraestrutura

RODRIGO BERTOGLIO CARDOSO
Pelo Ministério das Relações Exteriores

DELIBERAÇÃO Nº 822, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, presentes na 134ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de abril de 2020, após apreciação do Processo SEI/MJSP nº 08020.003971/2018-12, o qual aponta a correção das não conformidades indicadas na Informação nº 17/2019/COLEG-CONP/CONPORTOS, corroborando o anteriormente aprovado por meio da Ata da Reunião Cesportos-ES, de 05 de julho do ano de 2019, deliberaram:

a) Homologar o Estudo de Avaliação de Risco (EAR) e o Plano de Segurança Portuária (PSP), de que trata a Resolução nº 52, de 20 de dezembro de 2018, da empresa HIPER EXPORT TERMINAIS RETROPORTUARIOS S/A - CNPJ nº 31.807.464/0001-38, localizada na Estrada Capuaba, nº 1500 - Ilha das Flores - Vila Velha - ES, os quais analisados no âmbito daquela Comissão Estadual foram aprovados;

b) Conceder por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO, sob a numeração 09/2020, de que trata a Resolução Conportos nº 52 de 2018, para a empresa HIPER EXPORT TERMINAIS RETROPORTUARIOS S/A - CNPJ nº 31.807.464/0001-38, localizada na Estrada Capuaba, nº 1500 - Ilha das Flores - Vila Velha - ES, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS, bem como o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos; e

c) Determinar que a Secretaria-Executiva da Conportos promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, comunicando a deliberação à Comissão Coordenadora para Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para as providências a seu cargo.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente da Comissão
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

PAULO ROBERTO DA COSTA BARROS
Pelo Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Economia

EDIGAR JUNIO DA SILVA MARTINS
Pelo Ministério da Infraestrutura

RODRIGO BERTOGLIO CARDOSO
Pelo Ministério das Relações Exteriores

DELIBERAÇÃO Nº 823, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, presentes na 134ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de abril de 2020, após apreciação do Processo SEI/MJSP nº 08020.003979/2018-89, o qual aponta a correção das não conformidades indicadas na Informação nº 13/2019/COLEG-CONP/CONPORTOS, corroborando o que fora anteriormente aprovado por meio da Ata da Reunião Cesportos-ES, de 05 de julho do ano de 2019, deliberaram:

a) Homologar o Estudo de Avaliação de Risco (EAR) e o Plano de Segurança Portuária (PSP), de que trata a Resolução nº 52, de 20 de dezembro de 2018, da empresa PEIU SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECÍFICO - SPE S/A - CNPJ nº 02.385.710/0001-02, localizada na Estrada Jerônimo Monteiro, s/n - Paul - Vila Velha - ES, os quais analisados no âmbito daquela Comissão Estadual foram aprovados;

b) Conceder por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO, sob a numeração 10/2020, de que trata a Resolução Conportos nº 52 de 2018, para a empresa PEIU SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECÍFICO - SPE S/A - CNPJ nº 02.385.710/0001-02, localizada na Estrada Jerônimo Monteiro, s/n - Paul - Vila Velha - ES, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS, bem como o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos; e

c) Determinar que a Secretaria-Executiva da Conportos promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, comunicando a deliberação à Comissão Coordenadora para Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para as providências a seu cargo.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente da Comissão
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

PAULO ROBERTO DA COSTA BARROS
Pelo Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Economia

EDIGAR JUNIO DA SILVA MARTINS
Pelo Ministério da Infraestrutura

RODRIGO BERTOGLIO CARDOSO
Pelo Ministério das Relações Exteriores

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 191, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006760/2019-34, resolve:

Capítulo I
DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.655.028/0001-41, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 162, Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Caetité 03, no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.032804-9.01, com 29.400 kW de capacidade instalada e 11.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por sete unidades geradoras de 4.200 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Aura Caetité 03, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, junto à central geradora, e uma linha em 230 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Igaporã III, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 20 de maio de 2023;

b) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 20 de junho de 2023;

c) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 20 de junho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 20 de julho de 2023;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 3 de setembro de 2023;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 2 de novembro de 2023;

g) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de janeiro de 2024;

h) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 27 de setembro de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 12 de outubro de 2024;

j) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 27 de outubro de 2024;

k) início da Operação Comercial da 1ª unidade geradora: até 1º de novembro de 2024;

l) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 6 de novembro de 2024;

m) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 11 de novembro de 2024;

n) início da Operação em Teste da 3ª unidade geradora: até 16 de novembro de 2024;

o) início da Operação Comercial da 3ª unidade geradora: até 21 de novembro de 2024;

p) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 26 de novembro de 2024;

q) início da Operação em Teste da 4ª unidade geradora: até 26 de novembro de 2024;

r) início da Operação Comercial da 4ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024;

s) início da Operação em Teste da 5ª unidade geradora: até 6 de dezembro de 2024;

t) início da Operação Comercial da 5ª unidade geradora: até 11 de dezembro de 2024;

u) início da Operação em Teste da 6ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2024;

v) início da Operação Comercial da 6ª unidade geradora: até 21 de dezembro de 2024;

w) início da Operação em Teste da 7ª unidade geradora: até 26 de dezembro de 2024; e

x) início da Operação Comercial da 7ª unidade geradora: até 31 de dezembro de 2024.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 6.869.080,50 (seis milhões, oitocentos e sessenta e nove mil e oitenta reais e cinquenta centavos), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Aura Caetité 03;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Aura Caetité 03, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Aura Caetité 03, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Aura Caetité 03, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: José Roberto de Moraes	CPF: 007.481.418-47
Representante legal: Gabriel Luaces Fernandez	CPF: 012.979.739-17
Responsável técnico: Armando Correia de Barros	CPF: 702.040.351-47
Contador: Vagner Garcia Toneli	CPF: 040.786,629-94
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	113.436.080,00
Serviços	23.382.110,00
Outros	563.420,00
Total (1)	137.381.610,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	103.831.650,00
Serviços	22.558.710,00
Outros	543.580,00
Total (2)	126.933.940,00
Período de execução do projeto: De 20 de julho de 2023 a 20 de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.	35.481.793/0001-92	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Aura Caetité 03		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	763.114	8.499.379
2	763.161	8.499.074
3	763.090	8.498.763
4	763.189	8.498.477
5	763.363	8.498.218
6	763.417	8.497.909
7	763.494	8.497.612

Fuso/Datum: 23S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 192, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006756/2019-76, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Tanque Novo II Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.655.215/0001-25, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 162, Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Tanque Novo 02, no Município de Caetité, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.044962-8.01, com 15.900 kW de capacidade instalada e 6.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por três unidades geradoras de 5.300 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Aura Tanque Novo 02, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, junto à central geradora, e uma linha em 230 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Igaporã III, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 29 de junho de 2023;

b) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 29 de julho de 2023;

c) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 9 de agosto de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 29 de agosto de 2023;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 13 de outubro de 2023;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 12 de dezembro de 2023;

g) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 10 de fevereiro de 2024;

h) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 6 de novembro de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 21 de novembro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 26 de novembro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 6 de dezembro de 2024;

l) início da Operação Comercial da 1ª unidade geradora: até 11 de dezembro de 2024;

m) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2024;

n) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 21 de dezembro de 2024;

o) início da Operação em Teste da 3ª unidade geradora: até 26 de dezembro de 2024; e

p) início da Operação Comercial da 3ª unidade geradora: até 31 de dezembro de 2024.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 3.714.911,00 (três milhões, setecentos e quatorze mil, novecentos e onze reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Aura Tanque Novo 02;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Aura Tanque Novo 02, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Aura Tanque Novo 02, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Tanque Novo II Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Tanque Novo II Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Tanque Novo II Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Aura Tanque Novo 02, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Tanque Novo II Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Tanque Novo II Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: José Roberto de Moraes	CPF: 007.481.418-47
Representante legal: Gabriel Luaces Fernandez	CPF: 012.979.739-17
Responsável técnico: Armando Correia de Barros	CPF: 702.040.351-47
Contador: Vagner Garcia Toneli	CPF: 040.786.629-94
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	61.348.090,00
Serviços	12.645.430,00
Outros	304.700,00
Total (1)	74.298.220,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	

Bens	56.153.850,00
Serviços	12.200.120,00
Outros	293.980,00
Total (2)	68.647.950,00
Período de execução do projeto: De 29 de agosto de 2023 a 29 de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.	35.481.793/0001-92	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Aura Tanque Novo 02		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	764.986	8.488.165
2	764.813	8.487.897
3	764.602	8.487.659

Fuso/Datum: 23S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 193, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006758/2019-65, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.655.205/0001-90, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 162, Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Caetité 01, no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.044959-8.01, com 29.400 kW de capacidade instalada e 11.100 kW médios de garantia física de energia, constituída por sete unidades geradoras de 4.200 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Aura Caetité 01, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, junto à central geradora, e uma linha em 230 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Igaporã III, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 20 de maio de 2023;

b) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 20 de junho de 2023;

c) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 20 de junho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 20 de julho de 2023;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 3 de setembro de 2023;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 2 de novembro de 2023;

g) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de janeiro de 2024;

h) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 27 de setembro de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 12 de outubro de 2024;

j) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 27 de outubro de 2024;

k) início da Operação Comercial da 1ª unidade geradora: até 1º de novembro de 2024;

l) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 6 de novembro de 2024;

m) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 11 de novembro de 2024;

n) início da Operação em Teste da 3ª unidade geradora: até 16 de novembro de 2024;

o) início da Operação Comercial da 3ª unidade geradora: até 21 de novembro de 2024;

p) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 26 de novembro de 2024;

q) início da Operação em Teste da 4ª unidade geradora: até 26 de novembro de 2024;

r) início da Operação Comercial da 4ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024;

s) início da Operação em Teste da 5ª unidade geradora: até 6 de dezembro de 2024;

t) início da Operação Comercial da 5ª unidade geradora: até 11 de dezembro de 2024;

u) início da Operação em Teste da 6ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2024;

v) início da Operação Comercial da 6ª unidade geradora: até 21 de dezembro de 2024;

w) início da Operação em Teste da 7ª unidade geradora: até 26 de dezembro de 2024; e

x) início da Operação Comercial da 7ª unidade geradora: até 31 de dezembro de 2024.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 6.869.080,50 (seis milhões, oitocentos e sessenta e nove mil e oitenta reais e cinquenta centavos), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Aura Caetité 01;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Aura Caetité 01, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Aura Caetité 01, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Aura Caetité 01, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: José Roberto de Moraes	CPF: 007.481.418-47
Representante legal: Gabriel Luaces Fernandez	CPF: 012.979.739-17
Responsável técnico: Armando Correia de Barros	CPF: 702.040.351-47
Contador: Vagner Garcia Toneli	CPF: 040.786.629-94
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	113.436.080,00
Serviços	23.382.110,00
Outros	563.420,00
Total (1)	137.381.610,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	103.831.650,00
Serviços	22.558.710,00
Outros	543.580,00
Total (2)	126.933.940,00
Período de execução do projeto: De 20 de julho de 2023 a 20 de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.	35.481.793/0001-92	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Aura Caetité 01		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	762.206	8.508.738
2	762.193	8.508.436
3	762.256	8.508.139
4	762.297	8.507.836
5	762.294	8.507.532
6	762.301	8.507.228
7	762.279	8.506.925

Fuso/Datum: 23S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 194, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006757/2019-11, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Tanque Novo III Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.655.024/0001-63, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 162, Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Tanque Novo 03, no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.035172-5.01, com 12.600 kW de capacidade instalada e 4.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por três unidades geradoras de 4.200 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Aura Tanque Novo 03, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, junto à central geradora, e uma linha em 230 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Igaporã III, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 29 de junho de 2023;

b) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 29 de julho de 2023;

c) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 30 de julho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 29 de agosto de 2023;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 13 de outubro de 2023;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 12 de dezembro de 2023;

g) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 10 de fevereiro de 2024;

h) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 6 de novembro de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 21 de novembro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 26 de novembro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 6 de dezembro de 2024;

l) início da Operação Comercial da 1ª unidade geradora: até 11 de dezembro de 2024;

m) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2024;

n) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 21 de dezembro de 2024;

o) início da Operação em Teste da 3ª unidade geradora: até 26 de dezembro de 2024; e

p) início da Operação Comercial da 3ª unidade geradora: até 31 de dezembro de 2024.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 2.943.892,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e noventa e dois reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Aura Tanque Novo 03;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Aura Tanque Novo 03, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Aura Tanque Novo 03, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Aura Tanque Novo 03, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: José Roberto de Moraes	CPF: 007.481.418-47
Representante legal: Gabriel Luaces Fernandez	CPF: 012.979.739-17
Responsável técnico: Armando Correia de Barros	CPF: 702.040.351-47
Contador: Vagner Garcia Toneli	CPF: 040.786.629-94
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	48.615.460,00
Serviços	10.020.900,00
Outros	241.480,00
Total (1)	58.877.840,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	44.499.280,00
Serviços	9.668.020,00
Outros	232.960,00
Total (2)	54.400.260,00
Período de execução do projeto: De 29 de agosto de 2023 a 29 de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.	35.481.793/0001-92	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Aura Tanque Novo 03		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	762.331	8.501.890
2	762.471	8.501.624
3	762.615	8.501.360

Fuso/Datum: 23S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 195, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006759/2019-18, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Tanque Novo V Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.655.200/0001-67, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 162, Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Caetité 02, no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.044960-1.01, com 29.400 kW de capacidade instalada e 12.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por sete unidades geradoras de 4.200 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Aura Caetité 02, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, junto à central geradora, e uma linha em 230 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Igaporã III, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 20 de maio de 2023;

b) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 20 de junho de 2023;

c) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 20 de junho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 20 de julho de 2023;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 3 de setembro de 2023;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 2 de novembro de 2023;

g) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de janeiro de 2024;

h) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 27 de setembro de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 12 de outubro de 2024;

j) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 27 de outubro de 2024;

k) início da Operação Comercial da 1ª unidade geradora: até 1º de novembro de 2024;

l) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 6 de novembro de 2024;

m) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 11 de novembro de 2024;

n) início da Operação em Teste da 3ª unidade geradora: até 16 de novembro de 2024;

o) início da Operação Comercial da 3ª unidade geradora: até 21 de novembro de 2024;

p) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 26 de novembro de 2024;

q) início da Operação em Teste da 4ª unidade geradora: até 26 de novembro de 2024;

r) início da Operação Comercial da 4ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024;

s) início da Operação em Teste da 5ª unidade geradora: até 6 de dezembro de 2024;

t) início da Operação Comercial da 5ª unidade geradora: até 11 de dezembro de 2024;

u) início da Operação em Teste da 6ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2024;

v) início da Operação Comercial da 6ª unidade geradora: até 21 de dezembro de 2024;

w) início da Operação em Teste da 7ª unidade geradora: até 26 de dezembro de 2024; e

x) início da Operação Comercial da 7ª unidade geradora: até 31 de dezembro de 2024.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 6.869.060,50 (seis milhões, oitocentos e sessenta e nove mil e sessenta reais e cinquenta centavos), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Aura Caetité 02;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Aura Caetité 02, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Aura Caetité 02, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Aura Caetité 02, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: José Roberto de Moraes	CPF: 007.481.418-47
Representante legal: Gabriel Luaces Fernandez	CPF: 012.979.739-17
Responsável técnico: Armando Correia de Barros	CPF: 702.040.351-47
Contador: Vagner Garcia Toneli	CPF: 040.786.629-94
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	113.436.080,00
Serviços	23.382.110,00
Outros	563.020,00
Total (1)	137.381.210,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	103.831.650,00
Serviços	22.558.720,00
Outros	543.580,00
Total (2)	126.933.950,00
Período de execução do projeto: De 20 de julho de 2023 a 20 de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.	35.481.793/0001-92	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Aura Caetité 02		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	762.204	8.506.631
2	762.191	8.506.326
3	762.159	8.506.025
4	762.134	8.505.725
5	762.110	8.505.425
6	762.106	8.505.122
7	762.099	8.504.819

Fuso/Datum: 23S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 196, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006761/2019-89, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.655.010/0001-40, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 162, Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Caetité 04, no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.032805-7.01, com 21.200 kW de capacidade instalada e 9.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por quatro unidades geradoras de 5.300 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Aura Caetité 04, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, junto à central geradora, e uma linha em 230 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Igaporã III, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 19 de junho de 2023;

b) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 19 de julho de 2023;

c) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 20 de julho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 19 de agosto de 2023;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 3 de outubro de 2023;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 2 de dezembro de 2023;

g) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 31 de janeiro de 2024;

h) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 27 de outubro de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 11 de novembro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 26 de novembro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 26 de novembro de 2024;

l) início da Operação Comercial da 1ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024;

m) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 6 de dezembro de 2024;

n) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 11 de dezembro de 2024;

o) início da Operação em Teste da 3ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2024;

p) início da Operação Comercial da 3ª unidade geradora: até 21 de dezembro de 2024;

q) início da Operação em Teste da 4ª unidade geradora: até 26 de dezembro de 2024; e

r) início da Operação Comercial da 4ª unidade geradora: até 31 de dezembro de 2024.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 4.953.215,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil, duzentos e quinze reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Aura Caetité 04;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Aura Caetité 04, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Aura Caetité 04, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Aura Caetité 04, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

Ministro de Estado de Minas e Energia

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: José Roberto de Moraes	CPF: 007.481.418-47
Representante legal: Gabriel Luaces Fernandez	CPF: 012.979.739-17
Responsável técnico: Armando Correia de Barros	CPF: 702.040.351-47
Contador: Vagner Garcia Toneli	CPF: 040.786.629-94
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	81.797.450,00
Serviços	16.860.570,00
Outros	406.280,00
Total (1)	99.064.300,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	74.871.800,00
Serviços	16.266.830,00
Outros	391.970,00
Total (2)	91.530.600,00
Período de execução do projeto: De 19 de agosto de 2023 a 19 de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.	35.481.793/0001-92	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Aura Caetité 04		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	764.660	8.493.486
2	764.649	8.493.168
3	764.564	8.492.862
4	764.748	8.492.111

Fuso/Datum: 23S/SIRGAS2000.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 135, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002119/2020-64. Interessada: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, inscrita no CNPJ sob o nº 02.998.611/0001-04. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.678, de 10 de março de 2020, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi/repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 136, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001707/2020-81. Interessada: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, inscrita no CNPJ sob o nº 02.998.611/0001-04. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforço em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto do 44º Termo Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão CCT nº 009/2000, de 30 de setembro de 2019, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi/repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.158, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Processos nº 48500.001777/2020-39. Interessado: Cronos Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Cronos Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.901.305/0001-96, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

DESPACHO Nº 1.164, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Processo nº: 48500.008577/2000-56. Interessado: Usinas Itamarati S.A. Decisão: alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Itamarati, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.MT.028121-2.01, localizada no município de Nova Olímpia, no estado de Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.132, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003866/2017-14, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Copel Distribuição S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Copel Distribuição S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

A. HIKARU KAMIDE - SCM -ME	FIBER GIBA PROVEDORES DE INTERNET LTDA	ISUPER TELECOMUNICAÇÕES INFO LTDA
ALGAR SOLUÇÕES TIC S.A	INFOSERVIC INF. E TELECOM. LTDA ME	LUCI TODERO MARTINS - INFORMÁTICA
MICRO WEB INFORMÁTICA EIRELI ME	INOVANET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	LUIZ LIMA E CIA LTDA ME
MICRO WEB INFORMÁTICA EIRELI ME	JONAS DA SILVA ROSA ME	MARLENE FRISKE SAUERESSIG - ME
MASTER TELECOM LTDA	NETWI TELECOM LTDA ME	NELSON BAVARESCO & BAVARESCO LTDA EPP
B4M SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA	NORLEI FERNANDO BUHLER ME	PEDRO IVO SAVARIS & CIA LTDA
INTER TELECOM LTDA	RENATO GONÇALVES FILHO ME	PETROVKIS & GALLE SERV. DE TELECOM. LTDA
MAURO CEZAR CORREA - ULTRANET - EIRELI - ME	BY AIR TELECOM EIRELI	RONILSON CAMARGO ROGÉRI
AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	CERTTO TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP	R&R PARTICIPAÇÕES LTDA
CITY TURBO TELECOMLTDA	D. A. S. PROVEDOR DE INTERNET	RV TELECOM LTDA ME
CRISTIAN MARY H. BUENO	EDILSO FUCHTER E CIA LTDA	SKAY NET CAMILLO LTDA ME
DRM SERVIÇOS DE TELECOM. EIRELI ME	FLEXNET TELECOMUNICAÇÕE EIRELI	SERCOMPAR - SERV. DE COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - LTDA

DESPACHO Nº 1.131, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005613/2017-85, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Coelba, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

COMPANHIA NACIONAL PARA INCLUSÃO DIGITAL LTDA	ICONECT TELECOMUNICAÇÕES INTERNET E SERVIÇOS LTDA -ME	NET FOBER TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
ALLCONNECT TECNOLOGIA LTDA - EPP	HOLÍSTICA - PROVEDOR INTERNET LTDA	

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.178, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Processo nº: 48500.000426/2005-91. Interessados: Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 28 de abril de 2020. Usina: UTE Cooper-Rubi. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 10.000 kW cada, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Rubiataba, estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração

DESPACHO Nº 1.179, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Processo nº: 48500.000165/2019-95. Interessados: Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 28 de abril de 2020. Usina: EOL Ventos de São Januário 20. Unidades Geradoras: UG1 e UG2 de 4.200 kW cada, totalizando 8.400 kW de capacidade instalaa. Localização: Município de Campo Formoso, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração

DESPACHO Nº 1.180, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002025/2004-31, decide restabelecer a operação comercial das unidades geradoras UG1 e UG2, de 708 kW de capacidade instalada cada, da UHE Sinceridade, Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.MG.002751-0.02, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Manhuaçu e Reduto, estado de Minas Gerais, de titularidade da Cemig Geração Leste S. A., a partir de 28 de abril de 2020.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 1.175, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela versão 1.8 do Submódulo 6.8 do PRORET, aprovada pela Resolução Normativa nº 845, de 27 de maio de 2019, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no inciso X do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no que consta no Processo nº 48500.005750/2015-58, resolve fixar a bandeira tarifária Verde com vigência no mês de maio de 2020.

DAVI ANTUNES LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 1.102, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Processo n.º: 48500.000255/2020-10. Interessado: Energisa Sergipe Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 309.742,85 (trezentos e nove mil, setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0377-0006/2009; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL TIPO I NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 153/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.093/1988-MASSA FALIDA DE MINERAÇÃO AREIENSE S/A - MASA- Área de 551,78 ha para 53,73 ha.-Minério de Zinco-Vazante/MG
830.352/2017-RODOLFFO ROCHA ARDUINI- Área de 763.68 ha para 134,03 ha-Areia e Cascalho. (Agregados para uso imediato construção civil.)-Miguelópolis/SP
831.490/2016-GERMANO BATISTA ME- Área de 679,81 ha para 256,68 ha-Argila (uso industrial e cerâmica vermelha) e Turfa-Campos Altos/MG
830.921/2014-MINERAÇÃO CAFÉ LTDA- Área de 947,01 ha para 562,16 ha-Granito (rocha para revestimento)-Ibiá/Pratinha/MG
832.012/2008-MINERAÇÃO URUCUIA LTDA- Área de 137,88 hectares para 49,96 hectares-AREIA e ARGILA-ESMERALDAS/MG
831.110/2016-JUSTINO DE SOUSA VIEIRA- Área de 1948,51 ha para 49,63 ha-AREIA (Uso agregado para uso imediato construção civil.)-Santa Vitória/São Simão/MG/GO
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
835.002/2010-MARCIO DE PAULA SALES-AI N°3211/2020/GER - MG/DIREM - MG
831.629/2010-CELINHA STOPPA-AI N°3212/2020/GER - MG/DIREM - MG
831.621/2010-FERLIG FERRO LIGA LTDA-AI N°3209/2020/GER - MG/DIREM - MG
831.619/2010-FERLIG FERRO LIGA LTDA-AI N°3213/2020/GER - MG/DIREM - MG
834.554/2010-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.-AI N°3214/2020/GER - MG/DIREM - MG
830.283/2010-AMADIL DE ARAUJO DUQUE-AI N°3208/2020/GER - MG/DIREM - MG
831.253/2010-COWAP LOCAÇÕES LTDA.-AI N°3204/2020/GER - MG/DIREM - MG
831.510/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.-AI N°3200/2020/GER - MG/DIREM - MG
831.620/2010-FERLIG FERRO LIGA LTDA-AI N°3210/2020/GER - MG/DIREM - MG
830.748/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO-AI N°2794/2020/GER - MG/DIREM - MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.216/2009-DELMO ANTONIO PRETINHO DOS SANTOS-OF. N°1037/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.731/2013-CAIRES E DIAS EXPLORAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°1036/2020/DIREM - MG/GER - MG
833.165/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°1027/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.341/2017-JOSE LUIZ ALVES PEREIRA-OF. N°1026/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.974/2016-FLAVIO ALBERTO SALES GOMES-OF. N°1040/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.100/2017-PAULO CESAR FONSECA-OF. N°1041/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.825/2017-MINERAÇÃO EBENEZER EIRELLI ME-OF. N°1038/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.827/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°773/2020/DIREM - MG/GER - MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.535/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.352/2017-RODOLFFO ROCHA ARDUINI- AI N°3206/2020/GER - MG/DIREM - MG
831.110/2016-JUSTINO DE SOUSA VIEIRA- AI N°3215/2020/GER - MG/DIREM - MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
833.902/2006-LÚCIO CARLOS LOPES - AI N°380/2017
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
831.986/2017-CAETANO RODRIGUES DIAS
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.986/2017-CAETANO RODRIGUES DIAS
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.162/2018-JOÃO DE DEUS CARDOSO-AREIA-Arcos/MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.152/2008-GOLD MINERAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A-ALVARÁ N°3758/2016
831.163/2016-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°1779/2017
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.828/2015;MINERAÇÃO SERRA DO PASMAR EIRELI ME;DIAMANTINA/MG ; Guia n° 19/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG;20/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG; 21/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG;20.000 t/ano Teor: 2,0g/t ; 4.000 t/ano; 800 ct/ano;MINÉRIO DE OURO (para uso industrial);QUARTZO (para uso industrial);DIAMANTE (Beneficiado) gema; Validade da Guia:12/09/2020 ; Licença Ambiental: AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO Nº 05063/2016, expedida pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DO JEQUITINHONHA ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 12/09/2020
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
833.728/1995-EMPRESA DE MINERAÇÃO ÁGUA SANTA LTDA.- Nome da Fonte: Água Santa - Marca: Cristalina - Volumetria: 20L, 10L, 5L, 1,5L e 510 mL, sem gás-CÁSSIA/MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
834.693/2010-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-SACRAMENTO/MG, SANTA JULIANA/MG - Guia n° 198/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-46.700 t-Areia (agregado)- Validade:3 anos a partir da publicação no DOU
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.735/2003-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°150/2020/DFMIM - MG/GER - MG
830.407/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-OF. N°149/2020/DFMIM - MG/GER - MG
830.409/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-OF. N°148/2020/DFMIM - MG/GER - MG
832.651/2008-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-OF. N°147/2020/DFMIM - MG/GER - MG
832.833/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-OF. N°146/2020/DFMIM - MG/GER - MG
832.484/2005-PRANDO STONE LTDA-OF. N°404/2020/DFMNM - MG/GER - MG
834.125/2006-LUCIANA CORDEIRO NASCIMENTO-OF. N°405/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.193/2002-VALMIC GONÇALVES DOS SANTOS-OF. N°448/2020/DFMNM - MG/GER - MG
831.603/2008-MINAS MINING MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°497/2020/DFMNM - MG/GER - MG
831.586/2008-MINAS MINING MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°500/2020/DFMNM - MG/GER - MG
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
832.952/2007-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME- Guia de Utilização N°006/2017
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
830.241/2020-MINAS GOIAS MINERAÇÃO EIRELI ME
830.237/2020-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME
830.238/2020-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME
830.236/2020-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME
830.239/2020-MINAS GOIAS MINERAÇÃO EIRELI ME
830.240/2020-MINAS GOIAS MINERAÇÃO EIRELI ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.346/2018-HUMBERTO FLÁVIO BARBOSA RIBEIRO-OF. N°1042/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.255/2020-DIAMANDEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1044/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.191/2020-ROBSON ROGERIO DE OLIVEIRA-OF. N°1045/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.305/2020-ALOÍSIO G BARROSO MARTINS-OF. N°1046/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.930/2015-RONALDO DA SILVA AMARAL-OF. N°1043/2020/DIREM - MG/GER - MG
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.179/2020-WL MINERAÇÃO LTDA ME
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
830.197/2018-MARCELO PEREIRA DUTRA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 157/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
831.348/2012-CLEVERALDO GUIDOLINI GRIPPA - AI N°836/2019 - Gerência Regional - MG
831.280/2012-STONE GOLD MINERAÇÃO EIRELI - AI N°835/2019 - Gerência Regional - MG
830.006/2012-ARY BARBOSA SANTOS - AI N°834/2019 - Gerência Regional - MG
831.846/2012-AREAL CAMPOS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - AI N°822/2019 - Gerência Regional - MG
832.059/2009-MINERADORA TOPÁZIO LTDA ME - AI N°906/2018
831.161/2012-BRAMAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA EPP - AI N°823/2019 - Gerência Regional - MG
834.553/2010-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA. - AI N°807/2019 - Gerência Regional - MG
833.462/2014-LUIZ GONZAGA DOS SANTOS - AI N°1077/2019 - Gerência Regional - MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.086/2011-SÉRGIO HEITOR DA SILVA- Área de 95,68 ha para 35,03 ha-AREIA (uso industrial), CASCALHO (uso na construção civil) e ARGILA (uso industrial)-Bom Sucesso/MG
830.336/2010-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.- Área de 49,99 ha para 44,14 ha-AREIA (uso imediato na construção civil)-Barra Longa/MG
831.546/2007-EVANDO HORÁCIO PINTO- Área de 111,30 ha para 49,75 ha-ARGILA (uso na fabricação de cerâmica vermelha)-Divinópolis e São Gonçalo do Pará/MG
834.697/2011-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME- Área de 80,31 ha para 46,47 ha-AREIA (uso na construção civil) e ARGILA(uso imediato industrial)-São Gonçalo do Pará/MG
833.641/2012-MARCELO RIBEIRO DE SOUZA ME- Área de 14,79 ha para 4,59 ha-AREIA(uso imediato na construção civil)-Cataguases e Leopoldina/MG
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
834.853/2010-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-AI N°3207/2020/GER - MG/DIREM - MG
834.051/2013-MINERAÇÃO MURILO E GEOVANA-AI N°3581/2020/GER - MG/DIREM - MG
832.344/2014-WILSON MARTINS DA SILVA-AI N°3580/2020/GER - MG/DIREM - MG
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.411/2009-CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARAOPEBA LTDA-AREIA -(Uso imediato na construção civil)-Curvelo/Pompeu/MG
832.969/2010-CORDOVAL GERALDO DA CRUZ FI-Areia (uso imediato na construção civil), Cascalho (uso imediato na construção civil) e Quartzo (uso industrial)-Presidente Kubitschek/MG
833.481/2013-COSTA E VITA LTDA ME-Diamante e Argila (Cerâmica vermelha)-Coromandel/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.808/2015-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-OF. N°56 e 57/2020/UAPM - MG/GER - MG
831.265/2014-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-OF. N°1087/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.817/2003-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI-OF. N°1107/2020/DIREM - MG/GER - MG

831.353/2006-F J SILVA ME-OF. N°1105/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.215/2009-DELMO ANTONIO PRETINHO DOS SANTOS-OF. N°1106/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.327/2012-F J SILVA ME-OF. N°1104/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.595/2012-AREIAL RIO MINAS DE PIRAPETINGA LTDA. ME-OF. N°1100 e 1101/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.817/2012-LAMBARI AREIAS LTDA-OF. N°1111/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.842/2012-ANDERSON FERNANDES-OF. N°1116/2020/DIREM - MG/GER - MG
833.996/2012-LAMBARI AREIAS LTDA-OF. N°1118/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.395/2013-AREIAS E ARGILA SÃO JUDAS LTDA ME-OF. N°1121 e 1123/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.732/2014-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-OF. N°1102/2020/DIREM - MG/GER - MG
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.383/2018-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°2156/2018
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.383/2018-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.- AI N°3337/2020/GER - MG/DIREM - MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
831.080/2006-HEMATITE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°88/2008
833.278/2007-HEMATITE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11735/2007
Despacho publicado(256)
832.395/2013-AREIAS E ARGILA SÃO JUDAS LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Ofício nº 1122/2020/DIREM - MG/GER - MG -
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
830.719/1982-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.- AI N° 3293 E 3294/2020/GER - MG/DISBM - MG;Mundo Mineração Ltda,
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
002.771/1935-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-OF. N°100/2020/DFMIM - MG/GER - MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Despacho publicado(2234)
834.850/2007-MINERAÇÃO ACJ LTDA. ME-RAL Retificador Exigências de Apresentação - Ofício nº 157/2020/UAGV - MG/GER - MG Ofício nº 159/2020/UAGV - MG/GER - MG Ofício nº 160/2020/UAGV - MG/GER - MG Ofício nº 161/2020/UAGV - MG/GER - MG Ofício nº 162/2020/UAGV - MG/GER - MG e Extra RAL - Exigências Ofício nº 163/2020/UAGV - MG/GER - MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.966/2016-FRANCISCO GARCIA DE FIGUEIREDO-OF. N°129/2020/UAPC - MG/GER - MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
831.449/2009-MINERAÇÃO MAROTO LTDA ME-OF. N°166/2020/UAGV - MG/GER - MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.449/2009-MINERAÇÃO MAROTO LTDA ME-OF. N°167/2020/UAGV - MG/GER - MG
832.521/2003-GRANITOS VALE DO JEQUITINHONHA EIRELI-OF. N°390/2020/DFMNM - MG/GER - MG
830.345/1985-BRAMINAS BRASILEIRA DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-OF. N°128/2020/UAPC - MG/GER - MG
822.264/1972-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-OF. N°123/2020/UAPC - MG/GER - MG
832.169/2009-IZADORA SALES CARDOSO EPP-OF. N°536/2020/DFMNM - MG/GER - MG
834.885/2008-WALMIR PEDRO ROMÃO JUNIOR ME-OF. N°537/2020/DFMNM - MG/GER - MG
833.614/2011-MINERFAL MINAS MINERADORA LTDA-OF. N°538/2020/DFMNM - MG/GER - MG
833.039/2002-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-OF. N°539/2020/DFMNM - MG/GER - MG
830.244/2003-GRANITOS LINDEMBERG LTDA.-OF. N°540/2020/DFMNM - MG/GER - MG
831.709/1999-NILTON ANTONIO BORGES-OF. N°61/2020/UAPM - MG/GER - MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
822.264/1972-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-OF. N°6198/2008/FISCALIZAÇÃO/3ºDS/DNPM/MG-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.240/2015-ADELSON BICHETTI BENEDINI-OF. N°62/2020/UAPM - MG/GER - MG
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.582/2019-HORIZONTAL MARMORES E GRANITOS EIRELI EPP-OF. N°99/2020/SECOR - MG/GER - MG
830.346/2020-EMERSON PEDROSA CAETANO ME-OF. N°100/2020/SECOR - MG/GER - MG
830.142/2020-WILSON MACHADO CORREIA-OF. N°1096/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.145/2020-ANTÔNIO JOSÉ RODRIGUES GUALBERTO TONNI-OF. N°1117/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.155/2020-ECOAMBIENTAL CONSULTORIA E ENGENHARIA EIRELI-OF. N°1119/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.146/2020-ANTÔNIO JOSÉ RODRIGUES GUALBERTO TONNI-OF. N°1097/2020/DIREM - MG/GER - MG
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
830.350/2020-MINAS GOIAS MINERAÇÃO EIRELI ME

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 155/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
832.280/2016-QUARZIT MINERAÇÃO LTDA ME- Cessionário:ALTERFLEX MINERAÇÃO SALINAS LTDA.- CPF ou CNPJ 35.237.140/0001-62- Alvará n°5.534/2017
832.762/2016-RONALDO RAIMUNDO- Cessionário:LOANDA MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 35.000.590/0001-37- Alvará n°6.618/2017
830.772/2015-CARLA ANTÔNIA CIPRIANO DA SILVA- Cessionário:JOÃO VICTOR ALMEIDA MARTINS- CPF ou CNPJ 140.454.886-69- Alvará n°3.827/2019
832.917/2014-BRENO TIRADENTES TAVARES- Cessionário:TOLEDO & FILHOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.- CPF ou CNPJ 09.415.876/0001-73- Alvará n°6309/2019
831.128/2018-CLAUDIO OLIVEIRA COSTA- Cessionário:MARCO ANTÔNIO QUEIROZ Cpf 52796329615 ME- CPF ou CNPJ 71.225.544/0001-08- Alvará n°7.277/2019
831.663/2018-AGRIMIG - CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA- Cessionário:MINRAÇÃO CALFENIX LTDA.- CPF ou CNPJ 07.759.056/0001-73- Alvará n°6.791/2019
830.240/2017-BLEDA CRISTIANE SILVA- Cessionário:BLEDA CRISTIANI DA SILVA- CPF ou CNPJ 36.608.612/0001-09- Alvará n°8.934/2017
830.482/2018-S A ALMEIDA ME- Cessionário:BARBOSA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.- CPF ou CNPJ 06.262.673/0001-04- Alvará n°8.416/2018
830.244/2018-JOSÉ MAGALHÃES- Cessionário:GIBEGRAM MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 39.327.341/0001-01- Alvará n°7.595/2018
830.502/2018-AREIAL NOSSA SENHORA APARECIDA EIRELI ME- Cessionário:MINERAÇÃO MELO LTDA ME- CPF ou CNPJ 05.741.478/0001-96- Alvará n°5.702/2016
831.623/2017-BENEDITO RIBEIRO DO VALE FILHO- Cessionário:MARIA DA LUZ NUNES GOULART AREIAS EIRELI ME- CPF ou CNPJ 24.839.510/0001-15- Alvará n°1.261/2019
831.260/2011-CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARAOPEBA LTDA- Cessionário:FLÁVIO CIOGLIA DIAS GONTIJO- CPF ou CNPJ 054.390.406-76- Alvará n°17.329/2011
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
833.746/2013-UILMO PEREIRA DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME-ALVARÁ N°470/2016
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
831.812/2016-M L DALFIOR PECAS E ACESSORIOS ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
831.807/2015-ONILATAN PORTO VIANA- Alvará n°11.634/2016 - Cessionario:831.200/2019-HG ENGENHARIA LTDA.- CPF ou CNPJ 12.077.326/0001-04
833.283/2014-NATASHA GONÇALVES MAIA VILELA- Alvará n°2.647/2015 - Cessionario:831.178/2019-MINERAÇÃO SELETA LTDA. EPP- CPF ou CNPJ 21.527.960/0001-84
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.811/2016-M L DALFIOR PECAS E ACESSORIOS ME-OF. N°95/2020/SECOR - MG/GER - MG e Plasatec Indústria e Comércio Ltda.
831.980/2016-M L DALFIOR PECAS E ACESSORIOS ME-OF. N°96/2020/SECOR - MG/GER - MG e Plasatec Indústria e Comércio Ltda.
832.507/2016-MINERAÇÃO EUROPA LTDA ME-OF. N°97/2020/SECOR - MG/GER - MG e Blc Mineração e Terraplenagem Ltda. Me
833.288/2015-DOUGLAS ROBERTO DA SILVA-OF. N°56/2020/SECOR - MG/GER - MG e Apparecida Jandira de Andrade Barbosa
832.582/2016-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA-OF. N°1047/2020/DIREM - MG/GER - MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.465/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°3389/2017
831.854/2016-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°3789/2017
831.853/2016-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°3788/2017
831.745/2016-MINE INVEST BRAZIL LTDA-ALVARÁ N°3779/2017
831.779/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°3845/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
834.702/2007-MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A.
830.943/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
831.787/2016-PAULO CÉSAR FONSECA
831.274/2007-SUL AMERICANA DE METAIS S.A.
833.463/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
833.613/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
831.496/2017-VALE DO ANJO TRANSPORTES EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME
830.804/2017-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.988/2017-MARCOS EUGENIO TERRA MACHADO-AREIA e CASCALHO. (Agregado para uso imediato construção civil)-Rio Preto e Valença/MG e RJ
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
833.120/2008-MINERAÇÃO MURILO E GEOVANA- Área de 862.60 ha para 50,00 ha-Areia (uso imediato na construção civil)-São Francisco/MG
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
802.125/1978-COMPANHIA GERAL DE MINAS -Alvará N°7711/2006
831.875/2011-RIO GRANDE AREAL LTDA. -Alvará N°17613/2011
830.644/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA. -Alvará N°452/2019
830.984/2017-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP -Alvará N°1935/2018
834.028/1996-COMPANHIA GERAL DE MINAS -Alvará N°7465/2002
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
813.944/1971-JJBF LTDA-OF. N°121/2020/UAPC - MG/GER - MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
813.944/1971-JJBF LTDA-OF. N°122/2020/UAPC - MG/GER - MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
830.182/2013-ASAMAR SA- Cessionário:CONCRETA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 27.491.624/0001-05- Alvará n°7.333/2013
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.642/2015-ADMIR ANTONIO TREVISAN-OF. N°126/2020/UAPC - MG/GER - MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1727)
830.979/2009-ITINGA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°156/2020/UAGV - MG/GER - MG
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
830.285/2011-CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARAOPEBA LTDA- n° 4.490/2009 - Cessionário: MKM EMPREENDIMENTOS & COMÉRCIO DE AREIAS EIRELI-CNPJ 31.638.559/0001-75
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.871/1998-COMERCIO DE PEDRA IRIFER LTDA-OF. N°98/2020/SECOR - MG/GER - MG e Rocha 040 Mineração Ltda.
831.814/2003-XARAGRAN MARMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°360/2020/DFMNM - MG/GER - MG
830.281/1983-EMPRESA DE MINERAÇÃO OURO NOVO LTDA.-OF. N°124/2020/UAPC - MG/GER - MG
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
830.281/1983-EMPRESA DE MINERAÇÃO OURO NOVO LTDA.-OF. N°051/2019-UAPC-GR- ANM/MG
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.979/2009-ITINGA MINERAÇÃO LTDA-FRANCISCÓPOLIS/MG - Guia n° 205/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-8.000 t/ano-GRANITO (ORNAMENTAL)- Validade:03 (três) anos a partir da publicação no DOU ou PL (o que vier primeiro)
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.123/2019-APPARECIDA JANDIRA DE ANDRADE BARBOSA-OF. N°57/2020/SECOR - MG/GER - MG e Douglas Roberto da Silva
830.259/2019-ANTONIO IONE TEIXEIRA DE JESUS-OF. N°1053/2020/DIREM - MG/GER - MG
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.316/2019-PREMOVALE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.513/2010-ITINGA MINERAÇÃO LTDA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 156/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.131/2009-MINERAÇÃO & COMMODITIES DALLAS LTDA- Área de 205,03 ha para 49,33 ha-AREIA e ARGILA.-Leandro Ferreira/MG
832.949/2007-FERNANDO DAS DORES FERREIRA- Área de 42,85 ha para 24,97 ha-AREIA- (uso imediato na construção civil)-Turmalina/MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
834.700/2007-MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A.
831.271/2015-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI
833.650/2011-CERAMICA MINAS BRASIL LTDA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.571/2018-MINERAÇÃO CANAÃ LTDA -Alvará N°6337/2019
833.444/2013-TRATER PESADOS RENTAL LTDA -Alvará N°14898/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.463/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°3387/2017
834.443/2011-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-ALVARÁ N°3137/2017
834.602/2011-JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS-ALVARÁ N°1761/2017
832.578/2016-ALASKA COMERCIAL DE MINÉRIOS LTDA-ALVARÁ N°2421/2017
832.797/2016-JOSÉ MOREIRA FILHO-ALVARÁ N°4367/2017
831.993/2016-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI-ALVARÁ N°4830/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.328/2017-GRAMIC GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-OF. N°1059/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.034/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-OF. N°1060/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.160/2017-GRAMIC GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-OF. N°1058/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.177/2017-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-OF. N°1070/2020/DIREM - MG/GER - MG
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.931/2016-J NALLI ME-QUARTZITO-SERRO/MG
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
832.212/2016-ROMES PEREIRA FROIS-ALVARÁ N°5.585/2017
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
832.177/2017-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA- AI N°3341/2020/GER - MG/DIREM - MG
832.797/2016-JOSÉ MOREIRA FILHO- AI N°3339/2020/GER - MG/DIREM - MG
831.993/2016-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI- AI N°3338/2020/GER - MG/DIREM - MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
831.594/2012-GRANMAR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - AI N°833/2019 - Gerência Regional - MG
831.400/2012-NEWCOR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - AI N°840/2019 - Gerência Regional - MG
831.392/2012-ANA DALVA MARTINS SILVEIRA - AI N°839/2019 - Gerência Regional - MG
831.391/2012-LUANA MARTINS SILVEIRA MOURÃO - AI N°838/2019 - Gerência Regional - MG
831.352/2012-BRAMAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA EPP - AI N°837/2019 - Gerência Regional - MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
833.338/2010-CJ AREIA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-OLIVEIRA/MG - Guia n° 22/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-42000 t/ano-AREIA e ARGILA- Validade:36 meses
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
834.703/2008-AREIAS BEIRA RIO LTDA- Registro de Licença N° 4.342/2015 - Vencimento em 05/01/2021
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
832.822/2014-Cp Empreendimentos Gerais Ltda Me- AI N°3297/2020/GER - MG/DFMNM - MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.977/2008-CARLOS JOSÉ GONÇALVES-OF. N°336/2020/DFMNM - MG/GER - MG
830.210/2017-DR CAR VEICULOS E ACESSORIOS LTDA-OF. N°515/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.206/2006-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA-OF. N°514/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.002/2013-VM5 EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA. ME-OF. N°507/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.705/2002-KAMIGRAN MINERAÇAO EIRELI-OF. N°506/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.599/2013-LOURIVAL SAMPAIO FILHO-OF. N°501/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.083/2011-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°522/2020/DFMNM - MG/GER - MG
833.650/2007-PAULO CESAR FONSECA-OF. N°521/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.244/2009-MARCOS RAYMUNDO PEREIRA-OF. N°520/2020/DFMNM - MG/GER - MG
831.579/2008-MINAS MINING MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°519/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.081/2011-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°525/2020/DFMNM - MG/GER - MG
831.587/2008-MINAS MINING MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°524/2020/DFMNM - MG/GER - MG
830.834/2008-MINERAÇÃO MÉDIO PARAOPEBA LTDA ME-OF. N°523/2020/DFMNM - MG/GER - MG
830.263/2003-VÉRITAS MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°581/2020/DIREM - MG/GER - MG e 526/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.082/2011-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°527/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.697/2003-BELMONT MINERAÇÃO LTDA-OF. N°528/2020/DFMNM - MG/GER - MG
830.226/2013-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°529/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.551/2010-EDELIO DOS SANTOS-OF. N°530/2020/DFMNM - MG/GER - MG
834.315/2008-ANTÔNIO DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA-OF. N°531/2020/DFMNM - MG/GER - MG
Despacho publicado(356)
830.263/2003-VÉRITAS MINERAÇÃO EIRELI-OF. Nº 582/2020/DIREM/ANM/MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.682/2017-MAGNO LAVORATO-OF. N°513/2020/DFMNM - MG/GER - MG
831.403/2018-ANTONIO CARLOS FERREIRA-OF. N°508/2020/DFMNM - MG/GER - MG
831.514/2017-CERAMICA OLIVEIRA CAMPOS LTDA ME-OF. N°509/2020/DFMNM - MG/GER - MG
830.783/2019-BRUCE STEPHENSON TULIO DEFILIPPIS-OF. N°516/2020/DFMNM - MG/GER - MG
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(2194)
830.346/2019-S A ALMEIDA ME
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
830.345/2019-MONICA FONSECA DUARTE
830.347/2020-ROBSON ROGERIO DE OLIVEIRA
830.368/2020-KULUENE SERVIPOS E CONSULTORIA LTDA.

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 158/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.498/2016-LUCIMAR RODRIGUES PAINA-OF. N°1103/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.923/2016-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A-OF. N°1094/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.925/2016-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A-OF. N°1093/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.924/2016-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A-OF. N°1092/2020/DIREM - MG/GER - MG
833.672/2006-JMN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1095/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.445/2017-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A-OF. N°1091/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.452/2009-GRAN VALE LTDA EPP-OF. N°158/2020/UAGV - MG/GER - MG
832.930/2013-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°59/2020/UAPM - MG/GER - MG
834.015/2006-MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.-OF. N°1140/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.063/2012-FRANCO WEBER-OF. N°65/2020/UAPM - MG/GER - MG
830.915/2014-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-OF. N°1135/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.002/2016-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°1131/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.099/2017-PAULO CESAR FONSECA-OF. N°1125/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.691/2017-CARLOS ANDRÉ ORNELES-OF. N°1130/2020/DIREM - MG/GER - MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.155/2016-PRISCILA ROMUALDO ROCHA ME- Área de 49,99 ha para 15,34 ha-AREIA(uso imediato na construção civil)-Fortuna de Minas e São José da Varginha/MG
830.183/2010-MINERAÇÃO DE AREIA LAMBARI LTDA- Área de 618,95 ha para 49,69 ha-Areia-BOM DESPACHO/LEANDRO FERREIRA /MARTINHO CAMPOS/MG
831.768/2017-CURISCO AREAL LTDA. ME- Área de 631,37 ha para 46,51 ha-AREIA - (Uso na construção civil)-ITAMBACURI / SÃO JOSÉ DA SAFIRA/MG
832.452/2009-GRAN VALE LTDA EPP- Área de 101,9 ha para 82,52 ha-Granito (Uso ornamental)-JACINTO/MG
831.295/2011-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA- Área de 997,96 ha para 391,59 ha-GABRO (Uso Ornamental)-Passa Tempo- Piracema/MG
832.666/2009-SÉRGIO HEITOR DA SILVA- Área de 230,85 ha para 28,55 ha-Areia e Cascalho(uso na construção civil)-Ritápolis - São João Del Rei/MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
831.684/2016-FALCON METAIS LTDA-ALVARÁ N°3148/2017
830.464/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°3388/2017
833.246/2011-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-ALVARÁ N°7.905/2015
831.923/2016-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A-ALVARÁ N°4822/2017
831.925/2016-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A-ALVARÁ N°4824/2017
831.924/2016-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A-ALVARÁ N°4823/2017
830.445/2017-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A-ALVARÁ N°4841/2017
830.444/2017-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A-ALVARÁ N°4372/2017
832.439/2009-FALCON METAIS LTDA-ALVARÁ N°3.785/2014
831.232/2016-DJ GRANITOS EIRELI ME-ALVARÁ N°4809/2017
830.462/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°3386/2017
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
832.449/2016-BRUCE STEPHENSON TULIO DEFILIPPIS-AI N°3582/2020/GER - MG/DIREM - MG
830.306/2018-FERREIRA BARBOSA EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA ME-AI N°3552/2020/GER - MG/DIREM - MG
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
831.466/2017-FIBREGLASS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA ME-ALVARÁ N°1231/2018
831.159/2016-CAMPOS MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-ALVARÁ N°259/2017
830.906/2017-TRIESTE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°3528/2018
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.445/2017-MINERAÇÃO NAUTILUS S.A- AI N°3409/2020/GER - MG/DIREM - MG
831.232/2016-DJ GRANITOS EIRELI ME- AI N°3583/2020/GER - MG/DIREM - MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1736)
832.452/2009-GRAN VALE LTDA EPP-OF. N°168/2020/UAGV - MG/GER - MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.340/2014-SIMONE HEMERLY SAVIGNON
831.336/2014-SIMONE HEMERLY SAVIGNON
834.152/2011-EVERALDO JOSÉ DA SILVA
832.230/2003-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI
832.081/2017-MINERAÇÃO MOULIN EXPORT LTDA.
831.802/2017-MLG MINERADORA LTDA.
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
832.930/2013-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-Areia (construção civil)-Araguari/Tupaciguara/MG
833.212/2013-INDUSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS IBAR LTDA.-ARGILA- (Uso Industrial)-Andradas/MG
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.622/2018-ITINGA MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°6049/2019
830.188/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA. -Alvará N°398/2019
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.295/2011;MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA;PASSA TEMPO/MG, PIRACEMA/MG ; Guia n° 28/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG;16.000 t/ano;GABRO; Validade da Guia:31/01/2022 ; Licença Ambiental: AAF nº 00968/2018, emitida pela SUPRAM Alto São Francisco ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 31/01/2022
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
005.761/1965-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-OF. N°158/2020/DFMIM - MG/GER - MG
930.787/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°156/2020/DFMIM - MG/GER - MG
004.909/1962-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°155/2020/DFMIM - MG/GER - MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
930.787/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA- AI N° 3220/2020/GER - MG/DFMIM - MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
004.909/1962-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°154/2020/DFMIM - MG/GER - MG
Indefere requerimento de Guia de Utilização(1096)
830.161/2000-BRITAC LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.971/2007-PEDRO MAIA DA SILVA ME- Registro de Licença N° 3070/2007 - Vencimento em 23/03/2021
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
816.315/1973-VALE S A-OF. N°159/2020/DFMIM - MG/GER - MG-60 dias
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.367/2020-FERNANDO FELIS GUEDES-OF. N°1127/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.972/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°1126/2020/DIREM - MG/GER - MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 30/2020

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)
870.156/2020-FEIRA DE SANTANA PREFEITURA- Registro de Extração N°005/2020 de 01/04/2020

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 32/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
871.162/2019-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA EPP.-Registro de Licença N° 030/2020 - Vencimento em 04/09/2021
871.553/2019-PEDRO DIAS DE CARVALHO NETO-Registro de Licença N° 031/2020 - Vencimento em 12/11/2025
870.478/2018-PATIPE MINERAÇÃO LTDA ME-Registro de Licença N° 032/2020 - Vencimento em 19/02/2023
871.959/2017-MINERAÇÃO VALE DO SOL LTDA ME-Registro de Licença N° 033/2020 - Vencimento em 20/03/2024
871.657/2019-DISTRIBUIDORA DE AREIA SAO PEDRO EIRELI-Registro de Licença N° 034/2020 - Vencimento em 31/10/2022
871.658/2019-BOTELHO CERÂMICA LTDA-Registro de Licença N° 035/2020 - Vencimento em Indeterminada
871.535/2019-GGS LOCACOES DE MAQUINAS E APOIO A EDIFICIOS EIRELI-Registro de Licença N° 036/2020 - Vencimento em 17/10/2021

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 71/2020

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.138/1962-EMPRESA ÁGUA DE BRASÍLIA LTDA-OF. N°272/2020
000.696/1945-JOÃO PEDRO CASQUEIRA CORREDOURA-OF. N°315/2020
000.365/1963-AURA-MINERAÇÃO AURIFERA ANICUNS LTDA-OF. N°241/2020
818.544/1971-RIMIL RIALMA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°341/2020
809.896/1972-MINERAÇÃO VILA BOA LTDA-OF. N°332/2020
803.603/1973-MINERAÇÃO PEDRA LINDA LTDA-OF. N°329/2020
806.590/1973-MINERAÇÃO INGAZEIRA LTDA-OF. N°328/2020
812.761/1973-MINERADORA VALE DO CERRADO LTDA-OF. N°462/2020
800.146/1976-EXTRABLOCO EXTRAÇÃO DE BLOCOS DE PEDRAS LTDA-OF. N°274/2020
804.560/1976-LUZIMINAS AREIA E CASCALHO LTDA.-OF. N°321/2020
861.832/1980-MATRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°322/2020
803.240/1978-CNB MINERAÇÕES LTDA-OF. N°259/2020
860.664/1985-JIBRAN EL HADJ-OF. N°314/2020
860.505/1989-MAX GRAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA-OF. N°323/2020
861.133/1989-CAMPING CLUBE TURISMO AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.-OF. N°253/2020
860.730/1990-MARLIN BLUE STONE LTDA.-OF. N°458/2020
861.344/1992-IMEX BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA-OF. N°277/2020
861.694/1992-MINERADORA SAINT CLAIRE LTDA.-OF. N°335/2020
860.302/1993-MINERAÇÃO ARARAS LTDA-OF. N°324/2020
860.525/1995-BUENO E TELES LTDA-OF. N°250/2020
860.609/1995-BENUNES E BENUNES LTDA-OF. N°246/2020
860.939/1995-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-OF. N°344/2020
760.107/1996-MINERAÇÃO RIO CAPIVARI LTDA-OF. N°460/2020
860.529/1997-MINERADORA AREIA CRISTAL LTDA-OF. N°334/2020
860.001/1998-SOLO E TETO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-OF. N°342/2020
860.095/1998-BRASILCA - MINERAÇÃO BRASILEIRA LTDA-OF. N°249/2020
860.283/1998-CONESUQUE ÁGUAS MINERAIS LTDA ME-OF. N°262/2020
860.557/1998-BATISTA E ASSIS LTDA-OF. N°245/2020
860.561/1998-BRASÍLIA MINERAÇÃO INDÚSTRIA COMÉRCIO EXP. DE ROCHAS E METAIS LTDA.-OF. N°239/2020
860.188/1999-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS PANOFF LTDA-OF. N°278/2020
860.370/2000-DLS EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°264/2020
860.525/2000-NACIONAL DAS ÁGUAS INDÚSTRIA E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°337/2020
860.700/2000-COMERCIO E ENGARRAFAMENTO DE ÁGUA MINERAL SARA LTDA-OF. N°260/2020
860.745/2000-MINERAÇÃO BRASÍLIA LTDA-OF. N°325/2020
860.213/2001-MINERAÇÃO DOMA LTDA-OF. N°326/2020
860.242/2001-KADE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°319/2020
860.561/2001-CELESTIAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°257/2020
860.685/2001-J. MONTEIRO E CIA. LTDA.-OF. N°313/2020
860.619/2001-AZ CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°242/2020
860.053/2002-AREIAL FARTURA LTDA-OF. N°237/2020
860.126/2002-TORORÓ MEIO AMBIENTE E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°346/2020
860.361/2002-COMPANHIA MUNICIPAL DE TURISMO E ÁGUAS TERMAIS-OF. N°261/2020
860.591/2002-REFRIGERANTES CERRADINHO LTDA.-OF. N°340/2020
860.057/2003-LUIZ FERNANDES MONTEIRO FILHO-OF. N°320/2020
860.312/2003-EMBRAAREIA EMPRESA DE EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA EIRELI-OF. N°271/2020
860.313/2003-MINERAÇÃO PLANALTO LTDA-OF. N°330/2020
860.923/2003-JOSÉ CATARINA DA MATA & CIA LTDA ME-OF. N°456/2020
860.936/2003-MULTI - MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°336/2020
861.187/2003-JOSÉ EUSTÁQUIO DE SOUSA-OF. N°316/2020
860.910/2004-AGROPECUÁRIA LIMÍRIO GONÇALVES LTDA.-OF. N°232/2020
861.009/2004-ITAFOS ARRAIAS MINERAÇÃO E FERTILIZANTES S.A.-OF. N°279/2020
861.295/2004-SANTA VITÓRIA ENERGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°463/2020
860.003/2005-A. R. T. AREIAS RIO TESOURAS LTDA ME-OF. N°452/2020
860.004/2005-TARCAL TRANSPORTES E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°343/2020
860.161/2005-BRASIL MANGANES LTDA.-OF. N°247/2020
860.650/2005-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°459/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.425/1971-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A-OF. N°258/2020
821.412/1971-TONIOLO BUSNELLO S/A TUNEIS TERRAPLANAGENS E PAVIMENTAÇÕES-OF. N°345/2020
813.473/1973-JULIO CESAR CAMELO PARRODE-OF. N°422/2020
803.826/1975-DECAL DERIVADOS DE CALCARIO LTDA-OF. N°263/2020

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 72/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
861.292/2016-CLEUNICE GUNDIM MENDONÇA- Área de 292,2 ha para 40,08 ha-AREIA (para uso na construção civil).-Silvânia e Vianópolis/GO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
860.091/2012-MINERAÇÃO BATALHA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-OF. N°514/2020
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
860.792/2005-CERÂMICA CATALÃO EIRELI-OF. N°455/2020
860.802/2005-QUARTZ MINERAÇÃO SPE LTDA-OF. N°338/2020
860.696/1999-IZABEL OLIVIER HECKLER-OF. N°312/2020
860.079/2000-MINERAÇÃO SANTA PRISCA LTDA.-OF. N°331/2020
860.916/2006-W. DE S. FERNANDES EIRELI ME-OF. N°347/2020
860.934/2006-MINERAÇÃO SANTA LUZIA LTDA-OF. N°461/2020
861.192/2007-A R BORGES DE SOUSA ME-OF. N°451/2020
860.934/2008-FORMACOL AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°275/2020
860.092/2008-I.M. NEVES DRAGA BEM TI VI ME-OF. N°276/2020
861.040/2008-EURÍPEDES ASSIS DE OLIVEIRA ME-OF. N°273/2020
862.456/2008-AREIA SÃO TOMÁZ LTDA-OF. N°236/2020
960.704/2008-CAMPOS AGRÍCOLA LTDA-OF. N°256/2020
860.187/2010-JOSE PEDRO VAZ NETO ME-OF. N°457/2020
860.636/2010-RAMOS E GOMES MINERAÇÃO LTDA-OF. N°339/2020
860.811/2010-CALCARIO URUAÇU LTDA-OF. N°454/2020
860.985/2004-TRANSAREIA LTDA-OF. N°464/2020
860.312/1999-MINERADORA PEDRA RICA LTDA-OF. N°465/2020
860.054/2000-OÁSIS ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°499/2020
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.519/2014-LÁZARO HENRIQUE VASCONCELOS-OF. N°498/2020
860.081/2014-ANTÃO SILVESTRE DE OLIVEIRA NETO-OF. N°500/2020
860.333/2017-DEPOSITO DE AREIA RIO SANTANA E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°518/2020
860.983/2016-PEDREIRA BELA VISTA UNIAO LTDA-OF. N°513/2020
860.370/2015-JAIR TAGLIARI-OF. N°511/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.320/2018-C A DA CRUZ EIRELI-OF. N°494/2020
860.289/2018-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°486/2020
860.288/2018-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°284/2020
860.154/2017-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°489/2020
860.029/2012-HS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°495/2020
862.342/2011-RIO CLARO MINERACÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA ME-OF. N°481/2020
860.397/2011-INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL S C-OF. N°480/2020
862.793/2008-RICARDO LUIZ DE MORAIS LOBO-OF. N°491/2020
862.610/2008-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°496/2020
861.456/2006-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°492/2020
805.013/1974-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA-OF. N°488/2020
860.220/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°504/2020
860.123/2008-FORNECEDORA DE AREIA BELA VISTA LTDA.-OF. N°512/2020
860.666/2007-CARBONATOS NIQUELANDIA EXPLORAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MINERIOS LTDA-OF. N°502/2020
860.665/2007-CARBONATOS NIQUELANDIA EXPLORAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MINERIOS LTDA-OF. N°503/2020
860.192/2017-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME-OF. N°519/2020
860.906/2016-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°509/2020
861.346/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°510/2020
860.056/2020-POLLIRAYME PEREIRA DA SILVA 03315196150-OF. N°516/2020
Despacho publicado(356)
860.289/2018-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação, e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
860.288/2018-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação, e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
860.154/2017-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação, e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
861.456/2006-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação, e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
861.734/2011-MARCOS PAULO FERREIRA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
861.876/2010-MARCOS PAULO FERREIRA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
862.237/2008-MARCOS PAULO FERREIRA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
861.573/2007-MINERADORA VALE DO RIO VERDE LTDA ME-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."

861.154/1993-TRITON ENERGIA LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
Reitera exigência(366)
861.429/2010-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°508/2020-60 dias dias
861.202/2013-MINERADORA MAGO LTDA ME-OF. N°523/2020-60 dias dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.846/2019-ANA MARIA CEZARIA CALZADA MACHADO-OF. N°515/2020
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
860.217/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA-OF. N°501/2020
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
860.197/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA- Registro de Extração N°03/2020/2020 de 15/04/2020
860.192/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA- Registro de Extração N°02/2020/2020 de 15/04/2020
860.187/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA- Registro de Extração N°01/2020/2020 de 15/04/2020

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 89/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
751.438/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
751.445/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
751.430/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.719/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.713/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.708/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.165/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.147/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.142/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.726/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.731/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.129/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.138/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.130/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
751.489/1996-CAQUETA SOCIEDADE DE MINERAÇÃO CAQUETA LTDA
751.439/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
751.446/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
751.436/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.718/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.712/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.707/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.146/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.141/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.727/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.732/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.136/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.137/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
850.445/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
751.982/1996-MINERAÇÃO AURIZONA S.A.
751.440/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
751.447/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.722/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.717/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.711/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.706/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.162/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.145/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.140/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.728/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.725/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.141/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.135/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
854.946/1994-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
751.983/1996-MINERAÇÃO AURIZONA S.A.
751.441/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
854.939/1994-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.721/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.716/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.710/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.167/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.164/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.144/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.139/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.729/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.724/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.140/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
856.134/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
854.940/1994-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
750.205/1996-HOMESTAKE DO BRASIL SA
750.163/1996-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 45/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.147/2013-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-OF. N°109/2020/SEREM - RJ/GER - RJ
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.036/2013-AREAL SÃO JOSÉ DE SEROPÉDICA LTDA ME-OF. N°353/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
890.233/1997-AREAL SANTA HELENA DE ITAGUAÍ LTDA EPP- AI N° 3217/2020/GER - RJ/SEFAM - RJ
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.380/2007-AQUA GLASS INDUSTRIA E COM. DE AGUA MINERAL LTDA- Fonte São José, marca SPA Rio, embalagens de água mineral em volumetria de 10 e 20 L- RIO BONITO/RJ
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.180/1999-AREAL GRÃO DE AREIA DE CAMPOS LTDA.- Registro de Licença N° 1.489/1999 - Vencimento em 29/10/2022
890.638/2010-A. C. CERÂMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI- Registro de Licença N° 2698/2011 - Vencimento em 06/12/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.417/2004-AREAL SÃO JOSÉ DE SEROPÉDICA LTDA ME-OF. N°354/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.664/2011-RIO GRANDE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°350/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.197/1995-CRAFT ENGENHARIA LTDA-OF. N°349/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
Reitera exigência(366)
890.373/2009-CORDEIRO E SEVERO ENGARRAFADORA DE ÁGUAS LTDA-OF. N°355/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias
890.937/2011-ONITAUÁ MINERADORA LTDA-OF. N°356/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias
890.347/2012-PARAHY MINERADORA LTDA-OF. N°352/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
890.006/2020-DAYVERSON ZAO RODRIGUES FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°110/2020/SEREM - RJ/GER - RJ
Fase de Requerimento de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(182)
890.179/2019-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 46/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
890.179/2019-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP- DOU de 12/12/2019

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 48/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.066/2019-RIBAS & PIZZOLATTO TRANSPORTES LTDA-OF. N°44/2020
810.263/2019-DOLAIR TEREZA LORENZA ME-OF. N°53/2020
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.474/2018-RÉGIS PEREIRA & CIA LTDA.- Cessionário:Transportadora São Roque Ltda- CPF ou CNPJ 11.166.341/0001-58- Alvará n°7876/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
810.881/2016-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA -Alvará N°12071/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
810.871/2016-A. C. MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA ME- Alvará n°453/2017 - Cessionario:810.410/2019 e 810.411/2019-Goufe Mineração Eireli- CPF ou CNPJ 01.600.143/0001-05
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.175/2019-ELSA CAMPOS FERREIRA ME-OF. N°43/2020
810.514/2018-SILON DA SILVA MARTINS CONSTRUÇÃO-OF. N°50/2020
811.301/2014-ADRIANO DOS SANTOS AREIAL ME-OF. N°45/2020
810.368/2008-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE BASALTO IPÊ LTDA-OF. N°49/2020
810.662/2011-JOÃO EVANDRO DE SOUZA-OF. N°51/2020
810.022/2006-VALDENIR BUSSOLOTTO ME-OF. N°52/2020
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
810.894/2008-CERÂMICA KASPARY LTDA- Processo englobado:811.004/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.488/2015-GILMAR GALIOTTO-OF. N°42/2020
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.174/2020-SG EXTRACAO COMERCIO E TRANSPORTE DE BASALTO LI L-OF. N°54/2020
810.179/2020-MADALENA FATIMA BASSO-OF. N°55/2020

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº Relação 28/2020

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.050/2016-CONSTRUBASE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP- Registro de Licença N° 27/2016 - Vencimento em 05/12/2024
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
868.176/2014-DUARTE E BENITES COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°177/2020/SEFAM - MS/GER - MS
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.198/2019-CRK EMPREENDIMENTOS E ASFALTO USINADO EIRELI-OF. N°204/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.200/2019-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°205/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.222/2019-ATRATIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°214/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.206/2019-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°209/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.205/2019-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°208/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.204/2019-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°207/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.201/2019-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°206/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.223/2019-LUIZ ALBERTO TEIXEIRA DE SOUSA E SOUZA-OF. N°215/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.221/2019-ATRATIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°213/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.209/2019-HELIO DE LIMA-OF. N°212/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.208/2019-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°211/2020/SEREM - MS/GER - MS

868.207/2019-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA-OF. N°210/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.192/2018-MINERADORA DIAMANTE NEGRO LTDA.-OF. N°222/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.190/2018-MINERADORA DIAMANTE NEGRO LTDA.-OF. N°220/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.191/2018-MINERADORA DIAMANTE NEGRO LTDA.-OF. N°221/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.229/2019-MORRO BRANCO MINERACAO LTDA-OF. N°223/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.230/2019-EDUARDO IBANHES-OF. N°224/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.228/2019-BMM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°219/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.225/2019-BMM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°216/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.227/2019-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-OF. N°218/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.226/2019-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-OF. N°217/2020/SEREM - MS/GER - MS
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
868.220/2019-PROSPECÇÃO MINERÁRIA RIO MIRANDA LTDA

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 276, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.205956/2020-04, autoriza a empresa MAXXI PLUS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA., CNPJ n.º 17.385.419/0001-01, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 277, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.205368/2020-62, autoriza a empresa COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA, CNPJ n.º 10.319.853/0001-44, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 334, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no que consta do processo administrativo ANP n.º 48610.220118/2019-19, corrige o conteúdo do Despacho nº 323 de 20 de abril de 2020 que tornou público o cancelamento da Autorização nº 292/2015. No lugar da Autorização nº 292/2015, é cancelada a Autorização ANP nº 294/2015 (DOU 14/04/2015), esta, concedida à filial da sociedade ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., inscrita no CNPJ sob o n.° 23.314.594/0061-41, localizada à Rodovia MT 100, Km 80, Zona Rural, Alto Taquari/MT - CEP: 78.785-000. Revogam-se as disposições em contrário.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 335, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de 26 de maio de 2004 e do que consta no processo Administrativo ANP nº 48610.205688/2020-12, torna pública a correção do Despacho nº 319 de 20 de abril de 2020. Neste, por erro de remissão, revogou-se o Despacho de nº 1625/2015, no lugar do Despacho de nº 1626 (DOU 25/11/2015), este sim, responsável por restabelecer as Autorizações ANP de nº 282/2007 e 259/2006, para o exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista, outorgadas à WELP TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 05.787.607/0001-87, localizada no Largo Barão de Mauá, Lote 02, Quadra 8, Vila Actura, Duque de Caxias/RJ, CEP. 25.225-210. Com a presente correção, restabelecem-se os efeitos do Despacho de nº 1625/2015.

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 5/2020

Processo nº 25000.191501/2019-35/ 25000.040428/2019-34
Interessado: NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S/A
Assunto: Recurso Administrativo Referente à Portaria nº 52/SCTIE/MS, de 5 de novembro de 2019, que "Torna pública a decisão de não incorporar o secuquinumabe como primeira etapa de terapia biológica para o tratamento da artrite psoríaca ativa em pacientes adultos na primeira etapa de terapia biológica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)".
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 363/2019-CITEC/CGGTS/DGITIS/SCTIE/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica nos termos do PARECER nº 00278/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01202/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU e nº 01225/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S/A.

NELSON TEICH
Ministro de Estado

DESPACHO Nº 6, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 25000.024203/2019-31
Interessado: Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro/ Hospital Pequeno Príncipe.
Assunto: Recurso Administrativo. PRONON.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no Parecer Técnico nº 45/2019-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS e no Parecer Técnico nº 5/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00299/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01320/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU e nº 01334/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro/ Hospital Pequeno Príncipe.

NELSON TEICH
Ministro de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 324, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Dá publicidade ao resultado das análises das prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019; considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e o art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a necessidade de publicação do resultado da análise da prestação de contas relativa aos projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), resolve:
Art. 1º Publicar o seguinte resultado das análises das prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).
Razão Social: União Brasileira de Educação e Assistência - UBEA.
CNPJ: 88.630.413/0001-09.
Município/UF: Porto Alegre/RS
Título do projeto: O próprio corpo contra o câncer: explorando a relação entre sistema imune e metabolismo tumoral para o desenvolvimento inicial de novos fármacos junto com técnicas inovadoras como alternativas ao uso de animais de laboratório.
Órgão responsável pelas análises: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS).
Tipo de análise: Execução Física
Período analisado: Exercícios 2015 e 2016.
Processo NUP: 25000.159946/2014-16.
Embasamento: Parecer Técnico nº 20/2016/CGFPS/DECIT/SCTIE-MS (SEI 6699916) e Parecer Técnico nº 101/2017-CGFPATS/DECIT/SCTIE/MS (SEI 0164940).
Resultado: Aprovadas
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

PORTARIA Nº 325, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:
Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):
DADOS DA INSTITUIÇÃO
Instituição: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural
CNPJ: 08.745.680/001-84
Município/UF: São Paulo/SP
DADOS DO PROJETO
Nome do projeto: "Cidade Inclusiva - Mobilidade e Autonomia".
Resumo do projeto: Implantar o projeto CIDADE INCLUSIVA-MOBILIDADE E AUTONOMIA com estímulo à ampliação e/ou manutenção das capacidades funcionais de jovens e adultos com deficiência por meio da produção artística e cultural, a partir da apropriação cidadã de espaços públicos e privados da cidade de São Paulo/SP.
Prazo de execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses.
Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 4.792.401,00 (quatro milhões, setecentos e noventa e dois mil quatrocentos e um reais).
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 5.750.733,39 (cinco milhões, setecentos e cinquenta mil setecentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos).
Fundamento legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.
DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Mérito.
Processo NUP: 25000.006594/2019-10
Parecer conclusivo: Parecer Técnico nº 79/2020-CGSPD/DAET/SAES/MS (0014319575), favorável.
Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.
Valor aprovado da readequação: R$ 5.552.627,60 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil seiscentos e vinte e sete reais e sessenta centavos).
Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 3.962, de 31 de dezembro 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 1, na data de 02 de novembro de 2020, Seção 1.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOÃO GABBARDO DOS REIS

PORTARIA Nº 326, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Dá publicidade a resultado de análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019; considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); o Decreto nº 7.988, de

17 de abril de 2013, que regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e o art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a necessidade de publicação do resultado da análise da prestação de contas relativas aos projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Centro Infantil de Investigação Hematológicas Dr. Domingos A. Boldrini
CNPJ: 50.046.887/0001-27
Município/UF: Campinas/SP
Título do projeto: Diagnóstico molecular em tempo real dos tumores encefálicos pediátricos através da imagem lipídica obtida pela técnica de espectrometria de massas por Desorption electrospray ionization (DESI-MSI) e sua correlação com a classificação histológica e a progressão tumoral.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS)
Tipo de análise: execução física
Período analisado: exercício 2017
Processo NUP: 25000.069610/2015-43
Embasamento: PARECER TÉCNICO Nº 120/2018-CGFPATS/DECIT/SCTIE/MS (5420561)
Resultado: APROVADO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 382, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande, com sede em Rio Grande (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 965/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2011, constante do SIPAR/SEI nº 25000.053636/2010-65 , que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 17 de janeiro de 2010 a 16 de janeiro de 2013;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 222/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2323, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.053415/2019-25, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande, CNPJ nº 94.862.265/0001-42, com sede em Rio Grande (RS).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 17 de janeiro de 2012, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 383, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Associação Bahiana de Reabilitação e Educação - ABRE, com sede em Salvador (BA).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.168/SAS/MS, de 18 de outubro de 2012, constante do SIPAR/SEI nº 25000.025204/2010-64, que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 17 de agosto de 2010 a 16 de agosto de 2013;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 242/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2088, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.225925/2018-20, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Associação Bahiana de Reabilitação e Educação - ABRE, CNPJ nº 13.810.502/0001-20, com sede em Salvador (BA).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 17 de agosto de 2010, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 384, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, do Centro Social de Educação, Saúde e Assistência a Menores de Carrancas - CSESAMC, com sede em Carrancas (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 621/SAS/MS, de 20 de julho de 2015, constante do SIPAR/SEI nº 25000.667001/2009-14, que concedeu a CONCESSÃO do CEBAS, para o período de 21 de julho de 2015 a 20 de julho de 2018;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 240/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2368, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.061430/2019-47, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido ao Centro Social de Educação, Saúde e Assistência a Menores de Carrancas - CSESAMC, CNPJ nº 17.953.217/0001-19, com sede em Carrancas (MG).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO Nº 67, DE 27 DE ABRIL DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo- CD - DN nº 315, de 16 de abril de 2020, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, e visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da Lei retrocitada, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o prazo para publicação de decisão referente aos recursos administrativos listados abaixo.

Recorrente: MEDIX DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 83.200.105/0001-11
Processo: 25351.393830/2019-39
Expediente do Recurso: 0670623/20-1
Data do Protocolo: 05/03/2020
Prazo máximo para decisão: 01/09/2020
Recorrente: BENCHIMOL IRMÃO E CIA LTDA.
CNPJ: 04.565.289/0055-30
Processo: 25351.587392/2019-78
Expediente do Recurso: 3072676/19-0
Data do Protocolo: 08/11/2019
Prazo máximo para decisão: 06/05/2020
Recorrente: BENCHIMOL IRMÃO E CIA LTDA.
CNPJ: 04.565.289/0055-30
Processo: 25351.587392/2019-78
Expediente do Recurso: 3074874/19-7
Data do Protocolo: 08/11/2019
Prazo máximo para decisão: 06/05/2020
Recorrente: BESINS HEALTHCARE BRASIL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 11.082.598/0001-21
Processo: 25351.311504/2018-31
Expediente do Recurso: 0224780/20-1
Data do Protocolo: 22/01/2020
Prazo máximo para decisão: 20/07/2020
Recorrente: ESTRELLA RAMATIS DROGARIA LTDA.
CNPJ: 35.099.607/0001-55
Processo: 25351.120999/2020-13
Expediente do Recurso: 0739302/20-4
Data do Protocolo: 11/03/2020
Prazo máximo para decisão: 07/09/2020
Recorrente: W F MACHADO-ME
CNPJ: 31.157.744/0001-48
Processo: 25351.042929/2020-17
Expediente do Recurso: 0716332/20-1
Data do Protocolo: 09/03/2020
Prazo máximo para decisão: 05/09/2020
Recorrente: FARMÁCIA SANTA MARTA LTDA.
CNPJ: 07.494.984/0001-53
Processo: 25351.533019/2008-44
Expediente do Recurso: 0741502/20-8
Data do Protocolo: 11/03/2020
Prazo máximo para decisão: 07/09/2020
Recorrente: AS ERVAS CURAM INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 79.634.572/0001-82
Processo: 25351.636948/2017-03
Expediente do Recurso: 0529833/20-4
Data do Protocolo: 19/02/2020
Prazo máximo para decisão: 17/08/2020
Recorrente: BELFAR LTDA.
CNPJ: 18.324.343/0001-77
Processo: 25351.389093/2019-70
Expediente do Recurso: 0671330/20-1
Data do Protocolo: 04/03/2020
Prazo máximo para decisão: 31/08/2020
Recorrente: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.
CNPJ: 17.159.229/0001-76
Processo: 25351.653476/2019-15
Expediente do Recurso: 0491434/20-1

Data do Protocolo: 14/02/2020
Prazo máximo para decisão: 12/08/2020
Recorrente: CARESTREAM DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 08.546.929/0001-22
Processo: 25351.164984/2020-59
Expediente do Recurso: 0777839/20-2
Data do Protocolo: 14/03/2020
Prazo máximo para decisão: 10/09/2020
Recorrente: GALLIA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 12.022.755/0001-76
Processo: 25351.109296/2015-51
Expediente do Recurso: 0366716/20-4
Data do Protocolo: 05/02/2020
Prazo máximo para decisão: 03/08/2020
Recorrente: LEYDIANE ALVES DA CUNHA ASSUNÇÃO
CNPJ: 27.908.261/0001-60
Processo: 25351.621547/2019-11
Expediente do Recurso: 3296271/19-1
Data do Protocolo: 29/11/2019
Prazo máximo para decisão: 27/05/2020
Recorrente: J. VASCONCELOS ARAGÃO FILHO LTDA.
CNPJ: 06.886.009/0001-28
Processo: 25351.251062/2014-32
Expediente do Recurso: 3257733/19-8
Data do Protocolo: 26/11/2019
Prazo máximo para decisão: 24/05/2020
Recorrente: FARMÁCIA SANTOS PORTO LTDA.
CNPJ: 27.426.799/0001-39
Processo: 25351.557915/2019-51
Expediente do Recurso: 3149234/19-7
Data do Protocolo: 14/11/2019
Prazo máximo para decisão: 12/05/2020
Recorrente: OIARA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E DROGARIA EIRELI-ME
CNPJ: 24.477.045/0001-10
Processo: 25351.592216/2019-58
Expediente do Recurso: 3133944/19-1
Data do Protocolo: 13/11/2019
Prazo máximo para decisão: 11/05/2020
Recorrente: DROGA LIFE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA EIRELI
CNPJ: 33.082.938/0001-57
Processo: 25351.599775/2019-99
Expediente do Recurso: 3119475/19-3
Data do Protocolo: 12/11/2019
Prazo máximo para decisão: 10/05/2020
Recorrente: DROGA LIFE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA EIRELI
CNPJ: 33.082.938/0001-57
Processo: 25351.599775/2019-99
Expediente do Recurso: 3119473/19-7
Data do Protocolo: 12/11/2019
Prazo máximo para decisão: 10/05/2020
Recorrente: DELCI PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA.
CNPJ: 30.743.538/0009-04
Processo: 25351.048738/2008-64
Expediente do Recurso: 3252780/19-2
Data do Protocolo: 25/11/2019
Prazo máximo para decisão: 23/05/2020
Recorrente: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA.
CNPJ: 33.247.743/0001-10
Processo: 25351.110499/2020-65
Expediente do Recurso: 0909605/20-1
Data do Protocolo: 26/03/2020
Prazo máximo para decisão: 22/09/2020
Recorrente: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA.
CNPJ: 73.856.593/0001-66
Processo: 25351.303494/2019-41
Expediente do Recurso: 0415668/20-4
Data do Protocolo: 07/02/2020
Prazo máximo para decisão: 05/08/2020
Recorrente: SYSTHEX SISTEMAS DE IMPLANTES OSSEO INTEGRADO LTDA.
CNPJ: 05.644.129/0001-56
Processo: 25351.611640/2008-56
Expediente do Recurso: 0791271/20-4
Data do Protocolo: 13/03/2020
Prazo máximo para decisão: 09/09/2020
Recorrente: LAVILABOR PRODUTOS NATURAIS LTDA-ME
CNPJ: 01.363.045/0001-93
Processo: 25351.581175/2019-74
Expediente do Recurso: 0833316/20-6
Data do Protocolo: 19/03/2020
Prazo máximo para decisão: 15/09/2020
Recorrente: INTERMEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA - ME
CNPJ: 04.368.356/0001-33
Processo: 25351.726428/2019-45
Expediente do Recurso: 0776368/20-9
Data do Protocolo: 14/03/2020
Prazo máximo para decisão: 10/09/2020
Recorrente: BMR MEDICAL LTDA - EPP
CNPJ: 07.213.544/0001-80
Processo: 25351.745974/2019-85
Expediente do Recurso: 0389040/20-6
Data do Protocolo: 07/02/2020
Prazo máximo para decisão: 05/08/2020
Recorrente: FARMOQUÍMICA S.A.
CNPJ: 33.349.473/0001-58
Processo: 25351.467902/2015-33
Expediente do Recurso: 0727449/20-6
Data do Protocolo: 10/03/2020
Prazo máximo para decisão: 06/09/2020
Recorrente: FARMOQUÍMICA S.A.
CNPJ: 33.349.473/0001-58
Processo: 25351.467909/2015-27
Expediente do Recurso: 0727412/20-5
Data do Protocolo: 10/03/2020
Prazo máximo para decisão: 06/09/2020
Recorrente: FARMOQUÍMICA S.A.
CNPJ: 33.349.473/0001-58
Processo: 25351.467947/2015-46
Expediente do Recurso: 0727241/20-6
Data do Protocolo: 10/03/2020
Prazo máximo para decisão: 06/09/2020
Recorrente: MEDQUIMICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 17.875.154/0001-20
Processo: 25351.112908/2019-24
Expediente do Recurso: 0887385/20-6
Data do Protocolo: 24/03/2020
Prazo máximo para decisão: 20/09/2020
Recorrente: MASIF ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 03.968.926/0001-63
Processo: 25351.156770/2004-99
Expediente do Recurso: 0795920/20-6
Data do Protocolo: 16/03/2020
Prazo máximo para decisão: 12/09/2020
Recorrente: ANOVIS INDUSTRIAL FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 19.426.695/0001-04
Processo: 25351.211062/2020-48
Expediente do Recurso: 0966007/20-1
Data do Protocolo: 31/03/2020
Prazo máximo para decisão: 27/09/2020
Recorrente: FIRST S.A.
CNPJ: 00.802.235/0007-92
Processo: 25351.102729/2020-12
Expediente do Recurso: 0966010/20-1
Data do Protocolo: 31/03/2020
Prazo máximo para decisão: 27/09/2020
Recorrente: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA.
CNPJ: 33.247.743/0001-10
Processo: 25351.168983/2020-83
Expediente do Recurso: 0910010/20-5
Data do Protocolo: 26/03/2020
Prazo máximo para decisão: 22/09/2020
Recorrente: JOÃO E PICHETTI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 80.029.283/0001-33
Processo: 25351.083658/2020-41
Expediente do Recurso: 0671289/20-4
Data do Protocolo: 05/03/2020
Prazo máximo para decisão: 01/09/2020
Recorrente: R M R DE HOLANDA
CNPJ: 36.016.183/0001-80
Processo: 25351.100605/2020-01
Expediente do Recurso: 0663704/20-3
Data do Protocolo: 04/03/2020
Prazo máximo para decisão: 31/08/2020
Recorrente: DER HECK MED SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA - ME
CNPJ: 14.877.585/0001-37
Processo: 25351.106667/2020-18
Expediente do Recurso: 0528421/20-0
Data do Protocolo: 20/02/2020
Prazo máximo para decisão: 18/08/2020
Recorrente: EMO - C0MÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS EIRELI
CNPJ: 09.814.087/0001-05
Processo: 25351.061379/2020-27
Expediente do Recurso: 0673704/20-8
Data do Protocolo: 05/03/2020
Prazo máximo para decisão: 01/09/2020
Recorrente: DER HECK MED SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA - ME
CNPJ: 14.877.585/0001-37
Processo: 25351.106712/2020-34
Expediente do Recurso: 0528419/20-8
Data do Protocolo: 20/02/2020
Prazo máximo para decisão: 18/08/2020
Recorrente: IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA.
CNPJ: 12.255.403/0001-60
Processo: 25351.089046/2020-62
Expediente do Recurso: 0740931/20-1
Data do Protocolo: 11/03/2020
Prazo máximo para decisão: 07/09/2020
Recorrente: DER HECK MED SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA. - ME
CNPJ: 14.877.585/0001-37
Processo: 25351.107103/2020-01
Expediente do Recurso: 0528413/20-9
Data do Protocolo: 20/02/2020
Prazo máximo para decisão: 18/08/2020
Recorrente: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.
CNPJ: 01.107.391/0012-63
Processo: 25351.109414/2020-04
Expediente do Recurso: 0608670/20-5
Data do Protocolo: 28/02/2020
Prazo máximo para decisão: 26/08/2020
Recorrente: EMO - C0MÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS EIRELI
CNPJ: 09.814.087/0001-05
Processo: 25351.061380/2020-51
Expediente do Recurso: 0673702/20-1
Data do Protocolo: 05/03/2020
Prazo máximo para decisão: 01/09/2020
Recorrente: ENDOTECH COMÉRCIO IMPORT EXPORT E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 03.704.024/0001-10
Processo: 25351.096158/2020-70
Expediente do Recurso: 0765067/20-1
Data do Protocolo: 13/03/2020
Prazo máximo para decisão: 09/09/2020
Recorrente: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.
CNPJ: 17.159.229/0001-76
Processo: 25351.166470/2015-71
Expediente do Recurso: 0752865/20-5
Data do Protocolo: 12/03/2020
Prazo máximo para decisão: 08/09/2020
Recorrente: BELFAR LTDA.
CNPJ: 18.324.343/0001-77
Processo: 25351.501824/2019-61
Expediente do Recurso: 0739613/20-9
Data do Protocolo: 10/03/2020
Prazo máximo para decisão: 06/09/2020
Recorrente: MJM PRODUTOS FARMACÊUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA.
CNPJ: 04.891.262/0001-44
Processo: 25351.160597/2017-07
Expediente do Recurso: 0142005/20-4
Data do Protocolo: 14/01/2020
Prazo máximo para decisão: 12/07/2020
Recorrente: SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS HOSPITAL SIRIO LIBANES
CNPJ: 61.590.410/0001-24
Processo: 25759.219288/2020-12
Expediente do Recurso: 1015889/20-8
Data do Protocolo: 04/04/2020
Prazo máximo para decisão: 01/10/2020
Recorrente: BLAU FARMACÊUTICA S.A.
CNPJ: 58.430.828/0001-60
Processo: 25351.580204/2018-08
Expediente do Recurso: 0592539/20-8

Data do Protocolo: 26/02/2020
Prazo máximo para decisão: 24/08/2020
Recorrente: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 04.301.884/0001-75
Processo: 25351.985201/2016-06
Expediente do Recurso: 0631616/20-6
Data do Protocolo: 28/02/2020
Prazo máximo para decisão: 26/08/2020
Recorrente: LABORATÓRIO DE EXTRATOS ALERG~ENICOS LTDA.
CNPJ: 28.614.626/0001-07
Processo: 25351.018528/00-12
Expediente do Recurso: 0725133/20-1
Data do Protocolo: 10/03/2020
Prazo máximo para decisão: 06/09/2020
Recorrente: HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA.
CNPJ: 17.174.657/0001-78
Processo: 25351.802345/2018-89
Expediente do Recurso: 0516170/20-3
Data do Protocolo: 18/02/2020
Prazo máximo para decisão: 16/08/2020
Recorrente: NATCOFARMA DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 08.157.293/0001-27
Processo: 25351.423763/2015-95
Expediente do Recurso: 0527434/20-6
Data do Protocolo: 19/02/2020
Prazo máximo para decisão: 17/08/2020
Recorrente: BLAU FARMACÊUTICA S.A.
CNPJ: 58.430.828/0001-60
Processo: 25351.558687/2018-56
Expediente do Recurso: 0592602/20-5
Data do Protocolo: 26/02/2020
Prazo máximo para decisão: 24/08/2020
Recorrente: DESCARPACK DESCARTÁVEIS DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 01.057.428/0001-33
Processo: 25351.734205/2014-67
Expediente do Recurso: 0996425/20-8
Data do Protocolo: 02/04/2020
Prazo máximo para decisão: 29/09/2020
Recorrente: IOL IMPLANTES LTDA.
CNPJ: 68.072.172/0001-04
Processo: 25351.735081/2019-21
Expediente do Recurso: 1007521/20-6
Data do Protocolo: 03/04/2020
Prazo máximo para decisão: 30/09/2020
Recorrente: ADAPT PRODUTOS OFTALMOLÓGICOS LTDA.
CNPJ: 96.382.429/0001-60
Processo: 25351.731332/2017-37
Expediente do Recurso: 0306068/20-3
Data do Protocolo: 30/01/2020
Prazo máximo para decisão: 28/07/2020
Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS ESPÍRITO SANTO LTDA ME
CNPJ: 06.280.351/0001-80
Processo: 25351.064502/2020-61
Expediente do Recurso: 1035859/20-5
Data do Protocolo: 06/04/2020
Prazo máximo para decisão: 03/10/2020
Recorrente: VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 04.718.143/0001-94
Processo: 25351.200429/2016-70
Expediente do Recurso: 3042957/19-5
Data do Protocolo: 05/11/2019
Prazo máximo para decisão: 03/05/2020
Recorrente: L.R COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS - EPP
CNPJ: 22.966.860/0001-17
Processo: 25351.901327/2018-89
Expediente do Recurso: 0949385
Data do Protocolo: 17/03/2020
Prazo máximo para decisão: 13/09/2020
Recorrente: CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA
CNPJ: 37.077.716/0001-05
Processo: 25351.944617/2018-17
Expediente do Recurso: 0934058
Data do Protocolo: 04/03/2020
Prazo máximo para decisão: 31/08/2020
Recorrente: IPÊ PAPÉIS EIRELI - EPP
CNPJ: 26.221.498/0001-06
Processo: 25351.900562/2018-33
Expediente do Recurso: 0974372
Data do Protocolo: 03/04/2020
Prazo máximo para decisão: 30/09/2020
Recorrente: G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ: 08.744.139/0001-51
Processo: 25351.903679/2019-50
Expediente do Recurso: 0864973
Data do Protocolo: 27/12/2019
Prazo máximo para decisão: 24/06/2020
Recorrente: LABORATÓRIOS B.BRAUN S/A
CNPJ: 31.673.254/0001-02
Processo: 25351.030370/2003-73
Expediente do Recurso: 0193279/20-9
Data do Protocolo: 17/01/2020
Prazo máximo para decisão: 15/07/2020
Recorrente: TEKTRON INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
CNPJ: 01.850.947/0001-54
Processo: 25351.705613/2008-43
Expediente do Recurso: 0900497/20-3
Data do Protocolo: 25/03/2020
Prazo máximo para decisão: 21/09/2020
Recorrente: PER PRIMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 40.179.558/0001-09
Processo: 25351.853503/2018-69
Expediente do Recurso: 0874339/20-8
Data do Protocolo: 23/03/2020
Prazo máximo para decisão: 19/09/2020
Recorrente: SHALON FIOS CIRURGICOS LTDA
CNPJ: 33.348.467/0001-86
Processo: 25351.735818/2017-44
Expediente do Recurso: 0804915/20-7
Data do Protocolo: 16/03/2020
Prazo máximo para decisão: 12/09/2020

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente
Substituto

SEGUNDA DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.278, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
COMPLEMENTO DIFERENCIAL DA APRESENTAÇÃO

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
AZITROMICINA DI-hIDRATADA
azitromicina 25351.050007/2003-74 04/2029
10941 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVO FABRICANTE DO IFA 0612013/19-0
1.0043.0902.001-6 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 2
1.0043.0902.002-4 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 3
1.0043.0902.003-2 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0043.0902.004-0 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0043.0902.005-9 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0043.0902.006-7 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5
AZITROMICINA DI-hIDRATADA
ASTRO 25351.545219/2015-79 10/2025
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1936035/19-5
1.0043.1167.001-4 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 2
1.0043.1167.002-2 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 3
1.0043.1167.003-0 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10 (EMB FRAC)
1.0043.1167.004-9 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20 (EMB FRAC)
1.0043.1167.005-7 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60 (EMB FRAC)
1.0043.1167.006-5 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5

QUARTA DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.277, DE 24 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - CNPJ: 54.516.661/0001-01

Produto - (Lote): SISTEMA DE DISTRAÇÃO CRANIOMAXILOFACIAL SYNTHES(6000874);SISTEMA DE DISTRAÇÃO CRANIOMAXILOFACIAL SYNTHES(21612-05);

Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Expediente nº: 1160136/20-1

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário

Motivação: Considerando a comprovação da comercialização do produto em desacordo com seu registro na Anvisa, o recolhimento visa impedir que qualquer incompatibilidade potencial futura com dispositivos seja redesenhada e reintroduzida no Sistema de Distração CMF,contrariando o capítulo 4 da RDC 16/2013.

.....

2. Empresa: GRIFOLS BRASIL LTDA - CNPJ: 02.513.899/0001-71

Produto - (Lote): LEUCORED GRIFOLS CPD-SAG-M(BM07AG; BM07AM; BM07AB; BJ07AS; BA07DJ.);LEUCORED GRIFOLS CPD-SAG-M(BF07EG; BF07EM; BM07AB; BF07BR; BF07AZ; BF07BK; BF07CD; BF07BX; BF07AL; BF07AA; BF07FA; BF07AF.);

Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Expediente nº: 1078615/20-5

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Proibição - Uso
Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição

Motivação: Considerando o comunicado de recolhimento voluntário protocolado pela empresa, devido detecção de que algumas agulhas utilizadas nestes lotes possuem problemas de estanqueidade, podendo ocasionar vazamento ou entrada de ar durante a coleta de sangue.

.....

3. Empresa: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - CNPJ: 33.781.055/0001-35

Produto - (Lote): IFI CHAGAS BIO MANGUINHOS(199C1006Z e 19UC1007R);IFI LEISHMANIOSE HUMANA BIO MANGUINHOS(201LH001Z e 198LH005Z);

Tipo de Produto: Produtos para diagnóstico de uso in vitro

Expediente nº: 1142990/20-9

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição
Recolhimento

Motivação: Considerando a comprovação da fabricação do produto em desacordo com seu registro na Anvisa, devido a não conclusão da validação de processo produtivo,contrariando o Art. 5.5 da RDC 16/2013.

.....

4. Empresa: SKIN STORE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE SAÚDE ESTÉTICA E BELEZA LTDA - CNPJ: 12.979.552/0001-72

Produto - (Lote): Derma Shot - Sistema de Injeção Computadorizada(LOTES A PARTIR DE 23/10/2018);I-thread(LOTES A PARTIR DE 23/10/2018);

Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Expediente nº: 1118865/20-1

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Suspensão - Importação

Motivação: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentar os respectivos comprovantes de regularização dos países para os quais os produtos a serem vendidos no Brasil são exportados e ao não atender ao requisito do artigo 11, I, §1º ao enviar cópia de relatório de inspeção ou auditoria mais recente emitido por autoridade sanitária de país membro do Fórum Internacional de Reguladores de Produtos para a Saúde (IMDRF), no caso a China, que não atende às diretrizes do documento IMDRF/MDSAP WG/N24 FINAL: 2015 - Medical Device Regulatory Audit Reports e suas atualizações.

.....

5. Empresa: MAQUET CARDIOPULMONARY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 00.944.324/0001-88

Produto - (Lote): OXIGENADOR DE MEMBRANA QUADROX-i(70119850; 70119853; 70120465; 70120466; 70120467; 70121343; 70121443; 70123312; 70124475; 70124476);

Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Expediente nº: 1112448/20-2

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário

Motivação: Considerando a comprovação da fabricação do produto em desacordo com seu registro na Anvisa, por detecção de uma falha na barreira estéril do oxigenador, que pode ser danificada durante o transporte do produto,contrariando o capítulo 5 da RDC 16/2013.

.....

6. Empresa: KEVENOLL DO BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 12.936.659/0001-33

Produto - (Lote): Luva cirúrgica - com pó bio-absorvível - estéril(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);Luva cirúrgica - isenta de pó bio-absorvível - estéril(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);Luva Cirúrgica MAXITEX(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);Luva Cirúrgica Maxitex PF - Isenta de Pó(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);Luva Cirúrgica Sintética em Policloropreno sem Pó Descarpack(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL ISENTA DE PÓ - MARCA NUZONE X2(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL (SEM PÓ)(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL (TALCADA)(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);LUVA NITRÍLICA SEM PÓ DESCARPACK VI(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO DE LÁTEX COM PÓ - MARCA NUGARD(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO DE LÁTEX ISENTA DE PÓ - MARCA NUGARD PF(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);LUVA PARA PROCEDIMENTO NITRILICA ISENTA DE PÓ MARCA NUGARD NITRIL QUIMIOTERAPIA(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);LUVA PARA PROCEDIMENTO NITRILICA MARCA NUGARD(LOTES A PARTIR DE 20/09/2019);

Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Expediente nº: 1145577/20-2

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Uso

Motivação: Descumprimento das Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde determinadas nos itens 7.3.1, 7.1.1.4, 4.1.6, 5.3.1, 3.1.1, 5.5.2, 7.1.1.8, 2.1.1, 5.1.6 e 5.6 da Resolução RDC n. 16/2013.

.....

7. Empresa: E TAMUSSINO E CIA LTDA - CNPJ: 33.100.082/0001-03

Produto - (Lote): CATETER SUPORTE CROSSCATH(9950878; 9953506);

Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Expediente nº: 1113287/20-6

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário

Motivação: Considerando a comprovação da fabricação do produto em desacordo com seu registro na Anvisa, haja vista, que as bandas de marcador radiopaco poderiam estar muito apertadas em alguns cateteres de suporte CXC3.4 CrossCath® (compatível com fios guia de 0,018") e muito soltas em alguns cateteres de suporte CXC3.0 CrossCath® (compatível com fios guia de 0.014"),contrariando o capítulo 5 da RDC 16/2013.

.....

8. Empresa: GRIFOLS BRASIL LTDA - CNPJ: 02.513.899/0001-71

Produto - (Lote): CPD ADENINA GRIFOLS(BF06AE; BF06CH; BE06CV; BE06DE; BE06CX; BE06DF; BE06DK; BE06DL; BE06DA.);

Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Expediente nº: 1078360/20-1

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Proibição - Uso

Recolhimento

Suspensão - Comercialização, Distribuição

Motivação: Considerando o comunicado de recolhimento voluntário protocolado pela empresa, devido a detecção de que algumas agulhas utilizadas nestes lotes possuem problemas de estanqueidade, podendo ocasionar vazamento ou entrada de ar durante a coleta de sangue.

.....

9. Empresa: AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 01.645.409/0001-28

Produto - (Lote): CARGA PARA GRAMPEADOR ENDO GIA UNIVERSAL COM TECNOLOGIA TRI-STAPLE(todos os produtos distribuídos entre abril de 2014 e abril de 2019.);

Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Expediente nº: 1114807/20-1

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário

Motivação: Considerando a comprovação da fabricação do produto em desacordo com seu registro na Anvisa, por desvio de qualidade que resultou na possibilidade de um dispositivo não ter um dos dois componentes do pino que mantém o alinhamento das mandíbulas, contrariando o capítulo 5 da RDC 16/2013.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.279, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecida

Produto - (Lote): ÁLCOOL GEL 70% MARCA FARMAX (Todos);

Tipo de Produto: Cosmético

Expediente nº: 1248672/20-8

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Apreensão

Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso

Motivação: Considerando a exposição à venda de produto falsificado e ainda a empresa detentora da Marca não reconhece a identidade visual dos produtos comercializados pela empresa FarmaTudo no município de Caruaru / PE, infringindo assim os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.280, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Revogar a Medida Preventiva nº 1 do Anexo da Resolução-RE nº 1.918, de 18 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 138, de 19 de julho de 2019, Seção 1, página 232.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: MANTARAY IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA - CNPJ: 14.394.549/0001-12

Produto - (Lote): FAMÍLIA DE CAGES BOX INNOVASIS(Todos);INSTRUMENTAIS PARA CAGES AX(Todos);INSTRUMENTAIS PARA CAGES CX HA(Todos);INSTRUMENTAIS PARA CAGES PX HA(Todos);INSTRUMENTAL EXCELLA(Todos);KIT INSTRUMENTAL CRANIAL SYSTEM(Todos);Kit Instrumental Excella(Todos);Kit Instrumental Opteryx(Todos);Kit Instrumental Sistema Box - INNOVASIS(Todos);SISTEMA DE PLACA CERVICAL ANTERIOR OPTERYX(Todos);SISTEMA PARA COLUNA VERTEBRAL EXCELLA (Sistema de Parafusos Pediculares para Coluna Vertebral)(Todos);

Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Expediente nº: 0717934/20-1

Assunto: 70358 - Revogação de Medida Preventiva

Ações de fiscalização revogadas: Recolhimento

Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Propaganda, Uso

Motivação: Considerando que a empresa Innovasis, Inc teve o Certificado de BPF de Produtos para Saúde publicado no DOU de 09/12/2019, através da RE 3457/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.281, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Girasol Fitoterápicos - CNPJ: 05348986000135

Produto - (Lote): POMADA DE BASILICÃO & CIPÓ AZOUGUE(Todos);

Tipo de Produto: Cosmético

Expediente nº: 0922404/20-1

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Apreensão

Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso

Motivação: Considerando a fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

2. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO

Produto - (Lote): ÁLCOOL GEL 70º ANTISSÉPTICO(TODOS);

Tipo de Produto: Cosmético

Expediente nº: 1246747/20-2

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Apreensão

Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso

Motivação: Considerando que a empresa ABN Beauty CNPJ 23.372.778/0001-27) desconhece a fabricação do produto Álcool Gel 70º Antisséptico, comercializado sem registro ou notificação utilizando na rotulagem do produto seus dados cadastrais junto a ANVISA (Fabricante ABN Beauty Terceirização LtdaEPP, CNPJ 23.372.778/0001-27 , Av. Tarumã 1674 Vila dos Lagos - Tarumã SP - CRF: 77.269, AUT. FUNC.2089848. infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 660, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o art. 26, §§ 3°, 4° e 5°, da Resolução CSMPT n° 132/20164, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.1000.0000570/2020-92, resolve:

Art. 1º Determinar a recomposição do acervo do 3° Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, a contar de 03 de maio de 2020, nos termos do art. 26, §§ 3°, 4° e 5°, da Resolução CSMPT n° 132/2016.

Art. 2º Determinar a recomposição do acervo do 7° Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, a contar de 03 de maio de 2020, nos termos do art. 26, §§ 3°, 4° e 5°, da Resolução CSMPT n° 132/2016.

Art. 3º Determinar a recomposição do acervo do 20° Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, a contar de 03 de maio de 2020, nos termos do art. 26, §§ 3°, 4° e 5°, da Resolução CSMPT n° 132/2016.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 242ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2020

Hora: 10 horas.

Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor de Autarquia Norte - SAUN, Quadra 05, Lote "C", Torre "A", Centro Empresarial CNC, 17º andar, Asa Norte - Brasília-DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Aprovação das atas da 240ª e 241ª Sessões Ordinárias.

b) - Comunicados e Proposições:

1 - Presidente do CSMPT.

2 - Secretaria do CSMPT.

3 - Conselheiros(as).

c) - Comunicados:

1 - Corregedoria do MPT.

2 - Ouvidoria do MPT.

3 - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Procedimento(s) disciplinar(es).

01 - PGEA/Inquérito Administrativo Disciplinar nº 26.02.0004.0000054/2019-56.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Indiciado(a): Membro(a) do Ministério Público do Trabalho.

Relator: Conselheiro Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva.

II - Processo(s) com vista regimental.

02 - PGEA nº 20.02.0001.0010171/2019-02.

Proponente: Maria Aparecida Gugel - Vice-Procuradora Geral do Trabalho.

Assunto: Proposta de resolução de instituição de ações de equidade de gênero no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Relator: Conselheiro Alvacir Correa dos Santos.

Decisão anterior: Vista regimental sucessiva aos (às) Conselheiros(as) Oksana Maria Dziura Boldo, Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Eneas Bazzo Torres, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e José de Lima Ramos Pereira. Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Edelamare Barbosa Melo e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva e, momentaneamente, o Presidente Alberto Bastos Balazeiro. CSMPT, 240ª Sessão Ordinária, 20/02/2020.

Decisão anterior: Mantidos os pedidos de vistas regimentais dos(as) Conselheiros(as) Oksana Maria Dziura Boldo, Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Eneas Bazzo Torres, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e José de Lima Ramos Pereira. CSMPT, 241ª Sessão Ordinária, 26/03/2020.

03 - PGEA nº 20.02.2200.0000476/2019-56.

Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região.

Assunto: Consulta sobre a aplicação da Resolução CSMPT nº 167/2019.

Relator: Conselheiro Eneas Bazzo Torres.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 235ª Sessão Ordinária, 29/08/2019.

Decisão anterior: Após votar o Conselheiro Relator pelo conhecimento do pedido de consulta formulada pela Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, em que solicita esclarecimentos sobre a aplicação da Resolução CSMPT nº 167/2019, para declarar que as dúvidas suscitadas devem ser resolvidas, em âmbito regional, no contexto da disciplina estabelecida pelos artigos 1º, §2º, 2º, caput, da mencionada Resolução, e à luz do princípio da autonomia das unidades do Ministério Público do Trabalho, pediu vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, José de Lima Ramos Pereira e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva anteciparam voto acompanhando o Relator. Os demais aguardam. Ausente, momentânea e justificadamente, o Presidente Alberto Bastos Balazeiro. CSMPT, 236ª Sessão Ordinária, 26/09/2019.

Decisão anterior: Concedida vista regimental ao Presidente Alberto Bastos Balazeiro. Ausente, justificadamente, o Conselheiro José de Lima Ramos Pereira. CSMPT, 237ª Sessão Ordinária, 24/10/2019.

Decisão anterior: Renovou pedido de vista regimental o Presidente Alberto Bastos Balazeiro. Ausentes, momentânea e justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo e, justificadamente, os Conselheiros Eneas Bazzo Torres, Ricardo José Macedo de Britto Pereira e a Conselheira Oksana Maria Dziura Boldo. CSMPT, 238ª Sessão Ordinária, 28/11/2019.

Decisão anterior: Prossegue a vista regimental com o Presidente Alberto Bastos Balazeiro, em razão de sua ausência momentânea justificada. Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Ricardo José Macedo de Britto Pereira e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 239ª Sessão Ordinária, 17/12/2019.

Decisão anterior: Após o voto vista do Presidente Alberto Bastos Balazeiro, pediu vista regimental o Conselheiro José de Lima Ramos Pereira. Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Edelamare Barbosa Melo e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva. CSMPT, 240ª Sessão Ordinária, 20/02/2020.

Decisão anterior: Mantido o pedido de vista regimental do Conselheiro José de Lima Ramos Pereira. CSMPT, 241ª Sessão Ordinária, 26/03/2020.

04 - PGEA nº 20.02.1700.0001984/2018-17.

Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região.

Assunto: Requerimento de suspensão do processo de especialização de ofícios, na PRT da 17ª Região, previsto na Resolução CSMPT nº 132/2016.

Relator: Conselheiro Eneas Bazzo Torres.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para a próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Eneas Bazzo Torres, Ricardo José Macedo de Britto Pereira e a Conselheira Oksana Maria Dziura Boldo. CSMPT, 238ª Sessão Ordinária, 28/11/2019.

Decisão anterior: Após votar o Conselheiro Relator no sentido de deferir o pedido de suspensão dos trabalhos de especialização no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, até nova deliberação, por este Egrégio Conselho, sobre os trabalhos e conclusão dos estudos realizados pela Comissão de revisão da Resolução CSMPT nº 166/2019, foi concedida vista regimental ao Conselheiro José de Lima Ramos Pereira. Ausentes, momentânea e justificadamente, o Presidente Alberto Bastos Balazeiro e, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Ricardo José Macedo de Britto Pereira e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 239ª Sessão Ordinária, 17/12/2019.

Decisão anterior: Após o voto vista do Conselheiro José de Lima Ramos Pereira acompanhando o relator quanto a preliminar e, divergindo no tocante ao mérito, indeferindo o pedido, foi concedida vista regimental à Conselheira Maria Aparecida Gugel. Anteciparam voto acompanhado integralmente o relator as Conselheiras Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e Oksana Maria Dziura Boldo. Os demais Conselheiros aguardam. Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Edelamare Barbosa Melo e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva. CSMPT, 240ª Sessão Ordinária, 20/02/2020.

Decisão anterior: Mantido o pedido de vista regimental da Conselheira Maria Aparecida Gugel. CSMPT, 241ª Sessão Ordinária, 26/03/2020.

05 - PGEA nº 20.02.0001.0010028/2019-80.

Interessada: Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Proposta de alteração dos artigos 7º, V, e 31, § 1º, da Resolução nº 137, do CSMPT, que tratam da publicação das orientações na página da intranet da Coordenadoria, visando a adequação ao inciso XXXIII, artigo 5º, da Constituição Federal.

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora pelo acolhimento da proposta de resolução, que altera o inciso V do artigo 7º e § 1º do artigo 31, ambos da Resolução CSMPT nº 137/2016, pediram vista regimental sucessiva os(as) Conselheiros(as) Edelamare Barbosa Melo e José de Lima Ramos Pereira. Anteciparam votos acompanhando a Relatora as Conselheira Oksana Maria Dziura Boldo e Maria Aparecida Gugel. Os demais Conselheiros(as) aguardam. CSMPT nº 241ª Sessão Ordinária, 26/03/2020.

II - Outros processos desta Sessão.

06 - PGEA nº 20.02.0001.0009677/2019-51.

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Procurador(a) Regional do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Procuradora Regional do Trabalho Débora Monteiro Lopes - critério de antiguidade.

Relatora: Conselheira Oksana Maria Dziura Boldo.

07 -PGEA nº 20.02.0203.0000030/2020-49.

Interessado: Cesar Henrique Kluge - Procurador do Trabalho.

Assunto: Afastamento para elaboração de dissertação de mestrado em direito na Universidade Católica de Brasília (UCB).

Relatora: Conselheira Oksana Maria Dziura Boldo.

08 - PGEA nº 20.02.0900.0002177/2018-16.

Interessada: Andrea Ehlke - Procuradora Regional do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de afastamento para elaborar monografia no curso de Especialização no período de 19 de novembro a 19 de dezembro de 2018.

Relatora: Conselheira Oksana Maria Dziura Boldo.

09 - PGEA nº 20.02.0001.0003009/2020-52.

Proponente: Alberto Bastos Balazeiro - Procurador-Geral do Trabalho.

Assunto: Inclusão do Parágrafo único no art. 4º da Resolução nº 174/2020, para distribuição das notícias de fato - Proposta de Resolução que dispõe sobre os critérios de distribuição especial durante situações de e calamidade nacional.

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pelo acolhimento da proposição e, em consequência, aprovar e editar a Resolução CSMPT nº 174, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre os critérios de distribuição especial durante situações de emergência e calamidade nacional, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPT nº 241ª Sessão Ordinária, 26/03/2020.

10 - PGEA nº 20.02.0200.0001593/2020-88.

Interessado: Cristiano Lourenço Rodrigues - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento durante a etapa do exame de qualificação da tese, no curso de doutorado, da Universidade de São Paulo, no período de 7 de maio a 5 de julho de 2020.

Relator: Conselheiro Eneas Bazzo Torres.

11 - PGEA nº 28.02.0004.0000162/2020-13.

Interessada: Luiza Prado Lima Santiago Rios Brito - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de estágio probatório - 20º Concurso - 3ª Posse).

Relator: Conselheiro Eneas Bazzo Torres.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Presidente do Conselho

MARIA APARECIDA GUGEL
Conselheira-Secretária

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 11, DE 20 DE ABRIL DE 2020

(Sessão Virtual da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretário da Primeira Câmara: TEFC Paulo Morum Xavier

Às 14 horas e 30 minutos, foi aberta a sessão virtual da Primeira Câmara, com a participação dos Ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 10, referente à sessão realizada em 14 de abril de 2020.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 032.256/2017-5, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 028.373/2019-7, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

- 005.025/2015-0 e 041.254/2018-0, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas; e

- 011.130/2015-6, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 4522 a 4661.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº 003.613/2012-7, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Sr. Clodoaldo Rodrigues da Costa Júnior realizou sustentação oral em seu próprio nome.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 4662 a 4733, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃOS APROVADOS

RELAÇÃO Nº 10/2020 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 4522/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.157/2020-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dival Gomes da Costa (004.402.801-68); Maria Ferreira Sampaio Reis (179.935.555-15)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4523/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.326/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Achiles Amaral (075.595.857-87); Gether Vicente Figueiredo (378.192.597-87); Izaias Joaquim da Silva (186.344.607-97); Rodrigo Jose de Lamare Leite (010.258.727-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4524/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.482/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Isa Dorian Sampaio Pinheiro (091.493.683-20); Isabel Cristina Maraschin Pereira de Souza (152.432.301-20); Iuquio Endo (137.784.551-68); Ivanilde Arruda Ferreira (365.621.144-20); Ivanildo Clementino da Fonseca (108.197.034-00); Jane Toscano (115.737.161-20); Jason Barros Cardoso Filho (017.113.852-04); Joao Bianor Pessoa (094.204.014-72); Joao Eudes Gusmao Pereira (105.649.775-00); Joao de Lima Neto (095.954.491-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4525/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.534/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Roberto Monteiro da Silva (187.477.604-00); Robson de Lima Vignoli (239.897.261-53); Ronaldo Dutra de Araujo (257.867.766-20); Rosana Maria da Costa Pie (151.077.441-68); Rosangela Queiroz Bento Lamoglia (113.847.601-30); Roxana Beatriz Rodrigues Alves Matheus (500.008.966-91); Rui da Costa Pereira (331.733.547-53); Sandra de Moraes Rego (266.695.281-91); Scheilla Borges (296.072.801-72); Sebastião do Nascimento Filho (220.431.101-44)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4526/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato de concessão de Maria Avani de Souza Menezes (135.192.714-00), e considerar legais para fins de registro os demais atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.545/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Alfredo da Silva (032.660.874-53); Gersonita Amara da Silva (187.289.604-91); Manoel Souto Moraes de Araujo (103.838.914-34); Mário Fernando Mendonça de Oliveira (084.428.354-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4527/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos de admissão relacionados no item 1.1; considerar legais para fins de registro os atos de admissão constantes do item 1.2, e adotar a medida relacionada no item 1.8, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.076/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Roberto da Silva Souza (670.424.900-10), Jonas dos Santos Fonseca (987.765.500-44), Marcos Rogerio Machado Pinto (CPF 665.549.340-49), Alexandre dos Santos Gomes (CPF 818.593.410-04), Cristiane Aparecida de Souza Fortunato (CPF 891.790.640-00), Fabiane Dias Marques (CPF 953.924.320-34), Fernanda Silva de Oliveira (CPF 939.977.870-34), Patrícia Valesca Vicente Rodrigues (CPF 534.227.590-34), Taina de Oliveira Castro (CPF 948.922.450-20), Adriane Maria Garske Alves (CPF 003.902.000-26), Ana Claudia Knebel Chaves Cardoso (CPF 009.968.350-40), Carla de Matos (CPF 008.097.600-02), Celia Regina de Araujo Orige (CPF 400.819.310-34), Charles Soares Braz (CPF 787.525.150-87), Cristiane da Rocha Almeida (CPF 575.710.400-78), Deise Aline Silveira de Lima (CPF 806.948.020-34), Danna Rodrigues Moreira (CPF 826.833.520-34), Deise Jamila Marques Bitencourt (CPF 807.320.620-04), Denis Renato da Silva (CPF 007.398.770-03), Derlise de Fatima Gmintzel Flores de Oliveira (006.329.780-90), Edna Cristina Arbogast Fontoura (CPF 018.392.870-98), Fabrício Bravo dos Santos (CPF 762.862.150-34), Fatima Eliane da Costa (CPF 445.702.790-15), Flavia Cardoso Oliva (CPF 706.548.590-00), Flordolina dos Santos Ribeiro (CPF 445.373.790-49), Gislaine Cordeiro Ferreira Alves (CPF 803.952.600-00), Glaucia Souza da Silva (CPF 665.470.400-20), Israel Goncalves da Silva (CPF 752.752.440-53), Johnny Anderson da Silva (CPF 056.937.017-51), Laura Cordeiro da Fontoura (CPF 817.031.710-04), Leandro Augusto Tassi Garcia da Costa (CPF 019.629.110-04), Lisiane Machado da Silva (CPF 926.579.580-87), Luciani Isabel Picco Schifino (CPF 562.080.810-68), Mabel Stein Rosa (CPF 012.647.720-50), Magali Vargas Predebon (CPF 001.496.430-98), Marcia Elisa Jardim De Oliveira (CPF 615.108.070-04), Maria Rosalina Cunha De Sa (CPF 004.086.800-16), Marli Tuttas (CPF 541.208.370-68), Milena Gorziza Araujo (CPF 995.809.850-49), Monique da Silva Pereira (CPF 016.662.370-94), Oregio Maria Vedoia (CPF 717.120.700-53), Paula Denise Souza Feio Raupp (CPF 885.565.140-49), Paulo Ricardo Cassahi Velho (CPF 310.942.100-30), Queila Nunes Bitencourt (CPF 002.415.300-16), Rafael Domingos Grando (CPF 006.805.819-52), Rejane Barcellos Alves (CPF 632.475.180-53), Renata Rostirola Guedes (CPF 821.152.060-53), Roberta Mesquita da Luz (CPF 761.042.650-49), Rosemar Pens Barbosa (CPF 813.983.100-00), Sandra Regina De Souza Oliveira (CPF 551.518.929-91), Simone Borges Silveira (CPF 747.689.800-15), Suzana Pacheco (CPF 533.241.450-15), Wilma da Costa (CPF 486.092.007-44), Zambia Marques Goncalves (CPF 807.249.730-87), Aline Domingues da Silva (CPF 814.746.950-00), Alexsandra de Oliveira Bica Santos (CPF 718.620.210-15), Amanda Josiane Saes Viegas (CPF 013.660.480-32), Felipe Agustoni Silva (CPF 954.860.620-87), Felipe Gomes Rodrigues (CPF 012.226.410-03), Fernanda Albani Hedlund (CPF 021.381.290-80), Fernanda dos Santos Corassini (CPF 971.167.260-04), Gisele Carlesso Vivian (CPF 024.360.680-03), Grasiele Vargas Heitter da Silva (CPF 832.818.780-91), Jaqueline da Silva Resende (CPF 966.575.700-82), Jessica Fagundes Freitas (CPF 017.996.670-73), Juliana da Silva Dias (CPF 817.966.920-34), Junara Nascentes Ferreira (CPF 004.315.600-21), Ligia Leticia Montichel Freda (CPF 735.740.580-04), Liliana Poersch Staudt (CPF 825.195.440-15), Luana Bordin Lauffer (CPF 804.626.500-49), Luciana Cristina Nunes Alves (CPF 580.502.130-72), Marcos Paulo Machado dos Santos (CPF 004.806.170-07), Maria Jose Martins da Silva (CPF 394.908.660-91), Miriane Soares da Silva (CPF 007.750.900-50), Pamela Reis Bonfante (CPF 011.358.750-30), Rodrigo Perci Gonçalves (CPF 819.770.340-04), Rosalia Barcellos da Silva (CPF 003.032.810-14), Sheila Germano Simas (CPF 665.701.660-34), Silvio Falcão Marques (CPF 974.676.850-68), Tais Macedo da Silveira Silva (CPF 013.013.800-24), Thiago Leandro Telles (CPF 007.449.540-29), Tiago Silva Sapata (CPF 009.175.890-41), Valeria da Silveira (CPF 415.993.060-34), Wagner da Silva Pacheco (CPF 004.898.260-16) e Damaris Chies Migot (CPF 929.324.100-59)
1.2. Interessados: Carine Silva Dos Anjos (CPF 966.216.050-72), Carmelita da Silva Barreto (CPF 808.420.700-87), Clarissa De Souza Moraes (CPF 747.907.810-20), Elisabete Conceicao Santos Amaral (CPF 577.942.600-78), Karine Almerao (CPF 001.405.140-07), Raquel Adriana da Gama (CPF 764.624.470-87), Roberto Arruda Fraga (CPF 018.439.830-44), Vera Lucia De Souza Soares Espiridiao (CPF 622.563.350-20), Vivian Dorneles De Souza (CPF 828.779.390-49), Candice Petters Keffer (CPF 693.173.800-34), Elisiane Cirolini (CPF 001.228.190-55), Marcus Vinicius Pacheco Rijo (CPF 972.101.020-00), Susi Regina Jardim Viana (CPF 002.226.980-04), Vinicius Ordakowski de Oliveira (CPF 829.683.140-68)
1.3. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que sejam registrados os respectivos atos de desligamento dos cargos temporários e os atos de admissão aos cargos permanentes para os interessados Aline Domingues da Silva (CPF 814.746.950-00), Alexsandra de Oliveira Bica Santos (CPF 718.620.210-15), Amanda Josiane Saes Viegas (CPF 013.660.480-32), Felipe Agustoni Silva (CPF 954.860.620-87), Felipe Gomes Rodrigues (CPF 012.226.410-03).

ACÓRDÃO Nº 4528/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.908/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luiza Marzano de Assis (089.306.386-00); Barbara Bergamaschi Novaes
(140.971.467-50); Cristiane Alcantara dos Santos (044.660.489-59); Natalia Elvira Sperandio (073.386.766-90); Nicole Renno Castro (014.629.406-84); Pedro Benedini Riul (387.043.418-05); Rosiane de Paula Santos (103.888.906-57)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4529/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.930/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lazaro Rodrigues Tavares (022.896.893-35); Leticia Moreira de Carvalho (058.124.283-10); Maria Aparecida Santiago da Silva (887.967.443-91); Natalio Joao Silva (054.399.053-24)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4530/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.994/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Andre Vinicius Lopes Coneglian (058.926.339-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4531/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.929/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Eugenia Custódia dos Santos (032.065.301-30)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4532/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e adotar a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.782/2019-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Aline Andreia da Silva (037.408.007-04); Bianca Sousa Gomes Ferreira (709.598.461-15); Claudia Santos Dias Destri (802.109.537-72); Elizabete Cristina da Silva dos Santos (001.918.312-71); Erika Viviane da Costa dos Santos (001.918.322-43); Ester de Freitas dos Santos (040.354.932-95); Jakeline Mendes de Araujo (025.893.447-67); Jullyana Karollyne Mendes de Araujo (057.882.207-50); Marcia Cristina Mendes de Araujo (024.443.367-47); Maria Izabel da Costa (591.293.797-68); Maria Jose Gonçalves da Silva (555.978.907-00); Maria da Gloria da Costa (754.784.557-68); Maria das Graças da Costa (756.481.137-49); Maria do Carmo da Costa (605.729.227-87); Maria do Ceu da Costa Serra (083.307.827-51); Nubia Teixeira Brito (196.289.193-34); Rosiane dos Santos Cavalcante Velasquez (495.241.941-04); Ruth de Freitas dos Santos (040.354.392-40); Sandra Maria Holanda Cavalcante (704.002.707-06); Veronica Maria da Silva Vasconcelos (954.195.437-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à SEFIP que verifique se a pensão instituída por Antonio Bernardo da Silva (025.652.504-87), enquadra-se no novo entendimento firmado pelo Acórdão n.º 2.225/2019 - Plenário, cuja ementa transcrevemos:

SUMÁRIO: ATOS DE REFORRMA. ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE o QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO S UPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM, ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LE6 8880'1980. A MILITARS JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMODE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REFISTRO. DETERMINAÇÕES, LEGALIDADE E REGISTRO DAS DEMAIS CONCESSÕES.

ACÓRDÃO Nº 4533/2020 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração, interposto por Luiz Carlos da Silva (R001, peças 71-95), contra o Acórdão 14.570/2019-TCU-1ª Câmara (Peça 57), por meio do qual, esta Corte, julgou irregulares as contas do responsável e lhe aplicou débito e multa; Considerando que a notificação da decisão ocorreu em 13/1/2020 (peça 70) e que, o presente recurso foi interposto em 4/2/2020, expirado, portanto, o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/1992;

Considerando que o parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/1992 e o § 2º do art. 285 do Regimento Interno do TCU não autoriza o conhecimento de recurso de reconsideração intempestivo, salvo em razão da superveniência de fatos novos;

Considerando que a análise do recurso pela Serur demonstrou que os elementos apresentados não suprem a exigência necessária para que seja relevada a intempestividade;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao Tribunal no sentido do não-conhecimento do presente recurso, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos termos do artigo 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285, caput e §2º, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração e dar ciência deste acórdão e da instrução, peça 96, ao recorrente.

1. Processo TC-005.899/2019-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Luiz Carlos da Silva (045.610.038-51)
1.2. Recorrente: Luiz Carlos da Silva (045.610.038-51)
1.3. Entidade: Município de Formoso - MG
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: Leidiane Evangelista de Sousa OAB 161.334/MG
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4534/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014; arquivar os presentes autos e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução de peça 3 ao representante, de acordo com o parecer da SecexFinan:

1. Processo TC-015.734/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinan).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 8/2020 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 4535/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.757/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Raimundo Nonato de Miranda (216.256.701-68); Sandra da Silva Quintino Clemente (302.995.861-20); Valdir Geraldo de Paula Albernaz (067.604.301-15)
1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4536/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.673/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Augusto Cury da Paz (462.863.579-04); Rolfi Lange (293.500.699-20); Sonia Marilda Cordeiro (544.247.639-00)
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4537/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.000/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Alberto de Brito Monteiro (077.806.483-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4538/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado das interessadas, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.001/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dalva Batista de Oliveira (262.965.606-30); Maria das Dores Novais Vieira (108.148.686-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4539/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em

análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado das interessadas, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.036/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jane Cardoso Mota (289.625.599-00); Lucia de Souza (155.592.709-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4540/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.056/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Luiz Silva (527.651.058-04); Leopoldina de Carvalho Souza (069.065.628-94); Maria Lourdes de Campos Figueiredo (085.948.068-25); Maria Rita Gabriel Zilio (078.872.948-94); Moacir Costa Silva (838.786.458-72); Moacir Costa Silva (838.786.458-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4541/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.817/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Jandira Margarida Vieira (417.256.629-49)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Florianópolis/SC
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4542/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.135/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano de Jesus Bonina (801.509.263-91); Audir Freitas Sampaio (851.153.392-34); Carlucio Assuncao Gama (839.085.872-04); Danielle Barros Monteiro (839.009.002-30); Douglas Campos (919.324.672-20); Gilvan de Sousa Rodrigues (946.319.213-15); Robert Diniz de Abreu Viana (803.898.303-30); Tatiana Lima do Nascimento (958.483.551-34); Tercio Leonardo Saraiva Silva (924.751.083-04); Williams Bruno dos Santos Dias (964.697.812-68)
1.2. Entidade: Banco da Amazônia S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4543/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.156/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danielle Alves Vieira (859.691.501-00); Francisco Claudio Vieira de Sousa (008.601.041-76); Marailze Santos Moreira (048.960.441-26); Marcia Raquel de Moraes Sousa (014.120.803-12); Mileny Rodrigues Ferreira (025.922.391-38); Noemia Matias do Nascimento Silva (053.036.523-51); Ramon Silva Barreto (884.747.631-34); Samantha Hayary de Faria Souza (031.501.161-04); Simone de Souza Cardozo (042.344.467-00); Sonia de Sousa Santos (897.898.901-25)
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4544/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.372/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antônio Iranaldo Nunes Leite (726.727.304-15)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4545/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.882/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: João da Guia Leite da Silva (026.216.147-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4546/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.940/2012-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Deocleciana Tavares Villar (026.091.157-76); Edelvira Villar (334.796.077-72); Edila Villar (311.818.647-04)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4547/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, V, alínea "a", 169, IV, 234, 235, 236, § 1º, 237 e 250, II, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) autorizar a conversão dos presentes autos em representação da unidade técnica, em virtude da falta de identificação do denunciante e da relevância da matéria em análise, levantando o sigilo de todas as peças dos presentes autos;

b) conhecer desta representação, uma vez que foram satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la procedente;

c) determinar ao Comando da 11ª Região Militar, com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que não adquiram mais itens das ARP decorrentes do Pregão Eletrônico - SRP 1/2019, em razão das seguintes irregularidades:

c.1) ausência de estudo técnico preliminar que demonstre a viabilidade técnica, econômica e mercadológica da solução pretendida e mencione as diversas empresas/indústrias aptas a atender à demanda na forma solicitada, com indicação inequívoca da marca, modelo, referência que atenda todas as exigências constantes dos itens 1 e 5.9 a 5.13 do termo de referência do referido Pregão Eletrônico - SRP 1/2019;

c.2) exigência de apresentação, para fins de habilitação, de declaração do fabricante autenticada em cartório, constante disposto nos itens 6 do termo de referência e 8.8.11 do edital do Pregão Eletrônico - SRP 1/2019, a qual viola o estabelecido no Acórdão 1.805/2015 - Plenário, relatado pelo Ministro Weder de Oliveira;

d) determinar ao Comando da 11ª Região Militar que informe ao TCU, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas para dar cumprimento às determinações relacionadas no item acima deste acórdão;

e) recomendar ao Comando da 11ª Região Militar e ao Comando de Operações Terrestres que avalie a conveniência e a oportunidade de rever a composição dos lotes/grupos em licitações para contratação de empresa especializada em fornecimento de mobiliários, haja vista o disposto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e na Súmula 247 do TCU, para que o agrupamento somente passe a abranger itens de natureza semelhante, levando em consideração as peculiaridades do mercado, de forma a buscar uma maior disputa no certame e o alcance da proposta mais vantajosa, que é o objeto maior da licitação;

f) dar ciência ao Comando de Operações Terrestres da seguinte falha identificada no Pregão Eletrônico SRP 11/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes no futuro:

f.1) ausência de estudo técnico preliminar que demonstre a viabilidade técnica, econômica e mercadológica da solução pretendida e mencione as diversas empresas/indústrias aptas a atender à demanda na forma solicitada, com indicação inequívoca da marca, modelo, referência que atenda todas as exigências constantes do item 1.5.2 do edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 11/2018 do Comando de Operações Terrestres;

g) enviar cópia deste acórdão e da instrução elaborada pela unidade técnica para o Comando da 11ª Região Militar e para o Comando de Operações Terrestres; e

h) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de que a Selog monitore as determinações e recomendações acima exaradas.

1. Processo TC 022.372/2019-9 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Órgãos: Comando da 11ª Região Militar e Comando de Operações Terrestres.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4548/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-004.831/2019-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Total Linhas Aéreas S. A. (32.068.363/0001-55)
1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S. A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Juliana Carvalho Tostes Nunes (131.998/OAB-RJ), representando Petróleo Brasileiro S. A.; Marco Tayah (11.951/OAB-RJ), representando Total Linhas Aéreas S. A.

VISTOS e relacionados estes autos de agravo interposto contra o Acórdão 11.068/2019 - Plenário, proferido em pedido de reexame interposto contra o Acórdão 2.661/2019 - Primeira Câmara, proferido em representação,

Considerando que, consoante o art. 289 do Regimento Interno do TCU, o recurso de agravo é cabível em face de despachos decisórios do Presidente desta Corte, de presidente das câmaras ou de relator, e de medida cautelar adotada,

Considerando que a deliberação recorrida foi proferida em pedido de reexame interposto conta acórdão mediante o qual foi apreciada representação;

Considerando que a deliberação recorrida não se enquadra nas hipóteses de cabimento previstas para a interposição de agravo;

Considerando que conhecer do presente recurso atentaria contra o princípio da taxatividade das espécies recursais;

Considerando que o recorrente foi notificado em 23/10/2019 e o presente recurso foi interposto em 17/3/2020,

Considerando que o prazo para a interposição de agravo é de cinco dias, de forma que o presente recurso é intempestivo,

Considerando a manifestação da Secretaria de Recursos no sentido de não conhecer do presente recurso,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento pelo Relator dos pareceres constantes dos autos e com fundamento nos arts. 31 e 32 da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, § 3º e inciso IV, e 289 do Regimento Interno do TCU, em:

1.8. não conhecer do presente recurso; e
1.9. dar ciência desta decisão à recorrente.

RELAÇÃO Nº 9/2020 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 4549/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, exceto o ato de peça 6, que deverá ser destacado, para julgamento em apartado, após o cumprimento da diligência sugerida pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 15), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.267/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Carlos de Oliveira (030.009.048-08); Eduardo da Silva (252.428.659-20); Fatima Aparecida Pedro (062.533.138-94); Fatima das Gracas Ruela dos Anjos (081.492.402-68); Maria Evelize de Queiroz Bastos (121.854.168-71); Maria Lucia Prado Camara Medeiros (018.841.727-33); Maria Sylvia de Oliveira Perfeito (049.168.108-99); Maristela Pierozan (491.386.349-53); Nilo Almeida (233.955.322-91); Waldir Pereira (026.070.498-90)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4550/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.335/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gisele Faria Rodrigues (018.238.968-55); Lilian Regina Alvares Vicente (029.940.338-60); Maria Aparecida Galvão de Azevedo (038.006.408-13)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4551/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.432/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adaucto Joaquim da Cruz Neto (434.597.227-20); Adolar Fiorini (182.088.789-87); Alair Mendes Batista (081.371.882-15); Alberto da Silva (130.267.042-53); Andila Inacio Belfort (253.429.670-15); Antonia Ribeiro de Lima (313.590.861-53); Antonio de Paula Nogueira Neto (371.485.597-15); Armando Soares Filho (112.407.251-91); Arnildo Azevedo (333.262.740-68); Bete Jane Cavalcante (398.350.574-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4552/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, à exceção do ato de Peter Buttner, que deverá ser destacado, para julgamento em apartado, após cumprimento das diligências sugeridas pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 11):

1. Processo TC-005.451/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alvino Francisco da Silva Filho (492.124.787-00); Celso Biancardini Gomes da Costa (370.066.307-20); Jose Edio da Silva (109.511.991-53); Kurt Joao Albrecht (178.187.701-78); Peter Buttner (053.089.091-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4553/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s) e em adotar a medida a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.713/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Azniv Hazarabedian de Souza (361.180.526-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 4554/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.040/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luci Soriano Bessa (243.405.020-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4555/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em adotar a medida a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.204/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudio Sérgio da Silveira Silva (263.744.800-82)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU, em Sessão de 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 5061277-95.2015.4.04.7100, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça em grau de recurso, em favor de Claudio Sérgio da Silveira Silva (263.744.800-82), bem como dê ciência à Conjur/TCU.

ACÓRDÃO Nº 4556/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.818/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Pinheiro Batista (007.838.855-47); Gabriela Vieira de Toledo Lisboa Ataide (003.052.795-30); Herman Henrique Silva Santana (019.234.435-85); Ithana Queila Borges Pizzani Ferreira (005.377.235-01); Jailton de Azevedo Silva Junior (008.165.685-88); Mirella Teixeira Fonseca (040.952.445-00); Neila Lima Branco (870.655.095-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4557/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.824/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eleusa Gallo Rosenburg (744.960.426-49); Marilia Rodrigues Moreira (030.088.026-05); Regiane Lopes Rodrigues (368.234.728-39)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4558/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.865/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francois Weigel (063.388.267-48); Guilherme Fernandes de Araujo (072.383.844-50); Lorraine Oliveira Tabosa do Egito (013.181.944-58); Marjorie Simoes dos Santos (048.627.264-88); Natalia Daniela Aquino de Sousa (059.397.843-99); Sthefany Suwenny Santos (092.746.384-93)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4559/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.925/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Breno Tiago de Souza Mota (000.622.012-63)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4560/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.942/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre da Silva Barbosa (113.456.127-02); Anne Elise Reis da Paixao (101.676.017-50); Caio Gonzalez Marques (126.014.277-95); Diego Edon Alurintino dos Santos (121.521.427-80); Emilaine Brinate Bastos (107.125.516-97); Fabiano Cordovil da Costa (079.742.587-05); Gabriela de Nieto de Amorim (130.350.497-93); Natalia Treistman Frota Leitao (051.966.877-42); Raquel Pereira Batista (116.474.717-70); Viviane Maria de Oliveira (087.996.097-38)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4561/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.961/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcela Henrique de Freitas (090.132.056-07); Marina Macedo Santos Martins (073.654.394-59)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4562/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.064/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elizeu Fernandes dos Santos (165.664.797-40)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4563/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.983/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eliete de Souza Pinto Lugon (875.528.417-53); Geralda Magela Araujo de Oliveira (036.418.927-40); Gertrudes Nazareth Leal Sa (010.043.357-09); Ivonete Francisca de Assis (014.003.267-37); Margarida Maria de Oliveira Pereira Lima (011.223.047-49); Maria Jose Santos de Souza (907.105.767-49); Silesia de Moura Japiassu (785.346.747-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4564/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.195/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Floracy Moreira Gitirana Nogueira (058.486.281-49); Lidia Pereira da Silva de Avelar (656.198.541-91); Maria Soares de Jesus Rodrigues (285.676.921-72); Maria de Lourdes Nilo de Santana (509.006.331-15); Maria de Sousa Cassiano (392.189.101-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4565/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.438/2017-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Mariana Mattos Magalhães (065.936.781-55); Mariana Mattos Magalhães (065.936.781-55)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4566/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados e em adotar a medida a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.160/2012-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Iracema Souza Souto Maior (608.807.914-20); Lanuza Souza Souto Maior (501.921.754-91); Liane Souza Souto Maior (268.293.044-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco, com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, que, na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelos Analistas da RFB nos autos do Mandado de Segurança 35.410, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar o pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter *pro labore faciendo*, da base de cálculo de contribuição previdenciária.

ACÓRDÃO Nº 4567/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Carlos e Ibaté, dando-lhe quitação; excluir do rol de responsáveis Antônio Cabeça Filho, Walter Barelli e Luís Antônio Paulino; comunicar ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Carlos e Ibaté (59.620.591/0001-42) a existência de saldo em seu favor no valor de R$ 23,97 em valores atualizados em 6/6/2019 e, caso tenha interesse, a possibilidade de solicitação de devolução; bem como em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 71), aos responsáveis, de acordo com o parecer da unidade instrutora.

1. Processo TC-014.503/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Carlos e Ibaté (59.620.591/0001-42); Walter Barelli (008.056.888-20)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Carlos Roberto de Freitas (OAB/SP 112.442), representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Carlos e Ibaté.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4568/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas de Décio Paulo Bonilha Munhoz, dando-lhe quitação; acatar parcialmente as alegações de defesa de Décio Paulo Bonilha Munhoz e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 54), ao Ministério da Cidadania e ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.707/2017-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Décio Paulo Bonilha Munhoz (310.971.540-68)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cascavel - CE
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Júlio Cesar de Souza Munhoz (38.839/OAB-CE) e outros, representando Décio Paulo Bonilha Munhoz.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4569/2020 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente;
Considerando que a peça recursal traz apenas argumentos e teses jurídicas que, ainda que inéditos, se limitam a tentar rediscutir as conclusões deste Tribunal acerca dos fatos já existentes à época da decisão;
Considerando que tais elementos não ensejam o conhecimento do recurso fora do prazo legal uma vez que não são considerados fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido;
Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do presente recurso;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Magno Augusto Bacelar Nunes (peça 60) em face do Acórdão 13.233/2019-TCU-1ª Câmara, dando-se ciência deste acórdão ao recorrente, juntamente com a instrução (peça 61), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.123/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Magno Augusto Bacelar Nunes (595.771.267-15); Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda. (05.027.998/0001-31)
1.2. Recorrente: Magno Augusto Bacelar Nunes (595.771.267-15)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Chapadinha - MA
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: Fabyo Barros Lima (OAB/DF 40.955), representando Magno Augusto Bacelar Nunes.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4570/2020 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente;
Considerando que a peça recursal traz apenas argumentos e teses jurídicas que, ainda que inéditos, se limitam a tentar rediscutir as conclusões deste Tribunal acerca dos fatos já existentes à época da decisão;
Considerando que tais elementos não ensejam o conhecimento do recurso fora do prazo legal uma vez que não são considerados fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido;
Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do presente recurso;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Telma Lucia de Azevedo Gurgel (peça 48) em face do Acórdão 13.449/2019-TCU-1ª Câmara, dando-se ciência deste acórdão à recorrente, juntamente com a instrução (peça 49), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.353/2018-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Recorrente: Telma Lucia de Azevedo Gurgel (182.229.272-72)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amapá
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.7. Representação legal: Jose dos Santos Pereira Neto (OAB/AP 2.204), representando Telma Lucia de Azevedo Gurgel.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4571/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243, 250, II e III, 254, 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar parcialmente cumprida a determinação do item 9.7 do Acórdão 1.878/2017-1ª Câmara, dispensando-se que o Tribunal mantenha a verificação quanto ao atendimento integral das três deliberações nele mencionadas, sem prejuízo de reexaminar os fatos por meio dos processos de contas ou de outras ações

de controle, caso sejam observados elementos indicativos de que os gestores não adotaram as medidas necessárias e que a inação deu causa a impropriedades, prejuízos ou ineficiências; adotar a medida a seguir; dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 32), à Universidade Federal de Campina Grande e em apensar estes autos ao TC 028.479/2015-7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.729/2020-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Universidade Federal de Campina Grande (05.055.128/0001-76)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. recomendar, com fundamento no art. 250, III, do RITCU, à Universidade Federal de Campina Grande que estude a possibilidade de melhorar a infraestrutura da sua Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos (CPACE), alocando mais servidores, bem como dando maior suporte por meio de normatização e criação de protocolos de verificação periódica de cumprimento da jornada e da verificação de vínculos incompatíveis com o cargo exercido na Universidade pelos servidores.

ACÓRDÃO Nº 4572/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243, 250, II e III, 254, 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida as determinações contidas nos itens 1.7 e 1.8 do Acórdão 4.938/2017 - TCU - 1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.876/2019-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4573/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em autorizar a SecexTrabalho a realizar as fiscalizações elencadas no capítulo 4, podendo a unidade instrutora, avaliando os critérios de oportunidade e conveniência, definir prazos e inclusão nos planos operacionais, e, de acordo com a materialidade, relevância e risco, definir objetos, objetivos escopos e alocação de recursos humanos e de materiais de acordo com as orientações e planejamento do TCU, arquivando-se o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.551/2019-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 31 da Lei 12.527/2011)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 31 da Lei 12.527/2011)
1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrab).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4574/2020 - TCU - 1ª Câmara

Considerando se tratar de representação a respeito de possível irregularidade ocorrida no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relacionada a potencial dano ao erário em decorrência de recebimento de multa por descumprimento reiterado de ordens judiciais;

Considerando a ausência de demonstração de configuração de dano efetivo aos cofres da autarquia, mas, sim, de descumprimento de ordens judiciais;

Considerando que, a partir do Acórdão 2.894/2018-TCU-Plenário, que tratou de Relatório de Levantamento que teve como objetivo identificar os riscos relacionados à judicialização dos benefícios concedidos pelo INSS, este Tribunal tem atuado na gestão de informações relativas à imposição de multas ao INSS, buscando identificar e mitigar as causas dessas ocorrências, matéria que atualmente se encontra tratada no TC 005.105/2019-6;

Considerando os encaminhamentos dados pelos Acórdãos 2.597/2019, 2.598/2019 e 2.599/2019, todos do plenário, que trataram de situação análoga à presente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 237, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes; dar ciência deste acórdão aos representantes, acompanhada de cópia da instrução (peça 15); adotar a medida a seguir e em apensar os presentes autos ao TC 005.105/2019-6, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.118/2019-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social (SecexPrevi).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. dar ciência da representação (peça 1), da instrução (peça 15) e desta deliberação ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Procuradoria-Geral Federal, para que considerem o fato representado nas providências a serem tomadas para identificação e registros de multas aplicadas em face de eventual atraso ou descumprimento de decisão judicial, bem como promovam a respectiva responsabilização em caso de constatação de dano ao erário, instaurando, se for o caso, Tomada de Contas Especial (art. 37, § 6º, da CF c/c IN-TCU 71/2012, com alterações promovidas pela IN-TCU 76/2016).

RELAÇÃO Nº 10/2020 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 4575/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumpridas as determinações constantes do Acórdão 1.433/2006-TCU-1ª Câmara; e

b) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-001.294/2005-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Responsável: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco (00.394.544/0190-13).
1.2. Interessados: Adriano Ernesto de Oliveira (001.065.264-72); Antônio Vieira da Rocha Filho (001.861.124-91); Celia Maria Medeiros de Luna Freire (233.278.804-25); Dilson Viana Borges (000.504.824-91); Fausto Ribeiro Tenorio (028.900.704-68); Francisco de Paula Ramos Pedrosa (000.178.844-20); José Durval Campelo Costa (000.729.584-72); Josefa Severina da Silva (167.490.574-20); Leonor Leoncio da Silva (138.030.854-20); Lucia Lopes da Silva (103.498.394-68); Lucy do Sacramento Paixão Mascarenhas (707.273.684-00); Maria Aury Carneiro Fidelis (045.782.444-15); Maria do Carmo Araújo (090.311.034-20); Maria do Socorro Maciel Monteiro (070.522.004-49); Marina Sonia Alves Correia (073.035.724-49); Marluce Ferraz Coelho (018.886.414-87); Moadir Suliano de Lira (071.706.884-68); Moises Wolfenson (036.253.974-04); Severina Maria Monteiro (097.582.324-87); Sonia Ratis Camara (102.996.024-00).
1.3. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4576/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.396/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Denise Serafim (505.078.779-34); Diorlanda Martins Oliveira Souza (000.904.172-91); Edigar de Sousa Martins (150.719.281-91); Edson Alves Gaudencio (693.973.848-72); Elba Aparecida Duarte Stelzner (317.244.771-53); Elnides Mendes de Oliveira (115.540.291-04); Ermenegildo Reis do Nascimento (244.944.701-63); Flory Machado Sobrinho (046.626.951-04); Francisco das Chagas Nonato Cardeal (227.106.631-04); Geraldo Virgilio de Andrade (055.493.881-20).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4577/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.509/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Denyse Azevedo Ramos (220.609.101-10); Deoclecio Rodhen (101.725.211-49); Dione Maria Dalledone Machado Luiz (279.745.451-00); Dirce Cavalcante Piano (357.742.901-15); Domingos Batista de Carvalho (296.220.851-72); Domingos Paulo dos Santos (220.558.601-78); Donaldo Bento de Souza (087.212.111-91); Dorival de Oliveira Xavier (117.028.851-00); Dorvalino Alves de Freitas (112.419.001-59); Douglas Jose Serra Teixeira (094.543.062-00).
1.2. Órgão: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4578/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação especificada no subitem 1.7 adiante.

1. Processo TC-005.703/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Helena de Jesus Souza Freitas (253.879.606-72); Miriam do Carmo Correa (403.430.306-91).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 4579/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.975/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Raquel Pereira Pontes (014.075.250-18).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4580/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.988/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Cesar Nunes Lima (131.276.227-67); Hanna Vasconcelos Sena de Carvalho (108.000.236-76).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4581/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-015.789/2020-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Marinalva de Matos dos Santos (072.833.557-31).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4582/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-016.000/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Regina Celia de Lima Rigaud Costa (174.405.721-49); Sonia Maria de Lima Araujo (074.337.237-90).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4583/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido pelo MPTCU, em:
a) considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar emitidos em favor de: Ana Maria Magalhães Rischbieter (008.988.397-77); Claudia Magalhães Neiva (024.278.897-17); Etelvina Dreon de Albuquerque (008.591.627-70); Jussara Cabral de Medeiros Villa (676.780.179-87); Maria do Rosário Reis Bessa (074.623.887-82); Nelcy do Amaral Mendes (001.987.087-69); Nilva da Silveira Matheus (084.900.687-20); Sandra Marques Magalhaes (037.708.337-24); Therezinha Seixas da Rocha Lima (247.448.161-34) e Yara Aparecida Cabral de Medeiros (528.564.619-72); e
b) fazer as determinações especificadas no item 1.7.

1. Processo TC-031.837/2019-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Maria Magalhães Rischbieter (008.988.397-77); Ângela Cristina de Queiroz Chaves (311.477.807-06); Claudia Magalhaes Neiva (024.278.897-17); Eneida Regina Teixeira Vaz (697.255.277-04); Etelvina Dreon de Albuquerque (008.591.627-70); Jussara Cabral de Medeiros Villa (676.780.179-87); Marcia Cristina Vaz Cerdeira Vazquez (628.940.997-20); Maria do Rosário Reis Bessa (074.623.887-82); Nelcy do Amaral Mendes (001.987.087-69); Nilva da Silveira Matheus (084.900.687-20); Regina Celia de Queiroz Chaves (270.706.387-87); Rosemary Barcellos Ribeiro (222.525.018-98); Sandra Marques Magalhães (037.708.337-24); Therezinha Seixas da Rocha Lima (247.448.161-34); Yara Aparecida Cabral de Medeiros (528.564.619-72).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:
1.7.1. quanto ao benefício deixado pelo instituidor Lafayette Teixeira Vaz (CPF 023.354.417- 87), verifique se o pagamento da pensão militar de peça contempla a irregularidade apontada pelo novo entendimento firmado pelo Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário; e
1.7.2. quanto às pensões de peças 3 e 4, esclareça os indícios de acumulações apontados para as beneficiárias pelo órgão de pessoal.

ACÓRDÃO Nº 4584/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e
b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

1. Processo TC-002.294/2018-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - Abeta (07.462.804/0001-51); Daniel Blum Spinelli (914.905.619-00); Denise Oliveira Santiago (143.853.278-40); Jean Claude Marc Razel (214.057.908-90).
1.2. Órgão: Ministério do Turismo (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Gustavo Godinho Capanema Barbosa (OAB/MG 74.330) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4585/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) acolher as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Carlos Alberto Nery Matias (CPF 037.390.902-00) e Basílio dos Santos Queiroz (CPF 066.683.212-91);
b) julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Carlos Alberto Nery Matias (CPF 037.390.902-00) e Basílio dos Santos Queiroz (CPF 066.683.212-91), dando-lhes quitação, nos termos dos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU;
c) dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis; e
d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-005.203/2018-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Basilio dos Santos Queiroz (066.683.212-91); Carlos Alberto Nery Matias (037.390.902-00).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Santana (AP).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4586/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU, em:
a) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Juran Carvalho de Souza (297.528.093-91), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;
b) fazer a determinação constante do item 1.7;
c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, à Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA e ao responsável; e
d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-005.865/2019-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Juran Carvalho de Souza (297.528.093-91).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Ilan Kelson de Mendonça Castro (OAB/MA 8.063-A).
1.7. Determinar à Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA que promova, se ainda não o fez, o recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da importância de R$ 17.074,92, acrescida de atualização monetária, calculada a partir de 11/11/2016 até a efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor.

ACÓRDÃO Nº 4587/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos para desenvolvimento válido e regular do processo; e
b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde.

1. Processo TC-040.596/2019-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Pedro Carlos Mendes (213.659.977-15).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Cambuci - RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4588/2020 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Convênio 823797/2015, celebrado entre a União, por intermédio do hoje denominado Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), e o estado de Roraima em 2015.
Considerando que "compete originariamente ao órgão concedente a fiscalização da execução de recursos federais transferidos mediante convênios ou instrumentos congêneres, podendo o TCU, diante da existência de indícios de irregularidades, determinar ao órgão repassador que exerça seu papel de fiscalizador primário da aplicação de tais valores", conforme Acórdão 7.890/2014-TCU-1ª Câmara;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, *caput*, e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:
a) conhecer desta representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU;
b) fazer a determinação especificada no item 1.6;
c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE/RR), ao Departamento Penitenciário Nacional e à Secretaria da Justiça e da Cidadania de Roraima; e
d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-005.915/2020-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Departamento Penitenciário Nacional; Governo do Estado de Roraima.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinar ao Departamento Penitenciário Nacional que, no prazo de 180 dias, apure os indícios de irregularidades constantes desta representação e informe ao TCU os resultados das apurações, bem como eventuais medidas a serem adotadas.

ACÓRDÃO Nº 4589/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:
a) conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU;
b) dar ciência desta deliberação ao representante, Dr. Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral do MP/TCU; e

c) apensar os presentes autos ao TC 001.810/2020-0, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-009.157/2020-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Presidência da República (vinculador).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4590/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, *caput*, e 237, inciso IV e

parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer desta representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RI/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

b) fazer as determinações constantes dos itens 1.8 e 1.9; e

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Especial do Esporte - Ministério da Cidadania e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG.

1. Processo TC-010.606/2020-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: João Paulino Rodrigues Neto (527.009.686-20).
1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (21.154.877/0001-07).
1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Abaeté - MG.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria Especial do Esporte - Ministério da Cidadania, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que encaminhe o resultado da análise da prestação de contas final do Contrato de Repasse n. 835724/2016/ME/Caixa Econômica Federal - CEF, firmado entre o então Ministério do Esporte e a prefeitura municipal de São Gonçalo do Abaeté/MG, instaurando, se for o caso, o devido processo de tomada de contas especial, que deve ser enviado ao TCU, conforme dispõe normatização inerente à matéria.
1.8. Determinar à Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho) que monitore o cumprimento da determinação constante do item 1.8.

ACÓRDÃO Nº 4591/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 81, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III, 235, caput, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) dar ciência desta deliberação ao representante, Dr. Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral do MP/TCU; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-010.677/2020-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Presidência da República (vinculador).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4592/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer desta representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Unidade Estadual do Rio de Janeiro, ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e à representante; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-038.027/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Maria Cristina Perazza Tamborrino Importação e Exportação (01.312.680/0001-41).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Divisão de Pesquisa/RJ - MP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: José Jodacir de Sousa Junior (OAB/SP 328.679); João Márcio Oliveira Ferreira e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4593/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, *caput*, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer desta representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante, à DiretoriaExecutiva do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e à Controladoria-Geral da União; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-040.658/2019-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Paulino Neves - MA.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social (SecexPrevidência).
1.5. Representação legal: Pedro Durans Braid Ribeiro (OAB/MA 10.255).
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 8/2020 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 4594/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o subitem 9.2 do Acórdão nº 6585/2019-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 30/7/2019, Ata nº 26/2019, como a seguir:

- onde se lê "Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE"
- leia-se "Fundo Nacional de Assistência Social"

1. Processo TC-017.271/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Luiz Carlos Souza Amaral (056.025.306-06)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jequié - BA
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4595/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação ao Sr. Delso José de Souza (CPF 311.988.301-82), ante o recolhimento integral da multa que lhe fora aplicada por meio do subitem 9.2 do Acórdão 2.515/2017-TCU-1ª Câmara, de acordo com os comprovantes de peças 269/270, bem assim com as manifestações da Seproc e do MP/TCU (peças 271/273).

1. Processo TC-018.452/2013-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 003.635/2019-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 012.449/2017-2 (MONITORAMENTO)
1.2. Responsáveis: Delso José de Souza (CPF 311.988.301-82); Eduardo Francisco Castro (CPF 042.372.408-86)
1.3. Interessado: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul
1.4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis-14ª Região (Creci/MS)
1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog); Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).
1.8. Representação legal: Diego Escobar Teixeira Sampaio (15.932/OAB-MS) e outros, representando Conselho Regional de Corretores de Imóveis 14ª Região; Ricardo Augusto Nascimento Pegolo dos Santos (9.938/OAB-MS), representando Eduardo Francisco Castro.

ACÓRDÃO Nº 4596/2020 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCE/ES, a partir do encaminhamento de cópia integral da processo 1751/2017, atinente a representação apresentada perante aquela Corte de Contas Estadual pelo Vereador Admílson Ribeiro Braun acerca de possíveis irregularidades na gestão, pela Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco/ES, de recursos do Programa Brasil Carinhoso, descentralizados àquele ente federado - mediante transferência direta - no exercício de 2016, consistentes, basicamente, de desvio de materiais adquiridos com recursos daquele programa, originalmente destinados à reforma ou construção de creches, e que haveriam sido transferidos do local em que se situavam as obras pertinentes, com destinação desconhecida.

Considerando o aspecto de a documentação em tela preencher os requisitos legais e regulamentares, em especial o disposto nos arts. 235 e 237, inc. IV, do Regimento Interno, para ser conhecida como Representação;

Considerando que, conforme verificado pela unidade instrutiva junto ao *site* do FNDE, foram liberados, ao município de Barra de São Francisco/ES, no exercício de 2016, recursos da ordem de R$ 238.241,52, divididos em duas parcelas de R$ 119.120,76 (liberadas em19/2/2016 e 6/6/2016), por conta do Programa Brasil Carinhoso - Transferência Direta (Apoio a Creches - Brasil Carinhoso) (peça 20, fls. 3);

Considerando que, em instrução preliminar, com vistas a obter elementos que permitissem a averiguação quanto à procedência das possíveis irregularidades indicadas pelo representante, a unidade técnica concluiu pela necessidade de levar a efeito diligências junto ao FNDE, a fim de que aportasse a documentação apresentada, pela Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco/ES, a título de prestação de contas dos recursos recebidos no âmbito do Programa Brasil Carinhoso/2016, bem como junto à referida Prefeitura, no intuito de obter informações e esclarecimentos sobre o alegado desvio de finalidade na utilização de materiais adquiridos por meio do Pregão 51/2016, com recursos do Programa Brasil Carinhoso (peça 2, fls. 6, e peças 3 e 4), proposição que contou com a minha concordância (peça 6);

Considerando os informes, obtidos junto ao FNDE, de que, embora, nos termos da Resolução CD/FNDE 2/2012, todas as prestações de contas perante aquela autarquia com vencimento a partir de janeiro de 2012 devam ser registradas e enviadas por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), referido sistema, que vem sendo progressivamente implantado por módulos, ainda não dispunha, até então (junho de 2018), de funcionalidade para o envio dos dados do Programa Brasil Carinhoso, afirmando-se que, tão logo disponível tal função, o gestor responsável seria comunicado para envio da documentação pertinente (peça 11 e peça 20, fls. 2/3);

Considerando que, em resposta à diligência que lhe foi endereçada, a Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco/ES informou, de um lado, que os materiais supostamente retirados da Creche Catherine Zanet foram aplicados na Escola Municipal Erasmo Braga - também de educação básica -, forma de proceder que, segundo defende, não caracterizaria irregularidade ou ilegalidade sob o prisma normativo federal, estadual ou municipal, e, de outro, que tanto a Sindicância Administrativa decorrente da Portaria 048/2017 (peça 17, fls. 68/72, e peça 18), quanto o Procedimento Preparatório 2017.0006.5515-83 do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (peça 16, fls. 45/47 e 54/56), instaurados para apuração das supostas irregularidades na representação apresentada perante o TCE/ES, concluíram que não teria havido a prática de qualquer ato de improbidade administrativa, crime contra a administração pública e/ou infração administrativo-disciplinar pelos agentes políticos e servidores públicos municipais envolvidos no suposto ato tido como ilegal pelo representante (peça 20, fls. 3);

Considerando o acréscimo da SecexEducação de que a consulta à versão de acesso público do SiGPC mais de um ano após a informação prestada pelo FNDE (peça 11), de que aquele sistema ainda não dispunha de funcionalidade para o envio de dados do Programa Brasil Carinhoso, revelou indícios de que tal função ainda se encontraria pendente (peça 20, fls. 4)

Considerando a ponderação daquela unidade técnica, quanto ao entendimento deste Tribunal, conforme explicitado no Acórdão 4771/2010 - TCU - 1ª Câmara, de que as ações de controle externo não devam avançar, a não ser que estritamente necessário, sobre o espaço de atuação e responsabilidades das autoridades administrativas e seus órgãos de controle interno, ou seja, de que deva, sempre que possível, ser respeitada sua responsabilidade primária (peça 20, fls. 4);

Considerando, então, a ponderação da unidade instrutiva de que, ao mesmo tempo em que não se logrou obter informações acerca da prestação de contas dos recursos do Programa Brasil Carinhoso repassados ao município de Barra de São Francisco/ES em 2016 - aí devendo ter-se em conta os informes a respeito da pendência, para tanto, da funcionalidade pertinente no SiGPC -, a representação em tela versou sobre indícios de irregularidades na utilização de tais recursos, sendo conveniente levar tais informações ao conhecimento do FNDE (peça 20, fls. 5);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inc. IV, do Regimento Interno, por preencher os requisitos de admissibilidade;

b) encaminhar cópia deste Acórdão, assim como da documentação constante das peças 1 e 16 a 18 e da instrução constante da peça 20, ao FNDE, com vistas a dar-lhe ciência, com fulcro no art. 7º da Resolução TCU 265, de 9/11/2014, dos indicativos de irregularidades constantes desta Representação, para fins de análise desses elementos em conjunto e em confronto com a prestação de contas do Programa Brasil Carinhoso, do município de Barra de São Francisco/ES, referente ao exercício de 2016;

c) encaminhar cópia deste Acórdão, bem como da instrução constante da peça 20, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCE/ES, à Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco/ES e à Controladoria Geral da União;

d) arquivar estes autos, nos termos do inc. III do art. 169 do Regimento Interno desta Casa.

1. Processo TC-028.449/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCE/ES.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco/ES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: SecexEducação.
1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 10/2020 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 4597/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-001.292/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Alberto da Silva Goncalves (005.364.798-01); Antonio Carlos Borges dos Santos (187.319.885-04); Carlos Roberto Ferreira Gervasio (312.949.527-49); Cristovao Rodolfo de Jesus da Cunha (046.877.918-32); Elismar Travassos (104.825.122-53); Evaristo de Sena Rosa (043.664.842-34); Francisco Alves de Oliveira (399.781.092-34); Gilmar Ferreira Reis (598.536.467-49); Jair Azevedo de Oliveira (597.344.937-87); Paulo Roberto do Nascimento (029.666.228-30).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4598/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-001.481/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Felippe Dias Limeira (076.387.164-85); Fabia Maria Gomes de Meneses (124.829.928-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4599/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-001.690/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Teresinha Maria da Silva (454.510.449-53).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4600/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-002.875/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alzira Rocha Torres (151.106.131-68); Cynthia de Melo Casado (266.615.781-49); Frederico Augusto Pereira (490.595.561-00); Ieda Silvania Ramos (291.368.061-53); Jardelina Alves da Silva (113.654.121-72); Luiz Antonio da Rocha Sobrinho (006.953.221-41); Marco Tulio Sousa Lino (017.264.571-92); Maria de Fatima Rolim Moraes (226.396.831-87); Neyde Mota da Silva (247.639.421-15); Tereza Cristina Carmona Fernandes (153.124.451-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4601/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-004.883/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angelo Alves de Sena (224.395.010-34); Jaime Roberto Fernandes Guterres (118.870.100-25); Maria Jaci Adolfo Oliveira (272.004.930-15); Maria Jose Jaques Steckel Nacimento (451.750.630-49); Mario Alfredo Deves (232.982.780-68); Sonia Regina Fernandes da Rosa (342.111.280-00); Vera Lucia Cortes Alves (272.115.500-82).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4602/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-005.140/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lindamar Morais Gontijo (222.132.601-68); Luiz Alberto Oliveira Martins (056.282.882-68).
1.2. Órgão: Ministério das Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4603/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-005.316/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Domingues de Carvalho Neto (074.026.864-34); Neuza Bezerra Ribeiro (156.007.934-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4604/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-005.343/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Julieta da Silva Nascimento (538.541.018-72).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Bauru/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4605/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-005.372/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Castro Nascimento (177.041.206-97); Lucília Aarão Rodrigues (199.363.706-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Contagem/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4606/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-005.983/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Moreira da Silva (080.952.133-49); Maria Euzamar da Silva Pereira (282.781.353-04); Maria Oneide Vieira de Sousa (125.745.623-72); Vanda Rodrigues de Almeida Assis (180.139.022-34).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4607/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto.

1. Processo TC-010.988/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Carlos de Oliveira (434.041.466-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4608/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto.

1. Processo TC-011.030/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Ribeiro Dantas (037.886.524-20); Dinara Fernandes Machado (231.166.254-68); Epitacio Luiz Cosme (108.714.624-00); Ivanildo Ferreira de Carvalho (138.926.574-91); Maria das Graças Lucena de Medeiros (123.936.814-34); Severino Gomes (028.113.754-49); Teresinha Monteiro da Câmara (026.823.114-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4609/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-001.854/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luis Fernando Mantelato (337.617.038-05); Luis Fernando Sueiro (311.131.438-35); Luis Gustavo Benicio de Almeida (341.163.718-82); Luis Ricardo Silva (230.706.828-71); Luis Rogerio Aparecido Godoy (219.812.128-09); Luiz Alberto Ramos Nogueira (141.268.438-25); Luiz Carlos Barbosa (779.953.929-15).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4610/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.096/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rayssa Nogueira Rodrigues (023.967.956-35).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4611/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.448/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ana Fernanda de Sousa do Espirito Santo (742.505.903-72); Maria Teresa Rabelo Rafael (072.238.094-18).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4612/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.583/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariane de Carvalho Viana (021.897.765-46); Caio de Mello Sales (003.329.783-54); Flavia Roberta Remigio Valerio (005.098.375-06); Graziele Jacob Pimenta (947.029.502-15); Iuri Marcel Alves Prates (834.955.415-00); Jessica Maria Aguiar de Oliveira (988.576.573-53); Jose Eduardo Passos Silva (010.865.825-27); Pablo Barreto Prata (006.113.725-17); Sheila Patricia Santana Delamare (815.398.195-15); Vania dos Santos de Jesus Nunes (013.742.405-16).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4613/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-004.181/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Domingos Alves da Silva (171.694.539-91).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4614/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-004.623/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Klecia Morais dos Santos (008.363.534-39).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4615/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.048/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Dourado Silva (037.116.055-32); Danielle Martins da Fonseca (016.469.832-97); Luiz Eduardo Fama Cardoso (021.774.662-45); Pedro Teixeira Cabral (016.766.832-32); Saulo Santana Cordeiro Sousa (027.268.432-55); Savana Martins da Fonseca (016.471.172-40).
1.2. Órgão/Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4616/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-006.137/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucas Miranda Paiva (969.328.802-53).
1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4617/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.418/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Teixeira Guabiru (006.603.135-45); Ana Luisa de Castro Coimbra (023.702.355-51); Eduardo Deda Mendonca Filho (016.348.985-83); Felipe Gomes Frederico da Silveira (017.948.025-17); Fernando Meira de Britto Oliveira (041.078.505-95); Flavia Cristiane da Silva (089.300.324-78); Igor Santos Amaral (027.078.335-09); Renato Penha de Oliveira Santos (883.533.112-91); Talison Augusto Correia de Melo (074.040.944-10); Tassio Andrade Reis (018.122.145-45).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4618/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.436/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciana Santos de Moura (073.459.597-24); Victor Couto de Albuquerque Baeta (737.849.401-10).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4619/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.485/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Airles Bastos Neto (013.101.673-38); Arthur Lisboa Formiga (064.624.244-00); Icaro Torres Barbosa (062.183.455-64); Joedir Wilson Vizoto (038.320.989-76); Leonardo Fernandes de Vasconcelos (068.812.214-01); Lidia Garcia Rosa (068.619.286-90); Lucas Xavier de Castro (078.529.434-11); Lucas da Guarda Barreto (054.764.925-85); Marcelo Victor Ragassi (380.178.238-78); Rafael Pires Galvao (094.258.574-74).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4620/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto.

1. Processo TC-006.639/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eduardo Freitas Mangeli de Brito (069.607.207-61).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4621/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.797/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Delsumira Aparecida Duarte de Souza (109.872.256-69); Jose Brasileiro de Souza Junior (073.596.286-36); Pedro Cesar Barbosa Ribeiro (128.552.856-58).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4622/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.810/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Ramalho Pinto (081.494.854-57); Eduardo Paulino Amorim Filho (089.866.354-70); Fernando Cezar de Lacerda Alves (080.772.734-24); Heloisa Marinho Cunha (061.337.494-07); Joao Henrique Caminha de Souza Neto (096.816.334-31); Jordan de Almeida Fernandes Galvao (090.103.084-80); Kelbson Werton Elias Cavalcante (076.931.364-79); Marcelo Clementino de Lima (105.215.484-03); Nubia Caroline dos Santos Guedes (107.059.044-40); Renan Siqueira Xavier (008.080.544-22).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4623/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.821/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavio Leonardo da Silva Araujo (082.912.194-35); Jefferson Filipe Silva de Oliveira (105.171.304-83); Julia Peregrino Samico (095.408.004-12); Luiz Ricardo Figueiredo Leite (074.105.674-73); Marcos Vitor dos Santos Anjos (094.666.894-95); Osir Bazante de Assis (304.578.904-87); Ronaldo Silva Paz (111.670.854-00); Samuel Monteiro Fernandes da Silva (046.414.814-66); Tarcisio Luna de Melo (100.335.274-07); Thales Virginio Nogueira Pessoa (057.383.954-92).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4624/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.836/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angelica Madrona Sousa Ferreira (103.823.116-71); Douglas Nascimento Evangelista (098.906.286-43); Flavia Leite Enoch (074.894.596-21); Gabriela Andreatta dos Santos (110.739.436-82); Luis Claudio Ferreira (882.426.336-49); Marina Carla Sotero Povoa (070.420.286-78); Nathalia Carvalho de Lima (017.779.496-88); Rafael Augusto Reis da Mata (101.331.906-09); Roberta Brianna Nunes dos Santos (086.643.386-47); Yuri Pimentel Oliveira Faria (107.248.626-17).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4625/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.923/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Pain da Silva (400.734.388-80); Ana Paula Rodrigues dos Santos (375.194.128-22); Cintia Magalhaes Sales (370.439.828-47); Daniele de Oliveira Vieira (426.111.828-92); Dijalma de Camargo (141.638.798-62); Evandro Lima Santos (230.874.618-14); Mirella Andrade Santos (433.454.528-98); Paulo Fernando Reis dos Santos (446.336.408-60); Rafael Victor Cardoso (322.867.768-06); Sergio dos Santos Conceicao (274.079.988-84).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4626/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.966/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anna Luiza Barbosa Martins (144.320.027-19); Bruna Thereza de Salles (114.977.097-09); Carolina Lages de Oliveira (145.658.677-70); Helen Maria Martins Leal (123.890.047-09); Hiago Narciso dos Santos (126.362.517-74); Jader Filipe Braga de Sousa (076.095.846-73); Luana Seabra de Sousa (116.675.707-22); Natalia Brunnet (098.603.857-18); Rosa Andrea Bessa Coelho (000.060.627-84); Silvia Gomes de Sousa (091.222.467-38).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4627/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.046/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Louise Henrique Santana dos Anjos (037.892.035-99); Marina Mendes Antunes Alves de Souza (130.825.687-69); Michele Marcelo Silva Bortolai (250.398.858-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4628/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.075/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Thames Aragao Sousa (022.090.222-40); Josileno Roberto da Silva (349.879.322-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4629/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.077/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Helmut Piper (779.602.469-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4630/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.105/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrws Aires Vieira (021.682.230-09); Caroline Lima de Almeida Costa (954.756.130-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4631/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.144/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolini Silva Batista (050.638.961-89); Eliana Tavares Lima (010.930.185-42); Izabel Cristina Queiroz Malizia (009.002.071-59); Izabele Marques Cardoso (065.080.211-09); Jean Douglas de Oliveira (075.295.259-56); Livia Carneiro Sanches (320.144.038-80); Lizziane Santos Lobo (012.050.465-00); Luisa Pessoa Rocha de Medeiros (069.261.094-43); Maria Estela da Silva Leite (630.978.261-49); Sueli Gomes da Silva (020.699.829-55).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4632/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.233/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arlete Souza Caetano (948.787.495-04); Dianne Maria Sherlock Araujo (997.196.495-34); Eduardo Barbosa dos Santos (014.916.065-84); Genilde Silva dos Santos (950.718.145-87); Marcelo Correia Fontes (007.905.075-10); Marcia Nascimento de Castro (008.691.365-42); Mayara Pessoa de Melo (092.879.484-96); Milene Santos da Silva (033.792.835-50); Rita Cecilia Batista Santos Matos (664.340.505-00); Sarah Dayanna da Silva Lima (091.526.354-81).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4633/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.257/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio Juner Lanferdini (986.308.060-87); Lidia Maria Lourencon Rodrigues (374.760.708-01); Michele Bete Petry (041.039.219-78); Rafael Penteado dos Santos (055.819.759-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4634/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.285/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucia de Salvo Oliveira (994.060.476-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4635/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.298/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Barbosa Tsuyuguchi (919.968.722-49); Jessyka Flavyanne Ferreira Vilela (028.870.555-69); Jose Licarion Pinto Segundo Neto (089.409.544-75); Michel Ferreira da Silva (021.529.464-56); Raphael Harry Frederico Ribeiro Kramer (066.558.064-96).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4636/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.320/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Fabiana Florio Domingues (847.877.409-20); Juliette Lima Gomes Moreira (127.223.367-74).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4637/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.478/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Raissa Frigui Moreira (393.846.478-02).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4638/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.547/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eric Arantes Santos (140.503.687-73); Fabiana de Gusmao Cunto Heeren Macedo (108.586.837-09); Joao Rodolfo Munhoz Ohara (374.474.208-32); Rebecca Lucia Goncalves de Freitas (144.836.767-09); Roberta Salles de Oliveira Martins (122.225.227-90); Thays Aparecida Zych (273.665.728-45).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4639/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.562/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rachel Pantalena Leal (327.491.778-80).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4640/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.608/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Andrea Lima Barros (396.883.803-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4641/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.739/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luciana Munhoz Vargas (022.098.930-38).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4642/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.775/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana da Silva Pereira Silva (105.166.557-44); Leonardo Belichi Vieira (127.916.857-90).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4643/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.801/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Mageste de Almeida (059.968.426-70); Edelweiss Vitol Gysel (048.275.279-38); Julio Cesar Fonseca Andrade (103.142.186-61); Lucas Ferreira Freitas (114.047.416-23).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4644/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.814/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Sander Ferreira Eusebio (055.526.316-92); Alexania de Re (058.075.719-67); Aline Cristina da Cunha (070.700.689-99); Amanda Amaro Pereira (055.148.269-96); Guilherme Gomes Oliveira (132.036.267-21); Janderson Nunes Pretti (058.179.817-18); Luana Cris Andrioni (087.142.059-71); Mireille Caroline Silva de Miranda Gomes (004.891.469-02); Rafael dos Santos Souza (775.339.762-15); Viviane Moraes Dias (009.973.781-74).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4645/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.883/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amelioene Franco Rezende de Souza (019.680.571-61); Camila Freitas Santos (046.292.431-94); Gloria Narjara Santos da Silva (832.433.130-15); Mauricio Guilherme Lenza (809.950.551-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4646/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.899/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Denise Andrade da Silva (984.245.055-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4647/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por

unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-008.037/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Alves Simiqueli (075.881.326-04); Daniela de Souza Gomes (119.508.476-59); Jefferson Verbena de Freitas (098.615.986-77); Jhonata Soares de Freitas (118.466.836-10); Sarah Fonseca dos Reis (067.954.796-76); Tabata Berg (091.968.076-36); Tamires Cristina de Almeida Santos (120.524.586-38); Vinicius Mendes Franca (110.565.966-60).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4648/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-008.058/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina de Sousa Santana (005.868.853-66); Robert Oliveira Nunes (001.746.943-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4649/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-008.237/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erica Etelvina Viana de Jesus (783.762.465-34); Gabriel do Bomfim Tarantino (025.037.675-08); Gilvan Farias da Silva (011.996.305-19); Iara Oliveira Costa Pininga (016.795.645-01); Julio Eloisio Brandao da Silva (029.194.585-66); Monna Lopes de Araujo (020.523.705-36); Paulo Inacio Prysthon de Mello (695.276.954-49); Saulo Sacramento Meira (070.688.276-83).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4650/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias a seguir relacionadas:

1. Processo TC-004.171/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ebelina Mangabeira Bezerra (299.435.747-04); Edinea Maria Froes Martins (713.401.147-04); Iza Bandeira de Lima (080.506.847-33); Maria de Fatima Silva (290.933.738-38).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4651/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário a seguir relacionado:

1. Processo TC-005.787/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Margarida Jacinta Arruda de Jesus (498.785.301-91).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4652/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário a seguir relacionado:

1. Processo TC-005.797/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Eloa Henriques Bacellar (063.547.507-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4653/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário a seguir relacionado:

1. Processo TC-005.813/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marlene da Silva (426.528.476-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4654/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias a seguir relacionadas:

1. Processo TC-032.819/2019-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Cristiane Cavalcanti de Barros (497.355.781-15); Nathalia Cavalcanti de Barros (002.825.741-31).
1.2. Órgão: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4655/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida no item 1.7.1 do acórdão 10011/2017-TCU-1ª Câmara e determinar o arquivamento dos autos, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-028.387/2016-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)
1.1. Responsáveis: Ana Paula Gonçalves (034.996.619-26); Barbara Pincowsca Cardoso Campos (711.601.591-49); Carolina Gabas Stuchi (282.941.638-48); Denise Ratmann Arruda Colin (597.888.879-53); Dulcelena Alves Vaz Martins (296.718.171-49); Ieda Maria Nobre de Castro (144.080.313-72); Jose Dirceu Galao Junior (606.311.631-15); Jose Ferreira da Crus (758.321.276-68); Léa Lúcia Cecílio Braga (500.962.226-20); Maria Jose de Freitas (160.617.646-34); Simone Aparecida Albuquerque (666.680.266-72); Telma Maranho Gomes (462.843.119-15); Valéria Maria de Massarani Gonelli (036.748.098-00).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Assistência Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social (SecexPrevidência).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e da Assistência Social (SecexPrevidência) que, por ocasião da prestação de contas da Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) do exercício de 2016 (TC 029.537/2017-7), seja apreciada o cumprimento da determinação do item 1.7.2 do acórdão 10011/2017-TCU-1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 4656/2020 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, posteriormente ao ingresso dos autos no Tribunal, a Funasa procedeu a uma nova vistoria técnica nas obras objeto do TC/PAC 167/2009, colhendo informações que redundaram na insubsistência dos apontamentos citados nos relatórios e pareceres que fundamentaram a TCE, informando ao TCU não mais existir os motivos da glosa na prestação de contas que ensejaram a instauração deste processo.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, 'a ', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) considerar revéis os ex-prefeitos do município de Santa Luzia D'Oeste/RO: Sr. Cloreni Matt (CPF 372.214.189-34), gestão 2009-2012 e Sr. Jurandir Oliveira Araújo (CPF 315.662.192-72), gestão 2013-2016;

b) acatar as alegações de defesa apresentadas pela empresa Paulo Machado Engenharia Ltda. (CNPJ 09.547.124/0001-66), aproveitando-as em favor do Sr. Cloreni Matt e Sr. Jurandir Oliveira Araújo (CPF 315.662.192-72), na gestão 2013- 2016, com base no art. 161 do Regimento Interno.

c) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 17 e 23, inciso I, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos Srs. Cloreni Matt e Jurandir Oliveira Araújo e da empresa Paulo Machado Engenharia Ltda., dando-lhes quitação plena;

d) dar ciência desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde, para adoção das providências do art. 16, I da IN TCU 71/2012; Município de Santa Luzia D'Oeste/RO e aos responsáveis.

1. Processo TC-003.578/2017-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Cloreni Matt (372.214.189-34); Jurandir de Oliveira Araújo (315.662.192-72); Paulo Machado Engenharia Ltda. (09.547.124/0001-66).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Luzia D'oeste - RO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Caio Raphael Ramalho Veche e Silva (6390/OAB-RO) e outros, representando Paulo Machado Engenharia Ltda..
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4657/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, V, a, e 212 do RI/TCU, e de e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (ausência de dano ao erário), com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU e art. 5º, caput, da IN/TCU 71/2012;

b) dar ciência desta deliberação ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, à Associação Cientifica de Estudos Agrários (CNPJ 04.404.093/0001-70), ao Sr. Alexandre Holanda Sampaio (CPF 097.779.543-87), à Universidade Federal do Ceará (CNPJ 07.272.636/0001-31) e ao Sr. Jesualdo Pereira Farias (CPF 112.745.143-04), em obediência ao art. 18, § 6º, da Resolução-TCU 170/2004.

1. Processo TC-009.164/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Alexandre Holanda Sampaio (097.779.543-87); Associacão Cientifica de Estudos Agrários (04.404.093/0001-70); Jesualdo Pereira Farias (112.745.143-04).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4658/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, I, "a", e 217, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos (peças 159 e 161), ACORDAM, por unanimidade, em expedir quitação aos responsáveis, ante o recolhimento do débito solidário imputado por meio do Acórdão 4632/2015 - TCU - 1ª Câmara, e a modicidade do saldo devedor, conforme especificado nos autos.

1. Processo TC-010.203/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Paulo Henrique Silva Levi (609.074.105-10); Prefeitura Municipal de Uibaí - BA (14.140.701/0001-30); Ubiraci Rocha Levi (504.090.185-20).
1.2. Entidade: Município de Uibaí - BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Edson Pereira de Oliveira (OAB-DF 30.162), representando Ubiraci Rocha Levi; Alex Vinicius Nunes Novaes Machado (OAB-BA) e outros, representando Pedro Rocha Filho.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4659/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto, decorrente da anulação do ato que inabilitou a representante, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 44), ao representante, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.416/2020-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Bripav Britagem e Pavimentação Eireli (08.316.096/0001-03).
1.2. Interessado: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (26.474.056/0001-71).
1.3. Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
1.7. Representação legal: Alessandrini Ardizzone Lima (53863/OAB-RS), representando Bripav - Britagem e Pavimentacao Eireli.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. encaminhar cópia integral dos autos à Construtora Biapó Ltda., com fulcro na Lei 12.527/2011, no art. 59, V, c/c o art. 94, da Resolução TCU 259/2014, e no art. 4°, § 1° e art. 17 da Resolução TCU 249/2012.

ACÓRDÃO Nº 4660/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, expedir a ciência proposta pela unidade instrutiva ao Ministério da Saúde, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 13), ao Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas (MPC/AM) e ao Ministério da Saúde.

Processo TC-020.068/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas (MPC/AM).
1.2. Órgão/Entidade: Município de Itamarati - AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre as seguintes falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:
1.7.1.1. realização de transferências de recursos destinadas a investimentos em projetos específicos para expansão da rede física da saúde, por meio de novas obras de Unidades Básicas de Saúde (UBS), referentes às propostas 13968.7380001/13-002 (UBS Monte Carmelo), 13968.7380001/13-003 (UBS Santo Antônio), 13968.7380001/13-004 (UBS Maria de Lourdes) e 13968.7380001/13-001 (UBS Elvira Martins da Silva), sem formalizar previamente com os entes beneficiários instrumentos de natureza convenial, o que afronta o disposto no art. 18, parágrafo único, da Lei Complementar 141/2012 combinado com o entendimento exposto no Acórdão 1426/2015-TCU-Plenário;
1.7.1.2. não cumprimento dos prazos para execução e conclusão das obras referentes às propostas 13968.7380001/13-002 (UBS Monte Carmelo), 13968.7380001/13-003 (UBS Santo Antônio) e 13968.7380001/13-004 (UBS Maria de Lourdes), e para efetivo início de funcionamento da obra referente à proposta 13968.7380001/13-001 (UBS Elvira Martins da Silva), financiadas com recursos no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (Requalifica UBS), o que afronta o disposto no artigo 712, incisos I, II e III da Portaria de consolidação MS/GM 6, de 28 de setembro de 2017; e
1.7.1.3. não adoção de medidas para identificar os responsáveis e promover a devolução dos recursos repassados das obras paralisadas referentes às propostas 13968.7380001/13-002 (UBS Monte Carmelo), 13968.7380001/13-003 (UBS Santo Antônio) e 13968.7380001/13-004 (UBS Maria de Lourdes), financiadas com recursos no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (Requalifica UBS), no caso de impossibilidade ou de inviabilidade de retomada delas, o que afronta o disposto no art. 8º, caput, da Lei 8.443/1992 e o decidido no acórdão 1426/2015-TCU-Plenário, relator Benjamin Zymler, quanto à competência do Ministério da Saúde em casos de recursos transferidos na modalidade fundo a fundo, em detrimento à celebração de convênios.

ACÓRDÃO Nº 4661/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 12), ao município de Bom Jesus/SC, ao Ministério Público Estadual de Santa Catarina e ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

1. Processo TC-036.257/2019-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bom Jesus - SC.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4662/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 000.546/2020-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Glaudson de Souza Costa, CPF 227.880.341-72.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral/GO.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria do Sr. Glaudson de Souza Costa, negando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente, com fulcro na Súmula nº 106, da Jurisprudência desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigida a falha que ensejou a ilegalidade do ato;

9.3.3. alerte o interessado no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência deste Acórdão, documentos comprobatórios de que o interessado foi cientificado do julgamento deste Tribunal.

9.3.5.observe os termos da IN 78/2018;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. verifique a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 *supra*;
9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4662-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4663/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 000.639/2018-4.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Edson Luiz de Oliveira, ex-Prefeito (CPF 110.139.232-00).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bragança/PA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em desfavor do Sr. Edson Luiz de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Bragança/PA (gestão 2009 a 2012), em razão da impugnação total das despesas do Convênio 14.000/2008 (Siafi 652825), que tinha por objeto a execução de obras de complementação de 44,16 km de estradas vicinais, localizadas na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Edson Luiz de Oliveira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor Original (R$)	Data da ocorrência
310.005,38	29/7/2009
310.005,38	10/11/2009
310.005,39	5/2/2010

9.2. aplicar ao Sr. Edson Luiz de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;
9.4. enviar cópia deste Acórdão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e ao responsável, para ciência; e
9.5. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4663-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4664/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 000.656/2019-4.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: Raimundo Nonato Silva (088.888.683-72).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cajapió - MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor do Sr. Raimundo Nonato Silva, Prefeito Municipal de Cajapió/MA de 1º/1/2013 a 31/12/2016, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no exercício de 2014,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel o responsável Raimundo Nonato Silva (CPF 088.888.683-72), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Raimundo Nonato Silva (CPF 088.888.683-72), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
18/3/2014	16.474,00
4/4/2014	16.474,00
5/5/2014	31.284,00
3/6/2014	16.474,00
25/6/2014	43.344,00
3/7/2014	27.310,00
6/8/2014	16.474,00
11/8/2014	10.836,00
2/9/2014	16.474,00
3/10/2014	38.146,00

9.3. aplicar ao responsável Raimundo Nonato Silva (CPF 088.888.683-72) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 75.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão; e
9.6. enviar cópia deste Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável, para ciência.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4664-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4665/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 001.937/2020-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Siumara de Fátima Loureiro Pires, CPF 014.461.528-20.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria da Sr.ª Siumara de Fátima Loureiro Pires, negando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente, com fulcro na Súmula nº 106, da Jurisprudência desta e. Corte de Contas;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. comunique a interessada do inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação;
9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigida a falha que ensejou a ilegalidade do ato;
9.3.3. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência deste Acórdão, documentos comprobatórios de que a interessada foi cientificada do julgamento deste Tribunal;
9.3.5. observe os termos da IN 78/2018;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. verifique a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 *supra*;
9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4665-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4666/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.980/2020-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Misael José de Farias, CPF 071.836.904-15.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria do Sr. Misael José de Farias, negando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente, com fulcro na Súmula nº 106, da Jurisprudência desta e. Corte de Contas;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigida a falha que ensejou a ilegalidade do ato;

9.3.3. alerte o interessado no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado foi cientificado do julgamento deste Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão;

9.3.5.observe os termos da IN 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 *supra*;

9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4666-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4667/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.004/2020-8.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Ailson Mendes Lopes, CPF 143.871.741-53.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria do Sr. Ailson Mendes Lopes, negando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente, com fulcro na Súmula nº 106, da Jurisprudência desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigida a falha que ensejou a ilegalidade do ato;

9.3.3. alerte o interessado no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado foi cientificado do julgamento deste Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão;

9.3.5. observe os termos da IN 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 *supra*;

9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4667-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4668/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.189/2015-1.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Célia Garcia de Souza (CPF 027.254.754-90), Evanilce Esteves de Oliveira (CPF 139.611.952-34), Abimael Rodrigues Barbosa (CPF 420.088.592-15) e Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia (CNPJ 01.968.623/0001-15).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secex-TCE.

8. Representação legal: Francisco de Assis Moura Gomes Rodrigues (OAB/RO 5.847).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor da Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia (Cootraron), em solidariedade com Célia Garcia de Souza, Evanilce Esteves de Oliveira e Abimael Rodrigues Barbosa, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio do Contrato de Repasse 177.443-70/2005/MDA/CAIXA (Siafi 550804), celebrado com o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo por objeto a execução de ações relacionadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Célia Garcia de Souza, Evanilce Esteves de Oliveira e Abimael Rodrigues Barbosa, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, dando-se prosseguimento aos autos;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia;

9.3. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, irregulares as contas de Célia Garcia de Souza, Evanilce Esteves de Oliveira, Abimael Rodrigues Barbosa, e da Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, descontadas as parcelas indicadas como crédito;

Valor (R$)	Data da ocorrência	Tipo
30.500,00	23/7/2007	Débito
58.810,00	11/11/2008	Débito
3.635,09	12/11/2008	Crédito
17.982,38	14/8/2013	Crédito

9.4. aplicar a Célia Garcia de Souza, Evanilce Esteves de Oliveira, Abimael Rodrigues Barbosa, e à Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, 19 e 57 da Lei 8.443/1992, multa individual no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso

III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.6. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Rondôniae

9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4668-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4669/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.257/2020-4

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessadas: Maria Oneyde Santos, CPF 005.100.172-15 e Nereida de Albuquerque Barros, CPF 024.558.202-97.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Belém/PA.

5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Maria Oneyde Santos, autorizando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar legal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Nereida de Albuquerque Barros, autorizando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em Belém/PA que acompanhe os Mandados de Segurança 35.410, 35.494, 35.498, 35.490, 35.498, 35.500, 35.812 e 35.836, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, e, em caso de decisão desfavorável à Sr.ª Maria Oneyde Santos, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento da parcela relativa do Bônus de Eficiência e Produtividade previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, *caput* e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem de caráter *pro labore faciendo*, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.4.1. acompanhe os Mandados de Segurança 35.410, 35.494, 35.498, 35.490, 35.498, 35.500, 35.812 e 35.836, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, e, no caso de deslinde desfavorável à interessada, monitore o cumprimento da determinação constante do item 9.3 desta deliberação;

9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem;

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4669-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4670/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC - 005.321/2020-4

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Eleanor Takatsu Morikawa, CPF 035.142.998-03; Eunice de Oliveira Lima, CPF 843.969.468-72; Heloisa Polido do Amaral Gurgel, CPF 139.394.672-00, e Lycio Augusto de Castro Teixeira, CPF 385.361.887-15.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/SP.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, em:

9.1. considerar legais os atos constantes das peças 2/4, relativos às aposentadorias de Eleanor Takatsu Morikawa, Eunice de Oliveira Lima e Heloisa Polido do Amaral Gurgel, autorizando-lhes o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar legal o ato constante da peça 5, relativo à aposentadoria de Lycio Augusto de Castro Teixeira, autorizando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que acompanhe os Mandados de Segurança 35.410, 35.494, 35.498, 35.490, 35.498, 35.500, 35.812 e 35.836, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, e, em caso de decisão desfavorável ao interessado, Sr. Lycio Augusto de Castro Teixeira, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento da parcela relativa do Bônus de Eficiência e Produtividade previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, *caput* e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem de caráter *pro labore faciendo* da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.4.1. acompanhe os Mandados de Segurança 35.410, 35.494, 35.498, 35.490, 35.498, 35.500, 35.812 e 35.836 em tramitação no Supremo Tribunal Federal, e, em caso de decisão desfavorável ao Sr. Lycio Augusto de Castro Teixeira, monitore o cumprimento da determinação inserta no item 9.3, *retro*;

9.4.2. dê ciência deste Acórdão ao órgão de origem.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4670-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4671/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.936/2019-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsável: Silvestre Monteiro Martins (096.176.124-53).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Severiano Melo - RN.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor do Sr. Silvestre Monteiro Martins, Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, no período de 1º/1/2009 a 31/12/2012, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no exercício de 2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável, Sr. Silvestre Monteiro Martins, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, § 8º, do RITCU;

9.2. julgar irregulares as contas do responsável, Sr. Silvestre Monteiro Martins, ex-Prefeito do Município de Severiano Melo/RN, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e condená-lo ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
28/3/2012	7.176,00
3/4/2012	7.176,00
30/4/2012	7.176,00
4/6/2012	7.176,00
3/7/2012	8.576,00
2/8/2012	8.576,00
5/9/2012	8.576,00
2/10/2012	8.576,00
5/11/2012	8.576,00
4/12/2012	8.576,00

9.3. aplicar ao responsável, Sr. Silvestre Monteiro Martins, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, e

9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4671-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4672/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 027.685/2018-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Glorismar Rosa Venâncio (CPF 146.995.593-87).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paço do Lumiar/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em desfavor da Sra. Glorismar Rosa Venâncio, ex-prefeita do Município de Paço do Lumiar/MA (gestão 2009-2012), em razão da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no exercício de 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, a Sra. Glorismar Rosa Venâncio (CPF 146.995.593-87), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Glorismar Rosa Venâncio (CPF 146.995.593-87), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-a ao pagamento da quantia a seguir especificada, com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
14/01/2010	28.000,00
14/01/2010	4.500,00
14/01/2010	4.068,00
19/01/2010	20.100,00
19/01/2010	9.000,00
01/02/2010	4.500,00
02/02/2010	202,50
24/02/2010	28.000,00
04/03/2010	20.100,00
04/03/2010	4.500,00
04/03/2010	4.068,00
04/03/2010	9.000,00
05/03/2010	3.829,92
16/03/2010	9.000,00
24/03/2010	4.068,00
24/03/2010	3.829,92
25/03/2010	22.500,00
25/03/2010	4.500,00
31/03/2010	20.100,00
12/04/2010	4.068,00
12/04/2010	3.829,92
14/04/2010	22.500,00
14/04/2010	4.500,00
22/04/2010	9.000,00
26/04/2010	20.100,00
11/05/2010	4.500,00
11/05/2010	4.068,00
13/05/2010	22.500,00
13/05/2010	3.829,92
19/05/2010	9.000,00
24/05/2010	20.100,00
11/06/2010	22.500,00
14/06/2010	4.500,00
14/06/2010	4.068,00
14/06/2010	3.829,92
17/06/2010	9.000,00
29/06/2010	10.300,00
30/06/2010	20.100,00
30/06/2010	2.200,00
07/07/2010	22.500,00
14/07/2010	20.100,00
14/07/2010	3.829,92
15/07/2010	9.000,00
06/08/2010	3.829,92
11/08/2010	22.500,00
11/08/2010	10.300,00
23/08/2010	30.150,00
27/08/2010	9.000,00
31/08/2010	2.200,00
09/09/2010	10.300,00
09/09/2010	2.200,00
09/09/2010	3.829,92
17/09/2010	9.000,00
20/09/2010	30.150,00
23/09/2010	21.500,00
13/10/2010	3.829,92
14/10/2010	21.500,00
20/10/2010	2.200,00
21/10/2010	10.300,00
25/10/2010	30.150,00
25/10/2010	9.000,00
09/11/2010	3.829,92
12/11/2010	9.000,00
17/11/2010	21.500,00
23/11/2010	2.200,00
24/11/2010	10.300,00
02/12/2010	30.150,00
09/12/2010	3.829,92
24/12/2010	2.200,00
30/12/2010	21.500,00
30/12/2010	30.150,00
30/12/2010	9.000,00

9.3. aplicar à Sra. Glorismar Rosa Venâncio (CPF 146.995.593-87) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência deste Acórdão à responsável, à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Ministério da Cidadania, bem como à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4672-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4673/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 029.181/2018-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Alan de Lima Sales (CPF 910.014.122-49).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em desfavor do Sr. Alan de Lima Sales, em razão de danos ao erário decorrentes da diferença de numerário, a menor, no Caixa Retaguarda (CRE) da Agência de Correios (AC) Curuçá/PA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Alan de Lima Sales (CPF 910.014.122-49), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Alan de Lima Sales (CPF 910.014.122-49), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR (R$)	DATA
1.260,95	2/10/2015
410.698,81	6/10/2015
37.950,00	7/10/2015

9.3. aplicar ao Sr. Alan de Lima Sales (CPF 910.014.122-49) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência deste Acórdão ao responsável e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, bem como à Procuradoria da República no Estado do Pará.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4673-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4674/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC - 030.237/2019-0

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Nêmora Corrêa de Freitas, CPF 333.960.941-15.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça, CNPJ 00.488.478/0001-02.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria da Sr.ª Nêmora Corrêa de Freitas negando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente, com fulcro na Súmula nº 106, da Jurisprudência desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique a interessada do inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigida a falha que ensejou a ilegalidade do ato;

9.3.3. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, documentos comprobatórios de que a interessada foi cientificada do julgamento deste Tribunal;

9.3.5. observe os termos da IN 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 *supra*;

9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4674-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4675/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.477/2019-0

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Elen dos Reis Araújo Barros de Brito, CPF 251.421.511-00.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho, CNPJ 00.509.968/0001-48.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Elen dos Reis Araújo Barros de Brito, negando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente, com fulcro na Súmula nº 106, da Jurisprudência desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique a Sr.ª Elen dos Reis Araújo Barros de Brito do inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigida a falha que ensejou a ilegalidade do ato;

9.3.3. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada foi cientificada do julgamento deste Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão;

9.3.5.observe os termos da IN 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 *supra*;

9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4675-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4676/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.585/2019-8

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Patrícia da Cunha Pacheco, CPF 296.483.001-00.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho, CNPJ 00.509.968/0001-48.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria da Sr.ª Patrícia da Cunha Pacheco, negando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente, com fulcro na Súmula nº 106, da Jurisprudência desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique a interessada do inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigida a falha que ensejou a ilegalidade do ato;

9.3.3. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada foi cientificada do julgamento deste Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência deste Acórdão;

9.3.5. observe os termos da IN 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 *supra*;

9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4676-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4677/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 031.828/2018-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Drogaria Alfredense Ltda. - Epp (08.960.838/0001-39); Johnny Fernandes (093.140.927-63); Maycon Bermond Avila (092.761.137-62).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Silvana Melo Nascimento Maretto (OAB/ES 20.928), representando Maycon Bermond Avila;

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), em desfavor da empresa Drogaria Alfredense Ltda. - EPP/Drogaria Alfredo Chaves, e dos sócios Sr. Johnny Fernandes e Sra. Rosa Maria Abreu Fernandes, em razão da aplicação irregular dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa do Sr. Maycon Bermond Avila (CPF 092.761.137-62), convalidando-se as citações realizadas às peças 79 e 108;

9.2. excluir da relação processual a Sra. Rosa Maria Abreu Fernandes (CPF 558.270.987-87);

9.3. considerar revéis, para todos os efeitos, o Sr. Johnny Fernandes (CPF 093.140.927-63) e a Drogaria Alfredense Ltda. - EPP/Drogaria Alfredo Chaves (CNPJ 08.960.838/0001-39), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 8º, do RI/TCU;

9.4. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas da sociedade empresária Drogaria Alfredense Ltda. - EPP/Drogaria Alfredo Chaves (CNPJ 08.960.838/0001-39); do Sr. Maycon Bermond Avila (CPF 092.761.137-62); e do Sr. Johnny Fernandes (CPF 093.140.927-63), condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, de acordo com as respectivas responsabilidades, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, na forma prevista na legislação em vigor:

9.4.1. Responsabilidade solidária pelos débitos: Drogaria Alfredense Ltda. - EPP/Drogaria Alfredo Chaves (CNPJ 08.960.838/0001-39); Sr. Maycon Bermond Avila (CPF 092.761.137-62); e Sr. Johnny Fernandes (CPF 093.140.927-63):

Data	Valor (R$)
14/03/2013	4.540,86
14/03/2013	9.565,85
08/04/2013	14.570,72
16/04/2013	4.662,36
31/05/2013	5.031,72
31/05/2013	15.260,13
04/06/2013	4.084,02
04/06/2013	12.548,19
01/07/2013	5.166,99
02/07/2013	16.693,22
25/07/2013	4.816,26
25/07/2013	15.972,95
30/08/2013	14.906,55
30/08/2013	4.517,37
01/10/2013	16.848,96
02/10/2013	5.115,96

14/03/2013	330,02
14/03/2013	6.880,60
08/04/2013	2.137,32
16/04/2013	307,06
31/05/2013	2.045,69
31/05/2013	271,06
04/06/2013	1.719,45
04/06/2013	267,50
01/07/2013	280,55
02/07/2013	2.392,90
25/07/2013	267,58
25/07/2013	2.281,61
30/08/2013	2.257,85
30/08/2013	226,13
01/10/2013	2.464,96
14/03/2013	197,14
08/04/2013	20,00
31/05/2013	10,40
04/06/2013	20,00
02/07/2013	20,00
25/07/2013	14,40
30/08/2013	20,00
01/10/2013	20,00

9.4.2. Responsabilidade solidária pelos débitos: Drogaria Alfredense Ltda. - EPP/Drogaria Alfredo Chaves (CNPJ 08.960.838/0001-39); e Sr. Johnny Fernandes (CPF 093.140.927-63):

Data	Valor (R$)
12/11/2013	4.583,79
12/11/2013	14.544,91
06/12/2013	14.850,99
06/12/2013	4.663,17
30/12/2013	15.537,79
30/12/2013	5.107,56
07/02/2014	14.935,34
28/02/2014	5.038,45
28/02/2014	5.325,95
28/02/2014	16.355,85
16/04/2014	1.591,77
16/04/2014	5.097,61
12/11/2013	233,18
12/11/2013	2.717,91
06/12/2013	2.743,71
06/12/2013	224,59
30/12/2013	166,91
30/12/2013	3.093,63
07/02/2014	3.111,30
28/02/2014	141,88
28/02/2014	190,97
28/02/2014	3.730,61
16/04/2014	92,39
16/04/2014	1.241,90
12/11/2013	21,60
06/12/2013	14,40
30/12/2013	21,60
07/02/2014	28,80
28/02/2014	21,60

9.5. aplicar, individualmente, à Drogaria Alfredense Ltda. - EPP/Drogaria Alfredo Chaves (CNPJ 08.960.838/0001-39); ao Sr. Maycon Bermond Avila (CPF 092.761.137-62); e ao Sr. Johnny Fernandes (CPF 093.140.927-63), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores adiante destacados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável(is)	Valor (R$)
Drogaria Alfredense Ltda. - EPP/Drogaria Alfredo Chaves	40.000,00
Johnny Fernandes	40.000,00
Maycon Bermond Avila	20.000,00

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Espírito Santo.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4677-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4678/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 034.823/2017-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Agamenon Lima Milhomem, ex-Prefeito (CPF 737.682.863-04).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Peritoró/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em desfavor do Sr. Agamenon Lima Milhomem, ex-Prefeito do Município de Peritoró/MA (gestão 1/1/2009 a 31/12/2012), em decorrência da omissão no dever de prestar contas de recursos federais, no valor histórico total de R$ 442.189,51, repassados em duas parcelas, nas datas de 15/9/2009 e 22/12/2009, por meio do Convênio 12.000/2008 (Siafi 638.480), tendo por objeto a recuperação de 26,6 km de estradas vicinais nos PAs Santo Antônio do Veloso e São Paulo; a construção de 3 pontes de madeira com 6, 15 e 25 metros; a construção de 24 metros de bueiros; e, a construção de 2 sistemas simplificados de abastecimento de água;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Agamenon Lima Milhomem, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas e fixando-lhe o prazo de 15 dias para que comprove perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

DATA	VALOR EM REAIS
15/9/2009	221.094,75
22/12/2009	221.094,76

9.2. aplicar ao Sr. Agamenon Lima Milhomem a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. informar ao Sr. Agamenon Lima Milhomem que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste Acórdão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao responsável, para ciência; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República do Maranhão.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4678-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4679/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 034.888/2017-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Maria Édila de Queiroz Abreu, ex-Prefeita (CPF 129.507.693-49); Fênix Construções Empreendimentos e Serviços Ltda. (antiga Construtora Dias Júnior Ltda. - CNPJ 08.198.043/0001-35).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Joselândia/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em desfavor da Sra. Maria Édila de Queiroz Abreu, ex-Prefeita do Município de Joselândia/MA (gestão 2009-2012), em razão de inexecução parcial do Convênio CRT/MA/11.000/2008 (Siafi 637.941), que tinha por objeto a construção de 3 sistemas simplificados de abastecimento e a implantação de 42,7 km de estradas vicinais na municipalidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Maria Édila de Queiroz Abreu e da empresa Fênix Construções Empreendimentos e Serviços Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-as solidariamente ao pagamento da importância a seguir especificada e fixando-lhes o prazo de 15 dias para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente;

DATA	VALOR
28/10/2009	R$ 164.710,72

9.2. aplicar individualmente à Sr. Maria Édila de Queiroz Abreu e à empresa Fênix Construções Empreendimentos e Serviços Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.4. enviar cópia deste acórdão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e aos responsáveis; e

9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República do Maranhão.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4679-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4680/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.793/2018-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Arnóbio Rodrigues dos Santos, ex-Prefeito (CPF 039.963.442-87).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Centro Novo do Maranhão/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Arnóbio Rodrigues dos Santos, ex-Prefeito do Município de Centro Novo do Maranhão /MA (gestão 2013/2016), em face da omissão no dever de prestar contas de recursos, no valor histórico de R$ 162.702,95, repassados em 3/1/2014, no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento de Jovens e Adultos (PEJA),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Arnóbio Rodrigues dos Santos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas e fixando-lhe o prazo de 15 dias para que comprove perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3/1/2014	162.702,95

9.2. aplicar ao Sr. Arnóbio Rodrigues dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. informar ao Sr. Arnóbio Rodrigues dos Santos que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao responsável; e

9.6. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4680-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4681/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 038.480/2018-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos Fabrizio Souza Araújo (CPF 818.220.813-00) e Antonio Borba Lima (CPF 238.000.973-20).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Timbiras/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor dos ex-prefeitos do Município de Timbiras/MA, Srs. Carlos Fabrizio Souza Araújo (gestão 1º/1/2013 a 31/12/2016) e Antonio Borba Lima (gestão 1º/1/2017 a 31/12/2020), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Brasil Alfabetizado/Ciclo 2012, cujo prazo para prestação de contas encerrou-se em 26/5/2017,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, os Srs. Carlos Fabrizio Souza Araújo (CPF 818.220.813-00) e Antonio Borba Lima (CPF 238.000.973-20), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Carlos Fabrizio Souza Araújo (CPF 818.220.813-00), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
17/12/2013	78.985,70
3/1/2014	15.691,01

9.3. aplicar ao Sr. Carlos Fabrizio Souza Araújo (CPF 818.220.813-00) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. julgar irregulares as contas do Sr. Antonio Borba Lima (CPF 238.000.973-20), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei;

9.5. aplicar ao Sr. Antonio Borba Lima (CPF 238.000.973-20), a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.7. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4681-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4682/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.373/2018-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3.Responsável: Maria Arlene Barros Costa, CPF 803.779.633-72.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secex-TCE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, ante a omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Dom Pedro/MA, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, no exercício de 2011,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da sra. Maria Arlene Barros Costa, Prefeita Municipal de Dom Pedro/MA na gestão 2009/2012, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III do Regimento Interno, e condená-la ao pagamento das quantias discriminadas no quadro a seguir, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até as datas dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
17/3/2011	32.586,00	4/4/2011	32.586,00	4/5/2011	23.070,00
5/5/2011	9.516,00	6/7/2011	65.172,00	2/8/2011	9.792,00
18/8/2011	22.794,00	5/9/2011	32.586,00	4/10/2011	32.586,00
22/11/2011	32.586,00	2/12/2011	32.586,00		

9.2. aplicar à responsável, sra. Maria Arlene Barros Costa, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4682-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4683/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.983/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Severina Ramos Paes de Melo Lima (529.389.134-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Severina Ramos Paes de Melo Lima, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4683-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4684/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.989/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Katia Serra Fontenele (353.281.695-49).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria Katia Serra Fontenele, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4684-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4685/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.002/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Margarete Aparecida Saldanha Cordeiro (509.086.429-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Margarete Aparecida Saldanha Cordeiro, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4685-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4686/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.160/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Luciano Arroyo Ponce de Leon Neto (221.197.441-49).
4. Órgão: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Ministério Público Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Luciano Arroyo Ponce de Leon Neto, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Ministério Público Federal que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4686-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4687/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.168/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Salvador Zeferino da Silva (173.658.721-87).
4. Órgão: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Ministério Público Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Salvador Zeferino da Silva, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Ministério Público Federal que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. dar ciência deste acórdão ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4687-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4688/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n.º TC 006.877/2011-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão civil.

3. Interessadas: Alzira Rodrigues dos Santos (762.252.910-91); Norma Carvalho Dias (276.421.190-20); Rosária Silveira de Abreu (523.928.130-00).

4. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam pensões civis instituídas no âmbito da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, §§ 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legal a pensão civil instituída por Antonio Carlos Carvalho Dias (315.275.400-06) em favor de Norma Carvalho Dias (276.421.190-20), concedendo o registro aos atos correspondentes;

9.2. considerar ilegal a pensão civil instituída por Geraldo Lopes Brandão (005.260.610-49) em favor de Alzira Rodrigues dos Santos (762.252.910-91) e Rosária Silveira de Abreu (523.928.130-00), negando o registro aos atos correspondentes;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade relativa à parcela judicial decorrente do índice de 3,17%;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação às pensionistas, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que as interessadas tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.4.4. acompanhe os Mandados de Segurança 35.410, 35.494, 35.498, 35.490 e 35.500 e, em caso de decisão desfavorável à entidade representativa da carreira do instituidor, faça cessar o pagamento da parcela relativa ao bônus de eficiência e produtividade;

9.5. dar ciência deste acórdão à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4688-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4689/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.253/2018-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Federação Cearense de Futebol de Salão (07.884.372/0001-77); Silvio Carlos Vieira Lima (018.600.383-87).

4. Entidade: Federação Cearense de Futebol de Salão.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Esporte do extinto Ministério do Esporte (sucedido pelo Ministério da Cidadania) em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos captados por meio do Termo de Compromisso 1101793-74, que tinha por objeto a execução do Projeto "Copa Horizonte 100% Futsal", com recursos obtidos com base na Lei de Incentivo ao Esporte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Federação Cearense de Futebol de Salão e Silvio Carlos Vieira Lima revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Federação Cearense de Futebol de Salão e de Silvio Carlos Vieira Lima, condenando-os, solidariamente, ao pagamento do débito no valor de R$ 191.602,29 (cento e noventa e um mil seiscentos e dois reais e vinte e nove centavos), na data de 12/7/2012, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar à Federação Cearense de Futebol de Salão e a Silvio Carlos Vieira Lima, individualmente, multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério da Cidadania e aos responsáveis.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4689-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4690/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.734/2019-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto V - Reforma.

3. Interessados: Elias Verardo Rigolon (665.017.767-91); Joao Luis Santos da Silva (807.745.127-68); Jose Carlos de Moraes (273.051.474-00); Jose Faustino Filho (724.825.087-20); Julio Cezar Machado Pinto (783.729.257-04); Marcos Henrique de Azeredo Mello (765.606.867-87); Raimundo Mendes de Araujo (247.889.531-53); Ricardo Pereira de Vasconcelos (283.526.964-91); Ricardo Porfirio Filho (753.470.677-72); Valdomiro Panda (464.516.509-78).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam reformas deferidas no âmbito do Ministério da Defesa - Comando da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais as reformas de Joao Luis Santos da Silva (807.745.127-68), Jose Carlos de Moraes (273.051.474-00), Jose Faustino Filho (724.825.087-20), Julio Cezar Machado Pinto (783.729.257-04), Marcos Henrique de Azeredo Mello (765.606.867-87), Raimundo Mendes de Araujo (247.889.531-53), Ricardo Pereira de Vasconcelos (283.526.964-91), Ricardo Porfirio Filho (753.470.677-72) e Valdomiro Panda (464.516.509-78), concedendo o registro aos atos correspondentes;

9.2. considerar ilegal a alteração da reforma de Elias Verardo Rigolon (665.017.767-91), negando o registro ao ato correspondente;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar ao Ministério da Defesa - Comando da Marinha que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, fazendo retornar os proventos à forma do ato inicial de reforma do interessado, já apreciado pelo TCU;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério da Defesa - Comando da Marinha.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4690-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4691/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.274/2010-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Gilsée Ivan Regis Filho (057.064.759-20).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Rafael Campos de Oliveira (OAB/SC 71.145 - SC 41.641-A) e outros, representando Gilsée Ivan Regis Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Gilsée Ivan Regis Filho contra o Acórdão 3.729/2019-TCU-Primeira Câmara, que, dentre outras medidas, considerou ilegal seu ato de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do RI/TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;

9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que providencie a conversão da fração de "quintos" incorporada por Gilsée Ivan Regis Filho no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 em parcela compensatória destacada e sujeita a absorções por reajustes salariais, devendo constar do novo ato a ser encaminhado ao TCU todas as correções e esclarecimentos pertinentes;

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Universidade Federal de Santa Catarina.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4691-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4692/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.480/2019-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Eliane Alves dos Santos (402.551.666-72).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Eliane Alves dos Santos, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4692-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4693/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.560/2019-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria de Lourdes Souza da Silva (317.207.901-59).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria de Lourdes Souza da Silva, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4693-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4694/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.783/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Marcos Alexandre Mesquita D'aiuto (609.663.947-04).
4. Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito da Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Marcos Alexandre Mesquita D'aiuto, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão à Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4694-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4695/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.909/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Lenira Ferreira de Andrade e Silva (578.742.714-91).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Lenira Ferreira de Andrade e Silva, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4695-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4696/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.136/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Beatriz Fragoso Pires Moutinho (709.276.427-00).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Beatriz Fragoso Pires Moutinho (709.276.427-00), negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4696-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4697/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 039.329/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Marcos Luiz Biscaro (013.249.648-80).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Marcos Luiz Biscaro, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4697-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4698/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 039.644/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria das Graças Costa Coelho (225.263.311-53).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia aposentadoria instituída no âmbito do Senado Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria das Graças Costa Coelho, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal,
esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Senado Federal.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4698-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4699/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.547/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Moema de Passos Lobo e Campos (310.841.761-49).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Regional Eleitora de Goiás,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 70, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a presente concessão de aposentadoria à sra. Moema de Passos Lobo e Campos e negar registro ao respectivo ato;
9.2. dispensar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás que adote as seguintes providências:
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;
9.3.2. suspenda os pagamentos efetuados com base no ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. promova o destaque da parcela de quintos incorporada administrativamente com amparo em funções comissionadas exercidas de 8/4/1998 a 4/9/2001 e transforme-a em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4699-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4700/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.551/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Célio Santos de Assunção (376.797.249-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidor do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 70, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria ao sr. Célio Santos de Assunção e negar registro ao respectivo ato;
9.2. dispensar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina que adote as seguintes providências:
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;
9.3.2. suspenda os pagamentos efetuados com base no ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4700-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4701/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.074/2020-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Wagner Aparecido Gottardo (968.263.398-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 70, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria ao sr. Wagner Aparecido Gottardo e negar registro ao respectivo ato;
9.2. dispensar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que adote as seguintes providências:
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;
9.3.2. suspenda os pagamentos efetuados com base no ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. promova o destaque das parcelas de quintos incorporadas administrativamente com amparo em funções comissionadas exercidas de 8/4/1998 a 4/9/2001 e transforme-as em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4701-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4702/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.971/2020-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessadas: Luciene de Fátima Mendonça Flores Carstens (437.367.931-20); Márcia Aparecida Mendonça Flores (543.216.461-20); Maria Maciel (273.451.901-10); Regina Maria Flores Viana (759.837.371-04).
4. Órgão: Ministério da Defesa - COMANDO DO EXÉRCITO.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração de pensão militar concedida pelo Comando do Exército,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de alteração de pensão de interesse das sras. Luciene de Fátima Mendonça Flores Carstens, Márcia Aparecida Mendonça Flores, Maria Maciel e Regina Maria Flores Viana, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelas interessadas, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às sras. Luciene de Fátima Mendonça Flores Carstens, Márcia Aparecida Mendonça Flores, Maria Maciel e Regina Maria Flores Viana, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas no item 9.3.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4702-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4703/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.762/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: Antonio Raimundo de Brito Ramos (155.382.902-63).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bujari - AC.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos pelo Município de Bujari-AC por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no exercício de 2014,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas do Sr. Antonio Raimundo de Brito Ramos (CPF: 155.382.902-63), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno;
Data de ocorrênciaValor histórico (R$)
18/3/201415.710,00
4/4/201415.710,00
5/5/201415.710,00
3/6/201415.710,00
3/7/201415.710,00
6/8/201415.710,00
2/9/201415.710,00
3/10/201415.710,00
9.2. aplicar, com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao Sr. Antonio Raimundo de Brito Ramos (CPF: 155.382.902-63), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a presente data até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e
9.6. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4703-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4704/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.763/2019-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsáveis: Francisco Geremias de Medeiros (293.209.843-87); Jailson Fausto Alves (225.945.313-91).
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Lima Campos/MA
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Antônio Carlos Muniz Cantanhede (OAB/MA 4.812), Antônio Augusto Sousa (OAB/MA 4.847) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em face da omissão na prestação de contas quanto aos recursos repassados por força do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício de 2012,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. excluir da relação processual o sr. Francisco Geremias de Medeiros (293.209.843-87);
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210, § 2º, e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas do sr. Jailson Fausto Alves (225.945.313-91);
9.3. aplicar ao sr. Jailson Fausto Alves (225.945.313-91) multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos dos arts. 19, parágrafo único, e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 e do art. 268, inciso I, do RITCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não seja atendida a notificação;
9.5. autorizar, caso solicitado, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovação do recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.6. alertar o responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;
9.7. dar ciência da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU; e
9.8. dar ciência do presente acórdão aos responsáveis, ao FNDE e à Prefeitura Municipal de Lima Campos/MA.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4704-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4705/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.766/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CNPJ 00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: Everaldo Oliveira Caldas (CPF 092.687.825-53), ex-Prefeito Municipal de Elísio Medrado (BA).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Elísio Medrado (BA).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor do Sr. Everaldo Oliveira Caldas (CPF 092.687.825-53), ex-Prefeito Municipal de Elísio Medrado (BA), na gestão 2009/2012, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos, para aquele ente da Federação, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o exercício de 2012,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel o Sr. Everaldo Oliveira Caldas;

9.2. com espeque nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "a", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992 e 1º, I, 209, I, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Everaldo Oliveira Caldas, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias para que comprove perante o Tribunal, na forma prevista no art. 214, III, "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente ressarcidas:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Débito (D) ou Crédito (C)
28/3/2012	8.346,00	D
3/4/2012	8.346,00	D
30/4/2012	8.346,00	D
4/6/2012	8.346,00	D
3/7/2012	9.546,00	D
2/8/2012	12.546,00	D
5/9/2012	12.546,00	D
2/10/2012	12.546,00	D
5/11/2012	12.546,00	D
4/12/2012	12.546,00	D
31/12/2012	194,23	C

9.3. aplicar ao Sr. Everaldo Oliveira Caldas a multa prevista nos arts. 57 da Lei 8.443/1992 e 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove perante o Tribunal, em consonância com o estabelecido no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não seja atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992;

9.5. com fundamento nos arts. 28, I, da Lei 8.443/1992 e 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, autorizar, desde logo, caso seja requerido, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.6. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, visando à adoção das medidas cabíveis; e

9.7. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4705-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4706/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.002/2019-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Cleber de Carvalho Lima (253.098.588-06).
4. Órgão: Secretaria Especial de Cultura.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas do projeto Pronac 07-3995, que tinha por objeto a "montagem de espetáculo teatral adaptado do conto de Regina Machado, com dramaturgia do próprio proponente Cleber de Carvalho Lima",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o sr. Cleber de Carvalho Lima, com fundamento no § 3º, art. 12, Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do sr. Cleber de Carvalho Lima, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "a"; 19 e 23, inciso III, todos da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
30/12/2008	114.706,63

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 e do art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. dar ciência desta deliberação à Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo (Decreto 10.107, de 6/11/2019), ao responsável, e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4706-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4707/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.155/2013-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Jacqueline Silva do Bomfim (465.963.805-72)
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas/SE
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Miguel Calmon Dantas (OAB/BA 19.260), Roberta Moraes Coelho Calmon Teixeira Mazzei (OAB/BA 17.534) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 10.857/2018-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto pela sra. Jacqueline Silva do Bomfim (465.963.805-72);

9.2. quanto ao mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido; e

9.3. dar ciência deste acórdão à recorrente, ao Fundo Nacional de Saúde, à Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas/SE e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4707-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4708/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.872/2020-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Reforma
3. Interessados: Helder de Sena (000.503.263-68); Henrique Sergio Esmeraldo Justo (715.495.108-78); Ildenir Maia Barbosa (173.128.687-20); Israel Rodrigues de Sena (358.520.894-00).
4. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - Comando da Aeronáutica
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reformas deferidas pelo Comando da Aeronáutica,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais os atos de reforma de interesse dos srs. Henrique Sergio Esmeraldo Justo e Israel Rodrigues de Sena, ordenando seu registro;

9.2. considerar ilegais os atos de interesse dos srs. Helder de Sena (alteração) e Ildenir Maia Barbosa (inicial), recusando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos srs. Helder de Sena e Ildenir Maia Barbosa, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.5. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a reforma do sr. Ildenir Maia Barbosa poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4708-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4709/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.023/2019-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Thais Magalhães (296.249.911-20).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 70, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria à sra. Thais Magalhães e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;

9.3. determinar ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios que adote as seguintes providências:

9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. suspenda os pagamentos efetuados com base no ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4709-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4710/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.803/2019-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (CNPJ 00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Francisca Maria Valentim Gomes Oliveira (CPF 421.156.803-59).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Santana do Maranhão (MA).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor da Sra. Francisca Maria Valentim Gomes Oliveira, ex-Prefeita Municipal de Santana do Maranhão (MA), na gestão 2013-2016, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais recebidos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), referentes ao exercício de 2016,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel a Sra. Francisca Maria Valentim Gomes Oliveira;

9.2. com espeque nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "a", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992 e 1º, I, 209, I, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas da Sra. Francisca Maria Valentim Gomes Oliveira (CPF 421.156.803-59), condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias para que comprove perante o Tribunal, na forma prevista no art. 214, III, "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente ressarcidas:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/1/2016	36.528,00
4/3/2016	26.888,00
6/4/2016	26.888,00
6/5/2016	26.888,00
3/6/2016	26.888,00
7/7/2016	26.888,00
8/8/2016	26.888,00
8/9/2016	26.888,00
8/10/2016	26.888,00
8/11/2016	26.888,00
7/12/2016	26.888,00

9.3. aplicar à Sra. Francisca Maria Valentim Gomes Oliveira (CPF 421.156.803-59) a multa prevista nos arts. 57 da Lei 8.443/1992 e 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove perante o Tribunal, em consonância com o estabelecido no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não seja atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.5. com fundamento nos arts. 28, I, da Lei 8.443/1992 e 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, autorizar, desde logo, caso seja requerido, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.6. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, visando à adoção das medidas cabíveis; e

9.7. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à responsável.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4710-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4711/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.401/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Espacial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)

3.2. Responsáveis: Adalto José Zago (545.625.389-53); Romatre Construtora Ltda. (01.268.058/0001-83); Sebastiao Silva Trindade (129.376.225-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Marcelo Luiz Faustino Pereira, representando Sebastiao Silva Trindade.

8.2. Hugo Leon Silveira (16.671-A/OAB-MT), representando Adalto José Zago.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em razão da execução parcial do objeto do Contrato de Repasse 2628.0227137-33/2007 - Siafi 596202, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representado pela Caixa, e o Município de Apiacás/MT, que tinha por objeto a transferência de recursos para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário, conforme Plano de Trabalho,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, a empresa Romatre Construtora Ltda.;

9.2. com fulcro no art. arts. 1º, inciso I, e 16, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas do Sr. Adalto José Zago, dando-lhe quitação plena;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", e §2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Sr. Sebastião Silva Trindade e da empresa Romatre Construtora Ltda. e condená-los solidariamente ao pagamento da quantia abaixo relacionada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data dos débitos
4.880,67	5/1/2009
11.977,82	6/10/2009
36.804,04	16/12/2009
57.025,25	4/8/2010

9.4. aplicar ao Sr. Sebastião Silva Trindade e da empresa Romatre Construtora Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para cada responsável, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial dos valores atualizados monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento:

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal, para conhecimento; e

9.8. dar ciência à Caixa Econômica Federal sobre a falta de restituição, à Conta Única do Tesouro Nacional, do saldo dos recursos do Contrato de Repasse 2628.0227137-33/2007 (Siafi 596202), no valor histórico de R$ 310.790,76, com vistas à adoção de providências internas no sentido de verificar se houve a restituição e, caso contrário, requerê-la, instaurando nova TCE no caso de insucesso, adotando ainda providências internas que previnam a ocorrência de outras irregularidades/falhas semelhantes.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4711-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4712/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 031.068/2018-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (em Liquidação) (CNPJ 10.890.804/0001-67)

3.2. Responsáveis: Antônio de Pádua Correia Miranda (CPF 077.368.353-49) e Luiz Gonzaga Paes Landim (CPF 050.116.553-34).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Piauí.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, em desfavor dos Srs. Luiz Gonzaga Paes Landim, ex-Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí, e Antônio de Pádua Correio Miranda, ex-Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí, em razão do descumprimento de preceitos da Lei 8.666/1993 e de irregularidades constatadas na execução física e financeira do Convênio Sudene/DPS 12/1996, firmado pela Sudene e por aquele ente da Federação, visando o fortalecimento da infraestrutura hídrica do Estado do Piauí,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 6º, II, e 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012 e 212 do Regimento Interno do TCU, arquivar o presente processo, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4712-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4713/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.420/2018-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial
3. Responsáveis: Construtora Prado Ltda. (12.224.426/0001-08); Francisco Donato Linhares de Araújo Filho (142.680.863-15)
4. Órgão/Entidade: Secretaria Estadual de Defesa Civil do Piauí
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados mediante termo de compromisso,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. julgar irregulares as contas da Construtora Prado Ltda. e do sr. Francisco Donato Linhares de Araújo Filho, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
18/10/2010	740.325,66
19/11/2010	381.790,97
15/12/2010	381.790,98

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);
9.3. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados, individualmente, a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com os valores indicados:

Responsável	Valor (R$)
Construtora Prado Ltda.	250.000,00
Francisco Donato Linhares de Araújo Filho	250.000,00

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6.autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, incidindo, sobre cada parcela, os correspondentes acréscimos legais, alertando os responsáveis de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;
9.7. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4713-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4714/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.493/2020-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados: Iolanda Jacobina da Cruz Araújo (040.770.911-87); Neyde Pacheco (406.567.487-53).
4. Órgão: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar (alteração) emitido pelo Comando do Exército;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar, registrado no sistema e-Pessoal sob o número 44733/2016 e instituído por Lourival de Araújo (058.321.017-15) em favor das beneficiárias Iolanda Jacobina da Cruz Araújo (040.770.911-87) e Neyde Pacheco (406.567.487-53);
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, *caput*, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, *caput*, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.3.2. por meio do seu Controle Interno, restitua, ao Gestor de Pessoal para correção, o ato e-Pessoal 6465/2020, instituído pelo Sr. Lourival de Araújo, já que o referido ato apresenta o mesmo vício tratado nos presentes autos;
9.3.3. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;
9.3.4. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4714-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4715/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.866/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Fernando Alberto Cabral da Cruz (123.709.592-15).
4. Entidade: Município de Curuçá - PA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor do Sr. Fernando Alberto Cabral da Cruz, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos por força do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), no exercício de 2011;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Fernando Alberto Cabral da Cruz (123.709.592-15), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos I, II e III, do Regimento Interno do TCU;
9.2. condenar o responsável acima mencionado, com fundamento no art. 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
4/4/2011	23.684,57
3/5/2011	23.684,57
2/6/2011	23.684,57
5/7/2011	23.684,57
2/8/2011	23.684,57
5/9/2011	23.684,57
4/10/2011	23.684,57
3/11/2011	23.684,57
2/12/2011	23.684,57

9.3. aplicar ao Sr. Fernando Alberto Cabral da Cruz (123.709.592-15) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;
9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4715-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4716/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.465/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Reforma.
3. Interessados: Othoniel Segundo Diniz (001.765.169-72); Paulo Balan (166.947.249-34); Reginaldo dos Santos Guimarães (251.511.428-87); Ricardo Spalding (740.713.198-87); Roberto Vargas (371.283.298-20).
4. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de reforma emitidos pela Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 5º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar legais e conceder registro aos atos de concessão de reforma emitidos em favor de Paulo Balan (166.947.249-34), Reginaldo dos Santos Guimarães (251.511.428-87) e Roberto Vargas (371.283.298-20);
9.2. considerar prejudicado, em razão da perda de objeto, o exame de mérito referente ao ato de concessão de reforma emitido em favor de Othoniel Segundo Diniz (001.765.169-72);

9.3. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de reforma emitido em favor de Ricardo Spalding (740.713.198-87);

9.3.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3.2 determinar à Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica que:

9.3.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, *caput*, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, *caput*, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2.2. emita novo ato de reforma, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.2.3. informe ao interessado cujo ato foi apreciado pela ilegalidade que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pela Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica;

9.3.2.4. comunique imediatamente ao interessado o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4716-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4717/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.786/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma.
3. Interessados: Aloísio Alves Abraão (023.952.585-04); Amauri Belo Filho (063.818.984-53).
4. Órgão: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais da Marinha.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de reforma (iniciais e alterações) emitidos pelo Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais da Marinha;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar legais e conceder registro aos atos iniciais referentes às concessões de reforma emitidas em favor dos ex-militares Aloísio Alves Abraão (023.952.585-04) e Amauri Belo Filho (063.818.984-53);
9.2. considerar ilegais e recusar registro aos atos de alteração referentes às concessões de reforma emitidas em favor de Aloísio Alves Abraão (023.952.585-04) e Amauri Belo Filho (063.818.984-53);
9.2.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2.2. determinar ao Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais da Marinha que:
9.2.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, *caput*, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, *caput*, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2.2. informe aos interessados cujos atos foram apreciados pela ilegalidade que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais da Marinha;
9.2.2.3. comunique imediatamente aos interessados o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4717-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4718/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.645/2018-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Roberto Rocha Guimaraes da Silva (238.909.592-53).
4. Órgão: Subcomando de Ações de Defesa Civil do Estado do Amazonas.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Roque de Almeida Lima (OAB/AM 7.216) e outros, representando Roberto Rocha Guimaraes da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que nesta fase tratam de recurso de reconsideração interposto por Roberto Rocha Guimaraes da Silva, na condição de secretário executivo do Subcomando de Ações de Defesa Civil do Estado do Amazonas, contra o Acórdão 3.747/2019-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4718-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4719/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 019.205/2014-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Margarida Janete Ferrari Ganzarolli (054.799.148-71).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. Daniel Henrique Viaro (OAB/SP 333.922) e outros, representando Margarida Janete Ferrari Ganzarolli.
8.2. Ronaldo de Almeida (OAB/SP 236.199), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que nesta fase cuidam de recurso de reconsideração interposto por Margarida Janete Ferrari Ganzarolli (peça 69) contra o Acórdão 8.834/2017-TCU-1ª Câmara (peça 45), que, entre outros, julgou suas contas irregulares e condenou-a solidariamente em débito pelo valor original de R$ 64.959,66;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 32, inciso II, e 33 da Lei 8.443, de 1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de forma a conferir a seguinte redação à tabela de valores que integra o subitem .2 do Acórdão 8.834/2017-TCU-1ª Câmara:

Data da ocorrência	Valor original	Débito/Crédito
21/12/1999	R$ 48.911,04	Débito
10/1/2000	R$ 21.591,36	Débito
14/1/2000	R$ 42.997,14	Crédito

9.2. notificar a recorrente da presente decisão.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4719-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4720/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-019.528/2017-5.
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Jeremias Raimundo Venâncio (641.838.586-15) e Lavater Pontes Júnior (489.096.296-49).
4. Órgão: Município de Tapira/MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secex/TCE.
8. Representação legal: Thais Gracielli Carvalho Silveira (OAB/MG 152.420) e outros, representando Jeremias Raimundo Venâncio, e Marcos de Oliveira Vasconcelos Júnior (OAB/MG 113.023) e outros, representando Lavater Pontes Júnior.

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao município de Tapira/MG, em 2008, para atendimento das ações do Piso Básico Fixo (PBF) e do Projovem Adolescente, inseridas no Programa de Proteção Social Básica.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir a responsabilidade do ex-prefeito Lavater Pontes Júnior;
9.2. julgar irregulares as contas do ex-prefeito Jeremias Raimundo Venâncio, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992;
9.3. condenar o ex-prefeito Jeremias Raimundo Venâncio, com fundamento no art. 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, a pagar os valores relacionados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento do montante aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS):

Valores originais (R$)	Datas das ocorrências
6.000,00	19/2/2008
6.000,00	14/3/2008
6.000,00	8/4/2008
6.000,00	12/5/2008
6.000,00	6/6/2008
6.000,00	1/7/2008
6.000,00	12/8/2008
6.000,00	4/9/2008
6.000,00	17/10/2008
115,89	7/11/2008
1.256,25	01/7/2008
1.256,25	19/8/2008
1.256,25	10/9/2008
1.256,25	15/10/2008
1.256,25	13/11/2008
1.256,25	16/12/2008

9.4. aplicar ao ex-prefeito Jeremias Raimundo Venâncio a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, a qual deverá ser atualizada monetariamente a partir da data do presente acórdão, se paga após o vencimento;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, observada a forma do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.7. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4720-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4721/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.627/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação de Desenvolvimento e Solidariedade - Apta (03.080.334/0001-00); Breno Goncalves dos Santos (841.637.986-68); Luiz Eduardo Rodrigues de Almeida Souza (013.576.616-81); Rogerio Delamare Coutinho Ruas (443.053.386-53).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Pedro Henrique de Souza e Silva (OAB/MG 109.714), Fernando Di Sabatino Guimarães Lisboa (OAB/MG 103.087), Tiago Lanni de Oliveira Araújo (OAB/MG 181.734) e Ana Carolina Goulart dos Santos (117.138.056-93).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade - APTA e dos ex-coordenadores gerais da entidade, Srs. Rogério Delamare Coutinho Ruas, Breno Gonçalves dos Santos e Luís Eduardo Rodrigues de Almeida Souza, em virtude do não encaminhamento da documentação exigida para a prestação de contas parcial do Contrato de Repasse 268.199-45/2008, celebrado com o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares, nos termos do arts. 1º, inciso I, e 16, inciso I, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, as contas do Sr. Luís Eduardo Rodrigues de Almeida Souza (013.576.616-81), coordenador geral da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade (APTA) no período de 19/03/2011 a 20/01/2012, dando-lhe quitação plena;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 e com o arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU, as contas da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade - APTA (03.080.334/0001-00), do Sr. Rogério Delamare Coutinho Ruas (443.053.386-53), na condição de coordenador geral da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade - APTA no período de 10/03/2006 até 28/02/2010, do Sr. Breno Gonçalves dos Santos (841.637.986-68), na condição de coordenador geral da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade - APTA no período de 01/03/2010 até 18/03/2011;

9.3. condenar, solidariamente, a Associação de Desenvolvimento e Solidariedade - APTA (03.080.334/0001-00) e o Sr. Rogério Delamare Coutinho Ruas (443.053.386-53), com fundamento no art. 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados das datas especificadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

Data da ocorrência	Valor original
09/04/2009	R$1.906,50
	R$8.300,00
	R$99,80
15/04/2009	R$118,30
	R$5.000,00
	R$2.000,00
	R$800,00
	R$1.425,00
	R$257,60
	R$33,55
24/04/2009	R$6.960,00
29/04/2009	R$7.000,00
13/05/2009	R$625,00
	R$500,00
	R$600,00
	R$700,00
14/05/2009	R$498,00
	R$125,63
	R$6.196,50
	R$900,00
	R$1.333,19
	R$260,10
15/05/2009	R$19.500,00
20/05/2009	R$2.118,30
22/05/2009	R$12.000,00
	R$1.430,00
	R$1.250,00
26/05/2009	R$3.000,00
15/06/2009	R$493,10
	R$1.151,55
	R$0,00
	R$3.199,85
	R$166,00
16/06/2009	R$0,00
	R$23.000,00
17/06/2009	R$662,00
	R$0,00
24/06/2009	R$400,00
	R$4.000,00
25/06/2009	R$1.430,00
	R$2.355,00
	R$106,70
29/06/2009	R$1.000,00
	R$1.174,08
	R$1.000,00
	R$71,50
	R$1.076,94
	R$145,02
	R$173,95
	R$128,60
02/07/2009	R$192,15
06/07/2009	R$1.440,00
	R$10.050,00
	R$670,00
	R$594,65
	R$7.300,00
	R$2.000,00
	R$720,00
07/07/2009	R$6.000,00
	R$300,00
	R$540,60
	R$3.500,00
	R$900,00
	R$242,40
21/07/2009	R$500,00
	R$410,00
23/07/2009	R$260,35
	R$30.392,00
	R$500,00
27/07/2009	R$550,00
30/07/2009	R$1.777,25
	R$734,08
31/07/2009	R$210,64
	R$160,14
	R$198,60
	R$144,22
	R$90,00
	R$22.000,00
03/08/2009	R$0,00
	R$0,00
	R$0,00
	R$1.272,70
	R$0,00
	R$0,00
	R$4.500,00
	R$4.000,00
07/08/2009	R$1.500,00
11/08/2009	R$0,00
	R$0,00
17/08/2009	R$0,00
18/08/2009	R$192,83
	R$220,98
	R$720,00
20/08/2009	R$480,00
	R$1.095,00
	R$1.500,00
03/09/2009	R$123,59
	R$283,53
	R$2.318,00
09/09/2009	R$174,20
14/09/2009	R$161,80
15/09/2009	R$12.000,00
	R$150,16
18/09/2009	R$217,89
	R$98,00
	R$170,16
	R$279,91
21/09/2009	R$548,24
24/09/2009	R$7.037,98
	R$209,26
	R$2.500,00
08/10/2009	R$1.920,00
15/10/2009	R$365,20
	R$230,50
20/10/2009	R$3.000,00
	R$12.000,00
	R$113,00
22/10/2009	R$21.000,00
29/10/2009	R$12.000,00
	R$155,20
	R$199,85
05/11/2009	R$162,52
	R$119,20
	R$206,08
	R$119,95
11/11/2009	R$184,35
	R$6.911,13
	R$565,04
	R$397,93
	R$750,00
	R$188,45
	R$249,00
	R$2.500,00
	R$243,96
	R$124,57
16/11/2009	R$67,00
23/11/2009	R$126,19
27/11/2009	R$411,04
	R$411,04
	R$21.000,00
	R$750,00
	R$6.400,00
30/11/2009	R$174,00

04/12/2009	R$3.600,00
	R$283,74
07/12/2009	R$164,16
10/12/2009	R$123,04
	R$283,61
16/12/2009	R$15.000,00
17/12/2009	R$2.000,00
21/12/2009	R$1.335,00
22/12/2009	R$2.500,00
13/01/2010	R$1.365,30
15/01/2010	R$12.000,00
	R$440,00
	R$4.000,00
	R$1.450,00
	R$228,67

9.4. condenar, solidariamente, a Associação de Desenvolvimento e Solidariedade - APTA (03.080.334/0001-00) e o Sr. Breno Gonçalves dos Santos (841.637.986-68), com fundamento no art. 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados das datas especificadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

Data da ocorrência	Valor original
25/06/2010	R$ 900,00
07/07/2010	R$ 450,00
17/01/2011	R$ 756,77
13/05/2010	R$ 1.450,00
28/07/2010	R$ 519,44

9.5. aplicar à Associação de Desenvolvimento e Solidariedade - APTA (03.080.334/0001-00), ao Sr. Rogério Delamare Coutinho Ruas (443.053.386-53) e ao Sr. Breno Gonçalves dos Santos (841.637.986-68), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor, respectivamente, de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/ 1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.8 dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4721-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4722/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.114/2018-4.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
3.2. Responsável: Marlene Gonçalves Cardoso (572.679.792-20).
4. Entidade: Município de Jutaí/AM.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Jutaí/AM, no exercício 2015, para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, I, e 214, III, do RI/TCU, as contas da Sra. Marlene Gonçalves Cardoso;
9.2. aplicar à Sra. Marlene Gonçalves Cardoso a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, I, do RI/TCU, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4722-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4723/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.063/2017-1.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Raimunda Nascimento da Silva (888.349.642-68); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores Familiares de Apuí/AM (00.749.587/0001-36).
4. Entidade: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Apuí/AM - SINTRAFA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Rosangela Amorim da Silva (OAB/AM 5.760), representando Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores Familiares de Apuí/AM.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) em desfavor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Apuí/AM - SINTRAFA e da Sra. Raimunda Nascimento da Silva, em razão da não comprovação da execução do objeto pactuado referente ao contrato de repasse 0306.981-40/2009, realizado junto ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tinha por objeto o "fortalecimento da agricultura familiar, através da realização de evento territorial visando à comercialização, articulação de negociação, intercâmbio de boas práticas e articulação de redes de cooperação, no município de Apuí/AM".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Apuí/AM e pela Sra. Raimunda Nascimento da Silva;
9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, III, e 214, III, do RI/TCU, as contas da Sra. Raimunda Nascimento da Silva e condená-la ao pagamento, em solidariedade com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Apuí/AM, das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA	VALOR	DÉBITO / CRÉDITO
17/3/2010	R$ 100.000,00	DÉBITO
5/4/2012	R$ 1.971,69	CRÉDITO

9.3. aplicar à Sra. Raimunda Nascimento da Silva e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Apuí/AM, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Amazonas, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4723-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4724/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.143/2019-8.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).
3.2. Responsável: Agnaldo Machado dos Santos (134.090.852-20).
4. Entidade: Município de Maracanã/PA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) em desfavor do Sr. Agnaldo Machado dos Santos, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio do contrato de repasse CR.NR.0243741-85, firmado entre o Ministério das Cidades e o município de Maracanã/PA, e que tinha por objeto a "implantação ou melhoria de obras de infraestrutura urbana em municípios com até 100.000 habitantes".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Agnaldo Machado dos Santos;
9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, I e III, e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. Agnaldo Machado dos Santos e condená-lo ao pagamento da quantia abaixo especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
20/7/2012	221.563,59

9.3. aplicar ao Sr. Agnaldo Machado dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Pará, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4724-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4725/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.443/2019-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Bernadette Porfírio Cardoso (317.257.321-49).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho (TST).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de concessão de aposentadoria à Sra. Bernadette Porfírio Cardoso, emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Bernadette Porfírio Cardoso (20788401-04-2015-000050-4, peça 3), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse quaisquer pagamentos à Sra. Bernadette Porfírio Cardoso decorrentes do ato considerado ilegal, comunicando ao TCU as providências adotadas, nos termos do art. 262, *caput*, do RI/TCU, e do art. 8º, *caput*, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, *caput* e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4725-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4726/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.147/2019-4.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Rita de Cássia Bittencourt Ibraim (827.205.177-04).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ (TRT-1).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de concessão de aposentadoria à Sra. Rita de Cássia Bittencourt Ibraim, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ (TRT-1).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Rita de Cássia Bittencourt Ibraim (20786905-04-2015-000115-0, peça 3), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse quaisquer pagamentos à Sra. Rita de Cássia Bittencourt Ibraim decorrentes do ato considerado ilegal, comunicando ao TCU as providências adotadas, nos termos do art. 262, *caput*, do RI/TCU, e do art. 8º, *caput*, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, *caput* e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4726-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4727/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.207/2019-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Margareth Dolores dos Santos Cardona (180.385.734-04).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (TRT-6).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de concessão de aposentadoria à Sra. Margareth Dolores dos Santos Cardona, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (TRT-6).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Margareth Dolores dos Santos Cardona (20786301-04-2015-000003-8, peça 3), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que:
9.3.1. em razão da incorporação indevida da parcela "opção", suspenda todo e qualquer pagamento concernente ao ato impugnado, adequando às funções efetivamente exercidas a parcela referente à incorporação de quintos da interessada, comunicando ao Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, *caput*, do RI/TCU, e 8º, *caput*, da Resolução TCU 206/2007;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, *caput* e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4727-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4728/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.232/2019-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Correia da Silva Oliveira (267.002.711-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (TRT-10).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maria Correia da Silva Oliveira, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (TRT-10).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Maria Correia da Silva Oliveira (20784805-04-2015-000024-8, peça 3), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse quaisquer pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, comunicando ao TCU as providências adotadas, nos termos do art. 262, *caput*, do RI/TCU, e do art. 8º, *caput*, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, *caput* e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4728-11/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4729/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.613/2012-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Alexandre Lima (122.993.756-00); Clodoaldo Rodrigues da Costa Junior (132.469.411-49); Edeijavá Rodrigues Lira (120.353.601-10); Fundação Apoio Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Saúde (37.159.720/0001-04); Fundação de Gestão e Inovação (03.151.583/0001-40); José Garrofe Dórea (770.435.458-20); Lauro Morhy (024.287.841-53); Timothy Martin Mulholland (150.829.971-49); Yolanda Galindo Pacheco (057.224.768-03).
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal:
8.1. Elson Vilassa dos Santos (13353/OAB-DF) e outros.
8.2. Amanda Castro dos Santos Corrêa (27247/OAB-DF) e outros.
8.3. Valmir Floriano Vieira de Andrade (26778/OAB-DF) e outros.
8.4. Julio Otsuschi (13301/OAB-DF).
8.5. Inocencio Martires Coelho (3500/OAB-DF) e outros.
8.6. Osmar Velloso Tognolo (14373/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra a Fundação Universidade de Brasília, por força da impugnação de parte das despesas realizadas no âmbito do Convênio 14/2004 - Etnia Xavante (Siafi 501354);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir a Fundação de Gestão e Inovação e a Fundação Apoio Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Saúde da relação processual;

9.2. rejeitar as alegações de defesa do espólio de Lauro Morhy, de Timothy Martin Mulholland, de Alexandre Lima, de Edeijavá Rodrigues Lira, de Clodoaldo Rodrigues da Costa Junior, de José Garrofe Dórea e de Yolanda Galindo Pacheco;

9.3. julgar irregulares as contas de Lauro Morhy, de Timothy Martin Mulholland, de Alexandre Lima, de Edeijavá Rodrigues Lira, de Clodoaldo Rodrigues da Costa Junior, de José Garrofe Dórea e de Yolanda Galindo Pacheco, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'b' e 'c', 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condenar ao pagamento das parcelas a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde a data de ocorrência até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito à Fundação Nacional de Saúde:

9.3.1. espólio de Lauro Morhy e Alexandre Lima, solidariamente:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
11/11/2005	298,42
10/11/2005	596,84
04/11/2005	298,42
31/10/2005	620,53
30/10/2005	17.436,10
26/10/2005	3.500,00
21/10/2005	7.984,67
14/10/2005	2.600,00
13/10/2005	7.800,00
10/10/2005	4.602,56
06/10/2005	13.700,00
04/10/2005	11.862,61
03/10/2005	6.540,39
30/09/2005	40.708,28
29/09/2005	14.880,00
27/09/2005	3.237,41
22/09/2005	3.500,00
13/09/2005	685,75
31/08/2005	3.550,65
30/08/2005	1.000,00
31/07/2005	7.900,00
19/07/2005	8.000,00
14/07/2005	3.990,00
12/07/2005	1.125,74
10/06/2005	8.000,00
06/06/2005	327,06
30/05/2005	2.500,00
16/05/2005	6.887,00
04/05/2005	1.600,00
03/05/2005	50.000,00
28/04/2005	29.510,46
21/02/2005	791,71
30/01/2005	700,00
06/01/2005	29,70
04/01/2005	4.393,00
31/12/2004	37.493,84
30/12/2004	2.600,00
22/12/2004	1.497,59
16/12/2004	5,23
30/11/2004	2.200,00
10/11/2004	347,24
30/10/2004	2.933,33
21/10/2004	13.097,73
14/10/2004	2.778,89
04/10/2004	1.175,04
30/09/2004	5.047,00
28/09/2004	876,40
24/09/2004	3.500,00
21/09/2004	1.140,00
10/09/2004	12.739,40
26/08/2004	6.756,12
11/08/2004	450,00
09/08/2004	59.133,91
02/08/2004	19.987,99
28/07/2004	1.058,36
26/07/2004	319,20
19/07/2004	1.648,94
13/07/2004	471,45
30/06/2004	32.908,06

9.3.2. espólio de Lauro Morhy, Alexandre Lima e Edeijavá Rodrigues Lira, solidariamente:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
14/11/2005	4.148,90
11/11/2005	20.263,20
10/11/2005	47.293,85
09/11/2005	24.387,47
08/11/2005	39.216,50
31/10/2005	990,53
24/10/2005	18.939,29
21/10/2005	24.049,82
20/10/2005	36.198,00
19/10/2005	50.163,25
18/10/2005	30.789,96
17/10/2005	135.781,17
13/10/2005	18.360,00
11/10/2005	25.581,36
10/10/2005	3.069,37
07/10/2005	14.577,04
06/10/2005	163.074,84
04/10/2005	12.233,00
30/09/2005	22.957,03
29/09/2005	2.069,26
28/09/2005	12.336,49
27/09/2005	158.787,93
26/09/2005	1.136,00
22/09/2005	15.574,09
21/09/2005	2.099,94
20/09/2005	68.858,40
19/09/2005	5.807,11
16/09/2005	5.911,32
15/09/2005	7.750,00
01/08/2005	1.282,43
21/07/2005	38.665,01
19/07/2005	3.955,45
18/07/2005	7.331,75
15/07/2005	13.285,28
14/07/2005	2.404,97
13/07/2005	12.361,16
12/07/2005	47.642,19
11/07/2005	15.480,77
07/07/2005	4.884,32
27/06/2005	3.149,26
14/06/2005	29.000,00
09/06/2005	7.136,00
07/06/2005	1.168,16
06/06/2005	7.266,81
03/06/2005	1.235,00
31/05/2005	7.500,00
30/05/2005	1.972,00
19/05/2005	7.116,04
18/05/2005	261,36
17/05/2005	11.312,30
16/05/2005	3.566,97
04/05/2005	8.000,00
29/04/2005	513,02
28/04/2005	47.751,17
19/04/2005	11.200,00
16/04/2005	5,00
08/04/2005	468,93
01/04/2005	34.649,20
30/03/2005	1.876,01
24/03/2005	1.453,20
23/03/2005	3.500,00
17/03/2005	39.560,00
16/03/2005	8.070,95
15/03/2005	33.784,80
14/03/2005	4.500,00
12/03/2005	3.240,00
06/03/2005	814,31
03/03/2005	39.825,70
25/02/2005	70.863,60
23/02/2005	729,04
01/02/2005	32.663,60
17/01/2005	7.125,00
14/01/2005	32.884,30
07/01/2005	2.574,96
06/01/2005	126.140,62
04/01/2005	49.349,00
03/01/2005	46.623,10
20/12/2004	679,00
12/12/2004	30.939,78
10/12/2004	2.400,00
01/12/2004	679,00
23/11/2004	1.595,55
19/11/2004	2.923,01
18/11/2004	2.360,24
09/11/2004	2.869,65
25/10/2004	196,43
01/10/2004	2.800,00
29/09/2004	2.050,00
02/09/2004	4.753,18
30/08/2004	672,00
26/08/2004	30.625,00
17/08/2004	1.555,50
10/08/2004	300,00
09/08/2004	56.540,76
08/08/2004	170,00
06/08/2004	2.850,00
04/08/2004	6.000,00
03/08/2004	3.450,00
02/08/2004	6.911,00
28/07/2004	27.971,55
26/07/2004	6.832,50
20/07/2004	1.555,50
15/07/2004	35.375,50
09/07/2004	1.500,00
08/07/2004	7.540,00
05/07/2004	680,50
29/06/2004	30.937,19

9.3.3. Timothy Martin Mulholland:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
12/07/2009	8.300,00
09/06/2009	60,00

9.3.4. Timothy Martin Mulholland e Alexandre Lima, solidariamente:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
15/01/2008	1.020,00
31/12/2007	6.739,04
30/12/2007	7.000,00
18/12/2007	7.631,00
17/12/2007	458,11
12/12/2007	2.580,90
30/11/2007	1.080,00
29/11/2007	951,03
23/11/2007	1.077,43
21/11/2007	6.924,46
14/11/2007	2.937,00
05/11/2007	4.898,00

01/11/2007	61.610,78
31/10/2007	799,49
30/10/2007	24.960,44
21/10/2007	220,00
18/10/2007	3.600,00
30/09/2007	2.720,32
27/09/2007	52.900,00
26/09/2007	2.520,00
12/09/2007	1.846,00
10/09/2007	681,11
31/08/2007	12.000,00
30/08/2007	3.397,94
08/08/2007	1.320,00
03/02/2007	9.217,50
02/08/2007	5.000,00
31/07/2007	24.000,00
30/07/2007	7.723,00
29/07/2007	435,89
27/07/2007	931,36
24/07/2007	2.690,38
16/07/2007	1.212,13
12/07/2007	109,40
08/07/2007	170,00
06/07/2007	1.300,00
04/07/2007	9.529,61
02/07/2007	440,00
30/06/2007	25.499,20
29/06/2007	1.635,87
27/06/2007	165.515,10
21/06/2007	1.824,52
12/06/2007	2.140,00
06/06/2007	1.527,18
05/06/2007	510,00
01/06/2007	1.320,00
31/05/2007	25.756,87
30/05/2007	9.088,51
29/05/2007	580,69
24/05/2007	6.369,39
22/05/2007	406,10
18/05/2007	2.300,00
16/05/2007	4.280,00
15/05/2007	5.190,80
10/05/2007	251,67
07/05/2007	188.800,79
05/05/2007	500,00
03/05/2007	986,34
02/05/2007	517.395,72
30/04/2007	23.040,86
27/04/2007	7.717,10
24/04/2007	653,56
23/04/2007	2.335,25

20/04/2007	32,76
19/04/2007	3.544,72
18/04/2007	435,89
16/04/2007	327,06
13/04/2007	185.000,00
12/04/2007	2.966,46
11/04/2007	505,75
09/04/2007	4.350,00
04/04/2007	220,00
02/04/2007	1.037,89
31/03/2007	35.865,13
30/03/2007	641,58
29/03/2007	368,23
27/03/2007	605,43
23/03/2007	6.580,00
21/03/2007	4.949,43
20/03/2007	1.994,96
16/03/2007	871,78
15/03/2007	1.089,44
13/03/2007	3.456,87
28/02/2007	16.781,54
26/02/2007	1.100,90
22/02/2007	10.885,33
13/02/2007	178,41
12/02/2007	330,00
08/02/2007	165,82
31/01/2007	46.640,97
30/01/2007	395,00
26/01/2007	791,60
25/01/2007	1.583,20
22/01/2007	1.800,00
17/01/2007	1.614,12
15/01/2007	842,58
12/01/2007	369.677,14
09/01/2007	84,65
07/01/2007	647,75
31/12/2006	25.687,00
30/12/2006	10.702,28
28/12/2006	3.900,00

21/12/2006	1.596,46
15/12/2006	907,74
13/12/2006	3.850,00
12/12/2006	57.500,00
11/12/2006	711,40
07/12/2006	1.567,89
06/12/2006	4.561,97
05/12/2006	54.450,00
01/12/2006	395,08
30/11/2006	24.260,26
27/11/2006	1.190,00
08/11/2006	1.199,41
07/11/2006	17.904,00
05/11/2006	788,05
01/11/2006	117.648,78
31/10/2006	999,68
30/10/2006	880,00
25/10/2006	590,55
24/10/2006	4.214,67
20/10/2006	2.086,68
17/10/2006	3.279,00
16/10/2006	2.619,13
10/10/2006	5.175,35
09/10/2006	1.161,49
05/10/2006	6.630,00
04/10/2006	4.226,66
03/10/2006	2.244,44
02/10/2006	600,00
30/09/2006	28.969,02
28/09/2006	4.906,16
27/09/2006	13.589,99
21/09/2006	397,99
20/09/2006	9.345,39
15/09/2006	687,92
13/09/2006	3.161,15
12/09/2006	3.599,85
06/09/2006	3.913,82
05/09/2006	295.000,00
01/09/2006	57.906,50
31/08/2006	12.563,81
30/08/2006	2.500,00
23/08/2006	292,00
22/08/2006	693,40
17/08/2006	3.066,18
16/08/2006	1.955,50
15/08/2006	687,92
10/08/2006	871,78
09/08/2006	493,17
08/08/2006	3.625,13
04/08/2006	602,28
03/08/2006	687,92
31/07/2006	28.688,94
30/07/2006	5.000,00
28/07/2006	201,04
26/07/2006	4.832,30
17/07/2006	3.791,10
14/07/2006	106.750,00
07/07/2006	1.619,76
06/07/2006	5.000,00
05/07/2006	4.478,85
04/07/2006	5.792,55
03/07/2006	22.449,00
30/06/2006	27.164,12
29/06/2006	5.000,00
28/06/2006	625,00
26/06/2006	7.959,60
23/06/2006	1.732,76
20/06/2006	2.066,78
19/06/2006	5.000,00
17/06/2006	3.059,00
09/06/2006	992,70
07/06/2006	5.500,00
06/06/2006	2.930,31
05/06/2006	6.143,31
02/06/2006	89.423,38
01/06/2006	3.076,00
31/05/2006	9.918,46
30/05/2006	4.836,88
06/05/2006	710,00
05/05/2006	1.962,21
04/05/2006	7.890,00
03/05/2006	5.988,33
30/04/2006	9.410,34
27/04/2006	40,00
25/04/2006	1.942,85
18/04/2006	6.690,30
17/04/2006	1.560,00
12/04/2006	6.637,50
10/04/2006	111,25
07/04/2006	4.570,00
06/04/2006	6.500,00
03/04/2006	6.037,52
31/03/2006	5.870,10
30/03/2006	8.078,98
29/03/2006	201,04
28/03/2006	603,12
27/03/2006	3.001,39
24/03/2006	2.656,58
22/03/2006	15.784,95
07/03/2006	42.092,50
05/03/2006	1.028,75
28/02/2006	4.931,09
13/02/2006	34.483,54
09/02/2006	6.216,44
31/01/2006	16.702,45
24/01/2006	1.915,15

13/01/2006	1.187,37
12/01/2006	3.932,76
11/01/2006	1.390,00
05/01/2006	5.192,50
04/01/2006	9.486,56
31/12/2005	133.068,64
30/12/2005	1.000,00
24/12/2005	419,26
22/12/2005	75.285,00
12/12/2005	106,53
08/12/2005	1.037,88
07/12/2005	687,61
02/12/2005	3.127,82
01/12/2005	6.168,61
30/11/2005	76.431,62
28/11/2005	312,74
25/11/2005	831,68
24/11/2005	4.399,09
23/11/2005	630,33
22/11/2005	831,68
21/11/2005	3.203,39

9.3.5. Timothy Martin Mulholland, Alexandre Lima e Edeijavá Rodrigues Lira, solidariamente:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
16/05/2006	37,06
28/04/2006	15.490,00
24/04/2006	49.168,78
22/04/2006	9,94
20/04/2006	7.082,16
19/04/2006	726,00
18/04/2006	2.407,83
17/04/2006	12.912,27
12/04/2006	24.125,00
11/04/2006	38.010,02
07/04/2006	27.351,74
03/04/2006	1.317,75
30/03/2006	16.250,00
24/03/2006	3.848,57
23/03/2006	1.255,00
22/03/2006	2.700,00
20/03/2006	7.575,00
17/03/2006	7.404,40
15/03/2006	58.973,34
10/03/2006	18.892,68
09/03/2006	6.868,50
08/03/2006	1.736,67
02/03/2006	6.460,00
23/02/2006	3.910,04
22/02/2006	38.225,10
16/02/2006	5,00
13/02/2006	672,70
12/02/2006	944,40
07/02/2006	12.027,48
03/02/2006	1.722,70
31/01/2006	40.103,32
19/01/2006	29,40
16/01/2006	1.805,00
13/01/2006	2.848,00
10/01/2006	6.840,81
06/01/2006	3,94
05/01/2006	36.433,68
05/01/2006	36.433,68
04/01/2006	55.296,99
03/01/2006	15.341,00
02/01/2006	3.266,00
21/12/2005	11.197,51
20/12/2005	41.930,03
16/12/2005	40,00
12/12/2005	3.451,96
07/12/2005	47.585,10
01/12/2005	24.850,60
24/11/2005	37.096,52
23/11/2005	6.660,00
22/11/2005	6.000,00
21/11/2005	25.788,76
18/11/2005	6.198,93
16/11/2005	32,51
15/11/2005	5.796,90

9.3.6. Timothy Mulholland, Alexandre Lima e Clodoaldo Rodrigues, solidariamente:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
04/12/2006	18.228,75
28/11/2006	26.000,00
24/11/2006	2.116,50
21/11/2006	7.762,50
17/11/2006	37.342,30
16/11/2006	1,90
14/11/2006	16.250,00
09/11/2006	2.491,50
03/11/2006	569,12
01/11/2006	26.000,00
24/10/2006	1.760,25
23/10/2006	1.185,00
20/10/2006	1.630,00
19/10/2006	23.359,22
10/10/2006	39.325,10
04/10/2006	16.350,00
03/10/2006	4.770,00
29/09/2006	57.171,56
28/09/2006	268,14
27/09/2006	1.446,00
18/09/2006	10.000,00
15/09/2006	4.500,00
13/09/2006	38.016,40
11/09/2006	59.156,50
04/09/2006	62.623,06
31/08/2006	7,02
29/08/2006	435,00
25/08/2006	6.367,58
24/08/2006	37.965,19
17/08/2006	38.445,80
16/08/2006	1.505,00
15/08/2006	4.858,60
09/08/2006	17.730,00
02/08/2006	4.409,11
27/07/2006	24.976,00
24/07/2006	43.600,31
19/07/2006	622,50
14/07/2006	174,90
14/07/2006	26.297,25
13/07/2006	11.281,50
10/07/2006	10.000,00
07/07/2006	3.450,00
04/07/2006	38.445,80
30/06/2006	413,24
29/06/2006	7.700,00
28/06/2006	5.032,50
26/06/2006	4.297,00
24/06/2006	35.594,06
23/06/2006	39.900,00
21/06/2006	1.732,50
20/06/2006	7.190,78
19/06/2006	140,00
16/06/2006	1.055,00
06/06/2006	32.025,24
02/06/2006	162.452,45
01/06/2006	31.322,00
26/05/2006	7.600,00

9.3.7. Timothy Martin Mulholland, Alexandre Lima e José Garrofe Dórea, solidariamente:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
12/09/2007	1.420,00
10/09/2007	2.836,69
04/09/2007	5.400,00
22/08/2007	7.200,00
15/08/2007	3.025,00
14/08/2007	7.560,00
09/08/2007	2.500,00
09/08/2007	534,29
02/08/2007	5.172,80
31/07/2007	972,65
25/07/2007	12.650,00
20/07/2007	415,00
12/07/2007	7.095,06
10/07/2007	17.548,13
29/06/2007	8.300,00
12/06/2007	18.920,16
13/05/2007	470,70
07/05/2007	18.920,16
04/05/2007	68,60
02/05/2007	80,52
27/04/2007	200,73
26/04/2007	1.004,78
24/04/2007	18.920,16
12/04/2007	1.505,00
05/04/2007	579,00
04/04/2007	67,80
02/04/2007	4.450,00
30/03/2007	4.253,12
29/03/2007	1.243,66
20/03/2007	6.313,86
19/03/2007	599,91
16/03/2007	5,00
13/03/2007	2.000,00
01/03/2007	4.450,00
19/02/2007	662,54
04/02/2007	3.847,92
01/02/2007	4.450,00
28/01/2007	357,14
26/01/2007	47,33
16/01/2007	83.436,91
10/01/2007	43.572,44
05/01/2007	11.775,00
28/12/2006	20.788,83
22/12/2006	11,87
21/12/2006	6,54
18/12/2006	140,01
11/12/2006	16.250,00
08/12/2006	38.014,32

9.3.8. Timothy Martin Mulholland, Alexandre Lima e Yolanda Galindo Pacheco, solidariamente:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
03/06/2008	20.161,97
28/02/2008	240,00
31/01/2008	2.390,00
28/01/2008	6.977,20
24/01/2008	8.571,32
20/01/2008	580,00
18/01/2008	7.152,00
10/01/2008	2.145,75
28/12/2007	28.894,25
26/12/2007	9.000,00
21/12/2007	19.449,37
20/12/2007	11.540,36
14/12/2007	16.500,00
13/12/2007	176,40
11/12/2007	63.700,00
07/12/2007	80.100,00
06/12/2007	4.715,00
05/12/2007	3.615,75
30/11/2007	714,75
29/11/2007	6.500,00
21/11/2007	1.451,61
14/11/2007	850,00
06/11/2007	45.622,00
05/11/2007	46.100,00
01/11/2007	1.322,04
31/10/2007	7.750,00
25/10/2007	42.036,00
17/10/2007	1.248,00
13/10/2007	2.800,00
28/09/2007	546.000,00
19/09/2007	360,00
17/09/2007	418,00

9.4. aplicar as multas individuais a seguir discriminadas a Timothy Martin Mulholland, a Alexandre Lima, a José Garrofe Dórea e a Yolanda Galindo Pacheco, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da respectiva quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até o efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsáveis	Valor da multa (R$)
Timothy Martin Mulholland	1.000.000,00
Alexandre Lima	1.000.000,00
José Garrofe Dórea	50.000,00
Yolanda Galindo Pacheco	150.000,00

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4729-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4730/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.981/2015-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Romeiro José Costeira de Mendonça (465.929.706-34)

3.2. Recorrente: Romeiro José Costeira de Mendonça (465.929.706-34).

4. Órgão/Entidade: Município de Presidente Figueiredo - AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interposto por Romeiro José Costeira de Mendonça contra o Acórdão 9.463/2018-TCU-1ª Câmara, mantido pelo Acórdão 13.375/2018-TCU-1ª Câmara, que rejeitou embargos declaratórios, também por ele opostos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento, excluir o débito apontado no item 9.1 do acórdão recorrido e, com fundamento no art. 16, II, da Lei 8443/1992, julgar regulares com ressalva as contas de Romeiro José Costeira de Mendonça;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas e aos demais interessados.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4730-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4731/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.595/2020-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: Representação.

3. Interessados/Responsáveis: Lveny Construtora e Distribuidora de Materiais de Construção Eireli.

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Inês - BA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal:

8.1. Daniela Almeida da Silva (OAB/BA 55048).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de irregularidades na condução da Tomada de Preços 8/2019, em curso na Prefeitura Municipal de Santa Inês/BA, visando construção de espaço educativo rural e urbano com 6 salas de aula, com recursos repassados pela Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, não conhecer da representação;

9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o pedido de medida cautelar formulado pela interessada;

9.3. dar ciência, com fulcro no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, das ocorrências identificadas nestes autos ao Município de Santa Inês/BA, para adoção das providências pertinentes;

9.4. dar ciência desta deliberação à representante e à Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para que, no exercício do acompanhamento e fiscalização a cargo do órgão repassador, verifique a existência de eventuais prejuízos decorrentes dos fatos tratados nesta representação.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4731-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4732/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.723/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta) (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsáveis: Luiz Antonio da Silva (562.447.896-87); Município de Alfenas - MG (18.243.220/0001-01).

4. Órgão/Entidade: Município de Alfenas - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), em desfavor de Luiz Antônio da Silva, prefeito de Alfenas/MG, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos, ante a ausência de documentos exigidos na prestação de contas que impedem a formação de juízo quanto à regular execução físico-financeira dos Programas Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar insubsistente a parcela da dívida de. Luiz Antônio da Silva, atinente à quantia de R$ 23.473,00, constante do Acórdão 8.987/2018 - TCU - 1ª Câmara, haja vista não ter havido o dispêndio desses recursos;

9.2. autorizar, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento da dívida de R$ 2.985,39, com data de origem em 12/6/2012, em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, a serem recolhidas aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizadas monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. informar ao responsável que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, com a respectiva quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU;

9.4. alertar o responsável da necessidade de encaminhamento mensal dos comprovantes de pagamento ao TCU e de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4732-11/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4733/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.997/2018-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério da Educação.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de irregularidades ocorridas no processo de contratação da empresa Gestão e Desenvolvimento Empresarial Ltda. (GD - Steinbeis do Brasil), no âmbito do processo FNDE 23034033346201759;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos do art. 237 do Regimento Interno do TCU e do art. 103, § 1° da Resolução TCU 259/2014;

9.2. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com fundamento no art. 205, inciso II, do RI/TCU, que, no prazo de quinze dias, encaminhe a este Tribunal a análise conclusiva da prestação de contas do processo FNDE 23123.003887/2018-34, que autorizou o afastamento do país de 31 servidores da autarquia, no período de 08 a 22/9/2019, para participarem de treinamento em Stuttgart, Alemanha, com ônus para o FNDE;

9.3. determinar, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, a conversão do presente processo em tomada de contas especial, autorizando, desde logo, a realização das citações e audiências nos termos propostos pela unidade técnica;

9.4. dar ciência do presente acórdão ao FNDE e ao Ministério da Educação;

9.5. apensar os presentes autos ao processo de tomada de contas especial que vier a ser autuado, como previsto no art. 41 da Resolução - TCU 259/2014.

10. Ata n° 11/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4733-11/20-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 30 minutos, foi encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Primeira Câmara

Aprovada em 24 de abril de 2020.

(Assinado eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

GABINETE

PORTARIA TSE Nº 248M DE 14 DE ABRIL DE 2020

Altera os anexos I e II da Portaria TSE nº 236, de 3 de abril de 2020, que abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Procedimento Administrativo SEI nº 2020.00.000002486-9, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os anexos I e II da Portaria TSE nº 236, de 3 de abril de 2020, que abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 26.211.714,00 (vinte e seis milhões, duzentos e onze mil, setecentos e quatorze reais), na forma constante dos anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra ROSA WEBER

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							2.060.000
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							2.060.000
02 122	0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas							2.060.000
			F	3	2	90	0	100	1.205.000
			F	4	2	90	0	100	855.000
TOTAL - FISCAL									2.060.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.060.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							247.272
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							247.272
02 122	0033 20GP 0013	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas							247.272
			F	4	2	90	0	100	247.272
TOTAL - FISCAL									247.272
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									247.272

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.773.824
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							573.824
02 122	0033 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia							573.824
			F	3	2	90	0	100	573.824
		Projetos							
02 122	0033 7XK4	Reforma do Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia							1.200.000
02 122	0033 7XK4 2261	Reforma do Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - No Município de Salvador - BA							1.200.000
			F	4	2	90	0	100	1.200.000
TOTAL - FISCAL									1.773.824
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.773.824

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							414.146
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							414.146
02 122	0033 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará							414.146
			F	4	2	90	0	100	414.146
TOTAL - FISCAL									414.146
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									414.146

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.434.134
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							3.434.134
02 122	0033 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás							3.434.134
			F	4	2	90	0	100	3.434.134
TOTAL - FISCAL									3.434.134
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.434.134

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							4.486.311
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							4.486.311
02 122	0033 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul							4.486.311
			F	3	2	90	0	100	1.652.761
			F	4	2	90	0	100	2.833.550
TOTAL - FISCAL									4.486.311
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.486.311

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							86.210
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							86.210
02 122	0033 20GP 0025	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba							86.210
			F	4	2	90	0	100	86.210
TOTAL - FISCAL									86.210
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									86.210

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.951.420
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							3.951.420
02 122	0033 20GP 0041	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná							3.951.420
			F	3	2	90	0	100	2.219.800
			F	4	2	90	0	100	1.731.620
TOTAL - FISCAL									3.951.420
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.951.420

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.880.650
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							3.880.650
02 122	0033 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí							3.880.650
			F	3	2	90	0	100	570.350
			F	4	2	90	0	100	3.310.300
TOTAL - FISCAL									3.880.650
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.880.650

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							4.030.355
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							4.030.355
02 122	0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia							4.030.355
			F	3	2	90	0	100	3.596.969
			F	4	2	90	0	100	433.386
TOTAL - FISCAL									4.030.355
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.030.355

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							886.000
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							886.000
02 122	0033 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins							886.000
			F	3	2	90	0	100	445.000
			F	4	2	90	0	100	441.000
TOTAL - FISCAL									886.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									886.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							961.392
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							961.392
02 122	0033 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá							961.392
			F	4	2	90	0	100	961.392
TOTAL - FISCAL									961.392
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									961.392

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							25.797.568
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							25.797.568
02 122	0033 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional							25.797.568
			F	3	2	90	0	100	25.797.568
TOTAL - FISCAL									25.797.568
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.797.568

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							414.146
		Projetos							
02 122	0033 1P75	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - CE							414.146
02 122	0033 1P75 1048	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - CE - No Município de Fortaleza - CE							414.146
			F	4	2	90	0	100	414.146
TOTAL - FISCAL									414.146
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									414.146

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 580, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Altera a Resolução Normativa CFA nº 563, de 26 de abril de 2019.

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe é conferida pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n° 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o Regimento do CFA, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 432, de 8 de março de 2013,

CONSIDERANDO a proposição apresentada na 1ª Assembléia de Presidentes do Sistema CFA/CRAs, realizada nos dias 12 e 13 de março de 2020;

resolve, ad referendum do plenário,

Art. 1º O Parágrafo 2º do artigo 2º da Resolução Normativa do CFA 563, 26 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Parágrafo 2º O disposto nesse artigo aplica-se aos débitos vencidos até 31.12.2019.

Art. 2º O caput dos arts. 3º e 9º da Resolução Normativa CFA nº 563, de 26 de abril de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 3º A adesão ao programa instituído por esta Resolução Normativa será formalizada ao respectivo Conselho Regional de Administração, por meio de requerimento do devedor até o dia 31 de dezembro de 2020, e assinatura de Termo de Conciliação de Dívida que importará na:

.....

Art. 9º Esta Resolução Normativa tem vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, a partir da sua publicação.

.....

Art. 3º Revoga-se a Resolução Normativa CFA nº 576, de 09 de dezembro de 2019.

MAURO KREUZ
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 2.043, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Institui medidas excepcionais para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Lei nº 6.537, de 19 de julho de 1978, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, e pelo Regimento Interno do Cofecon, aprovado pela Resolução nº 1.832/2010, de 30 de julho de 2010, "ad referendum" do Plenário; CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6 de 2020, aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de março deste ano, que reconheceu o estado de calamidade pública no Brasil; CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 2.041, de 26 de março de 2020, publicada no DOU nº 60, de 27 de março de 2020, Seção 1, Páginas: 116 e 117, que dispõe sobre a não incidência de encargos financeiros como medidas de flexibilização relacionadas à Covid-19; CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 2.034, de 9 de março de 2020, publicada no DOU nº 50, de 13 de março de 2020, Seção 1, Página: 72, que dispõe sobre o VIII Programa Nacional de Recuperação de Créditos; CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas excepcionais com vistas ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da Covid-19; CONSIDERANDO a inadiável e imprescindível necessidade de tomada de decisão sobre matérias de competência do Plenário do Cofecon, bem como a impossibilidade de convocação tempestiva desse colegiado; resolve:

Art. 1º Incluir os parágrafos 1º e 2º ao artigo 1º da Resolução nº 2.041, de 26 de março de 2020, com as seguintes redações: Art. 1º (...) § 1º Os pagamentos dos débitos na forma prevista no caput do presente artigo não afetarão aqueles com vencimento nos meses de julho de 2020 e seguintes. § 2º Durante o período a que se refere o caput, eventuais ausências de pagamentos de débitos com vencimento em tal período, excepcionalmente, não configuram situação de inadimplência das pessoas físicas ou jurídicas. Art. 2º Prorrogar os prazos de adesão dos Corecons ao VIII Recred, previstos no §1º do art. 2º e no inciso I do art. 4º, ambos da Resolução nº 2.034, de 9 de março de 2020, para o dia 31/7/2020. Art. 3º Revogar o § 2º do artigo 4º da Resolução nº 2.034, de 9 de março de 2020. Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando disposições em contrário.

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 944, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Altera o caput do artigo 17 e o Anexo III - Das Referências e Tabelas Salariais da Resolução Cfess 510/2007.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe conferem a Lei nº. 8.662/93; Considerando a Resolução Cfess n° 510 de 21 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 184, de 24 de setembro de 2007, Seção 1, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Funcionários do Conselho Federal de Serviço Social; Considerando a alteração do interstício mínimo para progressão salarial, constante do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos funcionários do Conselho Federal de Serviço Social; Considerando a necessária adequação ao Anexo III - Das Referências e Tabelas Salariais (Quadro de Valores das Referências Salariais e Quadro de Faixas Salariais de Cargos de Provimento Efetivo), estabelecidos pela Resolução nº 510, de 21 de setembro de 2007 e atualizações posteriores; CONSIDERANDO a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do CFESS, reunido em 18 de abril de 2020; resolve:

Art. 1° Alterar o caput do art. 17 da Resolução Cfess n° 510, de 21 de setembro de 2007, que passa a viger com a seguinte redação. Art.17 O interstício mínimo para progressão salarial é de 24 (vinte e quatro meses) e somente ocorrerá em uma única referência na faixa salarial do mesmo cargo efetivo do funcionário, cumpridas as seguintes exigências: I - ...; II - ...; Art. 2° Alterar o Quadro de Faixas Salariais de Cargos de Provimento Efetivo e do Quadro de Valores Referenciais do Anexo III - Das Referências e Tabelas Salariais. Art. 3° A presente Resolução entra em vigor na data da publicação, passando a surtir seus efeitos de direito. Art. 4° Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do Cfess. Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

JOSIANE SOARES SANTOS

ANEXO III

DAS REFERÊNCIAS E TABELAS SALARIAIS

a) Quadro de Faixas Salariais de Cargos de Provimento Efetivo

CÓDIGO	PISO (R$)	FAIXA SALARIAL	TETO (R$)
101	1.167,52	1 a 17	2.695,52
102	1.969,59	11 a 28	4.791,42
103.1	3.501,05	22 a 38	8.083,06
103.2	4.574,30	27 a 43	10.498,60
201	7.671,22	37 a 54	18.661,80

b) Quadro de Valores das Referências Salariais
TABEIA NOVA (24 meses)

Ref.	Remuneração (R$)	Ref.	Remuneração (R$)
1	1.167,52	28	4.791,42
2	1.230,20	29	5.048,65
3	1.296,24	30	5.319,70
4	1.365,83	31	5.605,29
5	1.439,16	32	5.906,21
6	1.516,42	33	6.223,29
7	1.597,83	34	6.557,39
8	1.683,61	35	6.909,43
9	1.774,00	36	7.280,37
10	1.869,24	37	7.671,22
11	1.969,59	38	8.083,06
12	2.075,33	39	8.517,00
13	2.186,74	40	8.974,25
14	2.304,14	41	9.456,04
15	2.427,84	42	9.963,69
16	2.558,18	43	10.498,60
17	2.695,52	44	11.062,22
18	2.840,23	45	11.656,11
19	2.992,71	46	12.281,88
20	3.153,37	47	12.941,24
21	3.322,67	48	13.636,00
22	3.501,05	49	14.368,06
23	3.689,00	50	15.139,42
24	3.887,05	51	15.952,19
25	4.095,73	52	16.808,59
26	4.315,61	53	17.710,98
27	4.547,30	54	18.661,80

RESOLUÇÃO Nº 946, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Homologa o resultado final das eleições do Cfess, de Cress e Seccionais, especificados na presente norma, para Gestão 2020/2023, cujos mandatos, respectivos, se iniciam em 15 de maio de 2020 e se expiram em 15 de maio de 2023.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando a disposição do artigo 58 do Código Eleitoral vigente, instituído pela Resolução CFESS nº 919, de 23 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 207, de 24 de outubro de 2019, Seção 1, com, que estabelece competência ao Conselho Pleno do Cfess homologar o resultado final das eleições do conjunto Cfess/Cress; Considerando o resultado das eleições para ocupação dos cargos no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social, das suas Seccionais e do Conselho Federal de Serviço Social para gestão 2020/2023, conforme constante do Relatório do Processo Eleitoral do conjunto Cfess/Cress e Ata de Apuração do pleito, onde consta a somatória de todos os votos nacionais e se verifica o quórum para cada instância Regional e para Federal, documentos estes elaborados e apresentados pela Comissão Nacional Eleitoral; Considerando a legitimidade do presente processo eleitoral para o conjunto Cfess/Cress, conduzido democraticamente pelo Cfess, por intermédio de sua Comissão Nacional Eleitoral, bem como o cumprimento dos requisitos normativos previstos pelo Código Eleitoral vigente e pelo Calendário Eleitoral; Considerando os termos contidos no Relatório do Processo Eleitoral do Conjunto Cfess/Cress e da Ata de Apuração do pleito, elaborada e submetida ao Conselho Pleno do Cfess, reunido no dia 18 de abril de 2020; resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado final das eleições, do CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO FEDERAL e dos demais CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL e respectivas SECCIONAIS, gestão 2020/2023, nos termos da Ata de Apuração Final Processo Eleitoral do Conjunto Cfess/Cress, subscrita pela Comissão Nacional Eleitoral, designada pela Portaria Cfess nº 24, de 24 de outubro de 2019. Art. 2º Passa fazer parte integrante da presente Resolução o seguinte ANEXO - Relação das Chapas vencedoras, com a especificação de todos os membros componentes das mesmas. Art. 3º Ficam declaradas eleitas as chapas constantes do ANEXO, que tomam posse nos dias 15, 16 ou 17 de maio de 2020, conforme Calendário Eleitoral constante do Edital de Convocação das eleições do Conjunto Cfess/Cress, Gestão 2020/2023, publicado no Diário Oficial da União nº 208, de 25 de outubro de 2019, Seção 3. Art. 4º REALIZAR eleições, em segunda convocação das seguintes Seccionais do Cress 9ª Região, com jurisdição no estado de São Paulo (SP): SECCIONAL SANTOS, SECCIONAL SOROCABA, SECCIONAL CAMPINAS, SECCIONAL RIBEIRÃO PRETO, SECCIONAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SECCIONAL PRESIDENTE PRUDENTE, bem como da SECCIONAL CAMPINA GRANDE do Cress da 13ª Região, com jurisdição no estado da Paraíba (PB), por considerar que não foi atingido o quórum eleitoral estabelecido no artigo 19, combinado com a disposição do artigo 4º do Código eleitoral vigente, que tem como base o número de assistentes sociais. Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do Cfess. Art. 6º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSIANE SOARES SANTOS

ANEXO

RELAÇÃO DAS CHAPAS/MEMBROS COMPONENTES - TRIÊNIO 2020-2023

CFESS - CHAPA 1: "Melhor ir à luta: com Raça e classe em defesa do Serviço SociaL"

Efetivo: Presidenta: Maria Elizabeth Santana Borges; Vice-presidenta : Maria do Socorro Rocha Silva; 1ª Secretária: Dácia Cristina Teles Costa; 2ª Secretária: Daniela Möller ; 1ª Tesoureira: Kelly Rodrigeus Melatti ; 2ª Tesoureira: Franciele Piva Borsato.

Conselho Fiscal: Lylia Maria Pereira Rojas; Priscilla Cordeiro Cruz de Barros; Alessandra Maria da Silva Dias.

Suplente: Elaine Junger Pelaez; Carla Alexandra Pereira; Mauricleia Soares dos Santos; Agnaldo Engel Knevitz; Dilma Franclin de Jesus; Emilly Marques Tenório; Ruth Ribeiro Bittencourt; Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira; Kênia Augusta Figueiredo.

CRESS 1ª REGIÃO (PA) - CHAPA 1: "Não se render, nem recuar: o Cress em todo lugar"

Efetivo: Presidenta: Olga Myrla Tabaranã Silva; Vice- Presidente: David Vieira da Rosa; 1º Secretária: Débora Raimunda Ribeiro Costa; 2º Secretaria: Larissa Tuane Lima do Nascimento; 1º Tesoureira: Edite de Nazaré Barbosa Vilhena; 2º Tesoureira: Rejianne Cristine Pinheiro da Silva.

Conselho Fiscal: Rita Giselle Silva Dias; Maria José Chagas Torres; Rejane Pimentel de Almeida.

Suplente: Luiza Helena Progênio de Santana; Laura Rosa Pinto de Almeida; Glenda Giordana da Silva de Oliveira; Christiane Pimentel e Silva; Mylena dos Santos Santana; Doriete Barbosa Oliveira; Luana Júlia Rodrigues; Roberto dos Santos Alves; Josiane Coelho de Amorim.

CRESS 1ª REGIÃO (PA) - SECCIONAL DE SANTARÉM - CHAPA 2: "Respeito e valorização profissional"

Efetivo: Coordenadora: Diany Maria Brelaz Castro; Tesoureira: Ediandra Augusta Fonseca dos Santos; Secretario: Jaime Parente Seade.

Suplente: Rejane Cristina de Abreu Santos; Mirta Adja Leite dos Santos; Haroldo Gonzaga Pontes Baranda Filho.

CRESS 2ª REGIÃO-MA - CHAPA ÚNICA: "Nosso nome é Resistência"

Efetivo: Presidenta: Cristiana Costa Lima; Vice - Presidenta: Marizângela Ribeiro Taveira; 1ª Secretária: Maria José Sousa Alves; 2ª Secretária: Marlene Corrêa Torreão; 1ª Tesoureira: Selma Maria Silva de Oliveira Brandão; 2ª Tesoureira: Roraima Gomes Araújo Alves.

Conselho Fiscal: Elder Carvalho dos Santos; Vanessa Nathália Amorim da Silva; Fabrícia Carvalho da Silva.

Suplente: Marly de Jesus Sá Dias; Heloísa Helena Ramos de Carvalho; Sandra Karine Matos Carvalho; Denise de Jesus Albuquerque; Wadegenha Mota Lopes; Nair Martins Barbosa Ribeiro; Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho; Glacimary Dias da Silva; Jercenilde Cunha Silva.

CRESS 3ª REGIÃO-CE - CHAPA ÚNICA: "Ver cores nas cinzas e a vida reinventar"

Efetivo: Presidenta: Maria Crizeuda Freire de Castro; Vice-Presidenta: Cynthia Studart Albuquerque; 1ª Secretária: Ana Samilly Alexandre Moreira; 2ª Secretária: Ana Paula Silveira de Morais Vasconcelos; 1ª Tesoureira: Evânia Maria Oliveira Severiano; 2ª Tesoureira: Daniele da Silva de Lima.

Conselho Fiscal: Gicélia Almeida da Silva; Liana Brito de Castro Araújo; Sheila Maria Gonçalves da Silva.

Suplente: Duane Brasil Costa; Márcia Regina Mariano de Sousa Arão; Lúcia Elizabeth Moura Rodrigues; Pâmela Santos da Silva; Neyla Priscila de Araújo Castro; Rochelly Euzébio de Lima; Leidiana do Nascimento Pinto; Cristiane Lima de Oliveira; Maria Derleide Andrade.

CRESS 4ª REGIÃO-PE - CHAPA ÚNICA: "Onde queres silêncio somos resistência"

Efetivo: Presidente: André Domingos de Assis França; Vice-presidenta: Laura Fabiana da Silva Caliento; 1ª Secretária: Evelyne Medeiros Pereira; 2ª Secretaria: Tatiane Michele Melo de Lima; 1º Tesoureiro: Carlos Roberto Marinho da Costa II; 2ª Tesoureira: Shirley de Lima Samico.

Conselho Fiscal: Márcia Roberta Cavalcanti da Silva; Joelma Letícia Cruz de Lima; Juliene Marie de Souza Santos Cavalcanti.

Suplente: Nathalia Diórgenes Ferreira Lima; Janaina Bastos Pedrosa; Simone Souza Leite; Emile Nycole Carvalho de Freitas; Monica Regina Gomes da Silva; Mariana Marques da Hora; Rudrigo Rafael Souza e Silva; Cláudia Maria Rodrigues de Souza; Mércia Maria Alves da Silva.

CRESS 5ª REGIÃO-BA - CHAPA 3: "CRESS para a base: eu sou, porque nós somos"

Efetivo: Presidente: Maurício Alencar e Silva Bodnachuk; Vice-Presidente: Lucimeire de Jesus Passos; 1º Secretário: José Marcelo da Silva Carvalho; 2ª Secretário: Elisabete Bortoluzzi; 1º Tesoureiro: Emerson dos Santos; 2ª Tesoureira: Marcela Mary José da Silva.

Conselho Fiscal: Emanuela Silva Brito; Iramaia Sousa Petronilio; André Luiz Caldas Santos.

Suplente: Davi Barbosa; Júlio Felipe Silva Pinheiro; Silvana Melo da Silva; Rafaela Mattos da Silva; Caroline de Oliveira Suzart; Antônio de Araújo Dantas; Aurilene Alves Otoni; Ivanildo Nascimento Sancho; Doralice de Souza Costa.

CRESS 6ª REGIÃO-MG - CHAPA ÚNICA: "Unidade na luta para resistir e avançar"

Efetivo: Presidenta: Julia Maria Muniz Restori; Vice-Presidente: José Ribeiro Gomes; 1ª Secretária: Francielly Ferreira Caetano; 2º Secretário: Claudio Henrique Miranda Host; 1º Tesoureiro: Leonardo Koury Martins; 2ª Tesoureira: Daniella Lopes Coelho.

Conselho Fiscal: Angelita Rangel Ferreira; Maria de Fátima Santos Gottschalg; Débora Nunes Abreu.

Suplente: Fábio Cândido Borges, Glaucia de Fátima Batista, Mauri de Carvalho Braga, Aline Vicente Jubim da Silva, Luciana Barroso Rosmaninho, Paulo César Lourenço da Silva, Thaise Seixas Peixoto carvalho, Fabiana Nascimento Marques, Marcelo Armando Rodrigues.

CRESS 6ª REGIÃO-MG - SECCIONAL DE JUIZ DE FORA - CHAPA ÚNICA: "Unidade na luta para resistir e avançar"

Efetivo: Coordenador: Cris do Vale, Tesoureiro: Luiz Carlos de Souza Junior, Secretário: Geiza Taianara da Silva.

Suplente: Francinelly Aparecida Mattoso; Raquel de Freitas Sena; Nicole Cristina Oliveira Silva.

CRESS 6ª REGIÃO-MG - SECCIONAL DE UBERLÂNDIA - CHAPA ÚNICA: "Unidade na luta para resistir e avançar"

Efetivo: Coordenadora: Yasmine Soares Ferreira; Tesoureiro: Renato Mateus Santana; Secretário: Rodrigo Valadares.

Suplente: Kelly Adriane de Oliveira Rufino; Priscila Sampaio da Silva; Warles Rodrigues Almeida.

CRESS 6ª REGIÃO-MG - SECCIONAL DE MONTES CLAROS - CHAPA ÚNICA: "Unidade na luta para resistir e avançar"

Efetivo: Coordenadora: Noêmia de Fátima Silva Lopes; Tesoureira: Michele Amanda Gois Vieira; Secretária: Mauricéa Rodrigues de Oliveira.

Suplente: Leonardo da Silva Prates; Maryene Mesquita Mota; Amanda Freitas Souza.

CRESS 7ª REGIÃO-RJ - CHAPA ÚNICA: "Quem cede a vez não quer vitória"

Efetivo: Presidenta: Luciane Barbosa do Amaral Rangel; Vice Presidenta: Ana Paula Cardoso da Silva; 1ª Secretária: Márcia Nogueira da Silva; 2ª Secretária: Natalia Figueiredo da Silva Lizcano; 1ª Tesoureira: Jussara de Lima Ferreira; 2ª Tesoureira: Renata Martins de Freitas.

Conselho Fiscal: Silvia Maria Ribeiro; Ana Paula Faria Baião; Jussara Francisca de Assis dos Santos.

Suplente: Maria Aparecida Evangelista do Nascimento; Ana Paula Procópio da Silva; Gleydson Felipe Duque de Paiva; Marcella de Azevedo Pinto; Janaina Bilate Martins; Paulo Martins Faleiro dos Santos; Isis Pontes Villa de Carvalho; Thaís Lisboa Soares; Roseni de Souza Lana.

CRESS 7ª REGIÃO-RJ - SECCIONAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - CHAPA ÚNICA: "Vamos Precisar de Todo Mundo"

Efetivo: Coordenador: Marco Antonio Pedro Vieira; Tesoureira: Giselle Leal dos Santos; Secretário: Paulo Santos Freitas Junior.

Suplente: Flavia Fonseca Barreto; Diogo da Cruz Ferreira; Anderson Fontes da Silva.

CRESS 7ª REGIÃO-RJ - SECCIONAL DE VOLTA REDONDA - CHAPA ÚNICA: "Na luta a gente se encontra"

Efetivo: Coordenadora: Luiza Silva Pires; Tesoureiro: Raphael Magnus Silva Ortiz; Secretária: Natália Reis de Oliveira.

Suplente: Cristiane Ribeiro Anacleto Geraldo; Marcela Avelin; Fransuelen de Oliveira Silva.

CRESS 8ª REGIÃO-DF - CHAPA ÚNICA - "Ainda é tempo: vamos resistir e transformar"

Efetivo: Presidenta: Karina Aparecida Figueiredo; Vice- Presidenta: Tatiane Pereira da Costa; 1ª Secretária: Anita Pereira Ferraz; 2ª Secretária: Joelma Santos da Silva; 1ª Tesoureira: Pietra Soares da Silva; 2ª Tesoureira: Marta Angélica Gomes de Paiva.

Conselho Fiscal: Paula Kalliny Moura Cronemberger; Gislane Andrea Almeida Medeiros; Valnéia Martins da Silva.

Suplente: Rosângela de Fátima Baía Ferreira; Ágata Parentes Ferreira; Shirlei Pereira dos Santos Rodrigues; Evandra Maria Alves da Luz; Maria Isabel Megres de Sousa; Lucas Elpídio Ramos da Silva; Lucci Del Santos Laporta; Júlia Caroline Pires Gonçalves; Ester Dantas de Moura.

CRESS 9ª REGIÃO-SP - CHAPA 1: "Ampliações: em defesa do serviço social, nos encontramos na luta!"

Efetivo: Presidenta : Nicole Barbosa de Araújo; Vice-Presidenta: Francilene Gomes Fernandes; 1º Secretário: Ubiratan de Souza Dias Junior; 2ª Secretária: Patrícia Maria da Silva; 1ª Tesoureira: Keila Rafaela de Queiroz; 2ª Tesoureira: Laressa de Lima Rocha.

Conselho Fiscal: Anne Oliveira da Silva Gomes Fernandes; Maria Conceição Borges Dantas; Regiane Cristina Ferreira.

Suplente: Ana Lea Martins Lobo; Nayara Albino Gonçalves; Erli Fernandes de Araújo; Pammella Barbosa Galdino; Thiago Estevão Ramos; Bárbara Canela Marques; Camila Gibin Melo; Thiago Agenor dos Santos Lima; Aparecida Mineiro do Nascimento Santos Gomes Fernandes.

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - CHAPA ÚNICA: "Voz e Resistência"

Efetivo: Coordenadora: Viviane Souza da Silva; Tesoureira: Willielma Rejane Lins; Secretária: Thabata Dapena Ribeiro.

Suplente: Nathália Brasil Vidal; Luciane de Fátima Dias da Silva; Rogério de Jesus Ferreira.

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL DE BAURU - CHAPA ÚNICA: "ECUSS - Ética, Compromisso, União & Serviço Social"

Efetivo: Coordenadora: Márcia Maria Cunha; Tesoureira: Renata Rocha Anjos Garcia; Secretária: Fernanda dos Santos Varandas.

Suplente: Nathália da Silva Carriel; Ana Marta de Oliveira Alvares; Ana Paula Batista de Souza.

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL DE ARAÇATUBA - CHAPA ÚNICA: "Diálogo e Resistência"

Efetivo: Coordenador: Fernando Dalton da Silva Melo; Tesoureira: Simone dos Santos; Secretária: Brunna de Paula Lima Bonizoli.

Suplente: Camila Galo Pugina; Amanda Vaz Valeriano Silva; Luciane Malheiro.

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL MARÍLIA - CHAPA ÚNICA: "O Caminho se faz caminhando"

Efetivo: Coordenadora: Neide Brito de Moura Leatti; Tesoureira: Daisy Carla Montanha Cordeiro Cardoso; Secretária: Giovana Cristina de Araújo Pelaes.

Suplente: Cibelly Cristina Se; Suely Aparecida Farias; Luciane Jaqueline de Oliveira.

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL ABCDMRR - CHAPA 1: "Tempo de Esperançar"

Efetivo: Coordenador : Cléverson Gonçalves de Oliveira; Tesoureira: Sara Alves Bezerra; Secretário: Alex Uchoa de Almeida.

Suplente: Laizi Marques Santos Souza; Cleusa Cristina dos Santos; Elia Aparecida do Nascimento.

CRESS 10ª REGIÃO-RS - CHAPA 2: "Lutar e mudar as coisas nos interessa mais: um CRESS para as/os trabalhadoras/es assistentes sociais!"

Efetivo: Presidenta: Elisa Scherer Benedetto; Vice-Presidenta: Renata Martins Leite; 1º Secretária: Mauricéia Alves dos Santos; 2º Secretária: Daiana Maturano Dias Martil; 1º Tesoureira: Marlize Guaragni Viessiri; 2º Tesoureira: Sandra Ignez Batalha de Souza.

Conselho Fiscal: Débora Nascimento de Paula; Daniela Freitas Cezar; Vilma Pimentel Siqueira.

Suplente: Giliane Santos Araujo; Camila Protti Flores; Jamile de Freitas Serres; Jiovani Vitório Romanzini; Marisete Mara Wieczorek; Marilia Filgueras Fischer; Andreia Regina Ribeiro; Letícia Cantergi de Campos; Sônia Maria Araújo.

RESS 10ª REGIÃO-RS - SECCIONAL CAXIAS DO SUL - CHAPA ÚNICA: "Valorizar, Qualificar, Mobilizar: uma gestão para todas!"

Efetivo: Coordenador: Letícia Maria Pereira; Tesoureiro: Livia Seeling Segui; Secretário: Jéssica da Silveira Teles.

Suplente: Lucélia Amaral Gomes; Rafael Moreira; Isadora Rech Andrighetti.

CRESS 10ª REGIÃO-RS - SECCIONAL PELOTAS - CHAPA ÚNICA: "Mobilizar, construir e resistir"

Efetivo: Coordenadora: Gabriela de Araujo Spotorno; Tesoureiro: Diego Rodrigues Gonçalves; Secretário: Ataulfo Guarani Meireles Martins.

Suplente: Liziane Furtado Duarte; Raquel Zorzolli Nebel Moraes; Nicole de Quadros Garcia.

CRESS 11ª REGIÃO-PR - CHAPA ÚNICA: "Unidade na Resistência, Ousadia na Luta"

Efetivo: Presidenta: Andrea Luiza Curralinho Braga; Vice - Presidenta: Sandra Mancino; 1ª Secretária: Odete Fernandes; 2ª Secretária: Priscila Brasil; 1ª Tesoureira: Jucimeri Isolda Silveira; 2ª Tesoureira: Ilda Lopes Witiuk.

Conselho Fiscal: Denise Ratmann Arruda Colin; Edilaine Costa Aguirre; Deby Caroline Eidam de Almeida

Suplente: Jackson Michel Teixeira da Silva; Josiane Alves de Almeida Caçador; José Lucas Januário de Menezes; Márcia Helena Carvalho Lopes; Rosangela Aparecida de Souza Costa Andrean; Christiani Cassoli Bortoloto Lopes; Cristiane Gonçalves de Souza; Adrieli Volpato Craveiro; Marcelo Nascimento de Oliveira.

CRESS 11ª REGIÃO-PR - SECCIONAL DE LONDRINA - CHAPA ÚNICA: "Assistentes Sociais: Resistência é Movimento"

Efetivo: Coordenadora: Liana Lopes Bassi; Tesoureira: Tatiane Monteiro Caldeira; Secretária: Luana Garcia Campos.

Suplente: Juliana Rodrigues da Cruz Santos; Maria Edna Chagas Silva; Andreliane Godoy Maistrovicz.

CRESS 11ª REGIÃO-PR - SECCIONAL DE CASCAVEL - CHAPA ÚNICA: "Mobilização e Resistência"

Efetivo: Coordenadora: Suzani Gabriel Sartori Fillus; Tesoureira: Ester Taube Toretta; Secretária: Edyane Silva de Lima.

Suplente: Rogério Angelo da Silva; Maria Geusina da Silva; Monica Gomes.

CRESS 12ª REGIÃO-SC - CHAPA ÚNICA: "Coragem e Democracia: a certeza na frente, a história na mão"

Efetivo: Presidenta:Viviana Wachtel Seleme Uba; Vice-Presidenta: Cheyenne Vieira Marques; 1ª Secretária: Débora Ruviaro; 2ª Secretária: Maria Aparecida Souza Reis; 1º Tesoureiro: Eduardo de Oliveira Garcia; 2ª Tesoureira: Franciny Cordioli da Rosa.

Conselho Fiscal: Vera Lucia Batista dos Santos: Mariana Pfeifer Machado; Tatiane dos Santos.

Suplente: Karla Cardoso Borges; Cleide Gissele; Raphael Lopes; Claudia Mara Fronza da Silva; Simone Cristina Dalbello da Silva; Elisônia Carin Renk; Cláudia Cristina Wagner Fritzke Faria; Mary Kazue Zanfra; Milena Fucks.

CRESS 13ª REGIÃO-PB - CHAPA ÚNICA "Tempos de Resistir, Tempos de Não Calar"

Efetivo: Presidente: Ademir Vilaronga Rios Junior; Vice-Presidenta: Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga; 1º Secretário: Iago Henrique Fernandes de Sousa Moura; 2ª Secretária: Aline Cristina Vieira Da Cunha; 1ª Tesoureira: Adriana Rosado Maia de Lima; 2ª Tesoureira: Lidiane Cavalcante Tiburtino.

Conselho Fiscal: Katarina Vieira Calado; Thaisa Vanessa Costa Oliveira; Kléber José da Silva.

Suplente: Jessica Juliana Batista da Silva; Carla Mousinho Ferreira Lucena; Danielle Viana Lugo Pereira;

Andrezza Ribeiro Gomes; Naedja Pereira Barroso; Janeska Maria Tinôco Rapozo; Kissia Wendy Silva De Sousa; André De Menezes Gonçalves; Anadilza Maria Paiva Ferreira.

CRESS 14ª REGIÃO-RN - CHAPA ÚNICA: "Liberdade e Luta"

Efetivo: Presidente: Angely Dias da Cunha; Vice-Presidente: Ana Lígia Alcindo Silva Araújo; 1º Secretário: Suzérica Helena de Moura Mafra; 2º Secretário: Livia Daiane Gomes; 1º Tesoureiro: Bismarck Oliveira da Silva; 2º Tesoureito: Juliana Maíra Alves Amaral de Medeiros.

Conselho Fiscal: Naiara Estefânia Alves Carneiro; Dayane dos santos Souza; Gisleane Silva de Araújo.

Suplente: Kelly Bezerra de Oliveira; Cynthia Rafaella Gomes de Menezes; Pollyana Albertina Guedes da Cruz; Francisco Agustinho de Azevêdo; Sheine Santos do Nascimento; Jéssica de Morais Costa; Ana Carolina Pontes Ros; Karina Tatiane da Costa Martins; Rafaela Nascimento da Silva.

CRESS 14ª REGIÃO-RN - SECCIONAL MOSSORÓ - CHAPA ÚNICA: "Da luta não me retiro, enfrento e resisto"

Efetivo: Coordenadora: Luana Miranda de Queiroz; Tesoureira: Raissa Paula Sena dos Santos; Secretária: Camila Mesquita Soares.

Suplente: Karina Maria B. Rodrigues Gadelha; Nayara da Silva Araújo; Iury Natasha Vieira de Oliveira

CRESS 15ª REGIÃO-AM - CHAPA ÚNICA: "Reconhecer a história para garantir o futuro"

Efetivo: Presidenta: Laurisana Maria Branco Camargo; Vice-Presidenta: Simone Moraes Lisboa; 1ª Secretária: Ana Cláudia Pereira Martins; 2ª Secretária: Marília Cristina Gomes de Souza Nascimento; 1ª Tesoureira: Joselene Gomes de Souza; 2ª Tesoureira: Kimini Xavier de Lima.

Conselho Fiscal: Jorge Leopoldo Siqueira Melgueiro; Paula Cristina da Silva Oliveira; Regina Cunha da Silva.

Suplente: Gilmara Araújo Teles; Janaína Virginia Carvalho Batista; Renata Pereira de Albuquerque; Josiara Reis Pereira; Carla Leal Paulain; Sabrina Souza Lima; Elisangela Oliveira; Hermila Maria Garcia de Sousa; Ana Lúcia Neves Mendes de Souza.

CRESS 16ª REGIÃO-AL - CHAPA ÚNICA: "É preciso estar atento/a e forte"

Efetivo: Presidenta: Marciangela Gonçalves Lima; Vice-Presidenta: Pollyanna da Silva Alves; 1ª Secretária: Simone Maria da Silva; 2ª Secretária: Lucyana C. Leão Leite da Silva; 1ª Tesoureira: Valéria Coelho de Omena; 2ª Tesoureira: Andrea Pacheco de Mesquita.

Conselho Fiscal: Marta Patricia Vilela de Lima Silva; Clarisse Maria da Conceição; Mylena Rafaella de Abreu Silva.

Suplente: Japson Gonçalves Santos Silva; Maria Cristina Oliveira Dias; Valderi Teles Do Nascimento Neto; Joseane Ferreira Antunes; Francisca dos Santos Sobral; Sandra Roberta Montes de Souza; Polyana Palhares Martins; Priscilla Azevedo Monteiro de Abreu; Luise Lima Fonseca dos Santos.

CRESS 17ª REGIÃO-ES - CHAPA ÚNICA: "É preciso estar atenta e forte"

Efetivo: Presidenta: Sabrina Moraes Nascimento; Vice-Presidente: Cleidson Nazário Mauricio; 1º Secretário: Carlos Augusto da Silva Costa: 2ª Secretária: Natália Silva Nicário: 1ª Tesoureira: Patrícia Maria Sousa de Jesus: 2ª Tesoureira: Monique Simões Cordeiro.

Conselho Fiscal: Ivana Ananias de Oliveira; Carla de Oliveira Maria; Larisse Nunes.

Suplente: Elielma Griggio da Silva; Carolina Brito de Oliveira; Hingridy Passarela Caliani; Suellen Silva da Cruz; José Gomes de Souza; Meyrieli de Carvalho Silva; Mariani Souza Silva; Angêlica Sabina Toras de Lucena Figueiredo; Silvany dos Santos Caldeira Zanetti Liberado.

CRESS 18ª REGIÃO-SE - CHAPA 2: "É preciso estar atento e forte"

Efetivo: Presidente: Maria Auxiliadora de Oliveira Rosa Horlacher; Vice-Presidente: Joana Rita Monteiro Gama; 1ª Secretária: Roberta Santos Cruz; 2º Secretário: Felipe Pereira de Oliveira; 1ª Tesoureira: Heloisa Joana dos Santos; 2º Tesoureiro: Wallison Hipolito de Meira.

Conselho Fiscal: Helenilton Dantas Martins; Jailson Ramos Vitório Messias; Rita Regina Domingos da Cruz.

Suplente: Édsina Izabel de Almeida Melo; Maria da Conceicao Batista Souza; Ricardo de Santana Marques; Indiana Vieira Santos Costa; Jose Aloisio dos Santos Junior; Katia Cristina Ferreira dos Santos; Maria Eduarda Cruz Marques; Natalia Pereira Dalto; Maria Da Conceição Balbino Dos Santos.

CRESS 19ª REGIÃO-GO - CHAPA ÚNICA: "Resistir e avançar na luta"

Efetivo: Presidenta: Nara Costa: Vice-Presidenta: Tereza de Souza Araújo; 1ª Secretária: Bianca Kuhn Barbosa de Carvalho; 2ª Secretária: Catharina Kaly P. Bispo dos Santos; 1ª Tesoureira: Ida Teixeira de Assunção; 2ª Tesoureira: Kátia Regina Neres Reis.

Conselho Fiscal: Fátima de Jesus Bento Martins; Laurita de Queiroz Bomdespacho; Maria Conceição Sarmento Padial Machado.

Suplente: Luzinete Rezende da Incarnação; Paula de Oliveira da Silva; Maria Izabel Silva Fernandez; Higo Gabriel Santos Alves; Daniela Aparecida Ferreira Marchetti; Luzenildo Petronilo da Costa; Laura Leni M. N. Paranaguá; Gabriela Batista dos Santos; Lúcia Abadia de Carvalho Queiroz.

CRESS 20ª REGIÃO-MT - CHAPA ÚNICA: "É na luta que a gente se encontra!"

Efetivo: Presidenta: Larissa Gentil Lima; Vice-Presidenta: Flavia Tereza do Nascimento; 1ª Secretária: Silbene Santana de Oliveira; 2ª Secretária: Taynara Morais Humbelino; 1ª Tesoureira: Karina Silva Roque; 2ª Tesoureira: Renata de Paula Teixeira.

Conselho Fiscal: Darci Silva Carvalho Bezerra; Elizabeth Leite de Oliveira Teodoro; Adriana Edna Ferreira Duarte.

Suplente: Adriana de Oliveira Conceição; Jaqueline Dayane da Silva Medeiros; Raiany Ilaila Oliveira Nunes; Suelen Xavier de Macedo; Vanessa Martins Galhardo Lopes; Mércia Lúcia Gonçalves Vasconcelos; Cássyo André Sonda; Luzinete da Silva Magalhães; Natália Gabrielle Chrun Silva.

CRESS 21ª REGIÃO-MS - CHAPA 2:"Amanhã há de ser outro dia"

Efetivo: Presidenta: Joana Maria Mato Machado; Vice-Presidenta: Barbara Jandaia de Brito Nicodemos; 1ªSecretária: Maria Neide de Araujo Silva; 2ª Secretária: Monica llis da Silva Vargas; 1ª Tesoureira: Janusia Fatima de Souza Boniatti; 2ª Tesoureira: Hirley Ruth Neves Sena.

Conselho Fiscal: Clotilde Chamorro; Ledi Ferla; Monica Cristina Adams Matos Silva.

Suplente: Lucimar do Carmo Netto; Janete Matos da Silva; Marilea Medeiros Ferreira; Carmem Ferreira Barbosa; Maria de Lourdes de Souza Rolim; Neide Nascimento de Souza; Elizangela de Souza Oliveira; Gisele dos Santos; Norilene Aparecida Oliveira da Silva.

CRESS 22ª REGIÃO-PI - CHAPA ÚNICA: "Quando criei asas, lutei!"

Efetivo: Presidenta: Cleiana Francisca Bezerra Mesquita; Vice- Presidenta: Fabiana Soares de Almeida; 1ª Secretária: Amanda Marques de Oliveira Gomes; 2ª Secretária: Sayonara Genilda de Sousa Lima; 1ª Tesoureira: Tâmara Feitosa Oliveira; 2ª Tesoureira: Alba Valéria de Sousa Batista.

Conselho Fiscal: Henrique Meneses Ribeiro; Diaponira Vitória da Silva Santos; Mirella Thaís Araújo Santos.

Suplente: Sofia Laurentino Barbosa Pereira; Joseane Gomes Santos Borges; José Francisco do Nascimento; Solange Maria Teixeira; Maria Marlene Lima de Aquino; Indira Alves Aragão Mota; Gisélia Maria da Silva Carvalho; Fabiana Rodrigues Guimarães; Nayarad da Silveira Braga.

CRESS 23ª REGIÃO-RO - CHAPA 2: "Categoria Unida. Profissão Fortalecida! Resistir e Avançar!"

Efetivo: Presidente: Noeme Ribeiro de Assis Lemos; Vice-Presidente: Davi Vasconcelos de Souza; 1º Secretário: Karine Moreno Pereira Santos; 2º Secretário: Delotéia Alves da Silva Vicente; 1º Tesoureiro: Cleide Marculino Medeiros; 2º Tesoureiro: Fabiana do Nascimento Costa.

Conselho Fiscal: Erotides Leite dos Santos Silva; Edmar Vieira Passos Leite; Ana Maria Teixeira Dias Carpanini.

Suplente: Josiane Ribeiro Oliveira Diniz; Ivone de Souza Morais Feitosa; Sheila Maria Silva Viana; Ana Paula Antunes Ramos; Sandra Giselly Lessa Maxio; Ângela Maria Gomes Pinheiro; Sherlly Konsuello Sega Prado Fernandes; Carla Crsitna dos Reis Silva; Telma Cruz Amaro.

CRESS 24ª REGIÃO-AP - CHAPA 2:"Resistir é preciso: nossos direitos só a luta faz valer"

Efetivo: Presidente: Luciano Maia Bezerra; Vice-Presidenta: Inailza Rosário Barata; 1ª Secretária: Jackeline Correa Brandão Chiquitin; 2ª Secretária: Livaneite Goes Ferreira; 1ª Tesoureira: Catia Vieira da Silva Oliveira; 2ª Tesoureira: Joice da Silva Alfaia.

Conselho Fiscal: Monica Socorro Pereira Colares; Maria da Conceição Favacho; Lindalmira Nogueira Ferreira.

Suplente: Daniris Pantoja da Silva; Vera Lucia Ribeiro Lima de Freitas; Vaneth Druscilla Brazão Almeida; Grace Kelly Da Silva; Maria Luciana de Souza; Silvana Figueiredo da Silva; João Maciel Amanajas Filho; Agata Araujo Duarte; Séfora Alice Rola do Carmo.

CRESS 25ª REGIÃO-TO - CHAPA 1: "Resistir e avançar nas conquistas"

Efetivo: Presidenta: Taciane de Oliveira; Vice Presidenta: Maria Magnólia Pereira da S. Moura; 1ª Secretária: Célia Pereira da Mata; 2ª Secretária: Cliseuda da Silva; 1ª Tesoureira: Marcia Aparecida Leite Siqueira; 2ª Tesoureira: Magna Tavares Costa.

Conselho Fiscal: Janaina Gomes de Souza; Márcia Cristina Andrade Negreiros; Joatan Silva de Jesus.

Suplente: Auriany de Souza Brito; Aline Carneiro Brito; Camila Marta Barros Cabral Azevedo; Silvania Cristina Requia; Vivian da Conceição Viana; Cristiane Pereira da Barbosa Almeida; Marivalda Ferreira Guimarães; Ana Paula Xavier Alves; Simone Pinheiro da Costa.

CRESS 26ª REGIÃO-AC - CHAPA ÚNICA: "A voz insiste, a luta persiste"

Efetivo: Presidente: Saimo Gabriel Mota De Souza; Vice-Presidenta: Antonia Vanda Matos De Souza; 1ª Secretária: Síria Maria De Oliveira Costa; 2ª Secretária: Ivanete Rodrigues Da Silva Paes; 1ª Tesoureira: Thallita Leitão Ferreira; 2ª Tesoureira: Valcicleia Oliveira Cunha.

Conselho Fiscal: Maria Tarcisia de Medeiros; Vanessa Paula Paskoali; Ana Cleice Gama de Souza.

Suplente: Darnyclay Leite da Costa; Raimunda Antunes Dias da Silva; Cléa de Sousa E. Sousa; Hellen Alline de Araujo Fidelis; Recilene Santos do Nascimento; Djahilson Américo de Oliveira Souza; Nildete Lira do Nascimento; Jara Isva Barbosa Rodrigues; Catiana Pereira Marçal de Carvalho.

CRESS 27ª REGIÃO-RR - CHAPA ÚNICA: "Juntos no mesmo norte: democratização e participação para o CRESS que queremos"

Efetivo: Presidente: Agnaldo Rodrigues dos Santos; Vice-Presidenta: Tassiana Mayra Soares Portela; 1ª Secretária: Marilene Pereira da Silva Marques; 2ª Secretária: Aedra Rocha Freitas; 1º Tesoureiro: Jhonilthon Carrillo Mota; 2ª Tesoureira: Sylvanara Alves Lima.

Conselho Fiscal: Diva Cristina Mota da Cunha; Karla Herreira Muniz de Morais; Jany Silva Santos.

Suplente: Gisele Felipe Pinto; Adria Aragão Leidens; Maria Yasmin Silva Gouveia; Crislene Bezerra Menezes; Alinne Bianca Lima de Souza; Lucimar Pereira Lima; Karen Lorena Martins de Melo; Ana Kelly Lobato da Silva; Lígia da Nóbrega Fernandes.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº 476, DE 6 DE ABRIL DE 2020

Disciplina as reuniões e os julgamentos de processos e recursos de competência do CRCMT, em ambiente virtual (videoconferência).

O Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso (CRCMT), no uso das atribuições que lhe são conferidas no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e no Regimento Interno;

CONSIDERANDO o princípio da celeridade processual, consagrado pelo inciso LXXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar o tempo despendido durante as sessões de reuniões, julgamento e de otimizar a função institucional do CRCMT;

CONSIDERANDO ser necessário adotar providências de ordem prática para o julgamento mais célere dos processos e recursos, com economia de recursos para o CRCMT e de tempo para os Conselheiros julgadores;

CONSIDERANDO a importância de se buscar mecanismos que garantam a participação efetiva de forma não presencial de Conselheiros nas referidas reuniões;

CONSIDERANDO a necessidade de modernização das formas de participação dos Conselheiros, compatíveis com as novas ferramentas de vídeo chamadas (videoconferência) instaladas e configuradas no Sistema CRCMT (plataforma de videoconferência);

CONSIDERANDO que a vídeo chamada permite o acesso de ambientes remotos em múltiplos dispositivos, como smartphones, tablets, computadores e notebooks;

CONSIDERANDO que a medida visa prestigiar os princípios da colegialidade, da continuidade do serviço público, da eficiência, da segurança jurídica e da economicidade;

CONSIDERANDO que os resultados dos julgamentos serão registrados em ata e dado ciência as partes interessadas, e;

CONSIDERANDO, enfim, a necessidade de se adotar medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, resolve:

Art. 1º. Serão admitidas reuniões pelo Plenário, Conselho Diretor, Tribunais Regionais de Ética e Disciplina-TRED e Câmaras em ambiente virtual (videoconferência), dos assuntos de interesse do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso - CRCMT.

Art. 2º. Os julgamentos dos processos e recursos de competência do CRCMT poderão ser julgados virtualmente, determinando o(a) relator(a) a prévia ciência das partes por qualquer meio idôneo admitidos em Direito.

§ 1º. No ambiente virtual próprio ao julgamento dos procedimentos em trâmite no Conselho Regional de Contabilidade, denominado videoconferência, serão lançados os votos do(a) relator(a) e dos demais Conselheiros(as) e registrado o resultado final de cada votação.

§ 2º. As sessões virtuais poderão ser realizadas conjuntamente com as sessões presenciais e serão convocadas pelo (a) Presidente, Relator e Conselheiro com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência da data da sessão.

Parágrafo único: A presidência da sessão em hipótese alguma será exercida em ambiente virtual (videoconferência), salvo enquanto perdurar as medidas de isolamento social adotas pelas Autoridades em virtude da pandemia do Coronavírus.

Art. 3º. Fica facultada a participação do(a) Conselheiro(a) Regional na reunião de forma virtual (videoconferência), podendo assegurar sua efetiva participação e a autenticidade do seu voto, nos termos definidos no Regimento Interno do CRCMT, desde que seu voto seja gravado em mídia compatível com o meio de comunicação escolhido, o qual deverá ser arquivado na sede do CRCMT até que se esgote o prazo para o ajuizamento de eventual ação judicial.

Art. 4º. Caso o(a) Conselheiro(a) por algum motivo não possa participar da reunião ou do julgamento de forma virtual, este deverá encaminhar a justificativa ao CRCMT, condição pela qual será considerado como ausência justificada ou, a depender do caso, deverá ser substituído pelo Conselheiro(a) Suplente.

Art. 5º. Durante o julgamento de forma virtual, o(a) Conselheiro(a) deverá participar das discussões e votos dos demais Conselheiros(as), e somente será considerado habilitado a proferir o seu voto, se for verificado a sua participação efetiva desde o início da discussão do item de pauta até a deliberação com resultado final do julgamento.

Art. 6º. O julgamento será considerado concluído se, no momento da votação, for alcançado o quórum com maioria absoluta.

§ 2º. Não concluído o julgamento de forma virtual, por motivo de força maior, considerar-se-á prorrogada a votação para próxima sessão plenária subsequente, em preferência dos demais julgamentos pendentes e na forma do Regimento Interno do CRCMT.

§ 3º. A escolha pela forma de julgamento de forma virtual não implica quebra da periodicidade das sessões, na conformidade do disposto no Regimento Interno do CRCMT.

Art. 7º. Serão permitidas sustentações orais das partes interessadas ou de seu procurador nos julgamentos de forma virtual.

§ 1º. A sustentação oral deverá ser requerida mediante envio de arquivo de mídia para o setor de fiscalização, endereçada ao relator responsável pelo julgamento do processo e obedecerá aos seguintes requisitos:

I - antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da ciência ao autuado do local, data e hora em que o julgamento do feito irá ocorrer;

II - o tempo concedido para sustentação oral deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) minutos, podendo ser prorrogado pelo igual período.

§ 2º. As participações mencionadas no §1º poderão ser realizadas por meio de equipamento eletrônico disponibilizado pelo próprio CRCMT em suas instalações.

§ 3º. O CRCMT disponibilizará, conjuntamente com a pauta da Sessão de Julgamento virtual, o canal para manifestação de intenção de participação por advogado, parte ou terceiro interessado, bem como para o envio de arquivo de mídia.

Art. 8º. Não serão julgados de forma virtual os procedimentos das seguintes classes processuais:

I - Sindicância;

II - Reclamação Disciplinar;

III - Processo Administrativo Disciplinar - PAD;

IV - Eleições.

Art. 9º. Não serão julgados de forma virtual, ou dele serão excluídos, os seguintes procedimentos:

I - os indicados pelo(a) Conselheiro(a) Relator(a) quando da solicitação de inclusão em pauta;

II - os destacados por um ou mais Conselheiro(a) para julgamento presencial, a qualquer tempo, e;

III - os destacados pelo(a) Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso ou pela Diretoria.

Art. 10. As gravações do julgamento em videoconferência ficarão armazenadas em ambiente restrito, sob responsabilidade da Assessoria de Tecnologia de Informação - TI do CRCMT, e só poderão ser acessadas mediante solicitação formal do interessado ou seu (ua) procurador (a) ao Relator do Processo que decidirá no prazo máximo de 48 horas, certificando nos autos o fornecimento ao interessado ou seu representante.

Parágrafo único. Será disponibilizada a mídia relativa apenas ao processo de interesse da parte.

Art. 11. A parte interessada deverá dispor de meios próprios para que o CRCMT possa fornecer cópia das gravações de seu interesse.

Art. 12. O processo de participação de forma virtual do(a) Conselheiro(a) Regional contará com o apoio permanente da estrutura de Tecnologia de Informação do CRCMT que tomará as providências necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Art. 13. Os(as) Conselheiros(as) que participarem das sessões em forma virtual (videoconferência) não farão jus à ajuda de custo.

Art. 14. Ficam canceladas as sessões de março de 2020, em razão da necessidade implementação da ferramenta de videoconferência.

Art. 15. Aplicam-se às Sessões de Forma Virtual, no que couber, as disposições constantes no Regimento Interno do CRCMT, bem como, as Resoluções inerentes a cada matéria a ser apreciada.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso.

Art. 17. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CONTADOR PAULO CESAR SANTOS RÜHLING
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 477, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a seleção e a nomeação dos delegados representantes do CRCMT.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que, conforme o artigo 7º da Lei Federal n.º 570/1948, os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) podem criar delegacias, de acordo com os seus respectivos recursos financeiros;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 9.295/1946 deu aos CRCs estrutura federativa, determinando a subordinação hierárquica desses ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), atribuindo a competência de disciplinar as atividades do Sistema CFC/CRCs, a fim de manter a unidade administrativa;

Considerando a Resolução CFC nº 1.557/2018, que dispõe sobre a normatização da Representação Institucional dos CRCs fora dos locais de suas respectivas sedes e permite aos CRCs a adoção de critérios diversos em conformidade com a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária e financeira de cada um, desde que estabelecidos em normas próprias; resolve:

CAPÍTULO I

REPRESENTAÇÕES DO CRCMT FORA DA SEDE

Art. 1º Ficam constituídas, no Estado de Mato Grosso as bases territoriais de atuação dos delegados representantes do CRCMT.

§ 1º Para cada delegado representante, deve ser estabelecida a sua respectiva área de atuação, especificando-se os municípios de atuação e os circunscritos, conforme demonstrado no Anexo I desta resolução.

§ 2º Os municípios circunscritos à sede do CRCMT, definidos no Anexo V desta resolução, não terão delegado representante.

§ 3º A definição do município de atuação do delegado representante e dos municípios circunscritos será estabelecida mediante a observação dos seguintes critérios:

I - divisão geográfica do Estado de Mato Grosso em Regiões Imediatas e Intermediárias, conforme recorte regional feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017;

II - existência, no muncípio de atuação do delegado representante, de uma Subsecção do Tribunal Regional Federal competente para processar e julgar representações em que o CRCMT, como entidade autárquica, for parte;

III - relevante número de profissionais da contabilidade e organizações contábeis registrados da respectiva região circunscricional;

IV - localização do município de fácil acesso e com distância média aproximada de até 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros para cada município circunscricional;

V - estrutura urbana do município satisfatória para atendimento às necessidades sociais;

VI - conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária e financeira do CRCMT.

§ 4º Caberá ao Conselho Diretor, mediante aprovação do Plenário, a qualquer tempo, de acordo com as necessidades, conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária e financeira do CRCMT, alterar, excluir ou incluir municípios para atuação dos delegados representantes.

§ 5º Ocorrendo a criação de novas vagas para delegados representantes do CRCMT, serão adotados os procedimentos de escolha previstos no Capítulo II desta resolução.

CAPÍTULO II

ESCOLHA DO DELEGADO REPRESENTANTE DO CRCMT

Art. 2º Para a escolha dos delegados representantes do CRCMT, será publicado Edital de Seleção, conforme modelo constante do Anexo II desta resolução, para que os profissionais da contabilidade com domicílio profissional nos municípios de atuação, a que se refere o § 1º do Art. 1º desta resolução, manifestem o interesse em participar do processo seletivo.

§ 1º O Edital de Seleção será publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no sítio eletrônico do CRCMT, no mínimo 10 (dez) dias antes da abertura do prazo para inscrição, que será de 10 (dez) dias.

§ 2º A publicação do Edital ocorrerá sempre que houver a necessidade de seleção e designação de delegado representante do CRCMT, nos termos desta resolução.

Art. 3º Poderão se inscrever os contadores e os técnicos em contabilidade que preencherem os seguintes requisitos:

I - ter cidadania brasileira;

II - estar com seu registro ativo e em situação regular no CRCMT quanto a débitos de qualquer natureza, inclusive referentes à organização contábil da qual seja sócio ou titular;

III - ter idoneidade moral e conduta ilibada;

IV - não ser empregado ou conselheiro do CRCMT;

V - concordar formalmente que, na data da posse, bem como no curso do mandato, não poderá presidir entidade sindical contábil nem possuir contrato firmado com o CRCMT, como Pessoa Física ou Jurídica, para prestação de serviços ou fornecimento de bens;

VI - não ter sido apenado por nenhum ato de improbidade administrativa no CFC ou em quaisquer CRCs, apurado em processo transitado em julgado;

VII - estar em pleno exercício da profissão contábil, ser titular ou sócio de organização contábil devidamente regular junto ao CRCMT, em local de fácil acesso para atendimento aos profissionais da contabilidade, estruturada com equipamentos, softwares e canais de comunicações, tais como computadores, telefones, internet e outros meios necessários ao seu bom desempenho operacional e a uma adequada comunicação com os profissionais da contabilidade e com o Conselho;

VIII - ter domicílio profissional no município de atuação a que se refere o § 1º do Art. 1º desta resolução;

IX - não ter, nos últimos 5 (cinco) anos:

a) sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato irregular na administração privada, ou de improbidade na administração pública, declarada em decisão transitada em julgado;

b) sofrido penalidade disciplinar ou ética, transitada em julgado, precedida de processo de fiscalização, aplicada por Conselho de Contabilidade;

c) sido condenado por crime, transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena;

X - não possuir grau de parentesco com conselheiro ou funcionário do CRCMT, até o segundo grau em linha reta ou até o quarto grau em linha colateral;

XI - não ser parente de ex-delegado do CRCMT, na sucessão direta, até o segundo grau em linha reta ou até o quarto grau em linha colateral.

Parágrafo único. As condições estabelecidas neste artigo deverão ser mantidas durante o exercício do mandato, sob pena de perda do mesmo, de ofício.

Art. 4º O pedido de inscrição no processo seletivo deverá identificar o profissional interessado em ser delegado representante do CRCMT, observando, sob pena de invalidade, o modelo constante no Anexo IV previsto nesta resolução, acompanhado de curriculum vitae, da declaração de atendimento dos requisitos, conforme modelo constante no Anexo III, e das exigências de que tratam esta resolução, subscrita pelo interessado, que responderá pela respectiva veracidade, sob a pena de declaração falsa, nos termos da lei.

Parágrafo único. O pedido de inscrição será encaminhado ao Conselho, via e-mail, por meio de requerimento assinado com certificação digital, conforme o modelo constante no Anexo IV previsto nesta resolução, dirigido à Comissão do CRCMT que será designada para a coordenação dos trabalhos.

Art. 5º O Presidente do CRCMT constituirá uma comissão permanente com, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, escolhido entre contadores e/ou técnicos em contabilidade, conselheiros ou não, sendo um dos membros designado coordenador e outro, coordenador-adjunto, com o objetivo de conduzir o processo de seleção dos delegados representantes do CRCMT.

§ 1º Caberá à comissão receber do protocolo do CRCMT os pedidos de inscrição para a seleção dos delegados representantes, conforme definido nesta resolução.

§ 2º A investidura dos membros da comissão de que trata o caput não excederá a 4 (quatro) anos, vedada a recondução de seus membros para o período subsequente.

§ 3º Os membros da comissão permanente deverão atender aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II, III, V, VI e IX do artigo 3º desta resolução.

Art. 6º A comissão de que trata o artigo anterior verificará o cumprimento dos requisitos e aplicará os critérios de avaliação definidos nesta resolução, procedendo à seleção dos inscritos mediante a formação de uma lista tríplice.

§ 1º Caso não haja o mínimo de três inscritos, a comissão encaminhará os nomes dos interessados para a apreciação do Conselho Diretor.

§ 2º O Conselho Diretor do CRCMT definirá, entre os inscritos, os delegados representantes, e, posteriormente, submeterá a decisão à homologação do Plenário.

§ 3º Caso não haja nenhum candidato a delegado inscrito ou nenhum dos inscritos esteja apto, o Presidente do CRCMT poderá indicar ao Conselho Diretor um profissional a ser delegado representante, desde que atenda a todos os requisitos estabelecidos no artigo 3º desta resolução, devendo ser a decisão homologada pelo Plenário.

Art. 7º O mandato de delegado representante do CRCMT será de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma única recondução.

§ 1º No caso de vacância da função de delegado representante do CRCMT, por algum dos motivos previstos nesta resolução, o Presidente do CRCMT poderá optar por fazer uma nova seleção na forma prevista nesta resolução ou submeter ao Conselho Diretor, com a homologação do Plenário, dentre os remanescentes da lista formada no processo de seleção, o nome do substituído.

§ 2º O delegado representante do CRCMT escolhido, conforme o parágrafo anterior, ocupará a função até o término do mandato do delegado representante substituído.

CAPÍTULO III

EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE DELEGADO REPRESENTANTE DO CRCMT

Art. 8º O exercício das atribuições de delegado representante do CRCMT é honorífico e de caráter personalíssimo, não constituindo vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo vedada a contratação, por parte dos delegados, de estagiários ou colaboradores para auxiliá-los nessas atividades.

Art. 9º São atribuições do delegado representante do CRCMT:

I - representar institucionalmente o CRCMT na respectiva base territorial, quando designado pela Presidência;

II - atender aos profissionais da contabilidade vinculados à sua circunscrição, orientando-os a encaminhar as suas solicitações de serviços ou outras demandas ao CRCMT;

III - efetuar contatos pessoais, periodicamente, com autoridades municipais, estaduais ou federais, dirigentes de entidades da classe, imprensa e instituições de ensino superior, da base territorial da sua área de atuação, quando designado pela Presidência;

IV - zelar pelo prestígio e pelo bom nome do CRCMT, de seus registrados e da profissão contábil;

V - manter colaboração e cordial relacionamento com autoridades locais;

VI - promover e divulgar, de maneira ampla, os atos do CRCMT, especialmente os de caráter normativo;

VII - adotar as providências necessárias à organização e ao regular funcionamento de toda e qualquer promoção do CRCMT, tal como seminários, convenções, cursos, encontros, etc., no âmbito de sua circunscrição;

VIII - encaminhar ao CRCMT as consultas que lhe forem formuladas, verbalmente ou por escrito, envolvendo matéria que exceda suas atribuições;

IX - participar do processo de educação profissional continuada, representando o CRCMT com postura ética em eventos, mesas redondas, palestras, debates e demais atividades afins, inclusive nas redes sociais.

X - comunicar à sede do CRCMT quaisquer alterações de que tenham conhecimento ou ainda as que tenham sido informadas pelos profissionais da contabilidade, inclusive sobre o falecimento de algum profissional da contabilidade de sua circunscrição, para as providências de praxe;

XI - apoiar o CRCMT nas atividades relacionadas à manutenção da atualização do cadastro dos profissionais da contabilidade e das organizações contábeis da circunscrição, evitando a inadimplência em função da falta de recebimento de correspondências e cobranças, motivada pela desatualização de endereços e/ou dados cadastrais;

XII - participar de encontros e reuniões de delegados representantes do CRCMT, observando o disposto nesta resolução;

XIII - desempenhar outras funções de representação institucional que lhe forem atribuídas pelo Presidente do CRCMT.

CAPÍTULO IV

OBRIGAÇÕES DO CRCMT

Art. 10. Serão objeto de ressarcimento pelo CRCMT as seguintes despesas extraordinárias efetuadas pelos seus delegados representantes, desde que previamente autorizadas pela autoridade competente, processadas regularmente em nome do Conselho e comprovadas mediante a apresentação de documentação hábil, legal e tempestiva:

I - cópias e impressões;

II - taxas, emolumentos e custas recolhidos em órgãos públicos;

III - postagens emergenciais;

IV - outras despesas extraordinárias requisitadas pelo CRCMT.

Art. 11. Caberá ao CRCMT prestar todas as informações e orientações necessárias para o bom desempenho das atividades dos delegados representantes, quando necessário, e fornecer material referente à divulgação e realização de eventos.

Art. 12. O CRCMT poderá, durante o ano, promover até 4 (quatro) encontros na sede do Conselho ou em outro local previamente escolhido, sob a forma de seminários, cursos, palestras, debates, eventos, reuniões ou sob quaisquer outras formas, para treinamento e capacitação de seus delegados representantes, voltados ao exercício da representação institucional do CRCMT.

Parágrafo único. Além do número previsto de encontros neste artigo, poderão ainda ocorrer reuniões regionalizadas.

CAPÍTULO V

SUBSTITUIÇÃO OU DESTITUIÇÃO DO DELEGADO REPRESENTANTE DO CRCMT

Art. 13. A substituição temporária ou definitiva ou a destituição do delegado representante do CRCMT dar-se-á:

I - em caso de falecimento;

II - a pedido do próprio interessado;

III - quando deixar de exercer a profissão contábil;

IV - quando apresentar estado de saúde precário que o impeça de responder, pessoalmente, pelas suas atribuições;

V - quando descumprir deveres inerentes à função perante os profissionais da contabilidade e obrigações relacionadas com o CRCMT;

VI - quando houver a perda de um ou mais requisitos exigidos para a sua inscrição;

VII - quando restar prejudicado o interesse do CRCMT;

VIII - quando deixar de cumprir as disposições constantes desta resolução.

Parágrafo único. A substituição ou destituição dependerá da decisão do Conselho Diretor e homologação do Plenário, exceto na condição estabelecida nos incisos I e II deste artigo.

Art. 14. Até que se ultime a escolha de um novo delegado representante do CRCMT ou nos casos de substituição temporária, as atribuições desse serão realizadas por outro delegado representante designado pela Presidência do Conselho, que responderá interinamente.

Art. 15. Ao deixar a função, o delegado representante do CRCMT devolverá ao Conselho, ou a quem por este autorizado, todo o material, os documentos e arquivos que eventualmente tenham sido a ele confiados.

CAPÍTULO VI

UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Art. 16. Os delegados representantes do CRCMT devem possuir e cadastrar e-mail no Conselho, mantendo-o atualizado como canal de comunicação.

Art. 17. Aos delegados representantes do CRCMT será disponibilizada uma senha web, para acesso, no portal do Conselho, a informações e orientações necessárias ao desempenho de suas funções.

CAPÍTULO VII

DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 18. São deveres dos delegados representantes do CRCMT:

I - utilizar-se, de forma ética e em conformidade com as normas de conduta e segurança estabelecidas pelo CRCMT, de todos os recursos, sistemas e informações que lhe sejam confiados em razão do desempenho de suas funções, de modo a resguardar a proteção, a integridade e a privacidade de dados do Conselho;

II - manter, em caráter confidencial e intransferível, a senha de acesso aos sistemas de informação do CRCMT, respondendo pelo uso exclusivo desses dados;

III - guardar sigilo de todas as informações confidenciais do CRCMT, mantendo-as em caráter restrito, zelando contra a alteração, a destruição, a divulgação, cópias e acessos não autorizados;

IV - responder cível e criminalmente pelos danos causados em decorrência da não observância das regras de proteção da informação e dos serviços estabelecidos pelo CRCMT;

V - responsabilizar-se perante o CRCMT e terceiros por quaisquer prejuízos advindos da violação dos compromissos, deveres e proibições estabelecidas nesta resolução e nos demais normativo do CFC e do CRCMT aplicáveis;

VI - observar as leis, regulamentos, resoluções, portarias e demais normativos do Sistema CFC/CRCs;

VII - reportar à Diretoria do CRCMT toda e qualquer situação causada pelo próprio delegado que possa prejudicar ou colocar em risco a integridade das informações ou a imagem do CRCMT.

Art. 19. É proibido aos delegados representantes do CRCMT:

I - revelar sua senha de acesso ou permitir seu uso por terceiros;

II - facilitar o acesso, disponibilizar ou divulgar quaisquer informações confidenciais, tais como dados dos profissionais e organizações contábeis, documentos internos e demais informações de propriedade do CRCMT, para terceiros ou para quaisquer grupos de discussão, fóruns, blogs e comunidades na internet, bem como utilizar, nesses meios, a logomarca do CRCMT sem prévia autorização, por escrito, da entidade;

III - quaisquer outras práticas que contrariem o disposto na legislação vigente, a moral e os bons costumes ou que estejam relacionadas ao mau uso da internet ou de e-mail, que possam vir a prejudicar ou colocar em risco a integridade das informações ou a imagem do CRCMT ou de terceiros;

IV - utilizar a logomarca do CRCMT para assuntos pessoais ou comerciais;

V - firmar contratos em nome do CRCMT.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Aos delegados representantes do CRCMT aplicam-se as disposições previstas no Código de Conduta publicado pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 21. Fica vedada a utilização de quaisquer meios que possam identificar como representação do CRCMT as organizações contábeis dos delegados representantes.

Art. 22. Fica vedada a transferência para terceiros das atribuições inerentes aos delegados representantes do CRCMT, salvo por meio de designação específica do Presidente, mediante ato administrativo.

Art. 23. Fica vedada ao CRCMT a criação de outras formas de representações institucionais, fora da sua sede, diferentes das previstas nesta resolução.

Art. 24. Sob pena de responsabilidade, o delegado representante não poderá abandonar os assuntos inerentes à sua função até que sua exoneração seja apreciada pelo Conselho Diretor e pelo Plenário do CRCMT.

Art. 25. Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pela Presidência do CRCMT, ouvido o Conselho Diretor e, depois, homologados pelo Plenário.

Art. 26. Os anexos desta resolução serão disponibilizados, na íntegra, no portal do CRCMT.

Art. 27. A presente resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Resolução CRCMT n.º 438/2014.

PAULO CESAR SANTOS RÜHLING
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 101, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre teleatendimento.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO - CREF7/DF, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40, do Estatuto do CREF7/DF e: CONSIDERANDO a pandemia do COVID-19 e o isolamento imposto pelas autoridades sanitárias e epidemiológicas; CONSIDERANDO que a atividade física orientada por Profissional de Educação Física é indispensável para a manutenção da saúde e recuperação dos indivíduos; CONSIDERANDO a competência legal estatuída no art. 2o e no inciso I do art. 4o; CONSIDERANDO que a realização de atividades físicas não orientadas por Profissionais de Educação Física pode acarretar riscos à saúde e segurança dos consumidores (cf. art. 8º do CDC); CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que os consumidores recebam informações adequadas quanto ao Profissional de Educação Física e serviços prestados (cf. art. 8º do CDC); CONSIDERANDO que o registro profissional permite à sociedade a constatação de que o profissional registrado é de fato capacitado (cf. Acórdão nº 1.925/2019 -TCU - Plenário); CONSIDERANDO que a fiscalização das atividades próprias dos Profissionais de Educação Física materializa o dever legal de dar à sociedade segurança quanto ao exercício da profissão, em especial quanto a habilitação e respeito dos padrões técnicos e éticos (cf. Acórdão nº 1.925/2019 -TCU - Plenário); CONSIDERANDO que a matéria ainda não foi normatizada pelo CONFEF; CONSIDERANDO as necessidades da sociedade quanto a orientação de atividades físicas em período de isolamento social; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a atuação do Profissional de Educação Física diante dos quadros restritivos impostos; CONSIDERANDO que a orientação e prescrição da atividade física é competência exclusiva do Profissional de Educação Física; CONSIDERANDO o que foi deliberado Plenário em votação virtual; resolve:

Artigo 1º - O Profissional de Educação Física possui competência legal para orientar atividade física e desportiva através de atendimento à distância com uso de ferramentas eletrônicas nas modalidades, Teleconsulta, Teleaula, Teleconsultoria e Análise de Metadados. § 1º - A Teleconsulta consiste no atendimento eletrônico do aluno/cliente por Profissional de Educação Física registrado no CREF7/DF, através de ferramenta digital de áudio e vídeo, de forma síncrona, com a realização de anamnese, investigação dos objetivos, ferramentas de treino disponíveis no local de residência do aluno/cliente e a prescrição do exercício físico adequado, por prazo não superior a 30 dias. § 2º - A Teleaula poderá ser adotada após a Teleconsulta e consiste na prescrição e acompanhamento do exercício físico, de forma síncrona, à distância, através de ferramenta digital de áudio e vídeo, onde o Profissional de Educação Física orienta e acompanha atividade física e analisa os metadados dos equipamentos eletrônicos do aluno/cliente. § 3º - A Teleconsultoria consiste na comunicação registrada de forma síncrona e assíncrona e realizada por Profissionais de Educação Física com gestores e, ou, outros profissionais da área de saúde e desportiva, fundamentada em evidências científicas e em protocolos previamente existentes, com o fim de esclarecer dúvidas sobre procedimentos, ações de saúde e questões relativas a atividade física e desportiva. § 4º - A Análise de Metadados consiste na avaliação de forma assíncrona pelo Profissional de Educação Física, a distância, através de ferramentas eletrônicas de transmissão de dados, dos dados eletrônicos colhidos por equipamentos de monitoramento do aluno/cliente, quando possível, visando a adequação da prescrição do exercício e análise dos objetivos.

Artigo 2º - A prestação dos serviços na forma do art. 1º desta Resolução deverá respeitar a forma estabelecida, síncrona ou assíncrona, sendo: I - síncrona: qualquer forma de comunicação a distância realizada em tempo real; II - assíncrona: qualquer forma de comunicação a distância não realizada em tempo real. Artigo 3º- O Profissional de Educação Física tem autonomia e independência para determinar quais alunos/clientes ou casos podem ser atendidos ou acompanhados a distância e poderá realizar atendimento presencial residencial, devendo tal decisão basear em evidências científicas no benefício e na segurança de seus alunos/clientes. Parágrafo único - No atendimento presencial, não coletivo, o Profissional de Educação Física deverá assegurar que todas as medidas preventivas e de assepsia foram adotadas. Artigo 4º - Na prestação dos serviços não presenciais o Profissional de Educação Física é obrigado a informar ao aluno/cliente seu número de registro junto ao CREF7/DF e a manter prontuário dos atendimentos de cada aluno/cliente, contendo no mínimo: I - Data, forma e modalidade de atendimento; II - Anamnese; III - PAR-Q; IV - Objetivos; V - Atividade prescrita; VI - Metadados recebidos; VII - Eventuais queixas ou reclamações do aluno/cliente. Parágrafo único - Na prestação de serviços à distância os Profissionais de Educação Física estão sujeitos e obrigados a observar todos os dispositivos contidos no Código de Ética da Profissão e nesta Resolução. Artigo 5º - Os serviços prestados à distância pelos Profissionais de Educação Física deverão respeitar as limitações tecnológicas, os materiais e meios adequados à prática da atividade física, assim como obedecer às normas de segurança de guarda, manuseio e transmissão de dados, garantindo confidencialidade, privacidade e sigilo profissional semelhantes ao atendimento presencial. Artigo 6º - Respeitada a privacidade do aluno/cliente, o CREF7/DF poderá realizar fiscalizações eletrônicas visando verificar o cumprimento do disposto nesta Resolução e das normas do CREF7/DF, solicitando dados e documentos pertinentes. Parágrafo único - O não atendimento das requisições da fiscalização, importa em infração ética por ofensa ao previsto no inciso IV do art. 9º da Resolução CONFEF nº 307/2015. Artigo 7º - Caracteriza exercício ilegal da profissão, mesmo em ambiente virtual, a orientação da atividade física e desportiva por pessoas não inscritas no CREF7/DF, contravenção penal tipificada no art. 47 do Decreto-Lei n° 3688, de 03 de outubro de 1941, podendo qualquer pessoa denunciar a prática delituosa às autoridades policiais e junto ao CREF7/DF. Artigo 8º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação com vigência até 31/12/2020, conforme Decreto Legislativo do Senado Federal nº 6, de 20 de março de 2020.

PATRICK NOVAES AGUIAR

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Adota no âmbito do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso Códigos de Conduta dos Conselheiros e dos Funcionários/Colaboradores.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO,no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro 2004, pelo Decreto nº 6.821/2009 e pela Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e CONSIDERANDO as recomendações do Acórdão 2622/2015 do Tribunal de Contas da União acerca da necessidade de se adotarem medidas necessárias à implantação do código de ética nas organizações, sua disseminação e a constituição de uma comissão de ética para controle e monitoramento de seu cumprimento; CONSIDERANDO que um dos princípios da boa governança consiste no comprometimento da alta administração para com os valores éticos, a integridade e a observância e cumprimento dos normativos aplicáveis; CONSIDERANDO que o padrão de conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários previsto neste Código formaliza o compromisso ético do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso para com todos aqueles com os quais se relacionam e a sociedade em geral; resolve:

Art. 1º Aprovar o Código de Conduta dos Conselheiros do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso, que norteará os relacionamentos internos e os externos com os segmentos da sociedade, visando alcançar padrão de comportamento ético e íntegro que proporcione lisura e transparência dos atos praticados na prestação de serviços no CRM-MT. Art. 2º Aprovar o Código de Conduta dos Funcionários e Colaboradores do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso, que tem por objetivo estabelecer os princípios éticos e normas de conduta que devem orientar as suas relações internas e externas. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. Fundamento Legal: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS - O Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso é uma Autarquia Federal cuja missão é a zelar pela Ética Médica, educar e trabalhar visando o máximo desempenho ético dos profissionais da Medicina, disciplinar a atuação e a conduta profissional, sempre em benefício da Sociedade. Nossa visão é sermos respeitados como órgão de excelência em suas atribuições legais, através da prestação de um serviço público que trilhe o caminho da Ética, Credibilidade, Modernidade, Eficiência, Transparência e Responsabilidade sócio-ambiental, nossos valores estruturantes. Para tanto, a sociedade em geral e a classe médica esperam dos Conselheiros e Funcionários da Autarquia, que suas posturas e ações, sejam sempre pautadas pelos princípios da ética e da moralidade, bem como pelos mandamentos constitucionais e legais. Esta Resolução tem, portanto, o objetivo de tornar público o comportamento ético que se deve esperar por parte dos Conselheiros eleitos e dos funcionários do CRM-MT.

HILDENETE MONTEIRO FORTES
Presidente do Conselho

LÚCIA HELENA BARBOZA SAMPAIO
Primeira Secretária

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Institui, no âmbito do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso, medida excepcional destinada a viabilizar o funcionamento da Diretoria e do Plenário durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO,no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro 2004, pelo Decreto nº 6.821/2009 e pela Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e CONSIDERANDO o direito à saúde estabelecido pelo artigo 6º da Constituição daRepública Federativa do Brasil de 1988 e o direito ao acesso universal e igualitárioàs ações e serviços de saúde prestados pelo poder público, previsto no

artigo 196da Carta Magna; CONSIDERANDO a emergência sanitária e o estado de Calamidade Pública decretado pelo Governo Federal; CONSIDERANDO as medidas de Prevenção e Controle de Infecções (PCI) para oNovo Coronavírus (COVID-19) preconizadas pela Organização Mundial da Saúde; CONSIDERANDO: tratar-se de um estado de exceção enquanto durar a epidemia;e CONSIDERANDO as Portarias do CFM nº 068/2020e 075/2020 que suspenderam a realização de audiências, sessões de julgamento e atos instrutórios presenciais já designados, ressalvada a possibilidade da prática de referidos atos por meio eletrônico até 21/05/2020, resolve:

Art. 1º Esta Resolução institui, no âmbito do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso, o Sistema de Deliberação Remota (SDR), como forma de discussão e votação remota de matérias sujeitas à apreciação da Diretoria e do Pleno de Conselheiros. Parágrafo único. Entende-se como votação e discussão remota a apreciação de matérias por meio de solução tecnológica que dispensa a presença física dos conselheiros no CRM-MT. Art. 2º Fica instituído o Sistema de Deliberação Remota (SDR), cujo uso é medida excepcional a ser determinada pela Presidente do CRM-MT para viabilizar o funcionamento da Autarquia durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19). § 1º Sendo agendada uma reunião de Diretoria ou Plenária durante o período de calamidade pública pela Presidente do CRM-MT, as deliberações do Plenário poderão ser tomadas por meio de sessões virtuais. § 2º A Presidente do CRM-MT determinará que as deliberações presenciais sejam retomadas tão logo o deslocamento dos Conselheiros e a realização de sessões e reuniões na sede do Conselho sejam, a seu juízo, compatíveis com as recomendações do Ministério da Saúde. Art. 3º O SDR terá como base uma ou mais plataformas que permitirão o debate com áudio e vídeo entre os Conselheiros, observadas as seguintes diretrizes: §1º- As sessões realizadas por meio do SDR serão sigilosas, como são as sessões presenciais, delas podendo participar apenas os Conselheiros Convocados, as partes e os funcionários indispensáveis aos trabalhos. §2º - É terminantemente proibida a gravação de áudio ou imagem da sessão, bem como, a realização de captura da tela da ferramenta utilizada ou a gravação por qualquer outro meio da sessão. Art. 4º As sessões realizadas por meio do SDR serão consideradas sessões deliberativas extraordinárias do CRM-MT, em cuja ata será expressamente consignada a informação de que as deliberações foram tomadas em ambiente virtual. Parágrafo único. As sessões realizadas por meio do SDR deverão ser convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo se realizadas em sequência. Art. 5º A disponibilização por parte do conselheiro da senha que permite o acesso ao ambiente de sessão virtual a terceiros, importará em procedimento incompatível com o decoro, ensejando a abertura de processo administrativo. Parágrafo único. A divulgação de qualquer informação cujo conhecimento esteja relacionado à participação na sessão implicará na consequência descrita no caput. Art. 6º A disponibilização, por parte do médico, advogado, convidado ou funcionário do CRM-MT, da senha que permite o acesso ao ambiente de sessão virtual a terceiros, importará no pedido de instauração de inquérito criminal e no ajuizamento de ação de responsabilidade civil, sem prejuízo do processo ético e administrativo cabível. Parágrafo único. A divulgação de qualquer informação cujo conhecimento esteja relacionado à participação na sessão implicará na consequência descrita no caput. Art. 7° A partir da divulgação da pauta de sessão realizada por meio do SDR, os Conselheiros deverão manifestar via e-mail ou por outro meio de comunicação eletrônico se poderão participar da sessão no horário programado. §1º. Com base nesta confirmação, o Conselheiro receberá uma senha com o seu login para entrar no ambiente virtual de deliberação no dia e horário marcado. §2º. O setor administrativo do Tribunal de Ética providenciará o envio prévio dos arquivos relacionados aos assuntos pautados, inclusive dos relatórios das sindicâncias. Art.8° Iniciada a sessão, será verificado se há o quórum mínimo, podendo a sessão ficar suspensa por 15 minutos para que o número mínimo seja alcançado. §1º A sessão será encerrada imediatamente ao final da ordem do dia. §2º Ficará dispensada a leitura da ata da sessão anterior, que será enviada por e-mail aos Conselheiros antes do início da sessão seguinte. Art. 9º Para usar da palavra, cada conselheiro fará uso de seu própriodispositivo móvel ou de computador com áudio e vídeo, em qualquer casohabilitados na plataforma de videoconferência designada neste ato para a realização das sessões. Parágrafo único. Encerrada a votação, o voto proferido por meio do SDR é irretratável; Art. 10 Os diálogos realizados por meio do chat disponibilizado pelaplataforma de videoconferência utilizada para transmitir o áudio e vídeo dasessão realizada por meio do SDR não integram a sessão. § 1º Para viabilizar a comunicação por áudio e vídeo entre osparticipantes da sessão será utilizada a plataforma de videoconferência Zoom,disponível no endereço https://zoom.us/. § 2º A ferramenta disponível para pedir a palavra, presente naplataforma de videoconferência será utilizada de acordo com o rito ordinário de cada sessão. Art. 11 Antes da primeira sessão deliberativa extraordinária realizada pelo SDR, uma sessão de teste será convocada pela Presidente para aferir a operacionalidade do sistema quanto à plataforma de videoconferência. Art. 12 Caso a sessão seja interrompida em virtude de problemas técnicos que inviabilizem a própria sala virtual disponibilizada pela plataforma de videoconferência ou a conexão à Internet, o tempo de interrupção não será computado como tempo de sessão, salvo se houver votação em curso, hipótese na qual o tempo de sessão será considerado para todos os efeitos, só podendo ocorrer o encerramento da votação e proclamação do resultado após o restabelecimento da comunicação. Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. Fundamento Legal: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS - A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O CFM editou as Portarias do CFM nº 068/2020 e 075/2020 suspendendo a realização de audiências, sessões de julgamento e atos instrutórios presenciais já designados, ressalvada a possibilidade da prática de referidos atos por meio eletrônico até 21/05/2020. Ademais, a Resolução CFM nº 2.275/2020, que dispôs sobre a tramitação eletrônica da sindicância, do processo ético-profissional, do procedimento administrativo para apuração de doença incapacitante do médico, do processo-consulta, da proposta de resolução e da proposta de recomendação no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina. Nesse contexto, se mostra necessário regulamentar a realização de um Sistema de Deliberação Remota, para resguardar os atos que serão praticados pela plataforma de videoconferência.

HILDENETE MONTEIRO FORTES
Presidente do Conselho

LÚCIA HELENA BARBOZA SAMPAIO
Primeira Secretária

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECOMENDAÇÃO Nº 5, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Recomenda a utilização do Escore Unificado para Priorização (EUP-UTI) de acesso a leitos de terapia intensiva, assistência ventilatória e paliação, como meio de hierarquização da gravidade dos pacientes, na ausência absoluta de leitos suficientes para atender a demanda terapêutica

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco - CREMEPE, Autarquia Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.790.999/0001-94, com sede na Rua Conselheiro Portela, nº 203, Espinheiro, Recife/PE, CEP 52.020-030, por seu presidente Mario Fernando da Silva Lins, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei n° 3.268, de 30 de setembro de 1957, publicada em 1° de outubro de 1957, regulamentada pelo Decreto n° 44.045, de 19 de julho de 1958, publicado em 25 de julho de 1958, Decreto-Lei N° 200, de 25 de fevereiro de 1967, Lei n° 11.000, de 15 de dezembro de 2004, publicada em 16 de dezembro de 2004 e Decreto 6.821/2009, de 14 de abril de 2009;

CONSIDERANDO o atual cenário da COVID -19, classificado como pandemia pela OMS - Organização Mundial de Saúde, e tendo o Senado Federal brasileiro, através do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, reconhecido o estado de calamidade pública no Brasil;

CONSIDERANDO a Resolução CFM 2.156/2016 que disciplina sobre "os critérios de admissão e alta" em terapia intensiva;

CONSIDERANDO a Resolução 2.272/2020 que define o funcionamento das unidades de terapia intensiva e de cuidados intermediários de acordo com suas complexidades;

CONSIDERANDO que entre os princípios fundamentais do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) está estabelecido que a medicina será exercida com a utilização dos meios técnicos e científicos disponíveis que visem aos melhores resultados;

CONSIDERANDO os artigos 32 e 34 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018), os quais vedam ao médico deixar de usar todos os meios disponíveis de promoção de saúde e de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças, cientificamente reconhecidos e a seu alcance, em favor do paciente e deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal;

CONSIDERANDO o aumento no número de casos de insuficiência respiratória grave que ameaça criar um desequilíbrio substancial entre as reais necessidades clínicas da população e a disponibilidade efetiva de recursos avançados de suporte à vida;

CONSIDERANDO a possibilidade do esgotamento absoluto na abertura de novos leitos e a necessidade de desenvolver ferramentas para atender a esta demanda no estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO que os princípios da ética, bioética e do direito internacional determinam que os protocolos de triagem sejam usados para orientar a alocação de recursos;

CONSIDERANDO que os princípios do direito internacional, em situações de calamidade, exigem um plano de triagem que forneça equitativamente a todas as pessoas a "oportunidade" de sobreviver, porém observando que esses princípios não garantem tratamento ou sobrevivência a todos;

CONSIDERANDO a existência na literatura médica mundial de escores de priorização, garantindo o esforço para uso equitativo e eficiente dos recursos de cuidados intensivos, dentre eles o Sequential Organ Failure Assessment (SOFA) de avaliação de prognóstico a curto prazo e direcionamento de intervenções terapêuticas;

CONSIDERANDO o uso de escores prognósticos para avaliação de chances de sobrevivência a longo prazo como o Índice de Comorbidades de Charlson (ICC) que gradua a gravidade das comorbidades, mas não contempla a fragilidade em idosos;

CONSIDERANDO que a fragilidade representa um estado de vulnerabilidade fisiológica relacionada à idade, freqüente entre os idosos, produzida pela reserva homeostática diminuída e pela capacidade reduzida do organismo de enfrentar um número variado de desfechos negativos de saúde, incluindo o aumento da probabilidade de morte; que dentre as ferramentas diagnóstica existentes, a Clinical Frailty Scale (CFS), está validada para uso em idosos no Brasil e tem mais rápida aplicação no contexto da urgência;

CONSIDERANDO que pessoas acometidas por uma mesma doença podem apresentar funcionalidades completamente distintas e que esta deve ser fator prognóstico decisivo para tomada de decisão clínica e proporcionalidade terapêutica; que a funcionalidade do paciente, independentemente de sua faixa etária, deve ser verificada, sendo o Karnofsky performance status (KPS), um dos mais difundidos e pode ser adaptado a questões simples para o contexto da urgência;

CONSIDERANDO a manifestação das câmaras técnicas do CREMEPE (medicina intensiva, cuidados paliativos, oncologia e nefrologia) com a colaboração do estudo de doutoramento da médica Mirella Rebello Bezerra;

CONSIDERANDO ainda o Decreto Estadual nº 48.834, de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 48.836, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido em sessão plenária geral extraordinária do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco, realizada em 22 de abril de 2020.

RECOMENDA:

Art. 1º. Utilização do fluxograma de atendimento ao paciente portador de SRAG (síndrome respiratória aguda grave), conforme anexo I.

Art. 2º. Utilização do Escore Unificado para Priorização (EUP-UTI) de pacientes ao acesso a unidades de terapia intensiva e de assistência ventilatória, utilizando combinação do Sequential Organ Failure Assessment (SOFA) simplificado, Índice de Comorbidades de Charlson (ICC), Clinical Frailty Scale (CFS) e performance status de Karnofsky, conforme anexo I.

Art. 3º. Caberá à autoridade sanitária definir o início, duração e gradação do ponto de corte de utilização do Escore Unificado para Priorização (EUP-UTI), conforme a necessidade de adequação dos quantitativos de leitos à demanda existente.

Art. 4º. Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 - Caberá ao órgão gestor ou autoridade sanitária definir a gradação do ponto de corte diante do nível de esgotamento da capacidade instalada de leitos para assistência e admissibilidade nas unidades de terapia intensiva, de assistência ventilatória ou para cuidados paliativos tendo por base a pontuação obtida pelo escore proposto (EUP-UTI).

2 - Todas as internações em terapia intensiva devem ser reconsideradas e estar sujeitas a uma reavaliação diária da adequação, objetivos e proporcionalidade dos tratamentos, através da aplicação do SOFA diariamente.

3 - Se um paciente admitido na unidade de terapia intensiva com critérios limitados não responder ao tratamento prolongado e apresentar piora clínica, a adequação do esforço terapêutico e o encaminhamento da terapia intensiva para os cuidados paliativos podem ser reavaliados.

4 - A decisão de limitar os cuidados intensivos deve ser discutida e compartilhada pela equipe que trata o paciente e, na medida do possível, com o paciente e/ou familiares. É previsível que a necessidade de tomar decisões repetidas desse tipo torne o processo de tomada de decisão mais robusto e adaptável à disponibilidade de recursos em cada Unidade de Terapia Intensiva.

5 - Para pacientes para os quais o acesso a uma unidade de terapia intensiva é considerado fútil, a decisão de adaptar o esforço terapêutico deve ser acordada, comunicada ao paciente e / ou família e registrada na história clínica. Isso não é um obstáculo para oferecer outros tipos de terapias, como cuidados paliativos com controle rigoroso dos sintomas.

6 - Qualquer instrução "não intubar" ou "não ressuscitar" deve ser adequadamente registrada no prontuário médico, para ser usada como guia se a deterioração clínica ocorrer precipitadamente e na presença de cuidadores que não conhecem o paciente.

7 A sedação paliativa em pacientes hipóxicos com progressão da doença não responsiva ao tratamento deve ser considerada uma expressão de boas práticas clínicas e deve seguir as recomendações existentes. Se for previsto um curto período de morte, uma transferência para um ambiente não intensivo deve ser fornecida.

8 - Os critérios de faixa etária e gestação não poderão ser utilizados isoladamente na hierarquização de prioridade, mas podem servir como critério de definição entre pacientes com mesmo escore clínico.

MARIO FERNANDO DA SILVA LINS
Presidente do Conselho